

ISSN 1516-344x

REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v.114, jan./dez. 2019.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Presidente	Eduardo Morais de Castro
1ª Vice-Presidente	Beatriz Cerqueira Lima
2º Vice-Presidente	José Nilton Carvalho Pereira
3º Vice-Presidente	Joaci Fonseca de Góes
Secretário Geral	Newton Cleyde Alves Peixoto
Secretário Adjunto	Alberto Nunes Vaz da Silva
Diretor Financeiro	Nelson Teixeira Brandão
Diretor Financeiro Adjunto	Fernando Antônio de Souza
Orador Oficial	Joaci Fonseca de Góes
Diretora de Publicação	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretor da Biblioteca	Luiz Américo Lisboa Júnior
Diretora do Arquivo Histórico	Zita Magalhães Alves
Diretoria Suplente	Antonio Menezes do Nascimento Romário Gomes Raul Chaves Filho
Conselho Fiscal	Luiz Ovídio Fisher Robson Fernandes Arapiraca Sudário de Aguiar Cunha
Conselho Fiscal Suplente	Maria Constança Carneiro Galvão Wellington do Carmo Cruz Guarani Araripe

REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v.114, jan./dez. 2019.

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura-Bahia	José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Aidenor Ayres Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	Luis Henrique Dias Tavares Universidade Federal da Bahia
Arno Wehling Academia Brasileira de Letras	Maria Nadja Nunes Bittencourt Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Carlos Humberto Pederneiras Corrêa Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina	Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia
Cybele Moreira de Ipanema Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro	Roberto Santos Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
	Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal	Glória Kaiser Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Áustria
Antonella Rita Roscilli Escritora e Jornalista – Itália	Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá
Berthold Zilly Instituto Latinoamericano da Freie Universitat Berlin – Alemanha	Marcos de Noronha da Costa Academia Portuguesa da História Portugal
Edmundo Aníbal Herédia Universidad Nacional de Córdoba Argentina	Stuart Schwartz Yale University - Estados Unidos

Comitê Editorial responsável por este número

Genivalda Cândido da Silva Universidade Federal da Bahia	Padre Gilson Magno dos Santos Instituto Federal da Bahia
Jaime Nascimento Fundação Pedro Calmon	Solange Fiori Neri Ateliê de Conservação e restauração da Memória & Arte
Katia de Carvalho Gabinete Português de Leitura – Bahia	Zélia Soares Bastos Consultora da Memória de Anna Neri
Maria Nadja Nunes Bittencourt Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2019 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Projeto Editorial	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luís Cruz Silva
Coordenação Editorial	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diagramação e Edição de imagens	George Luís Cruz Silva, Alan Cavalcante - Tear Editora
Revisão Linguística	Maíta N. B. de Andrade
Normalização	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Copidesque	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Assistente Editorial	Carisse Adriele Chaves
Imagem da capa	Medalha Anna Neri – Sociedade Brasileira de Educação e Integração Cedida por Solange Fiori Neri – Ateliê de Conservação e Restauração da Memória & Arte exclusivamente para compor a imagem neste periódico.

O conteúdo dos artigos e de inteira responsabilidade dos autores.

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 -
v.: il.; 25 cm.

Anual
v. 114 (jan./dez., 2019), 376 páginas
ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU: 94(813.8)



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Fundo de
cultura



GOVERNO
DO ESTADO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA - IGHB

Avenida Joana Angélica - 43 - Piedade 40050-001 - Salvador - BA - Brasil
Telefone: (71) 3329-4463 - (71) 3329-6336 diretoria.publicacao@ighb.org.br

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia



SUMÁRIO

Editorial	15
Artigos	21
MUNEAN - Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery: Memória, Museologia e a personagem Anna Nery	
Genivalda Cândido da Silva	23
Biográfico de Anna Justina Ferreira e Anna Justina Ferreira Nery	
Zélia Bastos	39
Periferização do miolo de uma grande metrópole: um olhar a partir do bairro de Castelo Branco em Salvador – Ba	
Clebson Costa, Ana Almeida e Márcia Melo	61
As mulheres do século XIX a coleção de pinturas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	
Suzana Alice Silva Pereira	79
No tempo da ditadura Notas sobre a repressão contra Luís Henrique Dias Tavares (1968-1969)	
Lina Maria Brandão de Aras	101
A vala e as tripas sob o olhar dos presidentes: obra de requalificação de Salvador entre 1849 e 1855	
Iran Souza da Conceição	119
O amanuense e arquivista Anselmo Pires de Albuquerque	
Ronaldo Ribeiro Jacobina, Cristina Maria Mascarenhas Fortuna (<i>In Memoriam</i>)	139
Implantação e desenvolvimento do Apostolado da Oração na Bahia: renovação da Igreja católica na arquidiocese primacial do Brasil	
Alan José Alcântara de Figueiredo	155

O caráter iconográfico da pintura de Alberto Valença (1890-1983)	
Vera Spínola	179
Uma utópica narrativa visual sobre a “Lisboa dos trópicos”	
Cláudia Lima	199
Associação Comercial da Bahia: a construção de um Patrimônio Cultural	
Ednaldo Soares	223
Evolução das ideias raciais no Brasil a partir dos artigos publicados na gazeta médica baiana (1880–1930)	
Jurandir Sá Barreto	241
Palestra	263
Ana Nery e outras tantas mulheres na guerra do Paraguai (1865-1870)	
Marcelo Santos Rodrigues	265
Discurso	283
Os 125 anos de fundação do IGHB	
Joaci Fonseca de Góes	285
Biografia	295
Anna Justina Ferreira Nery	
Antonietta d’Aguiar Nunes	297
Acervo Bibliográfico	303
Bibliografia de Anna Neri	305
Relatório Biblioteca e Arquivo	307
Resenha	313
Galeria de Imagens	327
Espaço Aberto	335
Ave Anna Nery	
Ednaldo Soares	336

Anna Justina Ferreira Nery: patrona da enfermagem brasileira	
Maria Júlia de Jesus Nogueira Lemos	337
Edivaldo Boaventura e seus parques históricos	
Paulo Ormino de Azevedo	343
Agenda IGHB	347
Relação de Associados	353
Edital e Normas de Publicação 2019	363



Editorial



EDITORIAL

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB apresenta, neste número, uma homenagem simbólica à heroína baiana Anna Justina Ferreira Neri, a pioneira na enfermagem brasileira, precursora da Cruz Vermelha e a primeira mulher a constar no Livro dos Heróis da Pátria. Ela, nascida em 1814, na cidade de Cachoeira, na Bahia, exemplar na sua missão, em lutas dentro e fora do Brasil, merece ter sua vida pesquisada e divulgada como exemplo para muitas gerações. A trajetória como mulher, mãe e patriota transcenderam os limites de nosso país. Num contexto adverso, lutou e venceu contra preconceitos e discriminações. Mulher guerreira, abdicou de uma zona de conforto em prol de trabalho humanitário. A sua luta, assim como as lições de vida que deixou, devem ser divulgadas para que a memória histórica não adormeça.

O título de Mãe dos Brasileiros, concedido pelos soldados do exército, revela o espírito de humanidade e caridade de Anna Neri deferido aos enfermos na guerra contra o Paraguai, fossem eles brasileiros ou paraguaios. Guerra esta considerada como uma das mais sangrentas e de longo período de lutas na América do Sul. Por ela, Anna Neri perdeu alguns familiares, mas não desistiu de servir à Pátria. Muitas homenagens foram prestadas a esta heroína que deixou um legado incomparável. Reunimos aqui algumas memórias sobre a sua história de vida como Mulher, numa guerra que, na sua totalidade, era combatida por homens.

A instalação do Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery, situado no Pelourinho, em Salvador, na Bahia, confirma uma atitude de perpetuar e preservar a história da enfermagem representada pela sua patrona Anna Neri. Muitas foram as insígnias com o seu nome para homenagear vitoriosos e exitosos nas lutas humanitárias, mas ainda se precisa fazer mais.

A Revista IGHB visa, com isso, ativar o interesse de estudiosos em pesquisar sobre o legado de Anna Neri, trazê-la para os debates e consolidá-la como heroína de todos os brasileiros. Ela não tem a pretensão de esgotar os motivos de se discutir, ler e conhecer a vida e obra de Anna Neri, ela pretende ser um instrumento de partida para muitas viagens da memória histórica, política e social da Mãe dos Brasileiros.

O IGHB, como espaço de preservação da memória histórica dos baianos, avança na leitura da vida e da obra da heroína Anna Neri, quando inaugura a I Exposição de Célebres da Bahia: **A Mulher Anna Neri**, no mesmo dia do lançamento da Revista 114. Na Sala das Mulheres serão expostos, para apreciação dos visitantes, as telas, livros e materiais que pertenceram a esta heroína. Esta iniciativa contou com a dedicação de um grupo multidisciplinar, e com o patrocínio do Museu Nacional de Enfermagem – MUNEAN e do Conselho Federal de Enfermagem, cuja diretora, Maria Júlia de Jesus Nogueira Lemos, com sensibilidade, cedeu peças do Museu, além da museóloga Simone da Invenção Lopes para compor a Curadoria desta exposição.

Integra esse grupo a museóloga do IGHB, **Rita Maria Fonseca Chaves**; **Genivalda Cândido da Silva**, museóloga e professora da UFBA; **Maria Nadja Nunes Bittencourt**, diretora de Publicação do IGHB; **Solange Fiori Neri**, do Ateliê de Conservação e Restauração da Memória & Arte e **Zélia Soares Bastos**, Consultora da Memória de Anna Neri. Além delas, descendentes da homenageada colaboraram para elucidar dúvidas, atualizar informações e concederam objetos particulares para comporem a exposição.

O IGHB agradece a contribuição de todos que construíram esta mostra e deseja que continuemos a preservar a memória dos heróis de nosso país.

A Revista do IGHB, em atendimento a essência de sua finalidade que é a de publicar e divulgar textos de autoria dos associados, da comunidade baiana e brasileira, com rigor científico, publica neste número doze artigos que tratam de temas que apresentam relevância do conteúdo para a memória geográfica, histórica, artística e cultural da Bahia e manifesta afinidades com a natureza da Revista. Isto fortalece o seu objetivo precípua que é o de contribuir para a ampliação das discussões de pesquisadores e leitores sobre o que ela publica.

Este número abre as suas páginas iniciais com dois artigos sobre Anna Nery. O primeiro é de **Genivalda Cândido da Silva**, MUNEAN-Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery: Memória, Museologia e personagem Anna Nery, ela analisa, de forma sucinta, como ele foi criado e implantado, na Bahia. O segundo texto de autoria de **Zélia Soares Bastos**, Biográfico de Anna Justina Ferreira e Anna Justina Ferreira Nery exalta o esforço de se documentar traços da vida de uma mulher baiana, cachoeirana, nascida, numa cidade importante do Império, mas de muitas dificuldades. Elucida a maneira de escrever o seu nome, em virtude da flutuação ortográfica que gera em torno dele.

Clebson Costa, Ana Almeida e Márcia Melo no artigo Periferização do miolo de uma grande metrópole: um olhar a partir do bairro de Castelo Branco em Salvador, analisam o processo de periferização do Miolo de Salvador e suas implicações como a carência habitacional e de infraestrutura urbana básica, as condições de vida dos moradores, tendo como exemplo o bairro de Castelo Branco localizado nesta área da cidade.

Suzana Alice Silva Pereira apresenta em As Mulheres do Século XIX na Coleção de Pinturas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia um conjunto de pinturas integrante do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que retrata mulheres do século XIX e as situa num tempo de permanências e renovações, numa sociedade em que conviveram e se confrontaram o arcaico e o moderno.

Lina Maria Brandão de Aras, Thiago Machado de Lima e Anselmo Ferreira Machado Carvalho, No Tempo da Ditadura: Notas sobre a repressão contra Luís Henrique Dias Tavares (1968-1969), apresentam escritos sobre a experiência de repressão sofrida pelo professor e historiador Luís Henrique Dias Tavares entre os anos de

1968 e 1969. Investigam a atuação intelectual e política do professor baiano, analisando os motivos que levaram agentes da 6ª RM a articularem a repressão a ele dirigida.

Iran Souza da Conceição, no artigo *A vala e as Tripas sob o olhar dos Presidentes: obra de requalificação de Salvador entre 1849 e 1855*, discute as obras de canalização do rio das Tripas, bem como as ações executadas no decorrer dos trabalhos e os benefícios que a mesma proporcionou para o fluxo e a higiene da cidade do Salvador.

Ronaldo Ribeiro Jacobina e Cristina Maria Mascarenhas Fortuna, em *O amanuense e arquivista Anselmo Pires de Albuquerque* destacam o trabalho do amanuense Anselmo Pires de Albuquerque no qual descrevem o protagonismo de um arquivista para a memória da escola *mater* da medicina brasileira e seu pioneirismo na Arquivologia, na Bahia.

Alan José Alcântara de Figueiredo no artigo *Implantação e desenvolvimento do Apostolado da Oração na Bahia: renovação da Igreja Católica na Arquidiocese Primacial do Brasil*, revela o papel desempenhado pelo Apostolado da Oração no revigoreamento das práticas católicas, na Bahia, num período de aproximadamente três décadas, compreendidas entre o final do século XIX e o início do seguinte.

Vera Spínola, ao retratar o *Caráter Iconográfico da Pintura de Alberto Valença (1890-1983)*, identificou a representação da cidade do Salvador na primeira metade do século XX nesses trabalhos. Destacou fatos marcantes da biografia e da trajetória artística do pintor, relatados cronologicamente, bem como acontecimentos e personalidades do meio artístico-cultural da época.

Cláudia Lima produziu uma síntese do processo de construção imagética de Salvador em *Uma utópica narrativa visual sobre a “Lisboa dos Trópicos”*. As panorâmicas do final do século XIX foram substituídas por imagens dos novos traçados e equipamentos urbanos. Tais elementos são as bases de um banco de imagens memóriográfico sobre a cidade, que auxilia na produção da narrativa da história dos indivíduos e de pertencimento a um determinado tempo e espaço.

Ednaldo Soares afirma em *Associação Comercial da Bahia: a construção de um Patrimônio Cultural que ele pode ser tanto de ordem*

material, quanto imaterial. É o caso da Associação Comercial da Bahia, em cuja sede configura-se a materialidade do patrimônio e na organização em si, recai sua imaterialidade - generalizada *expertise* em assuntos comerciais.

Jurandir Sá Barreto em *Evolução das ideias Raciais no Brasil*, a partir dos artigos publicados na *Gazeta Médica Baiana* (1880–1930) analisa a evolução das ideias raciais sobre os negros e mestiços, através da investigação de artigos publicados pela intelectualidade médica baiana, na *Gazeta Médica da Bahia*, no período compreendido de 1880 a 1930.

Marcelo Santos Rodrigues palestrou sobre a trajetória de Anna Nery e outras tantas mulheres na guerra do Paraguai (1865-1870), mulheres anônimas contemporâneas a Anna, que tiveram suas vidas marcadas pela consequência da guerra e que, mesmo na condição de invisíveis na história tradicional, participaram, a seu modo, das agruras da luta, revelando-se capazes de negociar com a sociedade na qual se encontravam inseridas.

Joaci Fonseca de Góes, orador oficial do IGHB, no dia 13 de maio de 2019, data magna desta Casa, discursou sobre os 125 anos de sua fundação, fez alusão aos saudosos membros desta instituição que nos deixaram no último ano, lembrou as atividades da agenda culturale anunciou os novos associados.

Antonietta d’Aguiar Nunes, na biografia de Anna Justina Ferreira Nery, coloca informações que contextualizam esta ilustre baiana no seu espaço-tempo-histórico.

Na seção Acervo bibliográfico foram pesquisadas, selecionadas e organizadas algumas indicações de estudos e publicações que tratam sobre Anna Nery. A resenha é de **SOUZA, Bernardino José de**. *Heroínas bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972. 163 p. il., o texto sobre ANNA JUSTINA FERREIRA NERI – HEROINA DA CARIDADE, e está publicado com o mesmo formato linguístico da época.

Na Galeria de Imagens está reunida uma pequena iconografia da vida de Anna Nery. Este material foi selecionado e organizado a partir de coleções particulares e também de espaços públicos.

Na seção Espaço Aberto, **Maria Júlia de Jesus Nogueira Lemos**, Chefe do Museu Nacional de Enfermagem e do Conselho Federal de Enfermagem – MuNEAN, faz uma leitura de Anna Justina Ferreira Nery: Patrona da Enfermagem Brasileira considerando vida, honrarias e morte, além de seu legado. **Paulo Ormino de Azevedo** expressa sua homenagem à memória do Prof. Edivaldo Boaventura pela criação dos Parques Históricos de Canudos e Castro Alves.

A Agenda Cultural apresenta a programação das atividades desenvolvidas no decorrer do ano. Registramos, também, a relação de associados, o Edital de publicação 2020 e as Normas de publicação.

Por fim, queremos celebrar com todos o lançamento da Revista IGHB 114, e a Casa da Bahia agradece ao Comitê Científico, que contribuiu para qualificar a Revista com as avaliações, discussões e sugestões.

Muito obrigada: **Genivalda Cândido da Silva, Jaime Nascimento, Katia de Carvalho, Solange Fiori Neri, Zélia Soares Bastos e Padre Gilson Magno dos Santos.**

Muito obrigada às curadoras dessa I Exposição de Célebres da Bahia: **Genivalda Cândido da Silva, Solange Fiori Neri, Zélia Soares Bastos, Maria Júlia de Jesus Nogueira Lemos, Simone da Invenção Lopes e Rita Maria Fonseca Chaves.**

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora de Publicação do IGHB

Artigos



MUNEAN - Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery: Memória, Museologia e a personagem Anna Nery

Genivalda Cândido da Silva

Doutoranda em Ciências da Informação/PPGCI/Ufba
Mestrado em Museologia/Ufba

Resumo

A elaboração deste artigo teve por finalidade traçar um pequeno resumo histórico referente ao surgimento da instituição Museu e como esses espaços são atuantes em nossa contemporaneidade, desenvolvendo a atividade de local de guarda de memória e disseminação de cultura e trazendo à pauta uma abordagem específica e de grande relevância para um período histórico de guerra no mundo (Paraguai) que influenciou o modo de cuidar do setor de saúde (enfermagem). Dessa forma, o texto é discorrido visando apresentar de forma sucinta o MuNean, um museu que foi criado com a intenção clara de homenagear a precursora da enfermagem no Brasil – Anna Nery.

Palavras-Chave Museu; MuNean; Anna Nery; Memória; Cultura.

Abstract

The purpose of this article was to outline a brief historical summary referring to the emergence of the institution museum and how these spaces are active in our contemporaneity, by developing the activity of the place of memory guarding and dissemination of culture. Bringing the agenda specific and highly relevant approach to a historical period of war in the World (Paraguay) and influenced the way of caring for the health sector (nursing). In this way, the text is aimed at presenting a succinct the MuNean, a museum that was created with the clear intention of honoring the precursor of nursing in Brazil – Anna Nery.

Keywords: *Museum; MuNean; Anna Nery; Memory; Culture.*

Em nossa contextualização de mundo atual, de acesso a várias fontes informacionais e de grandes possibilidades de divulgação em termos de promoção de conhecimento e difusão deste, observamos que os museus são importantes instrumentos de preservação da memória cultural de um povo, e locais reconhecidos como responsáveis por guardar, cuidar, zelar e apresentar seu patrimônio material e, também, imaterial. Entendendo-se que todo aspecto cultural citado durante o texto, tanto material quanto imaterial são patrimônios culturais.

Vários museólogos, historiadores, arqueólogos dentre outros cientistas que estudam o fenômeno museu sugerem ou afirmam que desde o início, a finalidade inerente a esta instituição era apenas a de salvaguardar os bens patrimoniais; e não a de disseminar as informações culturais impressas nesses bens/objetos que são expostos nesses espaços de cultura e conhecimento.

Preservar a história e a memória do ser humano sempre foi um grande desafio. Com base nesse argumento, pode-se afirmar que os museus exercem um significado extremamente relevante quando o assunto memória e história são abordados. Apesar de que, muitas pessoas pensam que eles são apenas um caminho em direção ao passado, um lugar de guarda de “coisas velhas/antigas” que não denotam tanta importância para o presente, ou ainda, um lugar onde apenas determinado público tem acesso; quando na verdade os museus são muito mais que isso e permitem muito mais.

Um museu é um lugar de conexão entre passado, presente e futuro, pois olhar o passado é conhecer o que foi feito e realizado, visando um aprimoramento de mecanismos que possam vir a influenciar o presente, e para que novos conhecimentos e técnicas possam vir a ser disponibilizadas para o conhecimento, e a sustentabilidade das futuras gerações.

O marco histórico pra entendimento do termo Patrimônio – *Patrimonium* -, antes de adentrarmos questões museológicas; remonta ao mundo romano, Era republicana (510^a.C. – 27d.C) (FARIA, 1962, p. 709). Como referência ao conjunto de bens transmitido de pai para filho, pater famílias, dando ao primogênito o direito à herança pela via

da sucessão respaldada na Lei das XII Tábuas (462-450a.C)¹ que, no contexto das fundações do Direito Romano, estabelecia em lei escrita os princípios do direito de família e das sucessões (NÓBREGA, 1968, p. 123-154) embasados nos antigos padrões do modelo consuetudinário.

Tal status social de senhor do “patrimônio” era exercido na vida romana pelo dono da casa(do *domus-pater* famílias) como desenvolvedor e mantenedor das tradições, entre as quais designava-se o culto aos mortos e às divindades protetoras. Cultos que eram realizados no próprio lar, geralmente em um cômodo destinado a tal finalidade e à qual eram se depositadas oferendas em graças às divindades cultuadas.

O herdeiro assumia quando da morte do pater as mesmas prerrogativas religiosas e sociais que a este eram direcionadas, como exercício de poder simbólico. De acordo com Faria (1962, p. 708) “o patrimônio correspondia ao conjunto de direitos aos bens e às relações atribuídas às ações sociais correspondentes ao pai, herdadas pelo primogênito”. De certo que os costumes, às crenças eram fatores que regiam a vida e as trocas culturais como um *habitus* socialmente legitimado e que era praticado desde o período arcaico, situado no tempo entre os séculos VIII a.C. e VI a.C. (entre 800 a.C. e 500 a.C.)² e influenciou a criação das leis do Direito Romano (COULANGES, 1976, p. 11-20).

Na construção do vocábulo em sua forma original(latim), a presença do elemento monium, de variação fonética de *minus* cujo o sentido indica uma “ocupação” ou uma “função ou ainda um benefício” (FARIA, 1962, p. 627), leva ao entendimento de que a palavra “*patrimonium era a missão do pai: gerar e manter os bens de Roma (...), isso, sem desvio algum*” (BARROS, 2010, grifo do autor). Tendo o aspecto da ideia da manutenção em pauta, permite-nos considerar que ao instrumento regulador da sucessão/herança associou-se

¹ A Lei das Doze Tábuas (Lex Duodecim Tabularum ou simplesmente Duodecim Tabulae, em latim) constituía uma antiga legislação que está na origem do direito romano. Formava o cerne da constituição da República Romana e do mos maiorum (antigas leis não escritas e regras de conduta).

² Foi um período em que ocorreu significativo desenvolvimento cultural, social, econômico e político na Grécia. EYLER, Flávia Maria Schlee. História Antiga - Grécia e Roma - a formação do Ocidente. Vozes. 2014.

ao instituto da Preservação – permanência, terminando por solidificar-se em outro tempo da história do Patrimônio, a ser explicitado mais adiante. E o significado de ‘sucessão’, emprestado ao termo Patrimônio, persiste no tempo presente mantendo-se a imagem fixada no conceito de algo que é transmitido por direito de herança.

Patrimônio Cultural – individual ou coletivo?

De acordo com Funari e Pelegrini (2005, p. 11) “O patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima”.

Gonçalves (2007, p. 111) chama a atenção para o fato de que patrimônio é uma categoria muito importante e que não se restringe às modernas sociedades ocidentais. Com a ampliação do sentido imaterial na noção de patrimônio, observa que, “diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento de bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações”.

Museu e Museologia

Sabe-se que o termo museu teve sua origem na Grécia antiga, nas palavras gregas ‘Mousa’ e ‘Mouseion’, templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus e Mnemosine, divindade da memória, sendo locais sagrados, reservados à contemplação e aos estudos científicos. Esses locais foram considerados como o primeiro museu, no qual era constituído de bibliotecas, jardins, observatórios, sala de leitura, entre outros ambientes.

Nas bibliografias consultadas, verificou-se que, nos últimos anos, a grande parte das produções e investigações desenvolvidas nos campos da Museologia deteve-se mais ao papel do Museu como uma extensão socio-pedagógica educativa de escolas, empregando como uma real necessidade a reprodução dos conteúdos aplicados em salas de aula no espaço museal; também tem por finalidade da iniciação e o desenvolvimento às práticas de pesquisas.

Nesse sentido, muitos dos procedimentos e conhecimentos aplicados nos museus nem sempre são cabíveis, seja por motivos físicos, financeiros ou até mesmo pessoais. Aqui não traremos uma receita ou normas, apenas procuraremos esmiuçar, em primeira instância, o significado do que é o museu, museologia e exposição para assim, trazer a tona abordagem de uma exposição referente a uma grande Mulher, fonte de inspiração no que se refere à cuidados, amor e dedicação.

Para fins de conceitualização, traremos como base para o desenvolvimento desta conversa a definição do *International Council of Museums* (ICOM, 2001), na qual o museu é definido como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade” (Idem).

De acordo com Suano (1986), o relato histórico mais antigo sobre o significado da palavra museu, surgiu na Grécia Antiga. Na mitologia grega, tal qual explica Suano (1986) a etimologia da palavra deriva do grego “mouseion”, ou casa das musas. O termo é referenciado também como templo, e como uma fonte reservada às pesquisas, porém, era também direcionado, sobretudo, aos filósofos ou às pessoas que necessitavam de auxílio para enfermidades, sendo o seu acesso restrito a poucos. O termo traz consigo considerações que remetem a um sentido enciclopédico, pois todo o saber existente no período, assim como as descobertas, era concedida a quem a buscasse ou assim fosse instruído. Como explica Suano (1968):

O mouseion era então esse local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências. As obras de artes expostas no mouseion existiam mais em função de agradar as divindades do que serem contempladas pelo homem. (SUANO, 1989, p. 10).

Na Grécia Antiga, o mouseion era mais que um local de “cura e fruição”, o ambiente servia de guarda e expositor de obras de arte, ciência, pesquisa e curiosidades;

[...] possuía além de estátuas de obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais mortos, presas de

elefantes, pedras e minérios levados de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele abordado figuravam um dicionário de mitos, em sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico de então. (SUANO, 1989, p. 11).

Em segundo momento, para fins de uma compreensão mais apurada e no sentido não apenas científico, mas social e popular, recorreremos a vários dicionários e textos para uma definição que possivelmente se encaixe e o explique de forma mais detalhada.

De acordo com o dicionário do site de etimologia das Palavras, o significado de museu deriva do Latim *museum*, biblioteca, lugar de estudo, do Grego *mouseion*, altar das Musas. Porém, o mesmo dicionário frisa que, com o passar dos tempos, o sentido de museu mudou para abranger um local onde são guardados exemplos de Artes e História (grifo nosso). O site ainda difere o termo *Musa*, pois este vem de *mousa*, literalmente música, canção, o nome dado às divindades protetoras e personificadoras das artes, de uma raiz Indo-Européia: “pensar, lembrar-se, relacionada à palavra mente, memória” (Dicionário on line do Site de Etimologias. 10 de agosto 2019).

Das muitas definições recebidas pelos museus, e das suas funções enquanto instituição, está ainda carece de reconhecimento e desenvolvimento específico para as atividades propostas, sejam elas educativas sociais ou culturais. Guarnieri (1986) afirma que a maior parte de informações sobre os museus vêm do Ocidente, no entanto, nem todas são disponíveis para apreciação (SIC), mantendo-se apenas restritas aos cientistas, eruditos, sacerdotes e à nobreza; tanto no passado como no presente, tal pensamento é apropriado

O *mouseion* de Alexandria apresentava alguns objetos, incluindo algumas estátuas de pensadores, instrumentos astronômicos e cirúrgicos, trombas de elefantes e peles de animais, além de um parque zoológico e botânico; mas era principalmente uma universidade ou academia filosófica – uma espécie de instituto de estudos avançados com vários proeminentes bolsistas mantidos pelo Estado. O Museu era a grande biblioteca internacional de papiros e outros escritos coletados por Alexandre, o Grande, eram guardados no núcleo real da cidade conhecido como *Bruchium*. (GUARNIERI, 1989, p. 251)

Observa-se desta forma que no Museu de Alexandria, a diversidade foi unida a temas e estudiosos que buscavam explicações através da produção de conhecimento, para as necessidades da sociedade daquele período. No século XIX o *mouseion* é denominado de Gabinete de Curiosidades. Tal nome é inferido por conta de ser um local onde são abrigadas as várias coleções angariadas por nobres, colecionadores, estudiosos, onde, de forma assistemática os objetos eram apresentados à “contemplados” de seletos convidados.

Porém, com o desenvolvimento das sociedades, a evolução e disseminação cultural e educacional, os museus também começaram o seu processo de inclusão. Assim, o primeiro Museu público como conhecemos hoje surgiu a partir da doação da coleção de John Tradescant, feita por Elias Ashmole, à Universidade de Oxford, e ficou conhecido como *Ashmolean Museum*”.

Nesse modelo de museu, o que se pregava eram o colecionismo e a preservação da obra de arte, como afirma Guarnieri (1986).

O fazer museal é, nesse momento essencialmente coleta e crescimento das coleções e a noção de restauro abarca desde a restauração verdadeira até a cópia para fins de segurança que pode, eventualmente, facilitar a comercialização da obra de arte. Por outro lado, a apresentação dos objetos é sempre feita em decoração evocadora da antiguidade, modelo que começa nos Uffizi e que será copiado intensamente. (GUARNIERI, 1989, p. 249).

Com essas transformações, os museus passam a se remodelar como organismos ecléticos, numa brusca mudança do modelo do iluminismo, pregado no século XVIII, em que se buscava o intelecto em primeiro lugar, centralizando seu foco na ciência e na racionalidade como forma crítica de questionamento filosófico. Após revoluções, guerras, discussões, e conquistas, alguns modelos de museus surgem, com a finalidade de servir de base para todos os outros que virão a partir de 1793, o Museu do Prado, o Museu Britânico e o mais imponente e forte em todos os sentidos: o Museu do Louvre, que servirá de modelo atemporal.

De acordo com Guarnieri (1989, p. 249), é nesse momento que a consagração definitiva do termo museu acontece, “um aclaramento

das reflexões sobre a organização dos museus que ainda se manifestam como organismos ecléticos, porém já com a preocupação de maior abertura ao povo”.

Assim, podemos entender que os museus são instituições não tão complexas. O fazer museal, a Museologia e a museografia, áreas que são especificamente trabalhadas nos museus, é que tornam todo o processo complexo. Da infraestrutura à culminação máxima do ambiente e à exposição, são caminhos percorridos que proporcionam ou retiram os status e o público do museu.

Desde a criação do primeiro museu, que a Museologia está intrinsicamente ligada ao fazer museal e a todas as áreas que permeiam os meios museológicos. Apesar de ter sido “citada” antes mesmo de virar disciplina e teoria, a Museologia, por se dizer, já existia, não tão esclarecida como conhecemos, um pouco rudimentar, mas estava presente nos gabinetes de curiosidades, nas galerias, nos prospectos dos primeiros museus de que se há registro.

O termo Museologia foi definido como “o ramo do conhecimento ligado ao estudo dos objetivos e organização de museus” no Seminário Regional da UNESCO que abordou a função educativa dos museus. O evento ocorreu no Rio de Janeiro, em 1958. Tal definição foi adotada em 1974, na 11ª Assembleia Geral do ICOM, em Copenhague (Dinamarca). E até momento presente essa definição é utilizada.

Notamos que, com a inserção de diversificação dos meios de divulgação, as instituições museológicas continuam passando por modificações estruturais para se adequarem ao momento. Segundo Huyssen (1994, p. 47) a preocupação com a “não recorrência eterna ao mesmo” e os “ritmos frenéticos da intervenção tecnológica e da realidade virtual no mundo doméstico estão causando mudanças na estrutura da percepção”(1994, p. 47). Assim, reforça-se aqui a ideia que Teresa Scheiner (1998, p. 18) nos traz, o museu como um local que tenha o caráter “de mediador institucional da circulação social de cultura”, portanto, responsável por um conjunto específico de informações e mensagens para as gerações futuras, mantendo a ideia de continuidade, e com isso caracterizaria a consciência de identidade de um povo, região ou país. As mensagens trabalhadas nesses espaços se apoiam em um conjunto de objetos-signos que expostos formam um texto.

Os objetos que dividem com a narrativa o esclarecimento e auxiliam a compreensão tornam possível a elaboração de um discurso fundamentado que, somando ao trabalho do especialista, pode acrescentar a percepção das multiplicidades sociais, possibilitando uma infinidade de leituras.

Esse objeto deve ser o mesmo para todos. Mas, ao mesmo tempo, é diferente para cada um, no sentido em que cada um se encontra, em relação a ele, numa posição diferente (...) encontra-se, simultaneamente ou alternadamente, nas mãos de todos. Por esse motivo, cada um pode inscrever nele sua ação, sua contribuição, seu impulso ou energia. O objeto permite não apenas levar o todo até o indivíduo, mas também implicar o indivíduo no todo. (LÉVY, 1999, p. 130).

Observando os apontamentos e abordagens citados por Levy evisando entender os diversos papéis do objeto e sua origem, percebe-se a existência de um todo que se relaciona unindo a concepção da exposição, o projeto arquitetônico do museu e do espaço e as obras e objetos que nele se expõem, e o mais importante para qual público se deseja montar uma exposição. Pois a partir da narrativa que se deseja apresentar é que o museu tece seu diálogo com o seu entorno e a sociedade do local ao qual está inserido.

Scheiner observa que uma exposição seria uma “composição cujos elementos se encontram dispostos em um espaço pré-determinado, harmonicamente conjugados para transmitir a um grupo de pessoas uma determinada mensagem, com fins culturais.” Seria um espaço notoriamente elaborado para conter objetos em uma disposição caracteristicamente, ímpar, de narrativa.

Segundo Cameron, os museus funcionam como “um sistema de comunicação, no qual o acervo seria a fonte, as exposições seriam o meio e o público o receptor”. Porém, neste sistema a comunicação flui em uma única direção, e a informação é dada a partir da forma como o conhecimento está organizado na exposição. E qual conhecimento e comunicação o MuNean deseja transmitir? Qual a tipologia de objetos está exposta nesse espaço de cultura e conhecimento? Qual personagem deu origem a criação de centro de cultura e educação? E por quê? São algumas dessas respostas que complementarão o pensamento até aqui explanado. O questionamento que deu forma a esta escrita.

MuNean – História e Memória de uma Mulher contada através de uma exposição

O MuNEAN é uma instituição privada, sem fins lucrativos, de caráter histórico e científico, inaugurado em 20 de maio de 2010, instalado num casarão do século XIX na Rua Maciel de Cima, nº 05, Centro Histórico do Salvador, cidade escolhida por ser estado natal de Anna Justina Ferreira Nery – Anna Nery, que é a grande homenageada deste museu. A enfermeira Anna Nery, aos 51 anos, participou da Guerra do Paraguai atendendo aos feridos independentemente de sua nacionalidade, fato reconhecido pelo império brasileiro.

O Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery (MuNEAN) surgiu da motivação do Sistema Cofen/Corens buscando valorizar e dar visibilidade ao profissional de enfermagem em suas diversas atividades dentro e fora dos ambientes hospitalares. Ele tem como inspiração uma profissão, e foi concebido para compor um espaço único, assumindo o compromisso de, mais do que meramente preservar a história da enfermagem, fomentar cada passo do processo evolutivo da profissão. O Museu traz ao seu público não apenas a trajetória de uma evolução tecnológica da profissão no Brasil e no mundo, mas evidencia o caminho percorrido por profissionais que, por possuírem uma característica que a difere das demais profissões, demarcaram a história da solidariedade universal com o simples e verdadeiro dom do cuidar. Como é apresentado nas imagens abaixo.



Imagem: <http://munean.cofen.gov.br/exposicoes/anna-nerly>



Imagem: <http://munean.cofen.gov.br/exposicoes/anna-nery/>

O museu traz para a sociedade uma nova concepção de instituição museológica, que assume o compromisso de fomentar diálogos, ser nacional, enxergando as diferenças, envolvendo-se com questões reais ao mundo da Enfermagem para preservar o patrimônio cultural desta profissão. O MuNEAN, um museu em homenagem “ao dom de cuidar” que abriga a memória e história de uma profissão, repensada a todo instante.³ Toda essa proposta do museu vem de encontro as abordagens apresentadas anteriormente. Apenas reforçando mais a riqueza e importância desses espaços como local de educação, cultura e conhecimento, mais ainda, centros de memórias.

³ Texto retirado da página do Museu: <https://www.portaldafenfermagem.com.br/entrevistas> Acesso em 14 agosto 2019.



Imagem:<http://munean.cofen.gov.br/exposicoes/anna-neri/>

A protagonista que gerou esse compêndio de informações foi batizada de Ana Justina Ferreira Neri. Ela nasceu na Vila Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira do Paraguaçu, Cidade de Cachoeira/Ba, em 13 de dezembro de 1814. Viúva do capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri viu seus filhos serem convocados para a Guerra do Paraguai e solicitou ao presidente da Província da Bahia poder acompanhar os filhos e o irmão, ou pelo menos prestar serviços voluntários nos hospitais do rio Grande do Sul, no que foi atendida. Embarcou, em Salvador, com a tropa do 10º Batalhão de Voluntários da Pátria em agosto de 1865, na qualidade de enfermeira⁴.

Anna Nery serviu, como voluntária na Guerra do Paraguai (1864-1870), como auxiliar do corpo de saúde do Exército brasileiro. A partir deste contexto ofereceu seus serviços como enfermeira ao Presidente da província enquanto durasse o conflito. Ela enfrentou o caos da saúde no país, assolado por doenças proeminentes à época como a Cólera, a febre tifoide, a disenteria, malária e varíola, todas estas doenças eram e são decorrentes da falta de assepsia e local higienizado. A enfermeira conseguiu transformar a realidade sanitária local, impondo condições mínimas de higiene para que doenças não se alastrassem e feridas fossem tratadas. Na luta pela recuperação dos pacientes eram usados recursos da época como iodo, cloreto de potássio, água fenicada e cauterização, além de beberagens de plantas medicinais. É considerada a primeira pessoa não-religiosa a dedicar-se aos cuidados com a saúde de

⁴ Texto retirado do site: <http://www.bahiana.edu.br/herois> Acesso em 20 agosto de 2019

uma comunidade ou população, considerada a primeira enfermeira do Brasil. O governo imperial conferiu-lhe a Medalha Geral de Campanha e a Medalha Humanitária de primeira classe.



Ilustração de Ana Neri.

Fonte: <http://bibliotecademedicina.com.br/blogenfermagem/?p=288>

Naquelas condições difíceis, organizou os hospitais de campanha e a primeira enfermagem foi montada em sua própria casa, em Assunção, e às suas expensas. Metodizou as tarefas em busca da eficácia, com olhos humanitários e a alma voltados tanto para os cuidados dos combatentes da Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina), quanto para os soldados do invasor Paraguai, indistintamente.

Durante toda a Guerra do Paraguai, a enfermeira prestou serviços nos hospitais militares de Salto, Corrientes (Argentina), Humaitá e Assunção (Paraguay), bem como nos hospitais de campo, na frente de operações militares. Em sua convivência diária com os médicos, no trato conjunto das obrigações, adquiriu conhecimentos terapêuticos, mas o bom senso aliado ao seu olhar de mãe que cuida de filhos doentes muitas vezes fez prevalecer sua opinião aos médicos.

Porém, por ironia do destino, viu morrer na luta um de seus filhos e um sobrinho. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1980, aos 66 anos de idade. Ana Neri foi contemporânea de Florence Nightingale (foi quem criou a primeira escola de enfermagem no mundo, em Londres, 1860), mas não existem indicações de que elas sabiam da existência uma da

outra. No entanto, foram semelhantes na maneira de agir: ambas ricas, estudadas, cultas e políglotas, severas e disciplinadoras e dedicadas às tarefas de cuidar dos sofredores nas guerras em que participaram ativamente (Ana, na Guerra do Paraguai e Florence, na Guerra da Criméia - atual Ucrânia).

Apoiar a cultura e a valorização dos museus sempre foi algo que causa grande problematização aos governantes, gestores de museus, museólogos e afins à essa dicotômica área. Tratar de temas tão ricos em lacunas e com grandes possibilidades de desenvolvimento é o que faz os museus e seus museólogos seguirem o percurso, assim como o fez a guerreira e enfermeira Anna Nery. Pois, mesmo que desprovida de suportes necessários para adentrar a uma guerra, ela ainda assim o foi.

Usou o que tinha e sabia para trilhar um caminho de dor, sofrimento, acolhimento, ajuda e ensinamentos. Sempre respaldada pelo respeito e amor pelo que fazia. Assim também é a jornada dos centros culturais brasileiros. Locais que lutam para sobreviver e se manterem vivos, ano após ano, na intenção de salvaguardar a memória de tempos passados, para que as gerações futuras possam conhecer e aprender um pouco mais acerca do que já existiu e foi base para o que chega nesse futuro tão insólito ao qual estamos inseridos. Os museus são a radiografia da história da nossa gente. Visitá-los deve ser uma prática recorrente, um mergulho nas raízes e vidas passadas.

Referências

- CAMERON, Duncan. *The museum as a communication system and implication of museum education*. Curator, New York, American Museum of Natural History in
- CARVALHO, Rosane M. Rocha de. Exposição em museus e público: o processo de comunicação e transferência da informação. **Dissertação de mestrado** - Orientador: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. RJ. ECO/UFRJ- IBICT/ CNPq. 1998. p. 35.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito, as instituições de Grécia e de Roma**. São Paulo: Hemus, 1976
- FARIA, E. **Dicionário escolar latino-português**. Rio de Janeiro: MEC, 1962.
- GUIMARÃES, Affonso Paulo - **Noções de Direito Romano** - Porto Alegre: Síntese, 1999.

NÓBREGA, V. L. **Compêndio de Direito Romano**. São Paulo: Freitas Bastos, 1968.

CAMPANELA, Tommaso. **A cidade do Sol**. <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadesol.html>

FUNARI, P. P., PINSKY, J. (Org) **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GUARNIERI, Waldisa, GUARNIERI Camargo. A defesa da profissão museológica. in **Textos e contextos de uma trajetória profissional**. Coordenação editorial: Maria Cristina Oliveira Bruno. V.1. Parte 3. p. 243-244-247-248-249-250-251-

HUYSSSEN, Andréas. **Escapando da amnésia. Museu como cultura de massa**. Rev patrimônio nº23, 1994. p. 47.

ICOM. <https://icom.museum/en/>

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Ed 34, São Paulo, 1999. p. 130.

MOLES, Abraham. Teoria dos Objetos. Ed Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1981. p. 19.

SCHEINER, Tereza. Apolo e Dionísio no templo das musas: museu gênese, idéia e representações na cultura ocidental **Dissertação**. Orientadores Paulo Vaz, Lena Vânia Ribeiro. RJ ECO/UFRJ, 1998. p. 118.

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. Coleção primeiros passos. Brasiliense S.A. São Paulo. p. 10-11-27.

VAN MENSCH, Peter. **Rumo a uma metodologia de Museologia**. 1992. Tese de Doutorado. Universidade de Zágreb, 1992. In: <Http://www.muzeologie.net/downloads/>



Biográfico de Anna Justina Ferreira e Anna Justina Ferreira Nery

Zélia Bastos

Consultora da Memória de Anna Nery

O gênero de texto não ficcional que narra a vida de alguém é denominado de biografia, está na literatura, na história, na geografia, no meio ambiente e até no jornalismo, pois os documentos e a oralidade enfatizam fatos; ocorrências em ordem cronológica, nascimento, comunhão, casamento, filhos, morte, facilitarão a leitura e o entendimento, o propósito. A biografia permite também uma sequência temporal.

Na atualidade, suportes como vídeos, filmes e outras mídias, são formas de registros biográficos. Há trechos em que é permitido, a quem escreve, emitir opinião diante de comentários, argumentos e fatos a serem tratados. Na biografia há várias formas para se referir ao biografado: pelo seu nome, pelo seu papel na sociedade, por sua profissão, sua realidade social seus feitos.

Historiadores do século XX como Le Goff (2010. p.13), Thompson (1992) e outros da História Nova abriram vertentes, após análises das estruturas de época: "...explorar a objetividade e a subjetividade, cruzando oralidade com informações de documentos..."

É necessário e importante observar esta ferramenta de suporte, minucioso trabalho de interpretação, que envolve o ato de ouvir e escutar, que são coisas diferentes. O ouvir é captado pelo órgão da audição, atenção e interpretação, o escutar significa um ato de silêncio. Neste silêncio ficou por muito tempo uma brasileira, baiana, cachoeirana

Anna Justina Ferreira que nasceu em 13 de dezembro de 1814 e faleceu 20 de maio de 1880.

É de exaltar o glorioso esforço e de se documentar, através de um capítulo biográfico, num livro traços da vida de uma mulher baiana, cachoeirana nascida, numa cidade importante do Império, mas de muitas dificuldades.

O fato de ser uma das cidades históricas da Bahia, a Aldeia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, privilegiado entreposto do sertão teve rápido desenvolvimento desde o século XVII; herdeira da capela de um engenho de propriedade dos Rodrigues Adorno, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, que foi palco de grandes acontecimentos históricos, sendo até capital, num período de emergência da história da Bahia. Aí nasceram pessoas ilustres e representativas da nossa história.

Anna Justina Ferreira nasceu à rua da Matriz, nº 7 situada na Vila Nova de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, filha de Manoel Trindade Ferreira e D. Luiza Ferreira registro em Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX, (p. 222), família católica e patriota, ambos de nacionalidade Portuguesa. Casou em 15 de maio de 1838 aos 23 anos de idade, com Isidoro Antonino Nery, capitão-de-fragata da Marinha, e passa a se chamar Ana Justina Ferreira Nery.

No Período Imperial, o registro eclesiástico era efetuado pela Igreja Católica, sendo revestido de valor probante. Inexistindo o registro civil, era suprido pelo assentamento de batismo denominado registro paroquial ou registro eclesiástico:

“Destaca-se que o batismo era exclusivamente administrado aos católicos. Assim, prescrevia o Direito Canônico em seu artigo 844, parágrafo primeiro: “Os ministros católicos só administram licitamente os sacramentos aos fiéis católicos...”, bem como no artigo 877, parágrafo primeiro: “O pároco do lugar em que se celebra o batismo deve anotar cuidadosamente e sem demora os nomes dos batizados, fazendo menção do ministro, pais, padrinhos, testemunhas, se as houver do lugar e dia do batismo, indicando também o dia e o lugar do nascimento” (7-:18:19). O registro de batismo da “Mãe dos Brasileiros, ao ser transcrito, relata que: (Transcrito do Documento Ata da Câmara Municipal de Salvador)

Aos vinte cinco dias do mês de M(ar)co de [mil oito] centos e quinze na Matris desta v(il)a de N(ossa) S(senhora) do Ros(a)r(i)o da [palavra corroída] o Vig(a)r(i)o Encom(enda) do Custodio Luis Batizou e pos os S(antos) óleos; digo o Coadjutor Carlos Melquiades do nascimento Batizou e pos os S(antos) oleos a Anna nascida a quatro mezes, filha legitima de Joze Ferreira de Jesus e L[ui]za Maria das Virgens, forão Padrinhos o Cap(ita)m Jerônimo Joze ALbemas e D(ona) Maria Joaquina do Nascimento, sua mulher; do que mandei fazer este assentamento e assiney O Vig(a)r(i)o Encom(enda)do Cust(odi)o Luis dos Santos Varella.

“Ressalta-se que a transcrição paleográfica e diplomática acima converge para as normas da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (Asbrap), item 2.1 das convenções das palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permite sua reconstituição, sendo impressas entre colchetes, o que ocorre na transcrição das linhas um, dois e seis. Ainda de acordo com Asbrap, o item 2.3. das convenções descreve que as linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais devem ser indicadas, por exemplo, pela expressão corroída entre colchetes e grifada a menção aproximada de seu número pela codificação de [corroída +/- 6 linhas], como se apresenta na linha dois.”

“Desse modo, o registro de batismo de Anna é o documento legal à época de seu registro de nascimento, considerando que a implantação do registro civil no Brasil, em substituição aos assentos paroquiais, foi um processo lento e difícil. Em 18 de janeiro de 1852, foi expedido o primeiro regulamento, de nº 798, determinando o registro civil de nascimento em substituição ao registro eclesiástico, referente à lei nº 586, de 6 de setembro de 1850. A execução do referido regulamento foi, no entanto, suspensa por Decreto de 29 de janeiro de 1852.

Em outras palavras,

“... os nascimentos de pessoas católicas, ocorridos antes de primeiro de janeiro de 1889, provar-se-iam pelas certidões de batismo, extraídas dos registros eclesiásticos, e Enfermagem em Foco 2011; 2(supl):77-80 79 artigo original Porto F, Oguisso T. Nome da “Mãe dos Brasileiros” os nascimentos de acatólicos, após 1861, por meio das certidões expedidas pelos escrivães de paz (7-20)”.

Dados importantes, porém, não foram escritos no registro de batismo de Anna, como seu nome completo, mas por outro lado, ele elucidava a maneira de escrevê-lo, que mais adiante será discutida em virtude da flutuação ortográfica que gera em torno dele. O casamento de pessoas não católicas foi permitido em 1861 pela lei nº 1114, de 11

de setembro, e regulamento nº 3069, de 17 de abril de 1863. A mesma legislação instituiu o registro civil de nascimento de pessoas de outras religiões. O casamento de pessoas católicas continuou regulado pelas determinações do Concílio Tridentino e da Constituição do Arcebispaço da Bahia pelo decreto de 11/9/1564; lei de 8/4/1869; ordenações L. IV, T... 46, § 1º; lei de 3/1/1857.

Naquela época, já era permitido o casamento misto, de pessoas católicas com não católicas, segundo as regras do Direito Canônico. O decreto nº 181 de 1890 tratou do casamento civil, que passou a ser o único reconhecido oficialmente, não mais se admitindo o registro do casamento religioso com efeito civil.

Na busca do registro de casamento de Anna Justina Ferreira, nome de solteira, com Isidoro Antônio Nery, no dia 15 de maio de 1838, realizou-se consulta no Livro de Casamento da Paróquia de Cachoeira (1828-1860), em rolo de microfilme, na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que careceu de registro matrimonial no período de 1836 a 1840. Os óbitos, ocorridos antes de 1º de janeiro de 1889, seriam provados pelas certidões extraídas dos livros dos cemitérios e dos hospitais de misericórdia e mediante as certidões expedidas pela Igreja Católica e pelos escrivães de paz pelo art. 24 do Decreto nº 706/1851; art. 64 do Decreto nº 1557/1855; lei nº 1114/1861; Decreto nº 13/1832; Decreto nº 18/ 1838.

O documento que contém o registro de óbito da “Mãe dos Brasileiros” de 1880 é referente à oficialidade a época. Esse registro foi localizado nos assentamentos do Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, e atualmente pode ser encontrado, também, no Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O nome da obituária encontra-se registrado, conforme apresenta o fac-símile, com a ortografia de Anna Justina Ferreira Nery. Mediante os dois registros pessoais da biografada, foi necessária a busca de outro documento que possibilitasse a triangulação das fontes. Nesse sentido, recorreu-se a outro tipo de registro, ou seja, uma ata da Câmara Municipal de Salvador de 1873. Essa ata é referente à sessão extraordinária de 28 de setembro de 1873, ao descerramento do quadro pintado por Victor Meirelles, atualmente em exposição no Memorial da Câmara Municipal de Salvador. Durante o rito institucional

do descerramento da tela pintada a óleo em homenagem à biografada, foi possível encontrar o registro, a saber:

“A Câmara Municipal desta Leal e Valorosa Cidade do Salvador julga pagar um tributo de merecida gratidão collocando hoje n’uma das salas de seu Edifício o retrato da Exam. Senhora D. Anna Justina Ferreira Nery (Ata)”.

A preleção foi realizada pelo vereador Frederico Lisbôa, entre outros que à época também se pronunciaram na homenagem, inclusive o filho da homenageada – Isidoro Antonino Nery –, e lavrada pelo secretário interino da Câmara Municipal de Salvador, Manuel Rodrigues Júnior, e assinada pelas autoridades: Silvestre Cardozo de Vasconcellos P., doutor Cícero Emiliano de Alcamim, F. de Freitas e doutor Frederico Augusto da Silva Lisboa. Cabe registrar que, na época, a biografada se encontrava presente no rito. Neste sentido, acredita-se que seu nome registrado em ata extraordinária na Câmara Municipal de Salvador, apesar das flutuações na maneira de ser escrito, tem uma ortografia que converge para o registro de batismo e óbito como Anna Justina Ferreira Nery. No livro de Araújo (2008, p.8:78) *A Construção do Livro*, no capítulo Normalização geral do texto, o autor destaca que o domínio da ortografia – palavra oriunda do grego composto de *orthos*, “direito, justo”, e de *grápho*, gravar, escrever desenhar – é o próprio domínio da escrita, representação linguística por meio de sinais gráficos, que produzem, por convenção, determinados sons e traduzem a vivência da língua daquele que fala. Com o passar do tempo, a ortografia da língua mudou, de modo que um mesmo sistema de notação apresenta vestígios da forma antiga. A ortografia portuguesa passou por três estágios bem delimitados, sendo eles o fonético, o etimológico ou pseudo-etimológico e o simplificado.

Em 1924, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras iniciaram a busca por uma ortografia comum entre os dois países (Brasil e Portugal), firmando-se um acordo preliminar, em 1931, que praticamente adaptava a ortografia portuguesa, de 1911. Neste sentido, iniciou-se um longo processo de convergência das ortografias entre Brasil e Portugal. Os vocabulários, porém, que se publicavam, em 1940, pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1943, e pela Academia Brasileira de Letras continuavam, ainda, com algumas divergências. Para tanto, em 1943, em Lisboa, uma convenção ortográfica

deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945. Esse acordo tornou-se lei Fac-símile número 01 Registro de óbito em Portugal, por decreto.

O mesmo não ocorreu no Brasil, permanecendo os brasileiros com a regulamentação de 1943. Exemplo disso é que, em 1938, o nome Luís escrevia-se com a letra “s”, e em 1943 passou a ser escrito com a letra “z”. Esse fato causou, por falta de normalização sólida e coerente, desespero entre autores e editores, obrigando-os a incluírem notas explicativas sobre a flutuação ortográfica. Nesse sentido, a onomástica seria, em princípio, bastante simples se não fossem as considerações sobre a tradição familiar, apego bairrista e outros. Por outro lado, apesar dos hábitos arraigados, a questão foi resolvida e publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1971, em Índice dos Topônimos da Carta Brasil ao Milionésimo, de autoria de Antenor Nascentes, que estabeleceu critério normalizador.

Araújo (2000) relata que, “em caso de antropônimos, a princípio, é direito do usuário grafar Cavalcanti (e não Cavalcante), Wanderley (e não Vanderlei) e Jeanne (e não Jane), entre outros exemplos. Mas nada obriga a grafarem-se nomes da língua portuguesa sob um sistema ortográfico ultrapassado, mesmo que seu usuário assim o faça. Desse modo, as letras consonânticas dobradas sofreram simplificação, exceto as letras “s” e “r”, por exemplo, Melo e não Mello e Ivonne e não Ivone e a substituição da letra y pela letra i, como, por exemplo, Maia e não Maya e Cibele e não Cybele. Ao aplicar o acima exposto ao nome da “Mãe dos Brasileiros”, pode-se entender melhor a flutuação ortográfica de seu nome completo, ou seja, a escrita de Anna, Ana, Nery e Néri. Ressalta-se, inclusive, que Néri não deveria conter acento, pois 80% das palavras em português são paroxítonas e não têm acento agudo. No caso específico da ortografia da “Mãe dos Brasileiros”, entende-se que seria Ana Neri, sendo compreensível o entendimento da flutuação encontrada em textos biográficos, entre outros documentos. Contudo, como pesquisadores da história da enfermagem, é de nosso interesse e, quiçá de outros, escrever o nome da “Mãe dos Brasileiros” conforme os dados oficiais, como constatado nos registros localizados, na forma de Anna Justina Ferreira Nery ou simplesmente Anna Nery, por três motivos:

1. os documentos – registro de batismo, óbito e ata da Câmara Municipal de Salvador – encontrarem-se com a ortografia da letra “n” dobrada em seu nome próprio e a letra “y”, provavelmente, oriunda do nome de família do esposo, caracterizando o nome Anna Nery;

2. por se tratar de uma mulher brasileira, de carne e osso, e não de um produto de representação simbólica, por mais que em diversas situações isso realmente ocorra;

3. pautados na explicação de Pierre Bourdieu, no sentido do nome próprio como um atestado visível da identidade de seu portador, através dos tempos e dos espaços sociais, sendo o fundamento da unidade de suas manifestações sucessivas em registros oficiais, jurídicos e necrológicos, que constituem a vida como uma totalidade finita, por meio do veredicto, dado sobre um balanço provisório ou definitivo.

O estudo cumpriu seus objetivos e evidenciou a ortografia mais adequada para escrever o nome da “Mãe dos Brasileiros” como sendo Anna Justina Ferreira Nery. Assim, ratificase o nome da Escola de Enfermagem que tem seu nome, ostentado na fachada da instituição desde 1926, quando assim foi denominada, na época em que a porta-voz da enfermeira brasileira, Ethel Parsons, se encontrava no Brasil. Por outro lado, o registro de casamento, que seria o documento entendido como mais adequado para a triangulação das fontes, não foi localizado. Isso nos leva a crer que o casal possa não ter se casado na Paróquia de Cachoeira Igreja Nossa Senhora do Rosário ou que a data de casamento indicada na literatura está equivocada, pois a busca nos registros paroquiais ocorreu no período de 1836 a 1840. Contudo, tais hipóteses dariam origem a outro estudo no sentido de despertar a curiosidade de se conhecer mais a homenageada.”

“O registro de casamento, que seria o documento, entendido como mais adequado para a triangulação das fontes, não foi possível de localizar. Nesse sentido, muitos autores, como Bernardino José de Sousa, Maria Leonor Álvares Silva, João Francisco de Lima e Joaquim Francisco de Mattos, entre outros, já biografaram, direta ou indiretamente, sua trajetória de vida. Tiveram, como base, a figura de uma mulher heroína cujo nome flutua entre “Ana Nery”, “Anna Nery” e “Ana Néri”.

Casou-se em 15 de maio de 1838, aos 23 anos, com Isidoro Antonino Nery. Capitão-tenente da Marinha, que nasceu em Lisboa, Portugal, em 5 de setembro de 1800, e faleceu em 5 de julho de 1844, no Maranhão. “No entanto, apenas uma carta do comandante do brigue chegou às mãos de Anna Nery, comentando o falecimento de seu marido.” Com ele, teve três filhos, a saber: Justiniano de Castro Rabelo, Isidoro Antonino Nery e Pedro Antonino Nery. Uma ressalva sobre o primogênito Justiniano de Castro Rebello seu nome teria sido em homenagem a sua cunhada Maria Amália de Castro Rebello, casada com seu irmão Cel. Joaquim Maurício Ferreira, não tiveram filhos.

Apesar desse resumo, pouco se sabe sobre seus genitores, apenas os nomes e a nacionalidade. De sua infância quase nada, tudo conjecturas com base em evidências, hipóteses, palavras e por ouvir dizer, comentários de alguns parentes já falecidos, que passaram o possível pela tradição oral.

Pelo período de seu nascimento teria recebido a mesma educação da época dos irmãos mais velhos, a educação doméstica, de valores éticos e morais, formal. Família influente, de prestígio e de posses.

Anna Justina Ferreira Nery testemunha e símbolo

Toda história, mesmo de um período mais recuado e distante, terá sempre uma relação com o presente. São fatos, manifestações, estruturas, hábitos, atitudes nesta ou naquela conjuntura, que se assemelham e que passam de geração em geração. Como afirmou um dos maiores historiadores atuais Le Goff (2010 p.13): “O passado propõe, mas não impõe, o acaso e o livre arbítrio humano criam o presente tanto quanto a continuidade.”

Em meio à zona rural, numa sociedade patriarcal, numa população onde poucas pessoas falavam corretamente, pois não era permitido que a mulher estudasse, a não ser com preceptores em casa, para ensinar noções gerais, línguas estrangeiras e aulas de música, costura e trabalhos do lar. A mulher mesmo emancipada, não passava das soleiras das portas. Apesar dos seus irmãos terem formação acadêmica e ela ter casado com um estrangeiro, português, de Coimbra, o Capitão de Fragata Isidoro Antonino Nery, que pela profissão exercida e as viagens

longas, o deixava com pouco tempo, para permanecerem juntos. Propomos acompanhar a Cidade de Cachoeira de hoje, apagando o atual entorno, voltando no tempo desta cidade nos oitocentos, onde o país estava mergulhado numa das grandes crises e transições, e como Vila o seu cotidiano com obrigações sociais, religiosas, dentre outras, de longas viagens e travessias, a dinâmica dessas famílias e da sociedade local, também sofriam as restrições financeiras, além de surtos de doenças e grandes epidemias, como a do cólera-morbus, de sífilis, sarampo, varíola etc. Dentro desta rotina, ela expressava sua personalidade e decisões administrativas e financeiras em relação a sua família. Dotada de uma inteligência incomum, talvez uma pessoa cuja observação deva ser muito maior, do que registros escritos encontrados até o momento.

Em 1844, faleceu a bordo do veleiro Três de Maio, no Maranhão Isidoro Antonino Nery, Capitão de Fragata da Marinha, deixando-a jovem, e com maior responsabilidade. Vivenciou sua condição de viuvez com três filhos menores, o caçula com apenas dois anos de idade.

Seguiu os padrões sociais da época educando-os até terminarem o ginásio, em Cachoeira. Transferiram-se para Salvador, à Rua do Bangala, nº 37 onde faziam a complementação acadêmica. Os tios maternos tiveram grande influência sobre a formação deles. O médico. Isidoro Antonino Nery Filho, em sua tese de doutorado agradece à memória dos tios, registra e prodigaliza os cuidados que um pai teria sobre seus filhos, e registra “o meu espírito lhes consagra uma oração repassada de sentimentos e de eterna saudade!”

Anna Nery recebeu de seus pais a mesma educação básica de seus irmãos. Todos tiveram como princípios a religião católica, apostólica romana e a formação universitária e militar. Acostumados a conquistas na carreira e o espírito religioso, que era comum aos mesmos, amparou Anna Nery em dificuldades. Dirigiam com humildade e seguindo, serviram ao próximo e a sua Pátria, até como voluntários, conforme documentos da Polícia Militar, Arquivos do Ministério da Justiça, teses, depoimentos de familiares, dentre outros, Anna Nery participava da vida familiar e em comunidade, com destaque para as palavras do filho na Tese para obtenção do grau de Doutor em Medicina, que irei reproduzir adiante.

Em 15 de maio de 1838, aos 23 anos casa-se com o Capitão de Fragata Isidoro Antonino Nery, nascido em Lisboa, 05 de dezembro de 1800. Tiveram três filhos. Dois anos após o nascimento do último filho, ficou viúva aos 29 anos, em 05 de julho de 1844, ele falece a bordo do brigue Três de Maio, no Maranhão.

A residência continuou a mesma onde nasceu Rua da Matriz, nº 7 casa assobradada em estilo da época. Na atualidade o imóvel mantém remanescentes de alguns pisos, portas e telhado denominado popularmente de eira e beira ou Beira-seveira, que é um acabamento de parede (onde as telhas se apoiam em cima, de boca de telha, constituída de duas ou mais fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede.), *típico da arquitetura portuguesa, mas sofreu várias reformas e interferências perdendo parte da originalidade.*

A Rua da Matriz, em Cachoeira, hoje chama-se Rua Anna Néri pela Lei Municipal de 12 de agosto de 1926 em homenagem a Anna Justina Ferreira Nery.

Aos oito anos Anna Justina Ferreira e seus irmãos adolescentes assistiram de perto os horrores da morte, quando da reação armada vinda da canhoneira fundeada defronte à Vila de Cachoeira, Província da Bahia; comandada pelo português Madeira de Melo lutava contra a independência da Bahia, que ainda lutava pelo domínio do Brasil. E a tropa brasileira reduzida, mas por coragem, patriotismo, esforços e desejo de vencer terminam afastando e logrando a vitória da derrota do inimigo. “Quando os ventos de mudanças sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento...” (Guimaraes Rosa)

A Guerra do Paraguai

Reminiscências de um dos conflitos mais devastadores no Brasil

Em princípios de 1840 rebentou uma insurreição em Paranaguá, Província do Piauí. Várias determinações foram expedidas a fim de coibir as invasões através das fronteiras. O envio da tropa partiu da Capital para Cachoeira e daí para Feira de Santana, sob o comando de Magalhães de Castro, Capitão José Antônio Marinho de Queiroz e o alferes do exército Ladislau dos Santos Titara. Esta força tomou a

denominação de Coluna Expedicionária da Bahia, vinte e quatro anos depois foi aprisionado o navio brasileiro em 13 de novembro de 1864, em trânsito no Paraguai e outras represálias; o Brasil aderiu as outras nações vizinhas em defesa de seu território.

Antes do governo Imperial criar os batalhões de voluntários, o Tenente Coronel do Corpo de Polícia da Bahia Joaquim Maurício Ferreira, em 02 de janeiro do mesmo ano, ofereceu por ofício para com o corpo de seu comando defender a sua Pátria. Recebeu a resposta por “Ofício da Secção do Palácio do Governo, não só agradecendo o oferecimento, como louvando a prova de patriotismo em nome do Governo Imperial. Transcrita na Ordem do Dia nº302, de 11 de janeiro de 1865...”

A guerra derivou tensões diplomáticas no Rio da Prata.

“O frágil equilíbrio se rompe em outubro de 1864, quando o Brasil invade o Uruguai para intervir numa guerra civil local. O Paraguai protesta, temendo perder o aliado. Como Dom Pedro II ignora as reclamações, o marechal toma duas medidas radicais. Em novembro, confisca o navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava pelo Rio Paraguai, na altura de Assunção, rumo a Cuiabá. Em dezembro, manda suas tropas atacarem a província de Mato Grosso. A guerra está declarada. No Uruguai, a guerra civil termina com a queda do governo pró-Paraguai. A Argentina se vê envolvida no jogo em abril de 1865, após tropas paraguaias invadirem a província de Corrientes. Em maio, o Brasil, a Argentina e o Uruguai formam a Tríplice Aliança, com o intuito de derrubar Solano López. No Paraguai, o conflito é chamado de Guerra da Tríplice Aliança.”

A Bahia

Noticiavam os jornais a debilidade das forças armadas. “O Imperador D Pedro II em 7 de janeiro de 1865, pelo decreto n. 3.371 apelaria para o sentimento patriótico do povo brasileiro, criando, para o serviço extraordinário da guerra os batalhões denominados de Voluntários da Pátria”. A mobilização foi intensa entre diversos grupos sociais, de militares de ex-escravos, conhecidos como o batalhão dos zuavos, todos num mesmo pensamento a defesa da pátria. A província da Bahia foi a primeira a participar e se engajar na defesa do território

invadido pelo país vizinho, o Corpo de Polícia da capital, estava sob o comando do tenente-coronel Joaquim Maurício Ferreira, antecipando-se ao decreto, que criava os Corpos de Voluntários, ofereceu-se para participar da luta, embarcando com cerca

“477 homens no dia 23 de janeiro de 1865. Em 20 de dezembro de 1866, Caxias realizou uma reorganização das forças brasileiras (Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro de 1866). Como comandante-geral, Joaquim Maurício Ferreira determinou, conforme previsto no Decreto nº 782, de 19 de abril de 1852, que todos os corpos militares passariam a ter, rigorosamente, oito companhias. Primeiros de uma série que ocorreria ao longo dos 5 anos de guerra.”

Uma análise da mobilização das Companhias Negras na Bahia e Pernambuco durante a guerra do Paraguai (1864-70)

Anna Justina Ferreira Nery já viúva, aos 50 anos, e com os filhos criados, formados e atuando como médicos e militar, servindo na guerra do Paraguai, dois filhos, um sobrinho e os irmãos, encontrou um novo caminho para a sua vida, estar perto dos seus e ser útil ao próximo atenuando as dores de enfermos e até salvando vidas. Solicitou “servir em qualquer hospital do Rio Grande do Sul”, mas lá não permaneceu muito tempo. Seguiu por longos 5 anos de guerra, o Exército nas Campanhas de Curupaiti, Humaitá, Assunção, Aquidaban e Corrientes. Ana Nery, que somente apropriando-se do discurso que definia a mulher e o seu papel naquele século, poderia ter suas pretensões atendidas.

Em carta ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, Anna Nery revelava os motivos que a levaram a Guerra:

“Tendo já marchado para o Exército dois de meus filhos, além de um irmão e outros parentes, e havendo-se oferecido o que me restava nesta cidade, aluno do sexto ano de medicina para também seguir a sorte de seus irmãos e parentes na defesa do país, oferecendo seus serviços médicos, - como brasileira, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros e por tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, se isto me fosse permitido, mas opondo-se a este meu desejo, a minha posição e o meu sexo, não impedem, todavia estes motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde se façam precisos, com que satisfarei ao mesmo tempo aos impulsos de mãe, e aos

deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas para honra e brio nacionais e integridade do Império Digne-se V. Excia. de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração. É pertinente.

Ao irromper a Guerra do Paraguai (dezembro de 1864), seguiram ambos os militares para o campo de luta. Anna requereu ao presidente da Província da Bahia, conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, que lhe fosse facultado acompanhar os filhos e os irmãos (major Manuel Jerônimo Ferreira - Batalhão Princesa Imperial e tenente coronel Joaquim Mauricio Ferreira - 41º Corpo de Voluntários da Pátria) durante a guerra ou, ao menos, prestar serviços nos hospitais do Rio Grande do Sul. Deferido o pedido, partiu de Salvador incorporada ao 10º Batalhão de Voluntários da Pátria (agosto de 1865), na qualidade de enfermeira.

“De Landulfo Medrado nas anotações feitas em seu diário, escrevendo sobre os estados em que se encontravam os hospitais aliados, também referiu-se a Anna Nery “O hospital (o de Correntes) é talvez o melhor que tem: aí serve de enfermeira uma senhora da Bahia, já velha, a quem os doentes chamam de Mãe, pela caridade e desvelo com que trata a todos “ E. quanto as dificuldades encontradas por ela no desempenho de sua atividade conclui **Jornal O Alabama* Edição de 29 de abril de 1870 M FLORA. Ana e VERÍSSIMO, Inacio José. Diário com notas autobiográficas de André Rebouças. Texto escolhido e anotações. Bahia. Livraria Jose Olímpio editora. 1936. p. 70 1 ‘*Jornal O Alabama* Edição de 29 de junho de 1865. ” SOUZA. op. cap 133 63 “Esta Senhora faz uma das mais belas páginas de elogio a província da Bahia entretanto, o Governo, que facilita as despesas mais loucas, nem ao menos lhe paga o aluguel de um a casa decente em Correntes. Em Assunção, a enfermeira, fundou e manteve com seus próprios recursos, em sua casa, com ajuda de seu filho Isidoro, médico do Corpo de Saúde do Exército, continuando a sua missão. A fragilidade dos 50 anos que aparece como condição para exercer apenas ofício de natureza pacífica, não corresponde à sua trajetória durante a guerra, onde angaria triste sina de não ver cumprido o destino natural, quando os filhos enterrarem seus pais, perdendo seu filho no palco da Guerra, na Historiografia da guerra.”

Anna Justina Ferreira Nery, segue para o Rio Grande do Sul, depois Argentina e finalmente Assunção. Diversas batalhas subtraem vidas, inclusive a do seu filho mais velho médico Justiniano de Castro Rebello. Poderia ter retornado, tal a perda, mas segue adiante e permanece em prol dos seus e dos anônimos. Muitos desconfortos, faltava tudo alimentação, vestuários para o inverno, aquecimento, instalações. E as doenças

infecto contagiosas causa de muitas mortes. Uma região inóspita, cria em sua residência, uma enfermaria onde os feridos poderiam ter maiores cuidados e criados por Justiniano de Castro Rebello métodos empíricos, mas inovadores para a época, de higienização, o que não dispunha nos chamados hospitais de campanha, barracas cobertas de lonas ao relento. Tudo as suas expensas. Sua tenacidade, abnegação e envolvimento com os doentes e feridos causa incômodo a alguns médicos. Através de relatos históricos, há registro de desobediências da parte dela, pelo carinho que dedicava a estes feridos e doentes. Daí passaram a chamá-la de mãe. Mais tarde, nas homenagens prestadas dão-lhes o cognome de “Mãe dos Brasileiros”.

“Ofício do Marques de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva datado de 15 de junho de 1868 dirigido à representação Fiscal de Corrientes, fazendo referência ao requerimento de Anna Justina Ferreira Nery que se dizia brasileira, fornecedora de sanguessugas para os hospitais nessa Cidade, bem como encarregar-se da Lavagem de toda roupa dos mesmos, SAP, cod.931.1”

Consta-se de referência ao registro “que se diz brasileira... e Lavagem de toda a roupa” que por desobediência de regras de tratamento de uma criança, foi denunciada...e uma patente e médico verificou e constatou que ela havia desobedecido, como puni-la? Encontramos este ofício tempos depois.

No dia 11 de maio de 1870, chega a Bahia sob o comando do Coronel Joaquim Maurício Ferreira do 41º Batalhão do Corpo de Voluntários da Pátria, Anna Justina Ferreira Nery. Justiniano de Castro Rebello nasceu em fevereiro de 1839 e faleceu 1868 aos 29 anos. Um dos cirurgiões comissionados e serviu à Marinha de Guerra. Recebeu condecorações por atos de bravura. Isidoro Antonino Nery nasceu em 24 de março de 1841.

Isidoro, em 1871 foi nomeado Cirurgião Ajudante. Ao regressar da Guerra do Paraguai esteve na função de Cirurgião Mor, de 4 de junho de 1873 a 7 de abril de 1874 como médico em Salvador, tornando-se muito popular na Bahia, passando a ser conhecido como “Pai da Pobreza” pelo espírito humanitário no exercício de sua profissão. Ferido em plena guerra teve a assistência e cuidados da mãe, que havia recebido a notícia do falecimento do primogênito Justiniano de Castro Rebello, e ocultou do filho ferido, a perda. Juntando suas forças dirige-se para

os campos de batalhas em socorro a outros feridos, quando sofre novo golpe o sobrinho e alferes, Arthur Ferreira, que amava como filho está entre os mortos, e ela o recolhe em pleno campo de batalha.

Na These Inaugural da Faculdade de Medicina da Bahia, 1879 de Joaquim Rodrigues Ferreira, irmão do alferes a seguinte dedicatória:” A imorredoura memória de meus desventurados irmão Luiza Maria Ferreira e o alferes voluntário, Arthur Rodrigues Ferreira vítima de sua heroica dedicação a pátria.”

Pedro Antonino Nery nasceu em 13 de maio de 1842 e faleceu 1904 aos 62 anos. Cadete da Escola Militar do Rio de Janeiro, ao final da guerra era capitão, e ao falecer em Recife 1904, não recebeu a merecida promoção de General de Brigada.

Anna Nery trouxe ainda seis órfãos de guerra, crianças de pais brasileiros mortos nas lutas, a pensão concedida pelo governo brasileiro teria sido para complementar a educação dos órfãos.

As homenagens prestadas com o regresso: aclamada e recebida com filarmônica, recepcionada primeiro no Rio de Janeiro pelas senhoras baianas que a presentearam com um álbum, medalha, Decreto Imperial e depois em Salvador banda de música, poesias, versos; ofícios e requerimentos. Coroas, medalhas... e levada nos braços até sua casa na Rua do Bângala, nº 37. Pela sua trajetória de vida é impossível não ser lembrada, alçou acima da média padrões de comportamento físicos e emocionais, além da inteligência, coragem, dignidade e civismo, ainda é exemplo nesses 149 anos de seu falecimento, 20 maio de 1880.

Os Irmãos

(Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia século XIX)

Capitão Manoel Jerônimo Ferreira, começou a servir ao país nas lutas da Independência da Bahia, tomando armas com a idade de 14 anos. Em 1824 alistou-se no 3º Corpo de Artilharia de 2ª Linha (Milícias) do qual teve baixa em 1829 por moléstia”. Retorno servindo ao país em diversas Comarcas. Vindo a Guerra do Paraguai saiu da Bahia no Vapor Isabel com seu batalhão que tomou o nº 43º V.P. em 4 de novembro de 1865. Teve u grande destaque durante longo período da Guerra. Tenente-coronel que comandou o 10º Batalhão de Voluntários da

Pátria durante a Guerra do Paraguai (1864-1870); casado com Eudóxia Flora Galvão Ferreira.

Joaquim Maurício Ferreira em 1857 era Major do 2º Btl., de Infantaria da Guarda Nacional; em 1861 Oficial de Gabinete da Secretaria da presidência da Província. Nomeado em 16 de junho de 1863 Tenente Coronel-Comandante do Corpo de Polícia. A Construção da Memória Nacional: Os Heróis no Panteão da Pátria também tenente-coronel, comandante do 41º Batalhão de Voluntários da Pátria; casado com Maria Amália de Castro Rabello Ferreira. Sem descendência

Ludgéro Rodrigues Ferreira, médico, cientista

O quarto irmão **Antônio Benício Ferreira** foi corretor e fazendeiro e um dos fundadores da Santas Casas de Misericórdia. Casado com Maria da Glória Pimenta Ferreira

Anna Justina Ferreira Nery e Florence Nightingale **Contemporâneas e semelhantes**

Mulheres do mesmo século. De famílias tradicionais e de poder aquisitivo alto. Cultas. Dedicadas à caridade. Disciplinadas. Símbolos e testemunhas das guerras.

Anna Justina Ferreira Nery foi contemporânea da enfermeira inglesa Florence Nightingale, que nasceu em 12 de maio de 1820 em Florença. Iniciou sua carreira em Londres, mas procurou outros caminhos para exercer sua profissão. Lutou contra a vontade dos pais, quando estudou enfermagem e queria exercer a profissão. Entre 1853-1858, período da Guerra da Crimeia, atual Ucrânia, guerra que ceifou muitas vidas e a preocupação da população pelo bem-estar dos soldados e dos feridos pressionava o governo: “O que levou o Secretário de Estado, Sidney Herbert, a destacar para a Guerra um grupo de enfermeiras, nomeando Florence Nightingale para Superintendente do grupo.”

Em 1854, surgiu a oportunidade para Florence seguir para o hospital militar inglês em Scutari, na Turquia, onde atendia os feridos anglo-franceses na Guerra da Criméia, e os soldados morriam vítima da cólera e do frio. Esteve também à frente de batalhas, onde instalou dois

hospitais e prestou serviços de atendimento a 4.000 feridos. Percorria as enfermarias à noite com uma lamparina nas mãos para verificar como estavam os doentes, por isso passou a ser conhecida como a dama da lamparina, que se tornou um dos seus símbolos, e também da enfermagem. Dotada de muita inteligência dominava vários idiomas, inclusive o latim, tinha conhecimentos de filosofia, matemática, estatística. Ela difere da nossa Anna Nery por ter conhecimento de infraestrutura hospitalar. Publicou: *Notes of Matters Affecting the Health, Efficiency and Hospital Administration the British Army*, 1858. Suas primeiras experiências se deram na famosa Escola de Enfermagem Fliedner, na Alemanha onde viveu sua primeira prática como profissional entre as religiosas protestantes de Kaiserswerth.

Escreveu alguns livros “Administração Hospitalar do Exército” e “Comentários sobre Questões Relativas à Saúde” Fundou em 1860 a primeira Escola de Enfermagem do Hospital Saint Thomas, em Londres. Com o trabalho reconhecido, em 1883. Faleceu a 13 de Agosto de 1910, em Londres, com noventa anos de idade e cega. “A família recusou o enterro na célebre Abadia de Westminster (Westminster Abbey), sendo os seus restos mortais depositados no cemitério da Igreja de St. Margaret em East Wellow, Hampshire, na campa da família.”

Ambas romperam com muitos preconceitos. Chama atenção a bravura de Anna Nery naquele momento histórico, atitudes inovadoras para a época, criatividade com os poucos recursos que dispunha. Soube vencer as dificuldades e as suas barreiras, por ser mulher, voluntária e abnegada que serviu a nação. A atitude inovadora de Anna Justina Ferreira Nery, para a época, foi marcada pela sua bravura, num momento histórico difícil e dominante na vida temporal do Brasil, a Aliança Tríplice, como se denominou a Guerra do Paraguai. Não hesitou em escrever ao Presidente de Província oferecendo sua contribuição no cuidar de pessoas ainda que empiricamente, uma vez que tendo uma família grande tinha noções de como tratar doentes e ministrar medicação; embora fosse inimaginável o que encontraria para vivenciar nos horrores da guerra. Anna Nery rompe os padrões da época para uma mulher de 50 anos.

Fragmento da carta escrita por Anna Nery ao Governador da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas:

“Prometo que trabalharei como enfermeira em qualquer hospital e em defesa de todos aqueles que sacrificarem sua vida pela honra nacional e a integridade do Império. (Anna Nery, em carta ao Governador da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, em 8 de agosto de 1865)”

Não é só uma história contada, só exposição, é mais, é uma reflexão de contexto histórico, sócio-político, econômico e cultural. Foi a tenacidade, abnegação. Faltavam pessoas para cuidar de doentes, feridos de guerra, acometidos com doenças contagiosas, sem cura. Aprendeu a lidar com portadores de moléstias contagiosas, produzir remédios caseiros, prestar primeiros socorros, aplicar injeção, controlar hemorragias, dissecar feridas e usar sanguessugas.

Anna Nery soube vencer as dificuldades e diferenças com habilidade, desde sua saída de Salvador para o Rio Grande do Sul, depois Argentina e enfim o Paraguai. Elas transcenderam seu tempo. Todos os títulos recebidos fazem jus ao seu devotamento. A heroína da caridade é também a Redentora, aquela que salva, aquela que ameniza aquela que tem a capacidade de redimir.

Registros de Época

Conde D’Eu 1870: “Ao Batalhão 41º de Voluntários acompanha D. Anna Justina Nery, irmã do tenente Coronel de Comissão Joaquim Mauricio Ferreira. É senhora que des o princípio da presente guerra tem prestado relevantes serviços e se distinguido por sua caridade e outras virtudes, quer ajudando com zelo evangélico o curativo dos doentes nos hospitais militares, quer tratando em sua própria casa de grande número de oficiais feridos ou doentes, quer por fim educando em sua companhia as meninas que os acontecimentos da guerra iam deixando órfãs. “Azevedo Pimentel, testemunha ocular-afirma Deodoro (op.cit. p. 5) Como citado “uma mulher esquecida e invisível.”

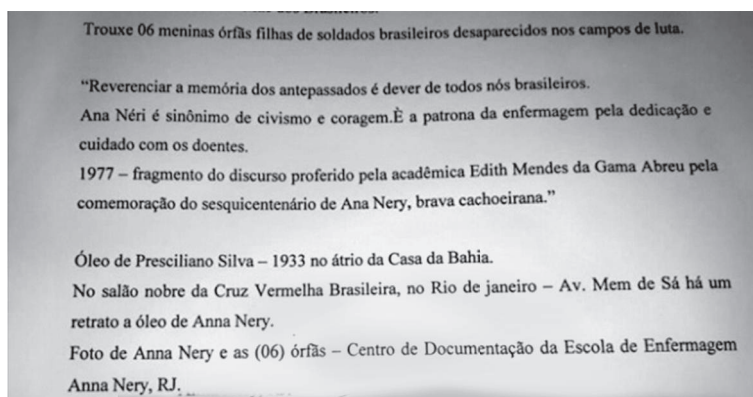
“Quem no exército não conheceu a intrépida soldada que no 29º Corpo de Voluntários da Pátria armava-se com a carabina do primeiro soldado ferido, e entrava em seu lugar na fileira, sustentando o combate até o fim... largando então a arma agressiva, para tomar as da caridade e dirigir-se aos hospitais de sangue? Quem não recorda atos de heroísmo desta dedicada mulher que, devendo fugir de uma

morte certa, ao contrário, chegou certo dia a dizer a um homem que tomasse suas saias e lhe entregasse as armas – isto no mais encarniçado do ataque – malogrado de Curupaiti, a 22 de setembro de 1866? Ela adotou o uniforme de vivandeira militar, único com que a vimos durante todo o nosso tirocínio de cinco anos de guerra. E com mágoa o diremos: outras passaram por heroínas, cantadas em romances e poesias variadas. E ela... nem uma simples menção viu figurar seu nome.”

Outra carta de Benjamin Constant: “Com Tibúrcio, comemorou o aniversário de Maria Joaquina, na casa de Anna Néri, mãe de três oficiais brasileiros e uma das pioneiras da enfermagem no Brasil, que fixou residência perto do campo de operações para atender aos feridos, o que lhe valeu o apelido de mãe dos brasileiros”

O que encontramos sobre a palavra Vivandeiros:

Vivandeiros, elas cuidavam das roupas dos militares, eram enfermeiras que acudiam os feridos, providenciavam remédios basicamente da flora, amparavam os doentes, e outras vezes estavam na vanguarda, pegavam em armas lutando de igual para igual. Ele se refere a um uniforme.



Jornal A Tarde.

BASTOS. A história da enfermagem: Guerra do Paraguai - Ana Néri 2003 p.7

Em Corrientes montou o 1º Hospital de Sangue, onde recolhia os feridos dando-lhe todo conforto material e espiritual e assim prestou relevantes serviços.”

Jornal “A Tarde” – oferta da coroa de ouro oferecida a D. Anna Nery pelo neto Azarias Nery que esteve em poder do Coronel do Imperial Exército Antonino Nery (falecido em 1904) filho de Anna Néry e pai de Azarias.

As palavras do Sr Azarias Néry...muitas vezes solicitado,nunca quis que tal documento histórico pertencesse a outro lugar senão à Bahia, a terra querida que prestara tão grande homenagem a sua avó.”

Jornal A Tarde.Registro da oferta da Coroa

BASTOS. A história da enfermagem: Guerra do Paraguai -Ana Néry 2003 p.7

Referências

Arquivos da Polícia Militar. Quartel dos Aflitos, Largos dos Aflitos. **Livro de Termos dos Juramentos prestados pelos Oficiais do Corpo Policial, 1863-1903.** Caixa nº672. Secretaria da Segurança Pública

_____. Livro de índice das Ordens do dia

_____. Livro de Fé de Ofício

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil.** Brasiliense, S.P. 1988

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai.** Brasiliense. S.P., 1988

COSTA, Paulo Segundo. **Hospital de caridade de São Cristóvão - Santa Isabel**

CUARTEROLO, Miguel Angel. Soldados de la Memoria Imagenes y Hombres de la Guerra Del Paraguai. Buenos Aires, 2000

DIÁRIO DA BAHIA 06.05.1870

DIÁRIO DA BAHIA 28.08.1870

Dicionário de Mulheres do Brasil de 1500 a atualidade. Coordenação Schumacher e Érico Vital. Jorge Zahar editor

DOMINGOS, J.A, Rebello. **Chorographia ou história geográfica do Brasil.** p 189. 1829

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai**. Biblioteca do Exército. v.IV tomo I e II RJ 1986

_____. Vol. 2 Tomos II, III e IV

_____. Vol. 3 Tomo IV

Gazeta de Notícias. RJ 21.05.1880

Gazeta Médica da Bahia. Anno II nº 27 15.08.1867

Jornal A Tarde notícias oferta da coroa

Jornal do Comercio RJ 20.05.1880

Jornal Diário de Cachoeira 1880

LIMA. Américo Pires. **Atribuições da Misericórdia na Bahia**

LIMA. João Francisco. Ana Néri, **a memória da caridade**. Tese de Mestrado UFRJ UFF Nova Época Ltda.

MADUREIRA.A.de Sena. **Guerra do Paraguai**. Coleção Temas brasileiros. Vol. 22 Brasília,1982

Memorial da Escola de Enfermagem 1946/1996. Coordenação Josicélia Dûmet Fernandes. Escola de Enfermagem UFBA Salvador 2001

Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX. Comemoração do IV Centenário da Cidade do Salvador.

Revista do Instituto Geografia e História Militar do Brasil. Biblioteca do Exército nºs 33/34-1958. RJ 1960

Revista do Instituto Geográfico Brasileiro. Tomo 91, vol., 145. 1926

Idem Vol. 64 p228

Idem Vol34 p. 93

RUBENS, Carlos. **Pintores militares**. Nação Armada nº73, 1941

SOUZA, Bernardo J de. **Heroínas Bahianas**. Livraria José Olímpio Editora. 1936 p. 129-130.

WALDOW. Vera Regina. **Cuidado humano: o resgate necessário**. Porto Alegre, 1999

Vida Econômica e Financeira da Bahia. Elementos para a história 1808 a 1889

Faculdade de Medicina da Bahia **These** em agosto de 1870 para obter gráó de doutor em medicina por Isidoro Antonino Nery

Faculdade de Medicina da Bahia. **These** – Isidoro Antonino Nery. Cavaleiro da Imperial Ordem de Christo e Sócio Honorário da Sociedade Beneficente Portuguesa em Assunção Faculdade de Medicina da Bahia These Inaugural 1879.

www.exercito.gov.br/Instit.Historia/sinopse/pampas Acesso em 16.01.2004

www.ccerqueira.hpg.ig.com.br/Paraguaihtm Acesso em 16.01.2004

www.hportugues.com.br/hospital/DocImage.2003-02-20.3223 Acesso em 16.01.2004

www.brasil500anos Acesso em 24.01.2004

www.aman.ensino.eb.br/hisgeo/MedMil/colonial.htm Acesso em 24.01.2004

www.luso.med.sapo.p/Xn32 Acesso em 24.01.2004

<https://papodehomem.com.br/ana-justina-ferreira-ner-y-or-mulheres-que-voce-deveria-conhecer/> Acesso em 09.05.20019

<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/981/959> Acesso em 09.05.20019

<http://www.rankbrasil.com.br/Midia/Recordes/Materias/000652.jpg> Acesso em 09.05.20019

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=706825&pagfis=95&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 09.05.20019

<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1111370087.pdf> Acesso em 09.05.20019

Periferização do miolo de uma grande metrópole: um olhar a partir do bairro de Castelo Branco em Salvador – Ba

Clebson Costa

Mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional
(PPDRU)/UNIFACS
Licenciado em Geografia/UCSAL.

Ana Almeida

Doutora em Saúde Coletiva/UFBA.

Márcia Melo

Doutora em Arquitetura e Urbanismo/UFBA.

Resumo

A estruturação do espaço urbano de uma metrópole representa o tipo de sociedade que a constituiu, a partir de suas relações socioeconômicas, políticas e culturais, num determinado espaço de tempo. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar o processo de periferização do Miolo de Salvador e suas implicações como a carência habitacional e de infra-estrutura urbana básica, as condições de vida dos moradores, tendo como exemplo o bairro de Castelo Branco (CB) localizado nesta área da cidade. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica documental buscando informações acerca da ocupação do espaço urbano de Salvador e seus desdobramentos, coleta de dados em órgãos públicos como a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Palavras-chave: Periferia, Miolo de Salvador, Castelo Branco.

Abstract

The structuring of the urban space of a metropolis represents the type of society that constituted it, from its socioeconomic, political and cultural relations, in a determined space of time. Therefore, this article aims to analyze the process of peripherization of the Miolo de Salvador and its implications as the housing shortage and basic urban infrastructure, the living conditions of the residents, taking as an example the neighborhood of Castelo Branco (CB) located in this area of the city. The methodology used was a documentary bibliographical review seeking information about the occupation of the urban space of Salvador and its unfolding, collection of data in public bodies such as the Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), the Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and the Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Keywords: *Periphery, Savior core, White Castle.*

O processo de urbanização das metrópoles no Brasil foi influenciado por uma série de transformações econômicas, políticas e sociais, favorecidas por relações impostas pela economia capitalista. Essas articulações produziram “novos” processos na organização do espaço urbano direcionando à população de baixa renda para as áreas periféricas - menos valorizadas da cidade, enquanto uma minoria elitista se apropriou de forma sistemática dos melhores e mais valorizados espaços da cidade (CARLOS, 2004). Neste contexto, este artigo tem como o objetivo analisar os principais avanços e as fragilidades quanto às condições de vida dos moradores do bairro de Castelo Branco durante o processo de produção do espaço urbano do Miolo de Salvador.

Vale destacar que a metodologia utilizada para a produção desse artigo foi uma revisão bibliográfica documental buscando informações acerca da ocupação do espaço urbano de Salvador e seus desdobramentos, coleta de dados em órgãos públicos como a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), a Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), além de recorrer às observações e conversas realizadas com moradores durante a visita de campo, com a finalidade de exemplificar alguns desses efeitos e alcances sobre as dinâmicas urbanas do bairro. Nesse sentido, a análise desse processo contribuiu para ampliar a compreensão sobre a

inserção social e urbana dos moradores do bairro, em consonância com a produção do espaço urbano periférico de Salvador - Bahia.

As décadas de 1960 e 1970 foram períodos de intensas ocupações das áreas centrais de Salvador por conta do acelerado processo de industrialização com o Centro Industrial de Aratu (CIA), e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), combinado com o crescimento demográfico da época atingiu seu primeiro milhão de habitantes IBGE (2010), além do surgimento de planos estatais de intervenção habitacional, como o caso do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco, Narandiba e outros. Sem dúvidas, estes fatores estimularam o crescimento do tecido urbano de forma rápida e irregular em direção do vetor Norte da cidade, isto é, na área do Miolo de Salvador (BRITO, 2005).

Nesse período a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), ordens religiosas e a algumas famílias de Salvador detinha a propriedade de grandes glebas, o que se revelou, inicialmente, como um entrave na tentativa de solucionar as demandas por habitações populares para os segmentos de baixa renda da cidade.

Após a PMS disponibilizar uma série de loteamentos em direção ao vetor Norte da cidade com a finalidade de fixar a população de baixa renda (população com renda domiciliar de até dois salários mínimos, IBGE, 2010) nas áreas periféricas da cidade, ocorreu ao mesmo tempo, um processo de valorização do solo urbano em determinadas áreas de Salvador, principalmente nas proximidades da Orla Atlântica, o que fez surgir algumas ocupações como por exemplo a “invasão do costa azul” localizada no entorno de áreas relativamente mais valorizadas nas “novas” centralidades cidade, remanejada em 1985 pela própria prefeitura para áreas do Miolo da cidade (MATTEDI, 1979; BRITO, 2005).

A década de 1970 foi um período de intensa consolidação do dinâmico mercado fundiário baiano que apoiado pelo poder municipal contribuiu para promover o controle e uso do solo dos espaços mais valorizados da cidade, em prol da espoliação da população mais pobre de Salvador. É importante ressaltar que muitas dessas intervenções que buscaram a “revitalização” de espaços na cidade tiveram como consequência a expulsão dos moradores, gerando uma verdadeira insegurança quanto ao seu habitar, ampliando o processo de periferização de Salvador (FERNANDES, 2005).

O termo periferização e a expansão urbana ganham importância nas análises de Kowarick (1979) e adquire sentido para além do literal. Para ele a periferia “constitui-se em aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, habitação e outros, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p. 31).

A ocupação do Miolo de Salvador ocorreu de forma dinâmica a partir dos movimentos demográficos (migrações regionais e intra-urbano), com a implantação de conjuntos habitacionais planejados, além das ocupações irregulares, provocando uma restrita disponibilidade de equipamentos urbanos e acesso à infraestrutura básica como saneamento, sistema de transporte, habitação regular, saúde e outros, para a população local (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Em suma, as ocupações espontâneas e os conjuntos habitacionais populares do Miolo de Salvador configuraram a formação de um espaço de baixa valorização fundiária na cidade, primeiro devido à distância das “novas” centralidades, a carência de equipamentos e de infraestruturas urbanas básicas, em seguida, por ser um espaço de recepção de transferidos de ocupações irregulares de outras áreas da cidade e, por fim, pela proximidade de equipamentos públicos de baixo valor social, como a colônia penal Lafaete Coutinho, destinada a reclusão de infratores, como o caso da nossa área de estudo. Estes foram e são elementos fundamentais que sugerem a necessidade urgente de (re) pensar o modelo de planejamento urbano das periferias a partir de ações que possam requalificar o processo de produção do espaço do Miolo de Salvador (FERNANDES, 2004; SERPA, 2001).

Vale ressaltar que o artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira aborda notas sobre o processo de expansão e ocupação do Miolo de Salvador, em seguida, apresenta o histórico e as principais características de CB, a terceira parte é um trabalho de campo que inclui observações da área de estudo e depoimentos coletados de maneira informal de moradores mais antigos do bairro acerca das potencialidades e/ou fragilidades do bairro e, por fim, as considerações finais.

Notas sobre o processo de ocupação do miolo de Salvador

Localizada na área central do município de Salvador figura - 1, a denominação “Miolo” se origina da situação geográfica da área, na parte central do município de Salvador. A região passou a ser assim denominada a partir dos estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB) no ano de 1970, onde havia muitas chácaras, áreas verdes e vazios urbanos e a partir dessa década iniciou seu processo mais intenso de urbanização dessa área da cidade (PLANDURB, 1970).



Figura – 1. Os limites do Miolo na cidade de Salvador

Fonte: Cadernos do Logepa - vol. 4, n. 1, p.39-46, 2005.

Mapa de Salvador – CONDER.

Vale destacar alguns aspectos históricos que serão fundamentais para a compreensão do processo de ocupação do Miolo da cidade. Desde 1950, Salvador já apresentava um déficit habitacional expressivo quando havia notificado 16.539 unidades habitacionais, registrados no Censo de 2000 a marca de 81.429 habitações e reafirmada na última estimativa de 2010, quando atingiu à marca de 106.243 mil unidades habitacionais, das quais 95% são demandas de segmentos sociais de até dois salários mínimos, contribuindo para o contínuo processo de

formação - expansão e adensamento das áreas de aglomerados subnormais¹ (SOARES, 2009).

Cabe salientar também que a política nacional de habitação do governo Federal, desempenhou importante papel no processo de ocupação do Miolo. Em 1964 a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o uso dos recursos financeiros do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) intensificaram a produção de unidades habitacionais populares na tentativa de ocupar vazios urbanos e equilibrar as fragilidades e/ou carência de habitação de inserção social nas áreas periféricas de Salvador.

Em seguida, com a alteração da lei municipal 2.181/68 da Reforma Urbana em (1968) a PMS permitiu a venda de parte das terras da cidade, bem como aprovou a abertura de uma série de loteamentos em direção do vetor Norte da cidade conforme a Tabela 2. Segundo a referida lei, os foreiros e ocupantes por contrato ou informalmente, deveriam comprovar a posse da terra para então formalizar o resgate e legalização desta posse, tornando-se o proprietário legal e direto do imóvel (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Tabela – 1. Evolução dos loteamentos aprovados no miolo da cidade em entre 1925 e 2002 por localidade.

LOCALIDADE	TOTAL DE LOTEAMENTOS		
	1925/1967	1968/2002	Total
Barra	43	05	48
Boca do Rio	02	07	09
Brotas	42	15	57
Cabula	05	08	13
Centro	44	04	48
Itapagipe	28	01	29
Itapuã	11	24	35
Liberdade	23	04	27
Mussurunga	...	01	01
Pau da Lima	02	08	10
Pituba	05	14	19
Rio Vermelho	10	11	21
São Caetano	13	05	18
São Cristóvão	...	02	02
Subúrbio Ferroviário	08	11	19
Tancredo Neves	...	03	03
Valéria	03	01	04
TOTAL	239	124	X

Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira. PLANDURB, 1977.

¹ Aglomerado subnormal. O IBGE classifica os domicílios como aglomerados subnormais quando estes ocupam terrenos de maneira ilegal e quando há precariedade de serviços públicos essenciais como: tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica e outros. De uma maneira geral, enquadram-se nesta classificação as invasões, loteamentos irregulares, autoconstruções, favelas, entre outros. Além disso, cada aglomerado subnormal deve ter, no mínimo, 51 unidades habitacionais nessa situação (IBGE, 2010).

Um exemplo desse crescimento do tecido urbano foi a implantação da Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM) e as novas aquisições de grandes glebas por grupos privados em toda a extensão dessa área, sendo nesse cenário que se estabelece um dos períodos mais lucrativos do mercado de terras em Salvador com a concentração de propriedades urbanas nas mãos da elite baiana. Essa ação municipal trouxe mudanças no processo de uso e ocupação das terras na cidade de Salvador, reafirmando o Miolo como o novo vetor de crescimento da cidade para grupos de baixa renda, corroborando o avanço do processo de periferação de Salvador (RIBEIRO; DEBEFFE, 1979).

A década de 1970 iria testemunhar a formação de assentamentos espontâneos como Pau da Lima e Pernambués e de ocupações planejadas como o bairro de Castelo Branco. Ao mesmo tempo, cabe destacar que nesse período ocorreu em Salvador um avanço do sistema de transportes com vias de penetração em direção a periferia, como a criação da Avenida Luiz Viana (Avenida Paralela) o que assegurou a área do Miolo uma posição estratégica como vetor para ampliação da malha urbana (BRITO, 2005; BRANDÃO, 1978).

Durante as décadas de 1980 e 1990, Salvador manteve um elevado crescimento demográfico, além do contínuo processo de ocupação periférica do espaço urbano. Cerca de 40 bairros ocupavam 36% da superfície do Miolo, com densidade demográfica de 15.000 – 25.000 hab/km². As áreas mais densas correspondiam ao bairro de Cajazeiras, Águas Claras, Pau da Lima e outros, cujas condições urbanas básicas apresentam carência e/ou ausência de equipamentos de lazer, saúde e segurança. Este contexto resultou na produção de um padrão periférico de habitação na cidade, quadro que se expressa no Miolo de Salvador (PLANDURB, 1970).

Atualmente, embora o Miolo apresente muitas fragilidades quanto a infraestrutura urbana, esta área central da cidade aponta uma certa concentração de atividades terciárias e de serviços, além de abrigar pequenos núcleos de empresas que se instalaram no seu entorno. Sendo assim, apesar da distância das principais centralidades de Salvador, o Miolo da cidade representava hoje uma nova área de perspectivas e potencialidades (PMS, 1986; PLANDURB, 1970).

Historiando o processo de formação do bairro de Castelo Branco

Localizado na parte central do município de Salvador entre a Avenida Paralela e a BR - 324, CB tem os seus limites territoriais com alguns bairros como Dom Avelar, Sete de Abril, Pau da Lima, Cajazeiras IV, VI, VIII e o Parque Jardim Cajazeira, conforme a figura – 2. Fruto de uma política habitacional direcionada para os segmentos populares da cidade durante a década (1970), sua formação está distribuída em cinco etapas numa linha de ocupação do eixo central, loteamentos e ocupações irregulares em suas áreas marginais (PLANDURB, 1970).

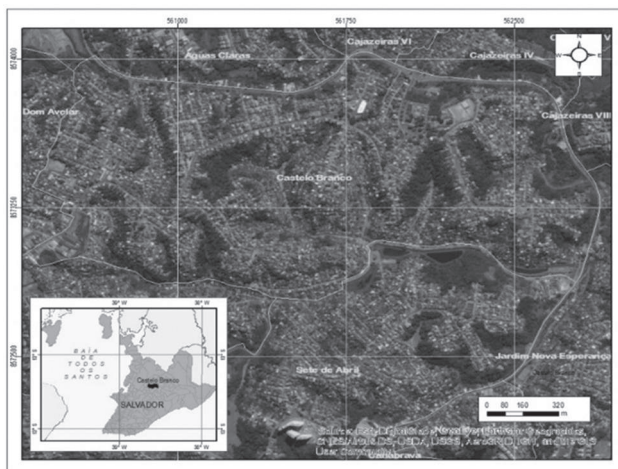


Figura – 2. Localização do bairro de Castelo Branco em Salvador BA/2017
Fonte: www.google.com.br/maps. Elaborado pelo autor.

A partir do Plano Diretor Urbano de Salvador (PDDU 2016) o bairro de Castelo Branco está categorizado como Zona de Interesse Social – ZEIS – 1 que diz inclui assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares – habitados predominantemente por população de baixa renda e situados em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em

promover a regularização fundiária e produzir Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) (LOUOS, 2016, art. 166, p.85).

Planejado a partir de 1969 o conjunto habitacional fez parte do plano de intervenção estatal para a ocupação do Miolo de Salvador. Inicialmente, as três primeiras etapas construídas entre 1969 e 1974 tiveram o objetivo principal atender os funcionários públicos, principalmente, professores e policiais militares com renda média entre 1 e 2 salário(s) mínimo(s). A aquisição das casas era feita por uma inscrição realizada na Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) órgão responsável pelo ordenamento dos conjuntos habitacionais populares da cidade, onde uma das formas de distribuição foi a partir de uma série de sorteios mensais (Jornal a Tarde, 1974, caderno cidades). Entretanto, as condições de infraestrutura e serviços urbanos básicos mostrava-se deficiente. O serviço de saneamento básico era ligado a uma rede de coleta central no bairro, o abastecimento de água era limitado, a limpeza pública era realizada apenas na via principal do bairro, fato que obrigava os moradores das áreas marginais a levar o lixo residencial para as esquinas da avenida central do bairro (PMS, 1981), além da carência de um sistema viário efetivo para outras áreas da cidade composto basicamente pela Estrada Velha do Aeroporto (EVA) da BR - 324 ou via regional (ligação marginal a Av. Paralela) que se constituíam nos principais acessos ao bairro. Soma-se ainda a carência de segurança pública fixa ou posto policial formado por uma pequena base de segurança (módulo policial) que funcionava como apoio para da 10^a Departamento de Polícia (DP) localizada no bairro de Pau da Lima (PMS, 1986).

Ainda que contasse com serviço de energia elétrica e iluminação pública os moradores enfrentavam dificuldades de toda ordem por conta das condições de abastecimento efetivo e a falta de manutenção por parte da PMS desses serviços à população local. Outra queixa muito frequente era a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção das casas, que acarretou problemas de infiltrações nas paredes e telhas; condições precárias dos espaços coletivos, (figuras 3 e 4), além da falta de um posto médico, farmácias e mercados para a compra de produtos básicos (Jornal a Tarde, 1972; PMS, 1981).



Figura - 3. Uso de material de baixa no acabamento das casas de Castelo Branco – 1983

Fonte: Jornal A Tarde, 13/06/1983



Figura - 4. Condições ambientais de abandono no bairro Castelo Branco 1983

Fonte: Jornal A Tarde, 13/06/1983

Entre 1977 e 1981 foram implantadas duas últimas etapas de CB quando foram disponibilizados 185 lotes, sendo considerado uma fase de menor ampliação durante o processo de expansão do bairro. Nessa fase, foram construídas casas e equipamentos públicos como o principal espaço de saúde do bairro, o Centro de Saúde Cecy Andrade, que realizava atendimento 24h nas áreas: emergência, atendimento clínico geral e especialidade como ortopedia, pediatria e outros, que atendia a população local e bairros do entorno (PMS, 1986).

Nesse contexto, há uma nítida diferença entre as etapas do bairro. A primeira etapa apresenta um uso do solo misto, com presença de residências, áreas de lazer como quadras esportivas, duas praças com um a pequena área verde e uma tendência à expansão do comércio e serviços. Nas etapas seguintes prevalecem o uso residencial, com alguns equipamentos públicos como praças e áreas verdes que são utilizadas como ponto de encontros da população local e a terceira etapa é predominantemente residencial (PMS, 1985).

No transcorrer do período entre 1990 e 2010 ocorreu uma série de mudanças quanto ao uso do solo urbano do bairro que modificou sua estrutura inicial transformando-o numa área com forte tendência comercial e de serviços como: farmácias, pequenos mercados, panificadoras, lotéricas, lojas de materiais para construção, restaurantes e outros, sendo também uma importante via de penetração para outros bairros como o caso de Cajazeira. É durante esse período que ocorre um rápido crescimento das ocupações espontâneas no entorno do bairro seja pelo acelerado crescimento demográfico da época ou pela dinâmica do movimento intra-urbano o que contribuiu para a formação de uma série de assentamentos precários como Don Lucas, Moscou 1, modificando o projeto original do conjunto habitacional (FERNANDES, 2004; Jornal a Tarde, 2008).

Atualmente, apesar de sua complexidade quanto à organização espacial, paisagem urbana, bem como aos padrões de qualidade de vida urbana da população local, os estudos junto a CONDER e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM) indicam que o bairro apresenta uma tendência de valorização espacial face aos investimentos nos setores de comércio e serviços, contribuindo para à formação de um sub-centro terciário no Miolo da cidade (PMS, 1985).

Evidências do processo de observações da área de estudo

Parte da área de expansão urbana de Salvador, o bairro de CB fez parte das primeiras intervenções públicas no programa de ocupação planejada do Miolo da cidade. Cabe ressaltar que as observações apresentadas a seguir são resultados de encontros com informantes destacados entre os moradores mais antigos e donos de estabelecimentos comerciais. Estas informações são apoiadas por dados bibliográficos sobre a configuração espacial atual e dos principais impactos nas condições sociais de vida da população local.

Inicialmente, destaca-se que o bairro mantém sua estrutura inicial em cinco etapas, dentre as quais as três primeiras foram construídas entre 1969 – 1974 somando um total de 2449 casas, em seguida, entre 1977 – 1981 ocorreu a última fase com a construção de mais 1061 casas, além da abertura de 342 lotes, que juntos representaram um total de 3852 unidades habitacionais. No entanto, no ano de 2010, o IBGE identificou 27 aglomerados subnormais na área do Miolo da cidade, sendo um dos maiores percentuais de domicílios dessa categoria foi encontrado no bairro CB com o crescimento de 50,20% comparado com o censo de 2000, fato que dificulta identificar a dimensão espacial real dos domicílios do bairro (IBGE, 2010; CONDER, 2017).

Quanto ao processo de ocupação da área, há uma nítida diferença entre as etapas. A primeira apresenta o uso do espaço de forma misto, ou seja, a presença de residências - comércio e serviços. Na segunda prevalece o uso residencial acrescida da presença de alguns equipamentos públicos como pequenas praças e áreas verdes, utilizadas como ponto de encontros da população local e a terceira etapa é predominantemente residencial, sendo a área do bairro onde está localizado o terminal do sistema público de transportes. As duas últimas, estão localizadas numa área marginal da via principal do bairro, onde foram disponibilizados lotes para a construção das habitações. Por apresentar áreas de declives, não houve condições físicas de avançar a mancha urbana do bairro, restando apenas algumas localidades entre as duas primeiras para a consolidação do bairro (CONDER, 2010; PMS, 1985).

Um aspecto citado durante as conversas foi a falta de segurança pública no bairro. Conforme dados do Mapa da Violência de Salvador (figura – 5) relevam o elevado índice de homicídios na área do Miolo da cidade. Cabe ressaltar que, segundo o último relatório acerca do mapa da violência do Brasil (2016), indica múltiplas relações desiguais entre a renda, escolaridade e outros, que juntas permitem explicar que o problema da violência urbana não é apenas de segurança como se quer fazer crer, e sim, um problema estrutural - histórico, marcado por diversos tipos de segregações, principalmente, as socioeconômicas (CONDER, 2016; Jornal Correio, 2012).

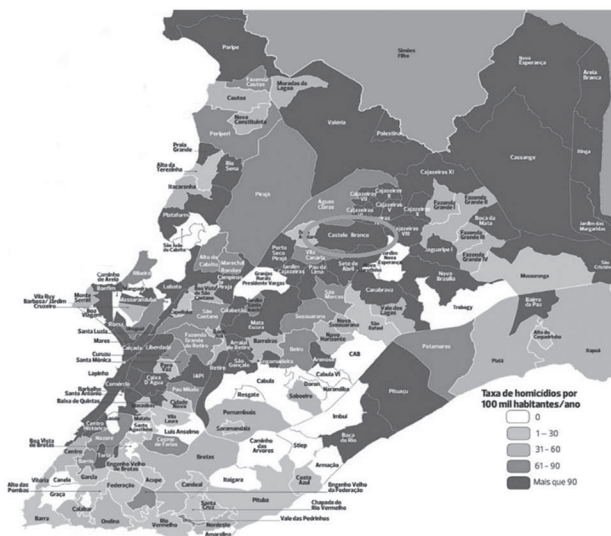


Figura – 5. Mapa da Violência de Salvador Mapa da Taxa de Homicídio de Salvador – 2012.

Fonte: www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/mapaconcentrao-de-homicidios-em-bairros-pobres.

As observações e contatos preliminares com moradores do bairro evidenciaram um clima de insegurança que permeia a rotina destes indivíduos. Além da insegurança, manutenção deficiente ou mesmo ausente de serviços básicos como iluminação pública e saneamento básico elevam os riscos e a vulnerabilidade social dos moradores de CB.

Outro tópico retratado diz respeito a mobilidade urbana, visto que o transporte público é o principal meio de circulação da população do bairro. Apenas 8 linhas de ônibus fazem parte do sistema de transporte do bairro que realizam conexões com as áreas centrais da cidade e Subúrbio Ferroviário. Por se caracterizar como uma área de ligação com bairros vizinhos como Cajazeira, e Pau da Lima, a via principal do bairro (Avenida Genaro de Carvalho) frequentemente fica congestionada, trazendo transtorno para os moradores do bairro. Porém, a qualidade da oferta desse serviço não foi muito criticada durante as conversas com os moradores e donos dos estabelecimentos comerciais, sendo os principais pontos sinalizados foram: a qualidade dos ônibus, a falta de organização do tráfego e a ausência de cobertura nos pontos, com resultados percentuais de 22,5%, 75% e 2,5%, respectivamente (tabela 2).

Tabela – 2. Sistema de transporte público de CB, 2017

Principais problemas	Qtd	%
Qualidade dos ônibus	9	22,5
Falta de organização do tráfego	30	75
Falta de cobertura	1	2,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Elaborado pelo autor.

Embora a área de estudo apresente uma dinâmica urbana complexa, cabe destacar o avanço do comércio e serviços nas últimas duas décadas, com destaque para a economia de serviços como: clínicas médicas privadas (clínico, fisioterapia e outros), rede bancária (Caixa Econômica Federal), educação (escolas privadas), academia de ginástica, postos dos correios, consultorias de advogados e outros. No que diz respeito ao comércio, o bairro apresenta uma relevante rede de

micro-mercados espalhados, principalmente na primeira etapa e uma única rede de médio porte (Todo Dia, segmento da rede Wall Mart nos bairros populares de Salvador) e a rede de mercado Atacadão, além de lojas ligadas ao setor vestuário, restaurantes e lojas de cosméticos.

Quanto à assistência social, há dois núcleos públicos no bairro. O primeiro e já extinto foi o Conselho de Moradores de Castelo Branco, formado na década de 1970 e localizado na segunda etapa, servia como um posto da antiga URBIS, cujo objetivo era atender as principais reivindicações dos moradores referentes as condições de habitação da época. Atualmente, é um espaço utilizado para projetos sociais independentes voltados para crianças carentes como: futebol, jiu jitsu e outros e capacitações de jovens e adultos em cursos de informática, marcenaria e artesanato. O segundo é o Centro Social Urbano de Castelo Branco, principal núcleo de assistência social aos moradores, onde são disponibilizados serviços jurídicos, de medicina preventiva, conselho tutelar, projetos de interação para crianças e idosos, além de servir de espaço para discursões dos principais problemas do bairro. Sem dúvidas, essas ações têm permitido aos moradores o acesso a determinados serviços, na tentativa de minimizar os problemas de assistência básica para segmentos populares, numa perspectiva de contribuir para melhorar as condições sociais de vida da população local.

Como resultante do exposto, pode-se concluir que por um lado, o crescente número de estabelecimentos comerciais e de serviços contribuiu para uma nova dinâmica demográfica e socioeconômica para os moradores do bairro, facilitando, por exemplo, a resolução de determinados problemas de saúde ou/e o acesso aos bens de consumo gerais, que somente seriam resolvidos nas áreas centrais da cidade, e, por outro, colaborou na ampliação de riscos antigos como os problemas de infraestrutura básica, segurança, autoconstrução das habitações e no surgimento de “novas” implicações em relação às condições da qualidade de vida urbana dos moradores quanto à organização sócio-espacial no bairro de CB.

Em suma, fica evidente que o processo de periferização ocorrido no Miolo da cidade foi marcado por uma diferenciação socioeconômica que corroborou para o avanço da segregação sócio-espacial em Salvador. Apesar de ter sido planejado, o bairro de CB teve dificuldades de

manter sua estrutura e função inicial ante a dinâmica do espaço urbano de Salvador nas últimas duas décadas, transformando áreas residenciais em espaços de uso misto (residencial e/ou comercial).

Além disso, o modelo de habitação proposto na década de 1960 assim como os projetos de habitação popular atuais como o (Programa Minha Casa Minha Vida), se tornaram um problema sob a ótica da paisagem urbana depreciada e da não integração social com a cidade. Soma-se a isto as fragilidades estruturais que contribuíram para deslindar e elevar os níveis de vulnerabilidade social e ambiental decorrentes dos problemas de infraestrutura urbana, violência e outros, que não podem ser resolvidos isoladamente.

Entretanto, constatou-se durante as observações de campo e as conversas com os moradores locais uma série de mudanças quanto à ampliação da infraestrutura básica (saneamento básico, transportes, reabertura do posto de saúde e outros), além da utilização multifuncional da área de estudo, fatos que favoreceram o crescimento de uma dinâmica econômica local, contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais.

Diante das considerações apresentadas, podemos inferir que as modificações espaciais e ações recentes realizadas pela PMS ampliaram essas melhorias da qualidade de vida dos moradores na área de estudo. Contudo, é preciso repensar o modelo estrutural da sociedade atual pautada no capital e na crescente desigualdade social, em ações que reduzam a pobreza urbana, amplie a distribuição da renda e melhore as condições sociais dos segmentos populares da capital baiana.

Dito isto, mesmo que nesse período tenham ocorrido avanços nos investimentos e melhorias espaciais na área da pesquisa, os moradores da CB correm o risco de necessitarem de novas intervenções urbanas que promovam transformações estruturais permanentes, uma vez que o processo de produção e ocupação do Miolo ocorreu de forma distinta e segregadora.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Origens da expansão periférica de Salvador. Planejamento.** v. 2, n. 6, p. 155-172, abr./jun. 1978.
- BRITO, Cristóvão de Cassio da Trindade. **A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970.** Geotextos, vol. 1, n. 1, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade.** Ed. contexto, 2004.
- CARVALHO, Ináia M..M & PEREIRA, Gilberto Corso (Org). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana.** EDUFBA, Salvador, 2006, p. 147 - 148.
- CPE. Comissão de Planejamento Econômico. **Uma política de habitação para Salvador.** Boletim CPE. V.5, n.5, p.5-25. Ano. 1960.
- CONDER. **Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.** Ano 2010 – 2016.
- FERNANDES, R. B e Regina, M.E. **A Segregação Residencial em Salvador no Contexto do Miolo da Cidade.** Cadernos do Logepa - vol. 4, n. 1, p.39-46, 2005, João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB.
- FERNANDES, R. Processos recentes de urbanização/segregação em Salvador: o Miolo, região popular e estratégica da cidade. **Revista bibliográfica de geografia e ciências sociais.** Vol. IX, nº 523, 20 de julho de 2004.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Ano. 2017.
- JORNAL À TARDE.** Caderno cidades. Terceira etapa do conjunto habitacional castelo branco é entregue a moradores. Ano.1974.
- JORNAL À TARDE.** **O bairro de Castelo Branco ganha projeto de urbanização.** Ano. Em 13/06/1983.
- JORNAL À TARDE.** Moradores de Castelo Branco reclamam do abandono do bairro Ano. 2008.
- JORNAL CORREIO.** Mapa deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres. Ano. 2012.
- KOWARICK, P. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional. 1979. 200f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

OCEPLAN – PLANDURB. **Evolução física-urbana de Salvador**. Salvador, 1970.

RIBEIRO, Elisabete Maise Andrade; DEBEFFE, Charles. **Poder público municipal e propriedade fundiária urbana**. In: BAHIA. Seplantec/CPE. Habitação e urbanismo em Salvador. Salvador: 1979. p. 81-220.

SALVADOR. **Prefeitura Municipal de Salvador**. Secretaria de planejamento. Fundação Mario Leal Ferreira. (FMLF).

SALVADOR. **Prefeitura Municipal de Salvador**. Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS). Caderno de Informativo dos bairros de baixa renda – Castelo Branco, Salvador, 1981.

SALVADOR. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador; Secretaria de Planejamento Municipal. **Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador**. Salvador, 1985.

SALVADOR. **Prefeitura Municipal de Salvador**. Lei Nº 9.069/2016 de 30/06/2016 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016

SEDHAM – **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente**. Prefeitura Municipal de Salvador. informações básicas das regiões administrativas, 2017.

SERPA, Angelo (Org.). **Fala, Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: PROEX/EDUFBA, 2001.

SOARES Antônio Matheus de C. **Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA**. Geografias Artigos Científicos, 2009.

SOUZA, Ângela Ma. Gordinho. **Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX**. Revista BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador – BA, SEI. v . 4, p. 53-73, 03/ 2000.

SOUZA, Ângela Maria Gordinho. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador 1946-1989. Rio de Janeiro, 1990. 315 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

As mulheres do século XIX a coleção de pinturas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia¹

Suzana Alice Silva Pereira

Doutoranda, Mestre em História da Arte e
Bacharela em Comunicação (UFBA)

Resumo

O artigo apresenta um conjunto de pinturas integrante do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB que retrata mulheres do século XIX. A análise desse repertório específico se baseia no reconhecimento da imagem enquanto testemunho histórico, com valor documental equivalente aos textos impressos. Recorrendo a ambos os registros, iconográficos e impressos, evidencia hábitos, atitudes, valores, visões de mundo, arranjos sociais e relações de poder – inclusive relações de gênero – na Bahia do século XIX. Seguindo os indícios da pintura, situa as mulheres num tempo de permanências e renovações, numa sociedade em que conviveram e se confrontaram o arcaico e o moderno.

Palavras-chave: Mulheres - Século XIX - Pintura – IGHB – Bahia

Abstract

The article presents a group of paintings that is part of the collection of the Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB (Geographic and Historical Institute of Bahia) that portrays women of the 19th century. The analysis of this specific repertoire is based on the recognition of the image as a historical

¹ O artigo é parte da pesquisa para a tese de doutorado “Representações do feminino: as mulheres baianas na pintura e na fotografia do século XIX”, que a autora desenvolve no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais-PPGAV da Universidade Federal da Bahia-UFBA (Escola de Belas Artes).

testimony, with documentary value equivalent to printed texts. Appealing to both iconographic and printed records, it highlights habits, attitudes, values, world views, social arrangements and power relations - including gender relations - in nineteenth-century Bahia. Following the traces of painting, it places women in a time of permanence and renewal, in a society in which the archaic and the modern have coexisted and confronted each other.

Keywords: *Women - 19th Century - Painting - IGHB - Bahia*

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB surge no final do século XIX, momento culminante de um memorável processo de transformações que marcariam no mundo, no Brasil e na Bahia a transição entre formas arcaicas e modernas de existência, introduzindo as bases para uma nova sociedade, que se consolidaria nos séculos seguintes, com os aprendizados e as marcas do passado.

Com efeito, sob os influxos da Revolução Industrial, no campo material, e do Positivismo, no campo das ideias, o Brasil viveu a transição de colônia para império e, por fim, para República; da escravidão para a abolição formal da escravatura; da aliança Igreja-Estado para a laicização da esfera pública; do domínio dos donos de engenho de açúcar para a ascensão dos bacharéis, doutores, militares e comerciantes.

No campo artístico, a pintura, na Bahia, que começou religiosa, afirmando-se nos templos e irmandades sob inspiração barroca, cedeu lugar, progressivamente, à estética neoclássica, que veio atender ao gosto da clientela laica, mesclando-se ainda ao romantismo, para desaguar, já no final do século, no naturalismo. É no decorrer do XIX, também, que se inicia, no Estado, a formação das primeiras coleções de pintura.

Por ocasião da fundação do IGHB, em 1894, no início da República, o Governo do Estado fez a doação dos retratos dos reis de Portugal e imperadores do Brasil que guarneciam o antigo Tribunal da Relação (REVISTA, 1894, p. 299). Começava assim a se constituir uma das mais valiosas pinacotecas da Bahia, uma amostragem significativa das representações pictóricas que contam a história da sociedade baiana.

Nas décadas seguintes, ao longo do século XX, outras doações se sucederam, por iniciativa de famílias baianas, de personalidades diversas, do governo, além de aquisições do próprio Instituto. Assim é

que, à medida em que adentrava o século XX, o Instituto ia adensando o seu repertório de registros iconográficos do XIX.

As telas do Oitocentos do acervo institucional são, em sua maioria retratos, o que permite inferir a dimensão que a moda do retrato ganhou em Salvador, naquele século. Os retratados são, predominantemente, homens. Mas também as mulheres foram representadas. É esse universo, precisamente, o objeto deste levantamento.

São 19 retratos de mulheres do século XIX expostos ao público nos diversos ambientes do Instituto². A identificação técnica das obras utilizou como fontes referenciais os inventários do acervo institucional produzidos em 1975³, 2005⁴ e 2010⁵. A reprodução das imagens foi feita pela fotógrafa Manuela Cavadas. Cabe registrar que somente parte dessas obras é datada. Há telas de 1851, 1861, 1865 e 1866, além de duas do século XX (1919 e 1932), que retratam mulheres do século anterior. As demais presumidamente foram criadas ao longo do século.

Pintores de transição

Quanto à autoria, 10 obras têm autores identificados. Sete são de pintores baianos: José Antônio da Cunha Couto (2), Francisco da Silva Romão, Agostinho José de Jesus, Joaquim Gomes Tourinho da Silva e Presciliano Silva (2). Quatro artistas estrangeiros são os autores das três telas restantes: François-René Moreau, a dupla Édouard Viénot e Henri Morriset, além de Bárandico.

Todos os pintores locais, à exceção de Presciliano, integram a terceira geração de pintores baianos - se considerado José Joaquim da Rocha como o precursor, formador da primeira geração, conforme o manuscrito anônimo da Biblioteca Nacional (NOÇÕES, 1947, p. 197-218).

² Não foram incluídos dois retratos de mulheres do XIX que se acham em reserva, para restauração.

³ INVENTÁRIO. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 85, 1972-1975, p. 181-283.

⁴ INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS 2005. IGHB, Iphan-Ba, Minc.

⁵ FICHAS DE INVENTÁRIO COLEÇÃO: PINTURA. Salvador: 2010.

São pintores de transição, que se exercitaram produção de cópias estrangeiras de obras do repertório católico para os tetos e painéis das igrejas, conventos e ordens, em oficinas montadas nos próprios espaços religiosos, onde o aprendizado e a produção aconteciam entre mestres e aprendizes. Aí se exercitaram também nos retratos dos membros de irmandades e instituições filantropas, passando a retratar também os ricos e nobres de Salvador e do Recôncavo.

Com o processo de laicização da sociedade e as transformações econômicas e sociais, a clientela dos pintores se diversificou, e eles passaram a produzir retratos para as categorias emergentes dos bacharéis, doutores, militares e comerciantes (PEREIRA, 2005, p. 142-228). Progressivamente, o aprendizado e a produção artística foram se transferindo ao âmbito das escolas, já envolvendo as figuras do professor e do aluno - inicialmente no curso público de Desenho e, no final do século, no Liceu de Artes e Ofícios e na Academia de Belas Artes.

José Antônio da Cunha Couto (1832-1894), que assina muitas das telas do IGHB, foi tipicamente um pintor de transição. O retratista mais profícuo do seu tempo, segundo Querino (1911, p. 80), foi um dos mais atentos à importância de assinar as obras. Identificado com o neoclássico e conhecedor da fotografia, que se firmou na Bahia na segunda metade do XIX, ele executava tanto cenas bíblicas e santos barrocos para as instituições católicas, quanto retratos para a clientela laica.

Francisco da Silva Romão (1824-1856) frequentou a Aula Pública de Desenho, tendo como professor Olímpio Pereira da Mata, iniciado por José Teófilo de Jesus. Por sua vez, ele iniciou o irmão Ângelo Romão. Sua produção foi interrompida com a morte precoce, aos 29 anos (ALVES, 1976, p. 153)

Agostinho José de Jesus foi iniciado na pintura pelo pintor José Rodrigues Nunes, por sua vez formado por Franco Velasco, discípulo de José Joaquim da Rocha.

Joaquim Gomes Tourinho da Silva, vocacionado para a pintura de miniaturas, foi iniciado por Bento Capinam, que por sua vez teve como mestre Franco Velasco. Ele também atuava como retratista.

Já Presciliano Silva (1883-1965), nascido no final do XIX, desenvolveu a formação no Liceu e na Academia de Belas Artes e, na França, exercitou-se em marinhas, paisagens e retratos. Em Salvador ainda chegou a executar pinturas religiosas. Atuou como professor e enveredou pela pintura histórica, para se encontrar por fim, nas cenas de interiores, onde se entregou fascínio pelos efeitos da luminosidade.

O pintor francês François-René Moreau (1807-1860) radicou-se no Brasil em 1938. Praticou a pintura histórica, porém dedicando-se mais ao retrato. Montou ateliê no Rio de Janeiro, onde foi também fotógrafo, professor e caricaturista.

O pintor francês Édouard Viénot (1804-1884) foi nomeado retratista e fornecedor da casa Imperial por D. Pedro II em 1869. Em Paris, no ateliê, com o pintor Henri George Morisset (1841-1899), costumava receber a elite brasileira, para produzir retratos e também pinturas a partir de fotografias. Somente de sua autoria há, no IGHB, cinco retratos de baianos.

Bárandico, sobrenome espanhol, é o único indício de autoria de uma das obras do conjunto examinado.

Mulheres de médicos, comerciantes e militares

As categorias que emergiram socialmente no século XIX na Bahia, formando uma camada intermediária entre proprietários e trabalhadores, incluíam os médicos, comerciantes e militares. Muitos deles estão retratados nas pinturas da época.

Hermínia Luisa Faria Rocha Zama está presente na pinacoteca do IGHB ao lado do marido, o médico baiano César Zama. Ambos foram retratados pelo pintor José Antônio Cunha Couto. Ela foi irmã do coronel Francisco Vieira de Faria Rocha, que comandou um batalhão de voluntários baianos na Guerra do Paraguai (RODRIGUES, 2001, p. 127-129).

São desconhecidas outras informações sobre sua vida, além dessas relacionadas ao marido e ao irmão. E esse é um dado de realidade do século XIX: muitas mulheres permaneceram na invisibilidade, independente do valor da contribuição para a vida pessoal, conjugal, familiar

ou social. Neste caso, o registro se liga, sobretudo, ao protagonismo do marido, um homem público de destacada atuação na segunda metade do século, médico, deputado, jornalista, historiador e literato, defensor de causas como a liberdade religiosa e o voto feminino, além da condenação do massacre de Canudos.

O retrato de Hermínia Zama (Fig. 1) pintado por Couto é representativo da influência do neoclassicismo e do academicismo sobre os pintores oitocentistas, que privilegiavam o rigor da composição, a clareza das formas e a sobriedade das cores na construção da imagem dos seus retratados, gerando como resultado uma beleza austera, desprovida de sensualidade.

A seriedade que emana da figura da jovem mulher em meio corpo harmoniza-se com os ideais neoclássicos e, igualmente, com a aura de respeitabilidade que cerca a profissão emergente naquele momento, a dos médicos. Estes se inserem na vida social, cultural e familiar, no XIX, como representantes da ciência, autoridades a apontar o ideário cientificista e o receituário higienista como meios de acesso à civilização. Nessa perspectiva, a mulher do médico também deveria ser uma figura respeitável, o que a pintura da época compreende e materializa perfeitamente nos retratos.

Outra mulher de médico integra a galeria do IGHB, Adelaide de Castro Alves Guimarães (1854-1942). Ela vivenciou, no cotidiano familiar, a introdução da medicina na sociedade baiana oitocentista, como filha e mulher de médico. Ainda criança viu o pai, o cirurgião e professor de Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina, Antônio José Alves, implantar a própria residência, o Solar Boa Vista, as instalações para uma casa de saúde (MARQUES, 1997, p. 78). Adulta, se casou com o médico Augusto Álvares Guimarães. Os retratos dos três estão no IGHB, ao lado de outros parentes – entre eles o irmão famoso, o poeta Castro Alves.

O retrato de Adelaide (Fig. 2) também traz a assinatura de Couto, que repete a fórmula austera da composição clássica. Os tons graves, o traje escuro, fechado, e o grande crucifixo de pedraria ao peito, sinalizando a religiosidade, concorrem para recordar os primeiros retratos feitos pelos pintores baianos para os irmãos e beneméritos das irmandades e instituições filantropas. A pouca vitalidade transmitida pela

retratada não destoava da estética neoclássica, mas, neste caso, também pode expressar o sofrimento da família, atingida por sucessivos lutos (PEIXOTO, 1931).

Outra categoria emergente no XIX, a dos comerciantes, é também representada na pintura oitocentista baiana. Na pinacoteca do IGHB está o retrato de Luiza Amélia Zuany Devoto(....-1894). Mulher de Lourenço Devoto, italiano de origem, radicado em Salvador, ela ficou viúva em 1878. Mãe de 16 filhos, premida pela necessidade de sustentar os ainda dependentes, assumiu os negócios da família, passando a comandar uma padaria, pastelaria e fábrica de doces (BRANDÃO, 2011, p. 15-16).

Os retratos do casal são de autoria de Viénot-Morisset - o que não atesta, necessariamente, que eles tenham posado no ateliê de Paris, vez que, como dito, a dupla também criava telas em óleo a partir de fotografias. O retrato de Luiza (Fig. 3), clássico, em tons neutros, mostra uma mulher madura e tez clara, semblante firme, traje fechado, escuro. Ao centro da composição, o olhar é atraído pelo brilho das joias, em ouro e pedras, e pela alvura da gola, em babado de renda branca.

Das famílias dos militares há o retrato de Francisca Joana Gualberta de Menezes Daltro(17..- 1864), nascida em Lisboa e casada em 1806 com o coronel Manoel da Silva Daltro, baiano, que se destacou nas lutas pela Independência. Em Salvador ela teve sete filhos - um a cada ano, entre 1807 e 1812, e o último em 1817. Enviuvou em 1839 e morreu em 1864 (BULCÃO SOBRINHO, 1946, v. 2, p. 14-15).

A tela (Fig. 4) tem escolhas cromáticas comedidas, mas destaca-se, de logo, a vivacidade da retratada, uma senhora de compleição forte, cabelos cacheados, olhos atentos, um leve sorriso nos lábios, trajando um vestido de largo decote, babado movimentado de renda, o colo descoberto ornado por um colar de pérolas de nove voltas. A posição de meio perfil, com olhar de soslaio, pode ter sido um recurso utilizado pelo pintor para disfarçar um possível estrabismo da retratada.

Mulheres do Recôncavo

Os ricos proprietários rurais do Recôncavo cuidaram de deixar para a posteridade seus retratos, inclusive de muitas mulheres. O acervo

do IGHB possui um repertório significativo destes, grande parte doada em 1924 por José Wanderley de Araújo Pinho, político e ex-prefeito de Salvador, neto do barão de Cotegipe. A doação inclui a coleção de pinturas do Barão de Vila Viçosa, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, de Santo Amaro da Purificação.

Uma dessas doações foi o retrato de Joana de Matos Castelo Branco, avó materna do Barão de Vila Viçosa. Ela foi mãe de Maria Violante de Matos Pires, nascida em Portugal em 1826, o que permite supor que pudesse ser também portuguesa. A austeridade do traje (Fig. 5) não desautoriza tal hipótese, pela semelhança com o antigo vestuário feminino português.

A tela foi produzida na Bahia, em 1866, pelo pintor baiano Agostinho de Jesus e, caso não seja uma foto pintura, ou seja, produzida com base numa fotografia, Joana deveria morar na Bahia nessa época. Ela foi representada numa imagem severa, como uma mulher madura, de semblante firme e olhar direto.

Maria Micaela de Queiroz foi uma senhora de engenho de Cotegipe, no Recôncavo. O seu retrato (Fig. 6), criado em 1865 pelo pintor baiano Silva Romão, traz sobre o fundo liso, acinzentado, a figura em meio corpo de uma senhora envolta num grande xale vermelho sobre um vestido preto. O rosto exibe um leve buço e o colar de pérolas finaliza num crucifixo de pedras, anunciando a devoção religiosa.

Destaca-se na composição, no centro inferior, a delicadeza das mãos, decerto poupadas da rudeza dos serviços domésticos pelo trabalho das escravas. E um detalhe chama a atenção: na mão direita ela segura um livro. Tratava-se de um missal, foi um recurso criativo de Silva Romão, elemento meramente decorativo inspirado em alguma pintura europeia, ou se tratava de uma mulher culta, com hábito de leitura?

Acerca desse assunto, as estatísticas do século XIX indicam que o analfabetismo alcançava perto de 80% da população. Sobre as mulheres, a pesquisadora e esposa do naturalista Louis Agassis, Elizabeth, observou, no diário da viagem feita ao Brasil exatamente na época da pintura, entre 1864 e 1865, que “salvo duas matérias bem estudadas, o francês e a música, a educação das mulheres é pouco cuidada e o tom geral da sociedade se ressentia disso” (AUGEL, 1975, p. 238).

Também do Recôncavo, Ana Romana de Aragão Calmon (1784-1862), nascida em Santo Amaro, casou-se com um fidalgo português e exerceu as funções palacianas de dama do paço, camareira-mor da imperatriz e dama-camarista da princesa imperial do Brasil. A ela foi confiado acompanhar a filha mais velha do imperador e de D. Leopoldina, Maria da Glória, futura D. Maria II de Portugal, em sua viagem a Portugal, aos nove anos de idade, para assumir o trono português, na missão chefiada pelo marquês de Barbacena. Morreu no Rio de Janeiro, aos 78 anos.

O retrato da condessa (Fig. 7), pintado em 1851, apresenta uma senhora de meia-idade, tez e olhos claros, com traje escuro e despojada de joias – caso raro entre as retratadas da época. Nos cabelos, um toucado com ramo de flores miúdas, azuis. Um céu com nuvens compõe o fundo da tela – caso único entre as telas em foco.

Sua figura impressiona pela discrição – talvez um atributo exigido para o desempenho de funções de confiança junto à família imperial. Condessa de Itapagipe, por decreto imperial de Pedro I em 1826, ela integrou o restrito grupo de mulheres agraciadas com títulos nobiliárquicos na Bahia: apenas três, num universo de 111. Depois dela, no segundo Império foram agraciadas Luiza Margarida Portugal de Barros, condessa de Pedra Branca (e Barral), e Francisca de Assis Viana Moniz Barreto de Aragão, baronesa de Alenquer (REVISTA, 1946, p. 27, 37).

Outro retrato é o de Francisca Maria Vale Abreu e Melo (1786-1881), de Minas Gerais, casada com o fidalgo José Inácio Nogueira da Gama. Viúva, passou a administrar a fazenda da família, utilizando parte da fortuna pessoal em obras de caridade. Em 1872 D. Pedro II concedeu-lhe o título de baronesa de São Mateus.

A presença dessa tela (Fig. 8) na pinacoteca do IGHB deve-se, possivelmente, às ligações dela com a família Calmon, que realizou migrações para outras províncias, como o Espírito Santo. O doador da obra, membro da família Calmon, foi o mesmo que doou o retrato da condessa de Itapagipe (INVENTÁRIO, 1975, p. 224 e 233).

Outra retratada é Maria Joaquina Epifânia de São José e Aragão (1789-1860). Casada aos 24 anos com um primo, não tiveram filhos. (BULÇÃO SOBRINHO, 1945, p. 89). Esses casamentos endógenos foram muito frequentes entre os nobres baianos, no século XIX,

enquanto estratégias de preservação e expansão dos patrimônios familiares (MATTOSO, 1988, p. 145-155).

O retrato de Epifânia (Fig. 9) exhibe a sua figura iluminada sobre fundo escuro, sentada numa cadeira ricamente entalhada e dourada, sugerindo um trono. Sobre o ombro esquerdo recai uma espécie de xale escuro, também com ornamentação dourada, semelhante a um manto real. O vestido claro tem decote largo, que deixa descoberto o colo, e acabamento em renda. Sobre ela há uma profusão de joias em pedraria e ouro: diadema, brincos, colar, broche, duas pulseiras e três anéis.

Este é um quadro da coleção do IGHB que desperta curiosidade, pela presença do bigode - um elemento inusitado em feições femininas - suscitando especulações sobre as causas e motivações que levaram Epifânia a ostentar - tanto quanto os símbolos de riqueza material - a particularidade física que decerto a diferenciava no seu meio social. O caráter ostentatório do seu retrato se estende à moldura, que reproduz o brasão de armas da família Pires de Carvalho.

Entre as 19 obras aqui comentadas, há uma única sem qualquer identificação (Fig. 10). Exposta junto a outras duas, forma um trio de mulheres jovens, vestidas de forma semelhante. As outras duas são mulheres do Recôncavo. O vestir das três sinaliza a ascendência da França como influência nos costumes, e descenso da influência portuguesa. Na moda feminina, as mulheres passaram a seguir o estilo ditado por Paris, adotando vestidos leves, sem armações, de decotes ousados e cintura alta. Como complementos, xales, colares simples, pingentes e camafeus.

Concomitantemente às mudanças na indumentária, nota-se nessas três telas o momento em que a pintura de retratos se afasta do modelo austero neoclássico e se deixa influenciar pelo romantismo. Aqui é possível observar o menor rigor das linhas e uma paleta de cores vivas, luminosas, evocando sensualidade. Um desses três retratos é de Francisca de Assis Viana Moniz Barreto de Aragão (1824-1897), proprietária de engenhos de açúcar em Santo Amaro, São Francisco do Conde e Cachoeira. Em 1872, aos 48 anos, já viúva, foi agraciada, por decreto imperial, com o título de baronesa de Alenquer (REVISTA, 1946, p. 27). No retrato (Fig. 11) ela aparece jovem, num vestido

decotado, com o busto proeminente e os ombros envolvidos por xale vermelho franjado. Faz uso discreto de joias.

Como muitas outras mulheres ricas da época, ela se casou com um primo, Custódio Ferreira de Viana Bandeira. Para tanto, o casal obteve dispensa do impedimento de consanguinidade. A cerimônia do casamento religioso aconteceu na freguesia do Santo Antônio Além do Carmo, na casa da mãe do noivo, que dispunha de oratório aprovado pela Igreja Católica. Entre as presenças ilustres, os barões do Rio de Contas e dos Fiáis (BULCÃO SOBRINHO, 1946, v. 3, p. 12-13)

A terceira é Maria Delfina de Conceição e Aragão (?-1854), de Salvador, também casada com um primo, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1815. Morreu em Santo Amaro em 1854, dois anos antes do marido, que se destacou nas lutas da Independência e foi agraciado com o título de barão por decreto imperial de 1824. Por isso, ela é tratada também como baronesa de Jaguaripe.

No retrato (Fig. 12) ela é uma mulher jovem e esbelta, de tez clara e faces rosadas, vestido decotado com botões de rosas sobre o busto e um manto vermelho sobre o ombro direito. Traz um diadema de pedras, além de flores, sobre o cabelo escuro, e porta colar de pérolas com *pendantif* e brincos de pedras.

Mulheres negras

Duas únicas telas do acervo do IGHB retratam a mulher negra do século XIX: “Retrato de uma filha do Barão de Jaguaripe”, de autor e data desconhecidos, e “Mãe Preta”, de Presciliano Silva, produzida em 1919.

“Retrato de uma filha do Barão de Jaguaripe” (Fig. 13) traz duas figuras femininas – uma jovem negra e, no colo desta, uma criança branca. Não há indicações de nomes nem informação sobre quem seria a filha, dentre as duas retratadas.

O barão é Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, nascido em 1787 e falecido em 1856, aos 69 anos. Teve atuação destacada nas lutas pela Independência, presidiu a Junta Governativa e foi agraciado pelo Império com comendas, honrarias e o título de barão, em 1824 (BULCÃO SOBRINHO, 1945, p. 86-87).

A certidão de óbito informa que morreu viúvo de Maria Delfina de Conceição e Aragão, com quem teve um filho. Na obra “Famílias Bahianas”, Bulcão Sobrinho (1945, p. 86-87) informa que ele teve quatro filhos: Francisco e José, que carregaram o seu sobrenome, Ana Maria de São José e Aragão, nascida em Salvador, falecida menor de idade, e Maria Estefania de Conceição e Aragão, falecida solteira em 1850.

Na tela, sobre um fundo em tons neutros, se vislumbra uma cortina e áreas de um alegre colorido, em tons de azul, vermelho e rosa, correspondendo aos vestidos e adereços da jovem e da criança. A pronunciada diferença de tez não se traduz, entretanto, em diferenças na apresentação. Pelo contrário, no seu conjunto a obra deixa perceber a intencionalidade de construir similitudes.

Assim, ambas estão ricamente vestidas e adornadas. Os vestidos são semelhantes em estilo, ambos de cintura alta, mangas curtas e fofas, e os colares são ambos de tripla corrente, com prolongamentos que se ligam aos vestidos. Há ainda a posição coincidente dos braços direitos e das mãos esquerdas - cada uma destas com três anéis, usados nos mesmos dedos. Além disso, o relaxamento corporal e a calma dos olhares sugerem afinidade e confiança entre elas. A relação amorosa e protetora se projeta num terceiro elemento, um pássaro, aninhado no colo da menina.

A segunda tela, intitulada “Mãe Preta”, foi oferecida ao IGHB pelo governo do Estado, em 1920 (INVENTÁRIO, 1975, p. 209), com a inscrição em cartão de prata: “Homenagem da Bahia a Mãe Preta”. Trata-se da figura da ama-de-leite, representando as escravas jovens, lactantes, que eram obrigadas a amamentar os filhos dos senhores, em prejuízo da saúde e desenvolvimento de seus próprios filhos.

O quadro (Fig. 14) registra uma cena tocante. Uma mulher negra, sentada no chão, traz ao colo e amamenta uma criança branca, enquanto o filho, deitado sobre uma esteira no chão, lhe lança o olhar a certa distância.

Trata-se de uma cópia do quadro homônimo, criado por Lucílio de Albuquerque em 1912, que teve grande repercussão a partir da exibição

na Exposição Geral, no Rio, e que pertence ao acervo do Museu de Arte da Bahia (MUSEU, 1997, p. 80).

A cópia do IGHB foi feita por Presciliano Silva em 1919. O poder de representação da obra pode ser dimensionado num fato histórico ocorrido dez anos depois. Em 28 de setembro de 1929, quando se completaram 58 anos da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, lideranças negras de Salvador, mobilizadas pelo Centro Operário, promoveram o Dia da Mãe Preta, com caminhadas, concentrações e discursos.

A pesquisa *Terms of Inclusion - Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*, da historiadora Paulina L. Alberto, publicada em 2011 pela Universidade da Carolina do Norte (EUA), relata que, naquela data, o quadro de Presciliano foi conduzido pelas ruas de Salvador, escoltado pelos líderes negros do Centro Operário:

“Foremost among the participants in the procession were the dark-skinned members of the Centro Operário (Workingman’s Center) who had the honor of escorting Bahian artist Presciliano Silva’s, specially commissioned for the occasion, through the streets of downtown Salvador” (ALBERTO, 2011, p. 144).

Outro livro *Progressive Mothers, Better Babies*, de Ozeki T. Otovo, lançado em 2016 pela Universidade do Texas (EUA), também registra o fato, destacando que o IGHB orgulhosamente expôs a tela de Presciliano nesse dia e que a obra foi conduzida pelas ruas de Salvador, conduzida pelas lideranças negras do Centro Operário:

“The Historic and Geographic Institute proudly displayed Bahian artist Presciliano Silva’s reproduction of the painting Mãe Preta by Lucilio de Albuquerque (1912) and students of Salvador’s Institute of Music sang an original piece called Hymn to the Mãe Preta (OTOVO, 2016, p. 71).

É curioso notar que foi somente no século seguinte à abolição que a pintura passou a retratar a mulher negra como protagonista, quando, desde o início do século XIX, as ideias abolicionistas já mobilizavam a sociedade brasileira. O assunto decerto não se apresentou como demanda para os pintores, que atuavam por encomenda e, consequentemente, não extrapolavam a pauta estabelecida pela clientela.

Mulheres de palácios

Na coleção de pinturas do IGHB que retratam membros da família real portuguesa e da família imperial brasileira incluem-se três retratos de mulheres do século XIX: um da rainha Maria I e dois da imperatriz Teresa Cristina.

A rainha de Portugal e Algarves, D. Maria I (1734-1816) morreu no Rio de Janeiro, no começo do século, aos 81 anos. Durante a estadia no Rio, desde o desembarque da família real, em 1808, até a morte, em 1816, ela teve agravada a instabilidade mental que se manifestara em Portugal com as perdas do marido e do filho.

O retrato (Fig. 15), sem autoria ou data, mostra a rainha envolta no manto real, a mão direita posta sobre a coroa real e a esquerda segurando o cetro – indicando tratar-se, portanto, de pintura posterior a 1777, quando se deu a coroação.

As demais telas trazem D. Teresa Cristina (1822-1889), napolitana que se casou por procuração com D. Pedro II em 1843. A vida conjugal sofreu os efeitos de um retrato, supostamente dela, entregue previamente ao imperador, para que conhecesse e aprovasse a futura esposa. A diferença entre a retratada e a esposa desembarcada no Rio, meses depois, resultou em rejeição e demora na consumação do casamento, depois marcado por infidelidades dele. Na condição de imperatriz, D. Teresa foi objeto de numerosos retratos, que adornaram palácios e instituições nas províncias, durante o Segundo Império. No IGHB há o retrato individual de corpo inteiro (Fig. 16), de autoria de François-René Moreau, criado em 1851, oito anos após a chegada dela ao Brasil, quando tinha 29 anos. Nota-se que o modelo do vestido contribui para alongar a figura da imperatriz e que o rosto é favorecido pela posição frontal, que permite disfarçar o nariz adunco.

Um segundo retrato (Fig. 17) traz D. Teresa acompanhada de D. Pedro II. Este outro foi produzido pelo artista baiano Joaquim Gomes Tourinho da Silva em 1861, ou seja, 10 anos após o de Moreau. Já então a pintura registra a obesidade da imperatriz, a sua pequena estatura é evidenciada na proximidade com o marido e a posição do rosto, levemente perfilado, deixa ver o nariz adunco.

Sem transigir na representação da figura humana, Tourinho, entretanto, envolveu a imperatriz com flores: um ramo de cravos nas mãos e pétalas de rosas aos pés conferem suavidade ao retrato de corpo inteiro de Suas Majestades Imperiais. Dentre as insígnias do poder, o Imperador ostenta seis placas de condecorações no peito e a espada na mão esquerda. E a figura do marido está reproduzida no broche da mulher - uma moda entre as nobres do XIX. A obra registra a presença de D. Pedro II em Salvador, no dia 6 de outubro de 1859, como assinado na própria tela.

Mulheres heroínas

A pinacoteca do IGHB também ostenta em telas de grande dimensão as imagens de duas heroínas baianas, Maria Quitéria e Ana Nery, as duas mulheres que inscreveram seus nomes na História ao participarem, respectivamente, das lutas pela Independência da Bahia, em 1823, e da Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870.

O retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853), sem autoria ou data, é baseado no desenho “Dona Maria de Jesus”, que ilustra a obra que a viajante inglesa Maria Graham publicou em 1824, relatando sua estadia no país, entre 1821 e 1823 (GRAHAM, 1824, págs. 292-294).

Graham descreve o encontro com Quitéria em 29 de agosto de 1823, em Salvador, e as impressões que a jovem e sua história de vida lhe causaram. Conclui que se tratou de um caso de vocação militar forjada na intimidade que desenvolveu com as armas, na zona rural do Recôncavo, em caçadas a animais ou como defesa pessoal contra ataques de indígenas. O apelo patriótico à família durante as lutas pela Independência lhe deu a coragem de se engajar nos combates, aos 30 anos, sem prejuízo para a natureza delicada, conforme Graham: “Ela é iletrada, mas inteligente, sua compreensão é rápida, sua percepção é aguçada. Ela não é particularmente masculina em sua aparência, e suas maneiras são gentis e agradáveis. Ela não contraiu nada de grosseiro ou vulgar em sua vida rural. Ela é muito delicada” (idem, p. 294).

A pintura (Fig. 18) retrata a jovem baiana de corpo inteiro, trajando o uniforme do Batalhão dos Voluntários do Príncipe, com

saiote, além de boné e penacho. Ela porta uma carabina, tendo ao fundo uma paisagem rural que sugere as fazendas do pai, na então comarca de Cachoeira, onde viveu. Essa é a imagem da primeira combatente brasileira, reverenciada como heroína da Independência da Bahia.

A tela evoca o entrelaçamento entre o neoclassicismo e o romantismo no meio artístico da Bahia, no XIX. O gênero retrato histórico, tão apreciado pelos neoclássicos, se materializa aqui com ausência de emoção, mas também com o uso das cores, em tons vivos de azul, verde e branco, e a presença da paisagem, tão caros aos românticos. E o culto ao herói, aqui vinculado à defesa dos ideais nacionalistas, contempla ambos os movimentos, oferecendo à imaginação o caso de uma heroína que ousou arriscar a própria vida pelo projeto de nação brasileira.

Ana Justina Ferreira Nery (1814-1880) nasceu e cresceu em Cachoeira, no Recôncavo, junto a irmãos militares, casou-se com um capitão-de-fragata e enviuvou jovem. O irromper da Guerra do Paraguai mudaria o seu destino. Com os dois filhos militares e um médico em combate, requereu e obteve do presidente da província permissão para se incorporar ao batalhão de voluntários, em 1865. E assim é que, aos 51 anos, deixa o ambiente doméstico para atuar num espaço público conflagrado e masculino. Pelos relevantes serviços prestados como enfermeira na guerra, foi homenageada pelo governo imperial e depois por governos republicanos, recebendo o status de Heroína da Pátria. O retrato de Ana Nery (Fig. 19) é uma tela de grande dimensão, que apresenta a heroína em corpo inteiro, sentada, no gesto calmo e prosaico de segurar uma xícara entre as mãos. Traja um volumoso vestido longo, inteiramente fechado, cinza. A escolha da cor conferiu suavidade à sua figura, retratada anteriormente por Victor Meirelles de pé, com longa e volumosa veste negra, no cenário da batalha.

Presciliano preferiu retratá-la na placidez do lar. A partir de uma fotografia de Ana, criou um interior doméstico, com louças, móveis e um quadro na parede. Usou iluminação escassa e difusa, sem incidência de brilho intenso que estabelecesse contraste (característico de outras obras suas), para construir uma cena intimista na penumbra, que realça a alvura do branco dos punhos, gola e louças. Mas, de forma tênue, fez incidir, da esquerda para a direita, uma luminosidade discreta sobre o rosto, destacando-o levemente do conjunto, como que convidando a

que nos aproximemos de Ana Nery, de modo a encontrarmos, naquele instante de recolhimento, a gênese da força que levou a mulher anônima a engendrar gesto de tamanha coragem e grandeza: a serenidade do semblante e a firmeza do olhar.

Esse levantamento se constitui somente numa primeira abordagem de um material muito rico, do ponto de vista histórico e artístico, que decerto será enriquecido com novas informações, no decorrer do tempo. Porém, ainda que datado, permite inferir algumas conclusões sobre esses retratos e sobre essas mulheres em sua inserção num lugar e num tempo - o Brasil e, particularmente, a Bahia do século XIX.

Sobressai das informações aqui reunidas a constatação de que se trata de um tempo de transição, marcado por permanências e renovações. Assim, a realidade não autoriza generalizações. Mesmo num conjunto constituído predominantemente de mulheres da elite socioeconômica, é possível identificar variações na condução do próprio destino e no grau de visibilidade e projeção pessoal.

Outro aspecto a destacar é o potencial do material iconográfico enquanto fonte, testemunho de uma época. Confirma-se, assim, o reconhecimento que a História Cultural faz das imagens como evidências históricas, conforme Peter Burke (2004, p. 233): “Os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências de documentos escritos. Elas oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam”.

Referências

ALBERTO, Paulina L. **Terms of Inclusion – Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

ALVES, Marieta. **Dicionário de artistas e artífices na Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1976.

AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. Salvador: UFBA, 1975 (**Dissertação de Mestrado** de Ciências Humanas).

BRANDÃO, Silmária Souza. A viúva do falecido está aí fora: notas sobre o exercício da atividade comercial por mulheres viúvas em Salvador. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

- BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. **Famílias Bahianas** (Bulcão, Pires de Carvalho e Vicente Viana). Bahia: Imprensa Oficial, 1945, v. 1.
- BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. **Famílias Bahianas** (Cavalcanti e Albuquerque, Diogo Alvares e Machado Velho). Bahia: Imprensa Oficial, 1946, v. 2.
- BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. **Famílias Bahianas** (Bandeira, Brandão, Gonçalves da Costa e Muniz). Bahia: Imprensa Oficial, 1946, v. 3.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- GRAHAM, Maria. **Journal of a voyage to Brazil**. London: Longman, 1824.
- INVENTÁRIO. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 85, 1972-1975, p. 181-283.
- INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS 2005. **Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Iphan-Ba, Minc.
- FICHAS DE INVENTÁRIO COLEÇÃO: PINTURA. Salvador: **Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, 2010.
- MATTOSO, Katia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/CNPQ, 1988.
- MARQUES, Xavier. **Vida de Castro Alves**. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Salvador: Universidade Católica de Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1997.
- MUSEU DE ARTE DA BAHIA (O). São Paulo: Banco Safra, 1997.
- NOÇÕES SÔBRE A PROCEDÊNCIA D'ARTE DE PINTURA NA PROVINCIA DA BAHIA. In: OTT, Carlos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. 322 p. il.
- OTOVO, Ozeki T. **Progressive mothers, better babies – Race, Public Health and the state in Brazil, 1850-1945**. Austin: University of Texas Press, 2016.
- PEIXOTO, Afranio. **Castro Alves - Ensaio bio-bibliográfico**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- PEREIRA, Suzana Alice. A pintura baiana na transição do Barroco ao Neoclássico. Salvador: UFBA, 2005. **(Dissertação de Mestrado em Artes Visuais)**.
- QUERINO, Manoel Raymundo. **Artistas bahianos, indicações biográficas**. 2 ed. Salvador: "A Bahia", 1911.

REVISTA DO INSTITUTO GENEALÓGICO DA BAHIA. Bahia:
Imprensa Oficial, 1946. Ano 2, n. 2.

**REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO GEOGRAPHICO E
HISTORICO DA BAHIA.** Bahia: Typographia e Encadernação do Diario da
Bahia, 1894. Anno I, N. 2.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in)voluntários da pátria na Guerra do
Paraguai. Salvador: UFBA, 2001. **(Dissertação de Mestrado em História).**

Figuras



Fig. 1 HERMÍNIA FARIA
ROCHA ZAMA
Oleo sobre tela, 61 x 49 cm
José Antonio da Cunha
Couto, séc. XIX



Fig. 3 LUIZA AMÉLIA
ZUANY DEVOTO
Oleo sobre tela, 74 x 61 cm
Édouard Viénot - Henri
Morisset, séc. XIX



Fig. 5 JOANA DE MATOS
CASTELO BRANCO
Oleo sobre tela, 96x71 cm
Agostinho José de Jesus,
1866



Fig 2 ADELAIDE
DE CASTRO ALVES
GUIMARÃES
Oleo sobre tela, 63 x 48 cm
José Antonio da Cunha
Couto, séc. XIX



Fig 4 FRANCISCA
JOANA GUALBERTA DE
MENEZES DALTRO
Oleo sobre tela, 63x57 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig 6 MARIA MICAELA
DE QUEIROZ
Oleo sobre tela, 89x65 cm
Francisco da Silva Romão,
1865



Fig. 7 ANA ROMANA DE ARAGÃO CALMON
Oleo sobre tela, 74x61 cm
Bárandico, 1851



Fig. 9 MARIA JOAQUINA EPIFÂNIA DE SÃO JOSÉ E ARAGÃO
Oleo sobre tela, 100x82cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 11 FRANCISCA DE ASSIS VIANA MONIZ BARRETO DE ARAGÃO
Oleo sobre tela, 72x46 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 8 FRANCISCA MARIA VALE ABREU E MELO
Oleo sobre tela, 73x60 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 10 NÃO IDENTIFICADA
Oleo sobre tela, 67x45 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 12 MARIA DELFINA DE CONCEIÇÃO E ARAGÃO
Oleo sobre tela, 82x63 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 13 FILHA DO BARÃO DE JAGUARIPE
Óleo sobre tela, 85x67 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 16 D. TERESA CRISTINA
Óleo sobre tela, 200x127cm
François-René Moreau, 1851



Fig. 18 MARIA QUITÉRIA DE JESUS MEDEIROS
Óleo sobre tela, 151x100 cm
Autor desconhecido, s.d.



Fig. 14 MÃE PRETA
Óleo sobre tela,
130x98 cm
Presciliano Silva, 1919



Fig. 17 D. TERESA CRISTINA E D. PEDRO II
Óleo sobre tela,
225x163 cm
Joaquim Gomes Tourinho da Silva, 1861



Fig. 19 ANA JUSTINA FERREIRA NERY
Óleo sobre tela,
150x100 cm
Presciliano Silva, 1932



Fig. 15 D. MARIA I
Óleo sobre tela, 95x81 cm
Autor desconhecido, s.d.

No tempo da ditadura

Notas sobre a repressão contra Luís Henrique Dias Tavares (1968-1969)

Lina Maria Brandão de Aras

Doutora em História (USP). Professora Titular de História da UFBA

Thiago Machado de Lima

Doutorando em História (UFF). Professor Substituto de História da UNEB

Anselmo Ferreira Machado Carvalho

Doutorando em História (UFBA). Professor de História do IFS

Resumo

Este artigo apresenta algumas notas sobre a experiência de repressão sofrida pelo professor e historiador Luís Henrique Dias Tavares entre os anos de 1968 e 1969. Trata-se do contexto de instauração do Ato Institucional nº 5 que elevou o regime autoritário a patamares ainda mais repressivos, o que impactou na Bahia num momento de grande efervescência cultural e política, marcado por mobilizações estudantis e a realização de espetáculos teatrais, shows, exposições, festivais e a organização da II Bienal Nacional de Artes Plásticas. Nesse cenário, investigamos a atuação intelectual e política do professor baiano analisando os motivos que levaram a agentes da 6ª RM articularem sua repressão. Utilizamos como fontes artigos jornalísticos e documentos produzidos pelos órgãos de repressão localizados no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Luís Henrique Dias Tavares; ditadura; repressão.

Abstract

This article presents some notes on the experience of repression suffered by professor and historian Luís Henrique Dias Tavares between 1968 and 1969. It is the context of the opening of Institutional Act No. 5 that raised the authoritarian regime to even more repressive levels. This impacted Bahia at a time of great cultural and political effervescence, marked by student mobilizations and the performance of theatrical shows, shows, exhibitions, festivals and the organization of the II National Biennial of Plastic Arts. In this scenario, we investigated the intellectual and political performance of the Bahian teacher by analyzing the reasons that led agents of the 6th RM to articulate their repression. We use as sources journalistic articles and documents produced by the repression agencies located in the collection of the National Archives of Rio de Janeiro.

Keywords: *Luís Henrique Dias Tavares; dictatorship; repression.*

Em 1969 o Brasil completava cinco anos sob a égide de uma ditadura civil-militar, construída após a derrubada do governo do presidente João Goulart. Para comemorar a efeméride, o general Arthur Costa e Silva, segundo presidente militar a conduzir o regime, convocou intelectuais de diferentes áreas para escrever uma coletânea de artigos intitulada O Processo Revolucionário Brasileiro (1969). O material foi publicado e distribuído com análises que buscavam celebrar os rumos que o país tomara desde 31 de março de 1964. Dentre seus autores, figuraram nomes como Gilberto Freyre, Gustavo Corção e Otávio Bulhões.

Nesse contexto, a ditadura tinha entrado em uma fase mais autoritária com a instauração, no fim de 1968, de um quinto Ato Institucional em meio a grandes manifestações, a exemplo da passeata dos 100 mil ocorrida naquele ano no Rio de Janeiro, e diante de uma efervescência cultural, com importantes movimentos artísticos como o Tropicalismo. Apesar do cenário contestatório de 1968, desde o início da ditadura, quando a repressão já era voraz, setores da chamada “linha dura” intentavam constituir “um aparato global de controle da sociedade.” Esse aparato visava “não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos”. O AI-5 criou a ossatura legal para respaldar o

avanço do Estado nesse sentido e, por fim, deixar a sociedade civil sob seus controles. (FICO, 2014, p.81-82)

Enquanto no fim dos anos 1960 alguns intelectuais e homens ligados à cultura celebravam e destinavam seu conhecimento para exaltar os supostos ganhos do “processo revolucionário” para o país, outros experimentaram drasticamente os efeitos do novo Ato Institucional. Foi em meio a esse cenário, que o professor e historiador Luís Henrique Dias Tavares sofreu com a repressão na Bahia. É a análise dessa experiência ocorrida com o intelectual baiano que apresentamos algumas notas nas linhas que se seguem. Cabe destacar que corroboramos a concepção de intelectual como mediador cultural e, também, na perspectiva do engajamento. Ao trafegar entre as esferas política e cultural, o intelectual torna-se um homem de pensamento e ação. (SIRINELLI, 2013).

O turbulento ano de 1968

Em 1968 Luís Henrique Dias Tavares, então com 42 anos de idade, detinha uma reconhecida trajetória intelectual. Doutor em História, já tinha publicado trabalhos como: *As ideias revolucionárias de 1798* (1956) e *História da Bahia* (1959), ocupava a cadeira de História do Brasil, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e era membro de importantes instituições intelectuais em Salvador, como a Academia de Letras da Bahia (ALB) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). O professor baiano ainda exercia algumas funções ligadas ao governo estadual, na condição de Diretor do Arquivo Público do Estado (APEB) e Diretor do Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC), órgão da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC).

O trânsito de Luís Henrique em cargos ligados ao executivo da Bahia, se dava pela própria conformação do governo estadual, chefiado por Luís Viana Filho. Eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa no fim de 1966, Viana apoiou, desde o início, o golpe de 1964 contra o governo Goulart. Ainda no ano do golpe, quando exercia o mandato de deputado federal, assumiu a chefia da Casa Civil de Castelo Branco. Herdeiro de família tradicional na política e na economia baiana, Luís Viana Filho também era intelectual reconhecido e com vasta obra

publicada, tendo relações com estudiosos tanto da esquerda quanto da direita. Em seu governo abriu espaço para ações no campo da cultura e o principal canal da sua gestão nesse sentido foi a SEEC, órgão para o qual foi nomeado o professor e advogado Luiz Navarro de Brito. Era no âmbito dessa secretaria e sob a gestão de Navarro de Brito que Luís Henrique transitava gerindo o DESC e o APEB. Contudo, esse trânsito não se dava sem embates e conflitos resultante da própria conjuntura e ambiguidades da ditadura brasileira.

Como investidas no campo da cultura, no governo Luís Viana, foi instalado na Bahia o Conselho Estadual de Cultura (CEC), cujo projeto havia sido elaborado ainda em 1967 e a sua instauração se deu em 1968. A criação dos conselhos estaduais de cultura foi um projeto e um objetivo do Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão responsável no plano nacional pelo planejamento do setor cultural do Ministério da Educação e Cultura. Na Bahia, o CEC era responsável por orientar a aplicação dos fundos de cultura, proteger o patrimônio histórico e elaborar o plano estadual de cultura. (CARVALHO, 2013)

Luís Henrique foi um dos indicados para o Conselho Estadual, contudo, seu nome não foi homologado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Mesmo reconhecendo seus méritos intelectuais, o Legislativo baiano rejeitou seu nome argumentando questões políticas. (A TARDE, 16/02/1968, p.7) Além de intelectual renomado, o caso era que o professor tinha uma trajetória de engajamento político ligado às esquerdas, pois havia sido diretor do jornal comunista O Momento, além de entrar para os quadros do Partido Comunista. (IPM, 1969, p.267)

O “núcleo duro” do CEC era formado por conselheiros que já estavam nos círculos intelectuais baianos. O cargo representava prestígio no meio intelectual, mas não significava vínculo efetivo com o estado, apesar de receberem jetons por cada seção plenária que participavam. (SOTO, 2012) O veto ao nome do Luís Henrique gerou manifestos de setores da intelectualidade baiana. Um abaixo-assinado com 90 assinaturas foi divulgado em sua solidariedade. Dentre os assinantes, figuraram nomes como Jorge Amado, Caribé, Ariovaldo Matos, Clarival do Prado Valadares e Walter da Silveira. (BAHIA, 1997, p. 277)

A oposição ao nome de Luís Henrique para o CEC evidenciava as disputas políticas no âmbito do regime autoritário. Em matéria sobre o caso, o jornal A Tarde apontou para a “tensão” gerada no dia de votação que, além da aprovação dos nomes dos conselheiros, versou sobre outros projetos que tiveram veto do chamado “bloco vietcongue” de oposição ao governador. (A TARDE, 16/2/1968, p.7)

Apesar de vetado no âmbito do CEC, o professor pôde desenvolver um trabalho no DESC. Nesse departamento, teve ações importantes em 1968, como a criação da Revista Porto de Todos os Santos e a organização da II Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia. Ações que tiveram o aval do secretário de educação Navarro de Britto e do próprio governador Luís Viana Filho. A realização de tais atividades na Bahia estava em sintonia com a efervescência artística que marcava o país naquela ocasião em consonância com o contexto internacional no mundo da cultura.

A referida revista teve por objetivo “acolher várias tendências do movimento cultural” de forma livre. Isso ocorreu através de publicações na área da história, economia, poesia, cinema, teatro e educação. Contou com a presença de nomes do mesmo círculo de sociabilidade de Luís Henrique, como membros do IGHB, da ALB e da UFBA: José Calasans, Godofredo Filho, Orlando Senna, Walter da Silveira, Nestor Duarte, Jairo Simões, Ariovaldo Matos, Carlos Eduardo da Rocha, Edivaldo Boaventura, Carlos Ott etc. (REVISTA PTS, 1968, Vol. 1, p.3)

A II Bienal também entrava nessa sintonia. Buscava reunir o que tinha de mais inovador no campo das artes, seguindo o modelo da I Bienal, realizada em 1966. Embora dentro do campo intelectual baiano havia quem discordasse da estrutura do evento. Mário Cravo Júnior, pediu demissão do CEC em carta ao governador, alegando não considerar correto o caráter competitivo da II Bienal além de apontar questões conceituais sobre arte e seu caráter universal. (A TARDE, 5/10/1968, p.5)

Apesar da importância da realização dessas atividades para o cenário cultural baiano, o problema se dava justamente pelo contexto de recrudescimento da ditadura com a instauração do AI-5 em 13 de dezembro de 1968. Para além do mundo da política, o mundo intelectual e da cultura tornaram-se alvos ainda mais visados. O anticomunismo

militar além de ser dissipado de forma potencializada, naquele contexto, ele mudou de tom. “Enquanto os temas da destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas dos militares” a partir daquele momento eles se tornaram “as provas obsessivas do progresso da subversão.” (CHIRIO, 2012, p.121) Foi no turbilhão da luta contra a “subversão” que a realização da II Bienal da Bahia sofreu intervenção. No caso da Revista Porto de Todos os Santos, a publicação do seu segundo número foi censurada e o material recolhido.

No que diz respeito à II Bienal, o evento realizado no Convento da Lapa foi aberto para obras de artistas de todos os lugares que passaram por uma pré-seleção crítica sem triagem ideológica. O evento tinha um impacto nacional e sua divulgação ganhava as páginas dos principais jornais. Na sua inauguração em dezembro de 1968, a Bienal sofreu intervenção militar. Agentes da repressão retiraram obras “consideradas provocadoras e subversivas”. (LUDWIG, 1982, p.94) O caso deu o argumento para a 6ª Região Militar (RM) decretar, ainda no mês de dezembro de 1968, a prisão de Luís Henrique, afinal, tudo estava submetido ao DESC. Em documento produzido pela RM e denominado Ofício N° 72/ E2 (1969, p.2), constou a seguinte justificativa: “Este senhor foi preso por ordem deste comando no dia 23 de dezembro de 68, por ser responsável pela realização de uma Bienal de Artes Plásticas na qual foram apresentados diversos quadros considerados altamente subversivos”. O caso ainda respingaria no diretor da Bienal, o artista Juarez Paraíso, que também foi preso.

Luís Henrique foi solto em 7 de janeiro de 1969 e no dia 10 do mesmo mês foi exonerado pelo governador Luís Viana. (IPM, 1969, p. 360). Após a prisão e demissão do intelectual o comando da 6ª RM tomou conhecimento da Revista Porto de Todos os Santos, já em março de 1969, ou seja, mais de seis meses depois da publicação do seu segundo número. (OFÍCIO N° 72/E2, 1969, p.02) O número dois da referida revista foi publicado com mais de duzentas páginas, preenchidas com artigos referentes a diversos temas, poesias e entrevistas, desenhos e fotos. O ponto de destaque foi a publicação do poema América Nuestra, de Calos Anísio. Publicado em espanhol, o poema foi considerado uma afronta, pois tratava-se de uma homenagem à

memória de Che Guevara, assassinado em outubro de 1967, o que levou a revista a ser censurada e recolhida pelos órgãos de repressão. (RPTS, 1968, Vol. 2, p.147)

A identificação de obras subversivas na II Bienal e a publicação do segundo número da Revista Porto de Todos os Santos respingou também no secretário de educação Luiz Navarro de Brito, que teve que dar explicação ao comando da 6ª RM. Especificamente sobre a Revista, ele foi questionado se sabia e concordava com o poema em homenagem a Che Guevara. Em resposta, o secretário afirmou que não tinha conhecimento do conteúdo específico da revista, pois a demanda de trabalho na SEEC não permitia que ele fizesse a leitura de tudo que fosse publicado com patrocínio do setor e, especificamente, sobre o conteúdo do poema, mas afirmou que o dito poema era conhecido e achava de péssimo gosto.(ANEXO-OFÍCIO Nº 72/E2, 1969) O próprio Luiz Navarro teve que sair do governo Luís Vianna Filho e, depois, seguiu para o exílio para evitar sofrer, ainda mais, com a repressão, em decorrência de questões mais amplas como suas atividades políticas e críticas a questões referentes à educação na ditadura.

Nesse cenário de intensificação da repressão após o AI-5, situações de censura e violência contra personagens ligados ao meio da cultura passaram a ser a tônica na Bahia. Como exemplo, temos o caso do poeta e compositor José Carlos Capinam que foi enquadrado na “Lei de Segurança Nacional” por crime de “subversão”. Outro exemplo foi o episódio ocorrido na encenação da peça teatral “As senhoritas”, dirigida por Álvaro Guimarães. No Teatro Castro Alves, o elenco da peça e parte da plateia foram espancados por policiais, fato que levou o governador Luís Viana Filho a cancelar todos os espetáculos naquele ano no TCA. (BAHIA, 1997, p. 280-281)

Voltando ao nosso foco, o professor Luís Henrique Dias Tavares, além de ter sofrido com a prisão e de ter sido exonerado do cargo do DESC, passou a ser alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado a mando do General Abson Sena, comandante da 6ª Região Militar.

A instauração do IPM e o interrogatório do professor

O responsável pelo IPM de Luís Henrique foi o coronel Maurino Freire Dantas, militar com vasta experiência em investigações e com interesse em controlar os círculos intelectuais da Bahia. Para se ter uma ideia, ainda em 1964, o referido coronel, como chefe da 2ª Secção do Exército, já demonstrava sua ânsia repressiva em entrevista que concedeu ao A Tarde (9 e 10/05/1964, p.1). Perguntado pelo jornalista Walfrido Moraes sobre o papel da “Revolução”, revelou que o objetivo era eliminar o comunismo, qualificado como “agente principal da subversão”. E indicava: “nós vamos perscrutar o mundo estudantil, nós vamos perscrutar a elite intelectual”, pois precisamos “erradicar, dentre o corpo docente dos colégios públicos e particulares, das universidades, os professores que possam instilar esse veneno”.

Com o AI-5, o coronel estava ainda mais coberto para destilar sua ânsia repressiva e foi assim que conduziu o IPM contra Luís Henrique. Através dos órgãos da inteligência militar, o coronel reuniu vasta documentação sobre a vida de Luís Henrique. Nos primeiros meses de 1969, o professor baiano foi submetido pelo coronel a um interrogatório, que foi anexado aos autos do IPM. Nos limites desse artigo, podemos elencar alguns pontos gerais que nortearam as perguntas e respostas.

De início o interrogador afirmou que desejava, apartir dos arquivos que tinha reunido sobre o professor, inquirir sobre algumas atividades passadas e compará-las com acontecimentos recentes. Nesse sentido, solicitou que Luís Henrique falasse sobre sua relação com o PCB. Assim, respondeu o historiador:

Eu fui redator de um jornal “O Momento” no ano de 1945 até o ano de 1952. Não tive nunca, jamais, qualquer posição de direção dentro do Partido Comunista, fui somente redator desse jornal. Digo ao senhor que me é extremamente doloroso recordar esse período feliz; eu vivi muito solitário, porque eu estava em luta comigo próprio, sou uma pessoa de natureza pacífica, gosto de estudar, sou de família tradicional e conservadora. (IPM, 1969, p.312)

O professor adotou a postura de negar um envolvimento profundo com o partido, destacando como algo que fez apenas em um curto

período da sua trajetória. Acionou seu caráter tradicionalista e conservador, buscando transparecer um distanciamento com qualquer imagem de “subversão”.

O militar prosseguiu solicitando do professor uma explicação dos motivos que o fez sair do PCB. A pergunta foi respondida nos seguintes termos:

Eu saí do Partido Comunista porque não é um partido brasileiro em primeiro lugar; em segundo lugar porque é uma organização que nega a pessoa humana, o indivíduo humano na sua individualidade, na sua personalidade. Estou dizendo aos senhores e não estou inventando qualquer coisa para me justificar, que entre outras faltas de respeito humano não nos era permitido namorar;(…) Não era um partido brasileiro, não tem respeito à pessoa humana e eu lá não podia continuar de forma nenhuma, eu antes de qualquer coisa sou brasileiro.(IPM, 1969, p.314)

Percebe-se que o intelectual joga com representações presentes no imaginário anticomunista brasileiro e que, recorrentemente, era acionado por militares e grupos da direita. Nesse caso, se sobressai a representação de que o comunismo era uma “ameaça estrangeira”, um “corpo estranho infiltrado no Brasil”. O PCB era o agente da “subversão internacional”, portador de uma “doutrina exótica”, pronto para tomar o país, sendo o principal propagador desse agente era a União Soviética (MOTTA, 2002, p.55)

Face as respostas do professor baiano, o interrogador pediu para que ele relatasse algum fato que realmente indicasse alguma ação anti-comunista na sua trajetória que pudesse garantir que ele tinha deixado de lado esse passado militante. Luís Henrique assim respondeu:

Bem, eu sou diretor de uma repartição – do Arquivo Público do Estado da Bahia. Comecei a dirigir essa repartição no governo do General Juracy Magalhães. Fui ser diretor convidado pelo Dr. Josaphat Marinho que convidou-me exclusivamente por que sabia de minha preocupação com documentos antigos, (...), mas quando ele retirou-se da Secretaria fui confirmado no cargo pelo governador Juracy Magalhaes, confirmando duas vezes, com o secretário Martinelli Braga. (...) Eu acredito que essas demonstrações de confiança que só me honram e pelas quais eu sou extremamente grato do Governador Juracy Magalhães, são um teor a meu favor, são uma demonstração de que eu não

tinha mais qualquer espécie de vinculação com os comunistas ou com a organização chamada partido comunista. (IPM, 1969, p.315)

Podemos analisar que ao acionar o nome de Juracy Magalhaes, Luís Henrique buscou demonstrar que tinha o apreço de um homem comprometido com o poder estabelecido. Juracy, além de governador, deu apoio total ao golpe e tornou-se Embaixador do Brasil nos Estados Unidos durante o governo Castelo Branco.

Em outra fase do interrogatório, o militar quis saber a posição do professor baiano sobre o Centro Popular de Cultura (CPC), organização vinculada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e que antes do golpe movimentava os meios culturais e estudantis buscando uma arte e educação engajada voltada para a emancipação popular. Frente a essa pergunta, Luís Henrique respondeu:

Eu não sei nada a respeito de CPC, não quis nem saber, porque...Era uma mistificação, eu não tenho dúvida a respeito disso...Porque o movimento de CPC começou em Recife, num grupo de intelectuais católicos, Luiz Carlos Maciel e outros; era um movimento que segundo ouvi, tinha uma intenção meio vaga. (...) Eu nunca fui assistir nenhum dos teatros que o CPC fez, nenhum dos seus espetáculos e de teatro, mas o que li e o que ouvi uma vez num debate de televisão no qual participou o falecido deputado Juracy Magalhaes Júnior, ali era uma deformação total eles estavam utilizando aquilo só como uma forma de doutrinação política no mau sentido, doutrinar o povo para aceitar o totalitarismo, para aceitar uma negação de si próprio. (IPM, 1969, p.318)

Para os militares, o CPC funcionava como uma sucursal do PCB. Luís Henrique, ao negar relação e criticar o Centro, seguia na sua linha narrativa de se esquivar da acusação de ainda ser militante comunista. Na cidade de Salvador, logo após o golpe de 1964, a sede do CPC foi invadida. Os materiais do Centro foram apreendidos e muitos membros foram presos e outros tiveram que fugir, como um dos seus diretores, Johnson Santos. (LIMA, 2018a, p.90-91)

Da pergunta direta sobre o CPC, o interrogador quis relacionar o Centro à utilização do Método Paulo Freire, que tinha ganhado destaque internacional no aspecto da alfabetização. Foi solicitado a

Luís Henrique que ele falasse o que entendia sobre o tema. A resposta dada foi a seguinte:

(...) Não li nada a respeito do método Paulo Freire de modo que, sinceramente não sei nada a respeito desse método. Do CPC sei porque vi televisão, jornais e conversas mesmo(...) Assisti uma demonstração desse método na Reitoria quando aqui estive o Ministro Júlio Sambaquis numa reunião de piada também. Eu ainda sai dela com o Nelson Sampaio, Lafaiete Ponde e nós dissemos; que Ministro e que reunião. Nós fomos convidados para um carnaval vergonhoso daqueles. Nessa reunião o Professor Paulo Faria fez uma demonstração do método Paulo Freire. Fez uma projeção de “slides”. A mim aquilo me pareceu que jamais ia alfabetizar-se lá qual fosse, com o retrato de camponeses rasgados, de senhores de terras bem vestidos ou coisa que o valha, eu não pude de forma nenhuma entender como é que aquilo era alfabetizar que não tinha nada com isso. De modo que eu não conheça o método Paulo Freire, pelas coisas que eu vi e pelo que ouvi na televisão eu achei que aquilo não ia alfabetizar pessoa nenhuma. (IPM, 1969, p.319)

Percebemos que a lógica da resposta foi a mesma: negar vinculação e criticar qualquer ação identificada com o comunismo. No interrogatório, o próprio professor pediu para apresentar alguns documentos. Tratava-se de uma carta do vice-Cônsul dos Estados Unidos indicando seu visto para entrar naquele país juntamente com o convite que recebeu para participar da reunião interamericana de diretores de arquivos, além de uma carta que demonstrava suas relações com Jorge Moura, Adido Cultural também no referido país. Luís Henrique tentava comprovar sua isenção ideológica, por frequentar e ser recebido na maior liderança do mundo ocidental no combate ao comunismo em pleno contexto da Guerra-Fria.

O interrogador não fez menção à II Bienal da Bahia, talvez por ser fato já bem documentado no IPM. No caso da *Revista Porto de Todos os Santos*, ao que parece, somente depois desse interrogatório é que ocorreu sua identificação e censura. Porém, o próprio material foi juntado ao inquérito com uma cópia na íntegra e serviu de base para as conclusões do militar.

Cabe fazermos uma inferência sobre o tipo de fonte que acabamos de analisar, pois trata-se de um testemunho obtido por meio

de interrogatório. Fontes desse tipo, seja em processos repressivos de diferentes naturezas e épocas, são “escorregadias”. Deve-se pensar que o interrogador sempre nutre um “desejo de verdade”. Já os testemunhos obtidos estão eivados de “pressões psicológicas e físicas” e o aspecto da “indução” acaba levando os “réus” a darem respostas que jogam com “estereótipos” ligados à própria visão dos interrogadores. (GINZBURG, 1990/1991, p. 12, 13, 14) Luís Henrique estava numa situação de pressão, buscando preservar sua integridade e liberdade. Jogou no campo de representações que seu interrogador transparecia nas perguntas e que estava permeado de um anticomunismo belicoso.

As conclusões do IPM

Em relatório apresentado pelo coronel Marino Dantas, Luís Henrique foi qualificado como um homem que seguia a “doutrina marxista-leninista”. Através da juntada de diferentes documentos, o militar definiu que, para entender as atividades de “subversão” do professor, era necessário dividir sua trajetória em duas fases: a primeira foi marcada pela atuação no PCB nos anos 1940 e 1950. A segunda, destacava-se pela atuação como professor do Colégio Estadual da Bahia e da UFBA. (IPM, 1969, p.324). Por meio do relatório podemos compreender o conjunto de informações que levou à repressão ao intelectual baiano.

Na primeira fase, foi relatado que entre os anos de 1945 e 1952, Luís Henrique foi “redator do jornal comunista O momento”. Nesse período “se declarava abertamente marxista e membro do PC”. No relatório, foi registrado ainda que ele foi signatário de diferentes manifestos e telegramas considerados altamente “subversivos”. O destaque se dava para os manifestos ligados ao nome do líder comunista Luís Carlos Prestes. Nessa fase, segundo o coronel, Luís Henrique “fazia pregação da mudança da ordem política prevista na constituição”. (IPM, 1969, p.324)

Na segunda fase destacada no relatório do IPM, o coronel considerava as implicações ainda mais sérias e com isso detalhou mais. Na visão do militar, em sua atuação como professor e como diretor de órgãos públicos, Luís Henrique teria dado “integral apoio a ideias marxista-leninistas”. Como exemplo, foi destacada sua atuação no CPC

ministrando aulas do Método Paulo Freire antes de 1964, além de outros cursos como o intitulado “Introdução a realidade brasileira”. (IPM, 1969, p. 325). Cabe recordamos que no seu interrogatório, o professor baiano tinha demonstrando ter desconhecimento de causa e criticado o próprio CPC e o Método Paulo Freire. Contudo, como observamos no relatório final do IPM, ele não convenceu os militares, que tinham registros documentais que demonstravam o contrário.

Ainda sobre a atuação do professor nessa segunda fase, foi destacado no relatório aspectos da sua gestão no DESC. O militar fez questão de destacar que Luís Henrique foi nomeado para o cargo pelo secretário Navarro de Britto, identificado como homem “também de tendências esquerdistas”. Constou ainda o envolvimento do professor na organização da II Bienal da Bahia, que expôs quadros “subversivos”, uns de “cunho ideológicos e outros de natureza imoral”. Ademais, no cargo da DESC, Luís Henrique “nomeou auxiliares diretos de tendências esquerdistas”. No mesmo órgão foi apontado o auxílio dado a impressão de livros de autores considerados comunistas como Ruy Espinheira e Fernando Batinda, além da publicação da segunda edição da *Revista Porto de Todos os Santos*. (IPM, 1969, p.269, 325)

A argumentação de subversão na gestão de órgãos públicos foi utilizada por agentes da repressão para atingir outros intelectuais que exerciam essas atividades nos anos 1960 no Brasil. O caso mais destacado foi o do geógrafo Milton Santos, preso em Salvador logo após o golpe de 1964 e exilado em seguida. No IPM instaurado contra o intelectual, ele foi acusado de ter empregado militantes comunistas e ter patrocinado a impressão de “materiais subversivos” quando era presidente da Comissão de Planejamento do Estado da Bahia. (LIMA, 2018b, p.12,13)

Outro ponto indicado no relatório do IPM foi que o nome Luís Henrique apareceu em “documento subversivo” apreendido pelos militares. Tratava-se de uma carta enviada pelo presidente da União dos Estudantes da Bahia ao presidente da União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga. A Carta indicava o professor como alguém que desejava estudar o Sistema Educacional dos países socialistas. Além disso, no registro dos militares, indicava que, em 1968, como presidente do Departamento de História, Luís Henrique apoiou o movimento

dos estudantes visando a contratação do Tem. Cel. Professor Alberto Goulart Paes Filho, para a cadeira de professor de História da UFBA. O fato era que o referido tenente tinha sido punido pelos militares após o golpe, considerado “inimigo da revolução”.(IPM, 1969, p.325,326)

Após o relato dessas atividades, o Coronel Marino Freire Dantas matizou sua conclusão:

Conclui-se que o indiciado Luiz Henrique Dias Tavares através de sua ação nefasta no setor educacional, tem se constituído um elemento contrário aos interesses da Revolução, pretendendo sempre subverter as instituições, visando alterar o processo político-administrativo implantado no país após 31 de março de 1964, enquadrando-se no At Institucional nº5/68, artigos 5º 6º parágrafo 1º (...). (IPM, 1969, p.329)

Ao acionar o artigo 5º do AI-5, o coronel indicou a suspensão dos direitos políticos de Luís Henrique. Ao acionar o artigo 6º parágrafo 1º, indicou a suspensão das suas garantias de “vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade”, e isso implicava na sua carreira como professor da UFBA, pois poderia ser demitido, removido, aposentado ou mesmo ficar à disposição, tudo dependia da decisão do presidente.

A conclusão do IPM indicando a “subversão” do professor Luís Henrique, o mesmo não sofreu mais sanções imediatas. Evidentemente, após sair da prisão, já tinha sido exonerado dos cargos do governo pelo próprio Luís Viana Filho.

Em documento anexado ao processo consta um indício do que pode ter ocorrido. Em informação secreta emitida em 23 de junho de 1969, portanto, antes mesmo do coronel Marino Dantas concluir o IPM, constou a seguinte descrição: “Por pertencer ao staff do Sr. Viana Filho não pode ser atingido pelo AI-5, embora sejam evidentes suas atividades comunistas e de corrupção”. (IPM, 1969, p.288). Nesse caso, a repressão a Luís Henrique pode ter tido um limite em decorrência das suas relações pessoais com o governador Luís Viana Filho.

Em meio ao jogo político, mesmo na conjuntura do AI-5, os laços de amizade, relações pessoais e compromissos, contavam como formas de barganhas para proteção e acomodação. Mesmo diante desse espaço de negociação, Luís Henrique, no fim de 1969, voltou a ter seu processo revisto pelos militares. Em documento datado de 3 de dezembro daquele

ano, indicava-se que o presidente da Comissão de Inquérito, General Humberto de Souza Mello, tinha voltado “a considerar Luís Henrique Dias Tavares como passível de enquadramento” no AI-5. (IPM, 1969, 288). O general produziu um documento com base do IPM coordenado pelo coronel Marino Dantas, e enviou sua indicação para o presidente da República de que o professor deveria ser enquadrado no AI-5 tendo a “suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos” e sendo proibido de “exercer o magistério público ou particular”, além de não assumir qualquer “função pública”. (IPM, 1969, p.284).

A conclusão do Inquérito demonstra que os órgãos da repressão buscaram banir o professor Luís Henrique da vida pública, solicitando a suspensão dos seus direitos políticos. Não se tem informação documental se de fato a ânsia repressiva dos militares encarregados foi atendida. Até porque, nos anos que se seguiram o professor continuou publicando suas obras, a exemplo: Duas reformas da educação na Bahia, 1895 e 1925 (1969) e Curso de História do Brasil – Volume 1 (1971), A independência do Brasil na Bahia (1977). Ainda no fim dos anos 1970, obteve um pós-doutorado pela *University College London*.

As notas sobre uma etapa da vida do professor e historiador Luís Henrique Dias Tavares nos ajudam a discutir a inserção de um intelectual com matizes comunistas na vida cultural da Bahia após instalação da ditadura civil-militar e as estratégias repressivas que o alcançaram naquele período.

A atenção dada pelos órgãos de repressão às manifestações culturais se coadunava com as diretrizes de apagamento e silenciamento de qualquer que fosse as ações que pudessem evidenciar a crítica ao regime instalado e em seu momento mais repressivo.

A representação utilizada por Luís Henrique em seu depoimento foi crucial para criar a dúvida sobre sua atuação política, o que não surtiu efeito diante da documentação apresentada no IPM sobre seu cotidiano entre a educação e a política, mas isso não impediu que ele fosse solto e que por todo tempo pairasse sobre ele o véu de preso político da ditadura civil-militar de 1964.

A prisão às vésperas do Natal causou uma grande marca na memória de Luís Henrique que afirmava sempre que passou as festas

longe de sua família. Esse elemento certamente dificultou as suas lembranças sobre o tema nos diversos momentos em que tratamos sobre esse período.

O IPM guarda, mais e mais, informações sobre esse momento da história do Brasil e as ações impetradas pela ditadura civil-militar na Bahia. Esta é uma porta entreaberta que possibilita novas análises sobre a trajetória biográfica de Luís Henrique Dias Tavares, um professor em suas inúmeras facetas, cuja vida e obra nos ensinam a refletir sobre o passado e o presente a partir de nós mesmos.

Referências

- BAHIA. Assembleia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana, 1889-1991.** 2ª ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 1997. 384 p. ilustr.
- CARVALHO, Anselmo F. M. **A Bahia Constrói o seu futuro e destrói o seu passado: Políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983).** Feira de Santana: Editora da UEFS, 2013.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- COLETÂNEA DE ARTIGOS – vários autores. **O Processo Revolucionário Brasileiro.** Brasil. AERP, Brasília, 1969.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como Antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1 n°21. pp.09-20, set.90/fev.91.
- Jornal *A Tarde*, 1964 – 1968. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPPEB)
- LIMA, Thiago Machado de. Um intelectual na mira da repressão: Milton Santos e o golpe de 1964. **Revista de História da USP**, n°177, 2018. DOI: [https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.137230\(a\)](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.137230(a))
- LIMA, Thiago Machado de. **Pelas ruas da cidade: o golpe de 1964 e o cotidiano de Salvador.** Curitiba: Editora CRV, 2018. (b)
- LUDWIG, Costa Selma. **Mudanças na vida cultural de Salvador 1950-1970.** Salvador: UFBA, 1982. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

MINISTÉRIO DA GUERRA, IV EXÉRCITO – 6ª REGIÃO MILITAR (BAHIA-SERGIPE). Processo de Luís Henrique Dias Tavares – Implicação no Ato Institucional Nº 5 - 1969. Arquivo Nacional – Acervo Digitalizado. Fundo: Conselho de Segurança Nacional.

MINISTÉRIO DA GUERRA, IV EXÉRCITO – 6ª REGIÃO MILITAR (BAHIA-SERGIPE). Ofício Nº 72/E2 e anexos - 1969. Arquivo Nacional – Acervo Digitalizado. Fundo: Conselho de Segurança Nacional.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”. **O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DESC. **Revista Porto de Todos os Santos**. Volume 1 e 2. Governo da Bahia, 1968.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SOTO, Cecília Ana Vásquez. **A trajetória histórica do Conselho Estadual de Cultura e as políticas culturais na Bahia**. Salvador: UFBA, 2012. (Dissertação de Mestrado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos)



A vala e as tripas sob o olhar dos presidentes: obra de requalificação de Salvador entre 1849 e 1855

Iran Souza da Conceição

Mestre em Patrimônio Cultural/IPHAN

Graduado em História/UCSAL

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir sobre as obras de canalização do rio das Tripas – que deu origem à rua da Vala – entre 1849 até 1855 – bem como as ações executadas durante os trabalhos e os benefícios que a mesma proporcionou para o fluxo e a higiene da cidade do Salvador no século XIX.

Palavras-chave: Vala, Presidente, obra, Província, Salvador.

Abstract

This article aims to discuss the channeling works of Das Tripas River – which originated Da Vala Street – between 1849 and 1855 – as well as the actions performed during the works and the benefits they had brought to the flux and hygiene of the city of Salvador in the 19th Century.

Keywords: *Vala, President, works, Providence, Salvador.*

Em meados do século XIX a cidade do Salvador era dividida em dez freguesias, sendo elas: Sé ou São Salvador, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antonio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santíssimo Sacramento e Santana, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Nossa Senhora de Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha (NASCIMENTO, 2007, p. 44). Essas localidades tinham seu cotidiano diretamente ligado

às matrizes¹, pois as mesmas, além de serem responsáveis por questões religiosas como cultos, procissões e batizados, também eram encarregadas de registrar os nascimentos, casamentos e óbitos nos respectivos livros. No tocante às relações sociais, foi possível identificar que as festividades reuniam ricos e pobres em um mesmo espaço, bem como as irmandades às quais eram filiados, com seus santos padroeiros e igrejas (NASCIMENTO, 2007, p. 45). Localizada no alto², com vistas para a baía de Todos os Santos, a freguesia da Sé era constituída pelo centro do Governo administrativo, do legislativo, do judiciário e do religioso, com o Palácio Arquiepiscopal, o Palácio dos Governadores, Conventos, Igrejas, Ordens Terceiras (como a Santa Casa de Misericórdia da Bahia), o Hospital Militar, a Biblioteca Pública, a Caixa dos Descontos, a Casa da Moeda, o Senado da Câmara, a Tipografia e o Colégio Médico Cirúrgico. Em São Pedro estavam a Igreja de São Pedro Velho, hoje inexistente, o Convento de São Bento e alguns sobrados onde habitavam famílias de foro de fidalguia (NASCIMENTO, 2007, p. 51).

As freguesias de Santana e da Rua do Passo ganhavam visibilidade devido aos conventos, igrejas e pela população crescente que morava em casas térreas e se agrupavam nos núcleos dos centros religiosos. Mesmo com o crescente processo habitacional das respectivas freguesias, as da Sé e São Pedro, apesar de, na época, serem as menores, tinham um contingente populacional maior, isso por causa da quantidade de edifícios existentes nos determinados espaços. Já no Santo Antônio Além do Carmo vivia a maior parte dos pequenos negociantes, dos alfaiates e dos empregados públicos, entre seus prédios particulares e sobrados, se tornando uma das maiores freguesias da Salvador oitocentista (NASCIMENTO, 2007, p. 51-52).

¹ As freguesias eram formadas por bairros, sendo estes divididos em quarteirões que, na segunda metade do século XIX, eram de responsabilidade dos Juizes de Paz, atores sociais a quem competia dividir essas extensões, porém respeitando os critérios registrados em lei que determinava pelo menos 25 casas habitadas (NASCIMENTO, 2007, p. 47).

² Apesar de a cidade do Salvador, no século XIX, ser composta por dez freguesias, serão abordadas apenas as cinco localizadas no entorno do rio das Tripas. Eram elas, Sé, São Pedro, Santo Antônio Além do Carmo e a Rua do Passo. Já do outro lado ficava a freguesia de Santana. As freguesias **da Sé, São Pedro, Santo Antônio Além do Carmo e a Rua do Passo** ficavam na parte alta da cidade com vista para a baía de Todos os Santos. A de Santana localizava-se também na parte alta, porém sem vistas para o mar, voltada para o rio das Tripas e fundos do Convento de São Francisco.

No caminho há desafios

O advento da tecnologia e o positivismo fizeram com que o homem tivesse um entendimento mais aproximado da “realidade” com a qual convivia. A partir daí, começou-se a pensar em adequações urbanas. Nasceram as cidades jardins e as vilas planejadas, os indivíduos começaram a ter certa preocupação com a higiene, surgindo diferentes iniciativas sanitaristas que, conjuntamente à expansão da cidade, se tornou um dos principais problemas que afligiam a população soteropolitana. A abertura da rua da Vala era de extrema importância para o processo higienista, pois os curtumes jogavam seus restos no rio das Tripas, bem como o fazia a população das freguesias localizadas na área de entorno, transformando-o em esgoto a céu aberto, propício à proliferação de doenças.

A higienização, num sentido mais amplo, como saneamento geral, previa não só a limpeza da cidade, - através de calçamento de ruas, coleta de lixo, construção de esgotos, canalização dos riachos urbanos, reforço das encostas, secularização dos cemitérios, remodelação das casas e prédios, públicos-, mas também da remoção das *sujeiras humanas*, num evidente programa de ordem e disciplinarização da sociedade. Com o intuito de se *limpar as ruas*, criaram-se diversas instituições, como o Asilo da Mendicidade, para tirar os desvalidos dos logradouros públicos, o Asilo São João de Deus, para segregar os alienados. Prosseguiu-se, sem muitos avanços, na construção da Casa de Cadeia de Correção ou a chamada Casa de Prisão com Trabalho. Promoveu-se a reforma do antigo Hospital Militar, transformando-o no Quartel dos Aflitos, construindo-se um novo hospital na ladeira dos Galés. Foram criadas a Secretaria de Polícia e outras instituições do gênero, como a Guarda Urbana, reformando-se o corpo policial. [Instituiu-se] o Colégio da Providência para Meninas, que [completava] os serviços prestados pela Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim. Nesse século, o número de crianças abandonadas era muito grande e, por isso mesmo, criou-se a Associação Protetora da Infância Desvalida, com o fim de promover os meninos com os meios indispensáveis para frequentar as escolas, fornecendo-lhes vestuário simples e decente (FLEXOR, 2011, p. 250- 251).

Foi possível observar, no referido contexto, uma política, de certa forma, *assistencialista*, pois a intenção não era apenas reformar a cidade

como estrutura, mas também de se retirar das ruas os habitantes que estavam à margem do processo, como as crianças órfãs, os mendigos, os velhos e os vadios, sendo que essas pessoas representavam a falta de higiene que a cidade estava se propondo a extinguir³. Os problemas que resultaram não obras da rua da Vala foram identificados, a princípio, por moradores insatisfeitos com a invasão das sujeiras em suas residências, conforme afirmou Consuelo Novaes Sampaio:

A jusante, do rio das Tripas inundava as margens, formando um largo pântano na área da Barroquinha. [...] começava [n]a rua da Lama, cujo nome expressava as suas condições. Na estação chuvosa de 1847, os moradores dessa rua, indignados, pediram providências à Presidência, porque a “Vala é Geral” (isto é, o rio das Tripas) “já se achava ao nível da rua e alguns moradores continuavam a fazer os seus despejos na rua, de modo que a sujeira invadia suas casas” (SAMPAIO, 2005, p. 77, grifos nossos).

Nesse cenário transcorreu a obra de abertura da rua da Vala, com o objetivo de criar uma área de interligação entre as duas cumeeiras da cidade, a fim de dinamizar a circulação dos habitantes e a diminuição da insalubridade. Segundo o Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, as gestões posteriores deveriam se comprometer com a causa, pois enxergariam e dariam prioridade a uma das obras mais importantes do século XIX, em Salvador (AMARAL, 1923, p. 22). A partir de análise diagnóstica do terreno, alguns problemas foram identificados, dentre os quais a topografia acidentada, característica da capital baiana.

A irregularidade com que foi esta Cidade Edificada, o terreno desigual que *ella occupa*, o péssimo estudo de suas calçadas, o intransitável de suas ladeiras e, finalmente, o desleixo dos tempos passados, tornão necessários sacrificios para os melhoramentos ainda os mais triviaes (MARTINS, 1849, p. 21).

³ Para maiores informações sobre o perfil dos excluídos na Cidade do Salvador durante o século XIX, ver a dissertação ou o livro de Walter Fraga Filho, intitulada(o) Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.

Em 4 de julho de 1849, o Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins⁴, em discurso na Assembleia Legislativa, fez uma breve retrospectiva acerca da forma como as administrações anteriores estavam tratando as obras da capital, quando o mesmo analisou as intervenções feitas pelas gestões anteriores, justificando que não havia planejamento financeiro nem estrutural. Segundo ele, as obras eram muitas, mas seguiam de forma tão vagarosa, ao se terminar uma etapa, a anterior já estava precisando de reparos. Explicou ainda que para resolver tal problema, seriam necessárias intervenções importantes, além de definição das prioridades (MARTINS, 1849, p. 20-22).

A questão financeira foi abordada, pois os cofres públicos não teriam condições de arcarem sozinhos com as despesas. Sendo assim, a solução seria uma parceria público-privada, em que a Província entraria com metade dos valores necessários para viabilizar as obras e aqueles mais abastados entrariam com a outra parte; além disso, ficariam responsáveis por formar comissões compostas de proprietários de cada localidade. Cujos componentes seriam nomeados pelo Governo e presididos pelo Juiz de Paz. Para o governante, somente atuando dessa maneira seria possível realizar as obras necessárias na capital (MARTINS, 1849, p. 20-22). S.º do art.1.º da Lei de 5 de agosto da 1848 maiores sommas do que a metade da mesma consignação, como já vos foi comunicado, porque os rendimentos do cofre provincial mais não permitirão (MARTINS 1850, p. 8).

Segundo outro discurso perpetrado pelo o Presidente da Província, as obras da rua da Vala não estavam transcorrendo adequadamente, devido a forma como as administrações anteriores tinham tratado as verbas públicas, mas, apesar dos percalços, as mesmas seguiriam de forma que, ao final, aquela seria a principal via da cidade, cercada de prédios, livre para aprazíveis passeios a qualquer hora, com um bom número de passantes, trânsito de produtos variados provenientes das lavouras, um considerável melhoramento da saúde pública, principalmente se o Governo conseguisse recursos suficientes para fazer com

⁴ Com a ascensão, em 29 de setembro de 1848, do partido Cconservador, Francisco Gonçalves Martins foi nomeado para a presidência da Província, cargo o qual foi empossado em 12 de outubro do mesmo ano (WILDBERGER, 1949, p. 317-318).

que a obra adentrasse pela rua das Flores, chegando à Barroquinha, solucionando todos os problemas já citados (MARTINS, 1849, p. 22).

O início dos trabalhos, segundo o contrato de arrematação da obra, foi datado 28 de janeiro de 1850, sendo arrematada por João Francisco Viana. As colocações anteriores, realizadas pelo Presidente de Província, a respeito do andamento dos trabalhos, fazem referência as desapropriações que estavam começando a ser realizadas na rua da Vala.

Na abertura da sessão da Assembleia Legislativa, em 1º de março de 1850, o Presidente da Província relatou que febre amarela⁵ era uma epidemia que afligia toda a população de Salvador desde outubro de 1849. O fato obrigou Francisco Gonçalves Martins a tomar medidas, como: formar comissões de médicos para atender as pessoas em cada Freguesia, garantir a distribuição de remédios para os pacientes pobres, proibir o dobre dos sinos por ocasião da morte de alguém, por entender que isso gerava certo pânico na população, determinar que não se poderia mais enterrar as pessoas nos corpos e nos adros das Igrejas, somente nas catacumbas que oferecessem garantia de salubridade e, finalmente, ordenar que as covas só poderiam ser abertas após dois anos de enterrada a última pessoa. Todas essas medidas foram apoiadas pelo Arcebispo Metropolitano, Dom Romualdo Antonio Seixas (MARTINS, 1850, p. 10-11).

O número oficial de mortos pela febre amarela, entre 1º de novembro de 1849 a 28 de fevereiro de 1850, foi de 1.310, sendo que, destes, 604 brasileiros, 481 estrangeiros, 124 africanos livres e 101 escravos. Mas, segundo o Diretor de Saúde do Governo em 28 de fevereiro de 1850, esse número pode ter chegado a 1.600 mortos, contando-se aqueles que viviam nos arrabaldes da Cidade. Demonstrava-se, assim, uma margem expressiva de erro nessa contagem, explicitando certo descontrole do Governo perante a epidemia que se alastrava, tanto em Salvador, quanto por cidades interioranas (MARTINS, 1850, p. 75).

⁵ Francisco Gonçalves Martins enfrentou sérios obstáculos aos seus empreendimentos, devido a epidemia da febre amarela, trazida pelo brigue americano “Brasil”, vindo de Nova Orleans. (WILDBERGER, 1949, p. 320).

Para o andamento das obras da rua da Vala foram realizadas desapropriações julgadas necessárias, mas sem utilização dos meios judiciais em sua execução, o que contribuiu economicamente para a Província. Nesse momento os cofres públicos já arcavam com 50% das despesas recorrentes dessa obra, ficando a cargo da Comissão responsável pelo zelo do bem público diluir os valores entre as famílias que se beneficiariam das melhorias (MARTINS, 1850, p. 27-30).

Ao longo do século XIX, observa-se uma parceria entre homens de negócio e Governo, na construção de obras que beneficiariam ambas as partes e que, bem ou mal, impulsionaram o processo de urbanização da Cidade. Para realizar as obras públicas, voltadas não apenas para o melhoramento do porto, mas também para as ruas e as condições físicas da Cidade, em geral o Governo da Província constituía uma comissão de três membros, escolhidos entre cidadãos considerados idôneos. Na maior parte das vezes, os três eram diretamente interessados no benefício a ser realizado. Eles deviam contratar um empreiteiro que providenciava os trabalhadores para as obras. O Governo participava, mas de todo modo a não acarretar grandes custos aos sempre depauperados cofres provinciais. Costumava contribuir apenas com a fiscalização, sempre a cargo de um engenheiro da Diretoria de Obras Públicas. Este deveria reportar ao presidente, minuciosamente, o andamento das obras (NOVAIS, 2005, p. 40-41).

Em outro discurso do Presidente da Província foi pontuado, no primeiro momento que a obra deveria ter a participação daqueles que poderiam arcar com 50% dos seus custos para a melhoria do espaço que habitavam. Na prática, segundo o próprio, os inquilinos teriam aumento de suas mensalidades para os proprietários dos imóveis poderem contribuir com sua respectiva cota. Notificou que a contribuição deveria ser anistiada, caso se verificasse a real impossibilidade financeira daqueles pequenos proprietários, ficando a cargo da Comissão repartir o déficit entre os outros moradores (MARTINS, 1850, p. 31).

Já em 1º de março de 1851, o Presidente Gonçalves Martins fez referência à confiança depositada na sua gestão e informou que as obras públicas seguiam sem maiores problemas. Porém, no ato sancionado em 12 de dezembro de 1850 dissolveu a Junta Administrativa das Obras

Públicas, pois, segundo a Presidência, a mesma não trouxera nenhum benefício (MARTINS, 1851, p.12-13).

A respectiva autoridade não tinha posto em prática a lei nº 377 de 17 de novembro de 1849, que substabelecia às empresas ou indivíduos, em condições de arcar com as obras da Província, o direito, através de contrato, de arrematar sob licitação, executar e planejar a melhor forma de viabilização dos trabalhos, ficando a cargo da Presidência da Província fiscalizar se tudo estava ocorrendo de acordo com o planejado, pois seria a responsável por sua manutenção após o término dos trabalhos (MARTINS, 1851, p.13).

Por hum 2.º acto de 8 de Fevereiro passado [1850] principiei a regular o serviço dos Engenheiros e Desenhistas de que se compunha aquella extincta Repartição; e continuando procurarei ter muito em vista conciliar a economia dos dinheiros públicos com a maior facilidade na direcção das obras, debaixo da immediata inspecção da Presidencia. Sinto ter de comunicar-vos que não tive ainda occasião de pôr em execução a Lei Provincial n.º 377 que garante a qualquer Companhia ou Indivíduo até 10 por % annualmente sobre o Capital despendido nos objectos das Empresas de que trata a Lei nº 31 de 3 de Março de 1836: não he certamente de esperar que continue assim infructifera huma Lei que, segundo minha opinião, deve produzir ainda grandes vantagens á Província (MARTINS, 1851; p.13).

Era de praxis que todas as despesas fossem repartidas com a população através das comissões de moradores, visto que até a fiscalização seria facilitada, devido aos reais patrocinadores estarem passando pelo canteiro cotidianamente. Outro fato observado, referia-se ao dinheiro empregado que, sem a devida fiscalização, acarretaria em certo descontrole quanto ao seu uso, podendo acontecer desvios, tanto de caráter financeiro, quanto de materiais, sendo que a esse respeito:

Quase todas as Comissões nomeadas para as obras [...], tem desempenhado a confiança que em seos Membros depositei; e uma boa parte dellas se tem construído em quase todo o Districto da Conceição da Praia, como consta da relação junta que dá o próprio Subdelegado, cuja Freguesia offerece hoje o aspecto de uma Cidade completamente nova; gosando o Publico e os habitantes das casas da immensa vantagem que lhe dá o pequeno sacrificio com que tem contribuído (MARTINS, 1851, p. 15).

Em relação às obras da rua da Vala⁶, naquela ocasião, a comissão nomeada estava ainda à frente dos trabalhos, mas o processo de arrematação tinha sido concluído, sendo essa informação exposta aos contribuintes posteriormente (MARTINS, 1851, p. 15)⁷.

Até 1º de março de 1851, o Presidente da Província relatou que haviam se passado quase 14 meses desde o início dos trabalhos, sendo empregada a quantia de 17 contos: gastos 8 contos com serviços administrativos, pouco antes de a obra ser arrematada e 9 com desapropriações, às quais cerca de 6 contos deveriam ser pagos em 4 anos (MARTINS, 1851, p. 15).

A continuidade dos trabalhos teria que ocorrer a partir dos valores disponíveis nos cofres públicos e, nesse sentido, se estipulou com o arrematante Antônio Joaquim da Costa um acordo para o adiantamento da obra logo que fossem acumulados os valores oriundos das loterias.

Não terei dúvida em asseverar-vos que por arrematação, como foi feita, os cofres Públicos ganharão 50 por %; o que deve suceder com quase todas as obras publicas, seja qual for a falsificação que se lhes dê, com tanto que da parte dos Engenheiros haja a mais fiel observância de seus deveres, não tolerando abusos na execução das condições trabalhadas (MARTINS, 1851, p. 15).

No ano seguinte, em 1º de março de 1852, foram realizadas algumas considerações importantes a respeito da situação do canteiro de obra. Falou-se a respeito da Barroquinha local que, após o término das obras da rua da Vala, se transformaria na principal artéria da cidade, por encurtar as distâncias entre os distritos e bairros em menos da metade, bem como por permitir o tráfego de veículos sobre rodas (as gôndolas), pensando também na crescente população que, tanto poderia

⁶ Outro fator que merece atenção dizia respeito à autorização dispendida pela gestão, através da Lei n.º 402, que visava extrair tantas loterias quantas fossem preciso, a fim de produzir o valor líquido de 120 contos de réis para as obras públicas da Província (MARTINS, 1851, p.13).

⁷ A Lei n.º 402, segundo Francisco Gonçalves Martins, não foi posta em prática, devido ao fato de as loterias da Ordem 3ª de São Francisco terem sido utilizadas para ajudar na construção da casa de Asilo para os irmãos pobres e educação de seus filhos (MARTINS, 1851, p.13).

se expandir terra a dentro, como dar vazão ao tráfego de mercadorias para abastecimento da cidade (MARTINS, 1852, p. 16).

Um novo contrato de arrematação foi homologado em 15 de maio de 1852, ficando a cargo do empresário Antônio Joaquim da Costa a responsabilidade de gerir as obras, sendo que a princípio o mesmo utilizou grande quantidade de operários e escravos. Com a epidemia do colera morbus, o responsável por dar andamento aos trabalhos perdeu muitos empregados, se vendo obrigado a pagar altos salários para garantir a contratação de novos, porque a maioria não queria trabalhar no local, devido à disseminação da doença (SAMPAIO, 2005, p.78).

O engenheiro Carlos Augusto Veyll, responsável pela obra, relatou que no início do ano colocara em concorrência a primeira arrematação de alvenaria no cano geral, nas laterais, 82.533 palmos cúbicos e, numa segunda concorrência, 38.247 palmos cúbicos, elevando os valores para perto de 14 contos, fora as desapropriações que já tinham sido realizadas (MARTINS, 1852, p. 17).

O governante demonstrava ter certo otimismo a respeito do transcorrer dos trabalhos, dizendo que, se não houvesse problemas, a previsão era de terminá-los em três anos, mesmo que, naquele momento, apenas um terço da obra estivesse concluída. Havia ainda o problema das chuvas que, naquele verão, tinham causado prejuízos à Província, fator que poderia retardar o andamento das obras que se aproximavam da travessa de São Miguel (MARTINS, 1852, p. 17).

Em substituição a Francisco Gonçalves Martins, João Maurício Wanderley foi nomeado Presidente da Província em 1853, através de Carta Imperial, em 21 de agosto de 1852, sendo o vigésimo Presidente da Província, talvez a mais importante do Império (WILDBERGER, 1949, p. 353). Expondo o relatório para a Assembleia Provincial em 20 de setembro, demonstrou que, apesar de uma grande trajetória, não se sentia preparado para assumir a responsabilidade em administrar uma Província

[...] tão importante e vasta como a nossa, bastaria por isso para obstar à que eu satisfatoriamente cumprisse com este dever: acrescentai a pouca ou nenhuma pratica de administrar que possuo, e a fraqueza de meos recursos intellectuaes para dignamente corresponder á confiança com que honrou-me

o Governo Imperial, e achareis suficientes motivos, alem de vossa reconhecida indulgencia, para desculpar as imperfeições de um trabalho, que só a obediencia aos preceitos da lei, e o ardente desejo de concorrer com vosco para o bem da Provincia que representamos, me obrigaria a emprehender. A vossa illustração suprirá as faltas que n'elle indubitavelmente encontrareis, e as informações de que precisardes para esse fim servos-hão subministradas com a maior franqueza e promptidão.” (WANDERLEY, 1852, p. 1)

Mesmo havendo, a princípio, certa insegurança, ele conseguiu ter uma administração com muitas iniciativas importantes, visando a melhoria da população, como a repressão ao tráfico de africanos e a introdução de moedas falsas. Construiu o Hospital de Mont-Serrat⁸ para tratar os doentes da febre amarela, criou a Caixa dos Pobres, dentre outras medidas de suma importância para a Bahia oitocentista (WILDBERGER, 1949, p. 353-354).

Quanto às obras da rua da Vala, na Falla de 1853, João Mauricio Wanderley relatou que no fim do segundo semestre de 1852, até dezembro, se tinha construído 21.497 palmos cúbicos de alvenaria do cano geral, e os canos laterais estavam instalados, com o comprimento de 169 palmos quadrados e meio. Informava, ainda, que a rua, desde o São Miguel até o princípio da obra, fora entulhada e custara 1:777\$560. Até aquele momento, a obra tinha custado o valor de 34:013\$281rs, tendo a previsão de serem gastos, até o final da mesma, a quantia de 70:105\$689rs (WANDERLEY, 1853, p. 41).

Segundo esse Presidente da Província, apesar de ter continuado os trabalhos de forma satisfatória, de pouco adiantou, fazendo apenas um cano parcial, para receber águas das ladeiras do Desterro, da Poeira e da Garapeira, despejadas pela encosta do muro do convento do Desterro, o que custara a importância de 6:275\$252rs. Mas, apesar de ter gasto uma grande quantia com o objetivo de melhoria do trânsito da capital e, também, do embelezamento da rua, alguns resultados estavam sendo alcançados (WANDERLEY, 1853, p. 42).

Na Falla de 1º de março de 1854, João Mauricio Wanderley já se mostrava muito seguro quanto à missão de administrar a Província:

⁸ Hoje o Hospital de Isolamento Couto Maia.

Cabendo-me pela segunda vez a honra de comparecer ante vós para instruir-vos da marcha dos negócios públicos, desde a ultima Sessão até o presente, e das providencias que elles reclamão para o seu melhoramento, sinto o mais vivo praser, e congratulo-me comvosco por ver chegada a época sempre esperançosa de vossa reunião. Nas luses dos escolhidos do povo encontra a Administração um auxilio indispensavel a boa direcção dos negócios, um correctivo a seos erros, e um incentivo á proseguir no bem que tiver feito; nellas confio eu, para que reinando a mais perfeita harmonia entre os poderes provinciaes, juntos promovão a prosperidade da Provincia que lhes está confiada. Para isso sobra-me boa vontade: da vossa não me é licito duvidar, porque hei della recebido constantes provas de consideração e confiança, que d'aqui declarar, e reconhecer-me grato (WANDERLEY, 1854, p. 3).

Quanto à febre amarela, julgava ter desaparecido, mas ela persistia a invadir Salvador, causando estragos, principalmente a bordo de navios estrangeiros, mesmo tendo a Comissão de Higiene criado o Hospital do Monte Serrat para o tratamento dos doentes com moléstias contagiosas, de forma gratuita ou com pequenas tarifas. Segundo informação passada ao Presidente, de abril a setembro de 1853 não houvera casos de contagiados que tivessem dado entrada naquele hospital, o mesmo não se podendo afirmar sobre a situação no interior, onde casos ocorreram em algumas vilas como Monte Santo, Barra e Caravelas.

O Presidente da Província teceu comentários acerca do estado sanitário da Capital, onde as devidas providências continuavam sendo tomadas, como: a limpeza das valas, a construção de outras tantas, a fundação de cemitérios extramuros⁹, a remoção do matadouro, a canalização do Rio Camurugipe que, segundo ele, era causa permanente de febres na população (WANDERLEY, 1854, p. 12).

Ao falar sobre a rua da Vala, proferiu ter feito um acordo com o autor do projeto, o engenheiro Carlos Augusto Veyll, sendo a obra arrematada em 15 de maio de 1852, para ser concluída, de acordo com contrato, em seis meses, pelo valor de 6:950\$000 contos de réis, mas que devido à falta de administração por parte do contratado e à

⁹ Para mais informações sobre a repercussão da medida envolvendo a questão do enterramento a partir da segunda metade do século XIX, ver João José Reis, *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*.

temporada das chuvas, terminou-se alongando o prazo de entrega para maio de 1855. Parte do parapeito sobre o arco e o álveo, destinado a conduzir as águas para o rio das Tripas pela rampa lateral que desce das ladeiras que margeiam a via ficou para ser construída depois de se restabelecer o trânsito sobre o arco, obra esta que já se projetava e que se encontrava pronta em 1854 (WANDERLEY, 1854, p.86).

Quatro meses depois da conclusão do arco da rua da Vala, em 10 de setembro de 1853, o rio continuava a correr a céu aberto e sem o mínimo tratamento, e colocando a população ainda sob o risco de doenças provenientes daquele lugar. Com a nova arrematação, no valor de 4:445\$980rs, objetivando a conclusão das obras, o arrematante ficou obrigado a receber o dinheiro somente depois que a Câmara Municipal fiscalizasse, através dos seus engenheiros, o andamento dos trabalhos, fazendo com que o contratado colocasse grande número de braços na obra, a fim de cumprir os prazos. Foi esse o diferencial que lhe permitiu concluir a parte principal, e mais complexa da obra até o aquele momento, pois era a parte responsável por restabelecer o trânsito, a renovação e acréscimo das muralhas laterais. Restou apenas, parte do parapeito sobre o arco, que ficara da obra anterior, mais 150 palmos cúbicos de alvenaria que foram deixados de serem feitos, em cada uma das três pilastras de segurança, objetivando posteriormente o recebimento de postes para suporte de lâmpadas (WANDERLEY, 1854, p. 87).

O objetivo era terminar o entulhamento e a calçada ainda em fevereiro de 1854, mas, segundo Firmo José de Mello, 1º tenente do Corpo de Engenheiros da Província da Bahia, a previsão não tinha como ser atendida, porque a quantidade de trabalhadores não estava sendo direcionada da forma correta e, apesar de serem muitos, ainda não eram suficientes para dar conta dessa fase da obra, como nas:

[...] circunstancias, que deixei de tomar em consideração formulando a minha previsão, ocorrerão para dar-lhe quebra; por quanto o número dos trabalhadores empregados no movimento de terra tem sempre regulado um terço do que deve ser, acrescentando que são escravos, e escravos que trabalham sem uma direcção efectiva e intelligente; e por isso até hoje tem-se apenas removido cerca de 52:000 palmos cúbicos de terra, faltando ainda cerca de 24:000 palmos cúbicos, e toda a calçada com

14:710 palmos quadrados, o que tudo, a continuar a marcha actual de trabalho, só poderá estar concluído em maio do corrente anno: com tudo já a ladeira do rio das Tripas não tem aspecto medonho, que lhe davão os conchegados morros lateraes, d'onde se erguião arvores, que nos seus cimos se enlaçavão; e já uma extinção de 50 braças que offercia pessimo transito, está entulhada quanto basta para tornar-se soffrivelmente praticável (WANDERLEY, 1854, p. 87).

Até 1853 foram executados 112,751 palmos cúbicos de alvenaria no cano geral, juntamente com os condutores laterais e vigias, tendo o cano um comprimento de 1,069 palmos. Também foi entulhada parte da rua, desde o São Miguel até o muro do Convento do São Francisco, medida que custou para província 1:187\$442rs, sendo gasto no ano anterior um total de 15:590\$137rs. Procedeu-se ao assentamento das tampas de ferro desde o começo da rua da Vala até o muro de São Francisco, em número de 22, bem como no cano parcial até o São Francisco, que também foram em número de 22 e no cano parcial da rua da Fonte Nova, em número de 7. Toda essa quantidade de material custou aos cofres públicos da época, a quantia de 1:643\$168rs. Até o final de 1854, a obra tinha custado o valor de 49:246\$586rs (WANDERLEY, 1854, p.109).

Apesar de a obra transcórre, teoricamente, da mesma forma que no princípio, desde que entrou na horta do convento do São Francisco foram encontradas dificuldades na escavação, por ser o terreno pantanoso, Apesar da vontade do engenheiro responsável Carlos Augusto Veyll de terminar os trabalhos em dois anos e de vencida mais da metade da obra, com 830 palmos de comprimento, surgiu um problema no convento do São Francisco, pois a vala atravessava o quintal do convento dos franciscanos, levando cerca de quatro meses para andar uma polegada da obra. Indícios apontam que durante os quatro meses a obra foi paralisada, até ser encontrada junto ao convento uma solução plausível para o problema (WANDERLEY, 1855, p. 52).

João Mauricio Wanderley chamou a atenção, porque, diferentemente dos outros presidentes, entre idas e vindas, administrando ou auxiliando os Presidentes da Província, a Bahia se manteve, a todo o momento, como província de primeira ordem (WILDBERGER, 1949, p. 342). Isso demonstra a competência e a importância dessa figura,

para a requalificação e reurbanização da cidade da Bahia, da Cidade do Salvador e, em particular, para a garantia do andamento das obras de urbanização da rua da Vala, que seguiram sem grandes problemas.

Senhores Membros da Assembléia Legislativa Provincial, CUMPRO um grato dever assistindo à instalação de vossos trabalhos para dar-vos conta do estado dos negócios públicos, e propor-vos aquellas providencias, que mais consentâneas me parecem ao seu melhoramento (WANDERLEY, 1855, p. 3).

Foi com esse discurso que o Presidente da Província abriu os trabalhos na Assembléia Legislativa, como era de praxe, em 1º de março de 1855.

O hospital do Mont-Serrat “reabriu as portas” em 1º de março de 1854, devido ao retorno da febre amarela, epidemia que se alastrou do mar para a terra, onde fez 325 doentes, sendo que destes 129 faleceram e 196 ficaram curados (WANDERLEY, 1855, p. 21). Na visão da Presidência da Província, a volta da epidemia se deu por não haver polícia médica no porto (WANDERLEY, 1855, p. 22), demonstrando que, mesmo com o perigo evidente, devido ao aparecimento anterior da doença, não houvera nenhuma atitude a respeito da fiscalização no porto, especificamente não fora tomada, porque não adiantava higienizar a cidade do Salvador, sem que a região portuária tivesse uma segurança ativa, a fim de impedir a entrada desse mal pelo mar, através dos marinheiros vindos de varias partes do mundo. Como solução, foram nomeados dois médicos com a missão de fazerem visitas diárias ao ancoradouro para socorrer os infectados e os enviar ao hospital Mont-Serrat, onde tinham o tratamento adequado, evitando-se assim um contato direto entre enfermos e não enfermos.

Prosseguia a colocação dos canos na rua da Vala, mas já se cogitava a possibilidade da abertura da ladeira para a Igreja de Santana (WANDERLEY, 1855; p. 48-49), com o intuito de ligar essa freguesia às de Santo Antonio Além do Carmo, Passo, Sé e São Pedro, a fim de se criar um acesso mais rápido para comunicação entre as cumeeiras e, também, facilitar a entrada e saída de produtos da capital para o interior e vice-versa.

Após uma fiscalização da comissão de higiene e dos engenheiros responsáveis, foram adiantados 8:000\$000rs, sendo esses valores descontados após a conclusão de cada etapa da obra (WANDERLEY, 1855, p. 52). Após o parecer dos engenheiros, Francisco Pereira d'Aguiar e Carlos Veyll, o governo publicou o ato de 11 de outubro de 1854, pelo qual ficaram estabelecidas três deliberações às quais modificavam o contrato, sendo elas:

- 1.º que o arrematante proseguisse na obra empregando diariamente 40 trabalhadores (que era o termo medi-empregado até então), e os pedreiros necessários pagos a sua custa,
- 2.º que o governo aumentaria à custa da província o numero dos trabalhadores, que demais fossem precisos para remover os obstaculos encontrados;
- 3.º que a folha seria organizada por pessoa do governo e encarregada de dirigir a dita obra (WANDERLEY, 1855; p. 52).

Essa modificação no contrato foi efetuada para que o arrematante não tivesse prejuízo (WANDERLEY, 1855, p. 52), pois, se Antônio Joaquim da Costa não tivesse esse incentivo, seria muito provável que as obras não continuassem, porque até aquele momento ninguém se dispusera a substituí-lo (SAMPAIO, 2005, p. 78). Ficava evidente que se não houvesse o apoio da Província, a obra de abertura da rua da Vala não teria condições de prosseguir (WANDERLEY, 1855, p. 52).

Em 1856 o Presidente da Província era Álvaro Tiberio Moncorvo e Lima¹⁰, que governou pela primeira vez a Bahia, de 26 de março a 4 de abril de 1850, depois de 20 de abril a 24 de setembro do mesmo ano, devido à ausência de Francisco Gonçalves Martins, que fora para o Rio de Janeiro assumir um assento na Assembleia Geral Legislativa, na sessão de 1850. Na oitava legislatura (WILDBERGER, 1949, p. 320), em 3 de maio 1851, foi novamente convocado a assumir interinamente o governo da Bahia, substituindo Francisco Gonçalves Martins, quando permaneceu até 23 de setembro do mesmo ano. A quarta vez foi de 3 de maio a 20 de setembro de 1852, novamente substituindo Francisco Gonçalves Martins (WILDBERGER 1949, p. 340-341).

¹⁰ Casou-se com Dona Maria Rosa Fernandes Ramos em 1842, e naquele mesmo ano foi eleito deputado-suplente da Assembléia Provincial da Bahia dando assim início à sua carreira política (WILDBERGER, 1949, p. 339-342).

O quinto mandato foi de 18 de maio de 1853 a 1º de outubro, pois o presidente João Maurício Wanderley, não diferentemente do anterior, fora convocado para assumir um assento na Assembleia Geral Legislativa (WILDBERGER, 1949, p. 354). O sexto foi de 1º de junho a 19 de setembro de 1854, quando assumiu pela sétima e última vez interinamente de 1º de maio a 23 de agosto de 1855, substituindo o mesmo presidente. Foi nomeado definitivamente, em 1º de agosto de 1855, por Carta Imperial, mas assinando a carta em ato solene no dia 23 de agosto, do mesmo ano, sendo intitulado Presidente da Província da Bahia (WILDBERGER, 1949, p. 342).

Ao falar perante a Assembleia, em 14 de maio de 1856, Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima fez referências à febre amarela e ao cólera morbus, flagelos que ainda atingiam a Província, surtos que não tinham sido controlados até então. Fez-se notar, também, que deveria haver eleições para substituição da Legislatura Provincial vigente (LIMA, 1856, p. 3).

No tocante às obras provinciais, tratando-se exclusivamente da rua da Vala, o objetivo, agora, era criar um sistema de esgoto unificado, ligando o rio das Tripas ao Camurugipe. Entretanto, devido aos gastos com as epidemias e à manutenção das outras obras em andamento na Província, tornou-se inviável a execução dos trabalhos na ocasião (LIMA, 1856, p. 61).

A vantagem era que, devido às obras ocorridas anteriormente e as em andamento, as mesmas poderiam vir a fazer parte de outros trabalhos. A título de exemplo, pode ser citado o sistema de encanamento da rua da Vala, intervenção que já tinha sido feita na rua da Lama; na estrada do Forte de São Pedro; na ladeira da Preguiça; na ladeira da Baixa dos Sapateiros; na Ladeira da Praça; na rua do Comércio; na travessa do Guindaste dos Padres, e em outros logradouros. Mas, a princípio, o que resolveria grande parte dos problemas ligados à questão do estado sanitário da cidade seria realmente o término das obras, pois esta recebia a maior parte das águas do rio das Tripas, água da chuva, das duas cumeeiras e os dejetos da cidade.

Considerando os problemas que a capital da Província estava vivenciando, devido aos surtos epidêmicos, havia a necessidade de resolver o problema do mau cheiro, pois um esgoto a céu aberto, em

pleno centro da cidade, acarretava em aumento de doenças. Com os problemas identificados por Francisco Gonçalves Martins, tiveram início as obras de requalificação dos espaços da cidade do Salvador.

Embora não tivesse ocorrido de acordo com o planejado, devido a intempéries ocasionais, alguma atitude deveria ter sido tomada para amenizar a situação do saneamento básico da cidade do Salvador. A mesma precisava crescer e aquele riacho estava impedindo o progresso cidadão.

É possível afirmar que, através da análise das Fallas dos Presidentes de Província, de 1849 até 1856, referentes aos problemas e deliberações adotadas nesse espaço temporal, tendo como prioridade a execução das obras da rua da Vala, dentre as principais medidas, estavam: a canalização do rio das Tripas, a interligação entre as freguesias nos seus arredores, o alargamento da rua com o intuito de proporcionar uma via importante para o trânsito e solução para as enchentes e, o mais importante, a consolidação de uma nova via que atendesse às necessidades crescentes da população em uma das principais cidades do Brasil Imperial.

REFERÊNCIAS

AMARAL, do Braz. **História da Bahia, do Império á Republica**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

Arquivo Histórico Municipal de Salvador. **Livro de Arrematação e Contrato de Obras de 1845-1876**, p. 52-55.

FLEXOR, Maria Helena O. Salvador e o higienismo nos séculos XIX e XX. In: **A urbanização de Salvador em três tempos**: Colônia, Império e República. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011, v. 1, p. 247-283.

LIMA, Alvaro Tiberio de Moncorvo e. **Falla recitada pelo Presidente da Provincia da Bahia o doutor Álvaro Tiberio de Moncorvo e Lima**, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 14 de maio de 1856. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

MARTINS, Francisco Gonçalves. **Falla que recitou o Presidente da Provincia da Bahia o Dezembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins**, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 1º de março de 1852. Bahia: Typographia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852.

_____. **Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia o Dezembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins**, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 1.º de março de 1851. Bahia: Typographia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira, 1851.

_____. **Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia o Dezembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins**, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 1. de março de 1850. Bahia: Typographia Constitucional de V. R. Moreira, 1850.

_____. **Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia o Dezembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins**, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 4 de julho de 1849. Bahia: Typographia de Salvador Moitinho, 1849.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX/ Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Bahia de Todos).

RUY, Affonso. História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, 2.º. Ed. Aumentada. – Salvador: Câmara Municipal da Cidade do Salvador, 1996.

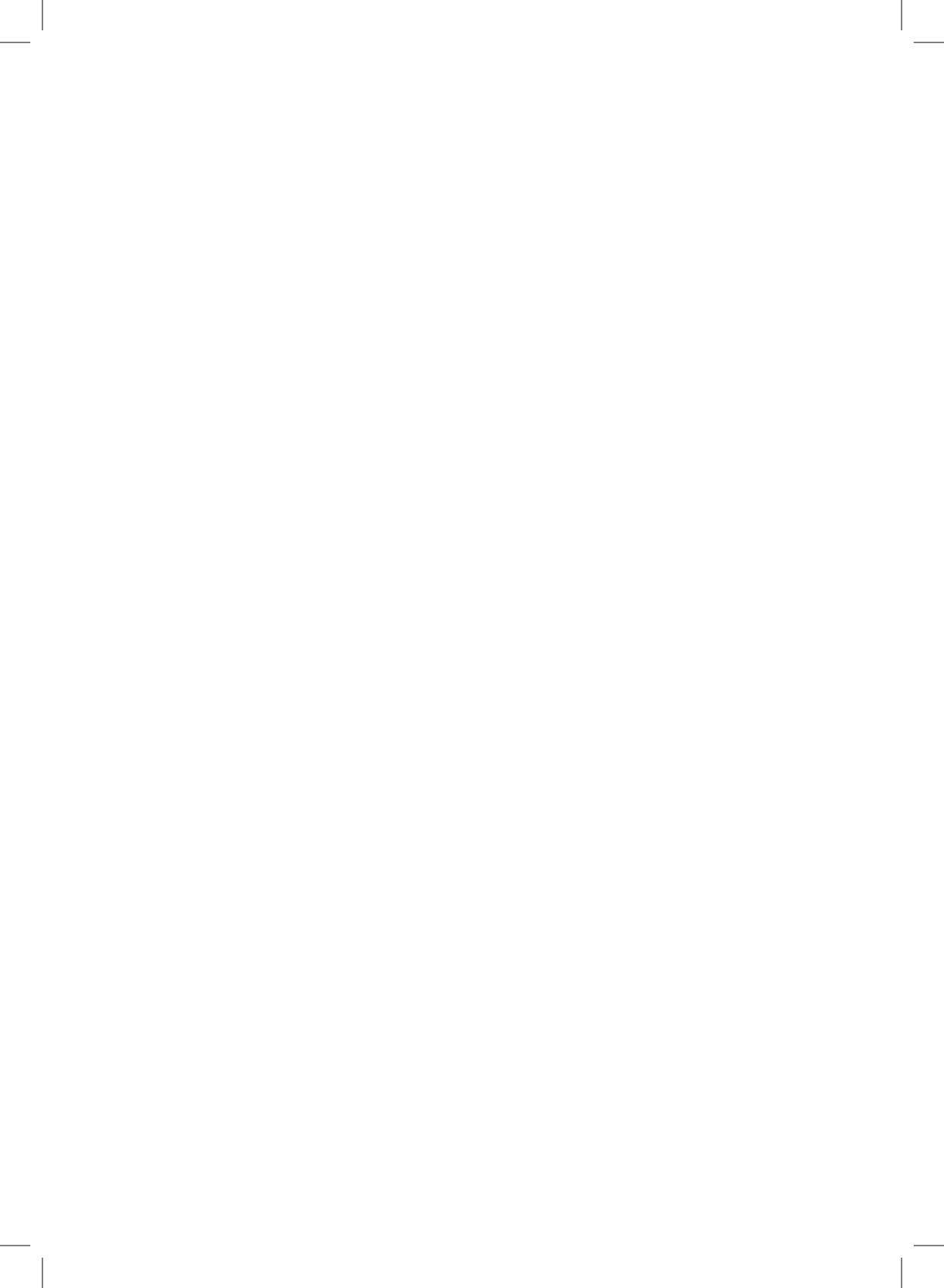
SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 Anos de Urbanização**: Salvador da Bahia no Século XIX / Consuelo Novais Sampaio. – Rio de Janeiro: Versal, 2005.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da província da Bahia**, efetivos & interinos; 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>, acesso em 12 de junho de 2018.

WANDERLEY, João Mauricio. **Falla recitada pelo Presidente da Provincia da Bahia o doutor João Mauricio Wanderley**, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 1.º de março de 1855. Bahia: Typographia de A. Olavo da França Guerra, 1855.

_____. **Falla recitada pelo Presidente da Provincia da Bahia o doutor João Mauricio Wanderley**, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 1.º de março de 1854. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1854.

_____. **Falla que recitou o Presidente da Provincia da Bahia João Mauricio Wanderley**, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 1.º de março de 1853. Bahia: Typographia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.



O amanuense e arquivista Anselmo Pires de Albuquerque

Ronaldo Ribeiro Jacobina

Professor Titular de Medicina Preventiva e Social
(DMPS-FMB-UFBA);
Doutor em Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ-RJ)

Cristina Maria Mascarenhas Fortuna (In Memoriam)

Médica Geneticista – Faculdade de Medicina da
Bahia (FMB-UFBA)

Resumo

Este texto destaca o trabalho do amanuense Anselmo Pires de Albuquerque, funcionário público que cuidava dos documentos da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB). Dentro de um objetivo maior de dar visibilidade aos funcionários na história da Faculdade, o objetivo aqui foi descrever o protagonismo de um arquivista para a memória da escola *mater* da medicina brasileira e pioneiro na arquivologia, na Bahia. Seu registro permite entender termos de época, como o significado de Porteiro, obter dados biográficos de, pelo menos, 32 professores, e descrição de fatos e acontecimentos da instituição, não só de 1916-1920, com as cinco publicações anuais, mas dos primeiros anos, de 1808 a 1839. É feito um levantamento de depoimentos de estudiosos da FAMEB que destacam a qualidade do trabalho do arquivista.

Palavras-chave: Faculdade de Medicina da Bahia; Arquivologia; História da medicina baiana.

Abstract

this article highlights the work of scribe Anselmo Pires de Albuquerque, a civil servant who took care of the Faculty of Medicine of Bahia (Faculdade de Medicina da Bahia-FMB). Within a larger goal of giving visibility to officials in the history of the Medical School, the goal here was to describe the role of an

Archivist for the memory of Brazilian medicine mater school and the pioneer in archival science in Bahia. His registration allows you to understand terms, as the meaning of Doorman, obtain biographical data of at least 32 teachers, and description of facts and events of the institution, not only from 1916-1920, but of the first years, from 1808 to 1839. Is made a survey of FAMEB scholars testimonials that highlight the quality of the work of this Archivist.

Keywords: Faculty of Medicine of Bahia, Archival Science; History of Medicine of Bahia.

O amanuense e arquivista Anselmo Pires de Albuquerque

Do final do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, destacou-se um amanuense e arquivista na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Amanuense era o funcionário em repartição pública que, em geral, fazia os registros, as cópias de documentos e cuidava da correspondência da instituição.

O servidor Anselmo Pires de Carvalho e Albuquerque se tornou amanuense da escola *mater* da medicina brasileira a partir de 2 de junho de 1896, quando o diretor era o Prof. Antônio Pacífico Pereira. Em 3 de novembro de 1915, ele, além de amanuense, torna-se também arquivista. Era obediência a uma determinação legal, o artigo 276 do capítulo XX - “Dos Amanuenses e outros Empregados” do Decreto n. 3.890 de 01 de janeiro de 1901:

Compete aos Amanuenses fazer todo o *trabalho de escripturação* que lhes for determinado pelo Secretário ou Bibliotecário, cabendo ao mais antigo da Secretaria *arquivar os papéis* segundo as instruções que receber. (FORTUNA, 2010, p.34) (grifos nossos)

Com esta nova função, o amanuense-arquivista Anselmo Pires de Albuquerque não se limitou a guardar os papéis, mas a executar ações que são próprias da Arquivologia moderna. Ele assumiu a responsabilidade por identificar, organizar, avaliar e preservar documentos dos mais diversos tipos. Como veremos a seguir, Pires de Albuquerque desfrutava de sólida formação cultural, que o empoderava para avaliar a importância dos documentos que manipulava e tinha preparo para trabalhar com produção documental de diferentes épocas históricas. Ele

escreveu cinco volumes dos arquivos da FAMEB, quatro datados de 1916 a 1919, e um sem especificação, mas referente ao ano de 1920 (ver nas referências).

Cabe aqui uma digressão, pois o Brasil começou, de modo muito tardio, a formarse profissional em nível superior. Na Bahia, em 1971, foi criada a disciplina *Arquivística*. No ano seguinte, uma professora da Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD até 12/03/1998, sendo renomeada como Instituto de Ciências da Informação – ICI), a Prof.^a Maria José Rabello de Freitas idealizou o curso de Graduação, mas este projeto foi arquivado. Em 1988, enfim, foi criado o curso de especialização em Arquivologia, na UFBA, para todo o Norte e o Nordeste. Somente em 1997, foi criado o curso de Graduação, sendo selecionados trinta candidatos. (DUARTE, 2013). Na solenidade do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia – FMB-UFBA, em 18 de fevereiro de 2008, a Prof.^a Maria José Rabelo recebeu o título de Professora Honorária pelos seus serviços prestados ao Memorial de Medicina, organizado na FAMEB-UFBA¹no Terreiro de Jesus. (JACOBINA, 2012)

Arquivos da Faculdade de Medicina da Bahia

Um ponto de consenso sobre Anselmo Pires de Albuquerque é que ele é um dos pioneiros da Arquivologia ou Arquivística do Estado da Bahia (TAVARES-NETO, 2007). Entre 1916 e 1920, como referido, ele produziu e organizou os Arquivos da Faculdade de Medicina da Bahia.

O *Archivo da Faculdade de Medicina da Bahia de 1916* (volume I), publicado em 1917, com 61 páginas, contém dados do corpo docente, do corpo administrativo, dos estudantes matriculados, as teses inaugurais, justificação de títulos e informações sobre a biblioteca da Faculdade (ALBUQUERQUE, 1917).

No volume II, referente ao ano de 1917, publicado em 1918, além dos assuntos semelhantes aos do 1º volume, ele colocou a carta de D.

¹ Usaremos tanto a sigla: FMB quanto o acrônimo: FAMEB para a Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA

Fernando José de Portugal ao Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia, D. João Saldanha da Gama e Mello e Torres – 6º Conde da Ponte, registro da criação da Escola de Cirurgia, em 18 de fevereiro de 1808, bem como a *Instrução* do Cirurgião Mor do Reino, Dr. Jozé Correa Picanço, para o curso de Cirurgia. Registrou também a 1ª Ata do Colégio Médico Cirúrgico, de 1816, nova denominação para a Escola de Cirurgia. Outra novidade é o item “Traços biographicos”, onde ele faz breves biografias do Dr. José Correia Picanço, Barão de Goiana, Cirurgião Mor do Príncipe Regente, que sugeriu a criação da Escola de Cirurgia, e dos dois primeiros professores da Escola: Manuel Estrella e José Soares de Castro (ALBUQUERQUE, 1918).

O volume III, referente a 1918, com 162 páginas, apresenta notas históricas sobre a Faculdade e várias biografias de docentes (três contemporâneos e quatro dos primeiros anos) e de dois secretários e dois bibliotecários da Faculdade de Medicina da Bahia - FAMEB (ALBUQUERQUE, 1918).

No volume IV, referente a 1919, de 122 páginas, acrescenta mais oito (8) biografias de docentes contemporâneos da FAMEB (ALBUQUERQUE, 1923).

No quinto volume(V), referente a 1920, de 212 páginas, tem notas históricas da FAMEB referentes aos anos de 1830 a 1839, nove (9) biografias de professores contemporâneos e quatro dos primeiros docentes. Não há tipografia identificada nem ano de impressão. (ALBUQUERQUE, [19--?]) A memorialista Cristina Fortuna acredita que ele tenha escrito um 6º volume, mas ele não foi encontrado nem no Arquivo da FAMEB nem na *Bibliotheca Gonçalo Moniz*.

O amanuense-arquivista, em sua longa vida funcional(1896-1934), foi também, várias vezes, Secretário Interino da FAMEB entre 1918 a 1927 e Tesoureiro Interino, num curto período de 1928, quando houve um furto na faculdade, demonstrando, com o episódio, o grau de confiança da direção da Faculdade para com o servidor, que se aposentou em 1934 (FORTUNA, 2010; FORTUNA; TAVARES-NETO, 2010).

Para citar um exemplo curioso da importância de seus registros, que permite entender o uso da linguagem da época, é o significado

de *porteiro*, como um dos funcionários do antigo Colégio Médico Cirúrgico, diferente do atual agente de portaria. O *porteiro* tinha, entre suas funções, a de apontar as faltas dos estudantes, quinze minutos depois de iniciada a aula, sendo a falta registrada num livro chamado *Porta*(presume-se que daí vem o nome *porteiro*).no qual diariamente eram lançadas as faltas. (ALBUQUERQUE, 1919) Outras tarefas eram a de conservar as salas limpas, abrir a faculdade às 7 horas, ser guardião dos seus bens. Em geral, contava com a ajuda do *Contínuo*, que ficava disponível na escola, sendo o seu correio, dando avisos da direção aos Lentes e entre si, além de examinar a disponibilidade dos cadáveres e cuidados com os mesmos. Um servia para apontar as faltas do outro e ambos ficavam próximos às aulas, a fim de servir aos Lentes e ao Secretário. O cargo de *Contínuo* foi extinto em 1882. (ALBUQUERQUE, 1920)

Nos cinco arquivos, ele deixou registrados os dados biográficos de 32 médicos (BRITTO, 2002, p. 63), sendo que 28 foram professores da FAMEB, inclusive os oito primeiros, de dois que foram secretários e de dois que foram bibliotecários. (Nota biográfica valiosa dos Arquivos publicada na Gazeta Médica da Bahia)

Um de seus registros, fora desses arquivos publicados anualmente, foi o do Prof. Juliano Moreira. A *Gazeta Médica da Bahia* publicou uma matéria biográfica sobre o psiquiatra baiano, no ano de seu falecimento e registrou que as notas biográficas eram do *Archivo do Snr. Anselmo Pires de Albuquerque*, zeloso e exemplar amanuense da *Faculdade de Medicina*". (PROF. JULIANO, 1933, p.817) (grifo nosso).

Nessa breve biografia, entre alguns dados relevantes, um merece maior destaque. Discípulo, depois colega e amigo do Prof. Juliano Moreira, com um importante protagonismo na luta estudantil que garantiu a lisura do concurso que levou o jovem psiquiatra de 23 anos a ser aprovado para a Cadeira da 12ª seção (Psychiatriae Doenças Nervosas), Afrânio Peixoto cometeu um erro ao registrar o nascimento do querido mestre no ano de 1873(PEIXOTO, 1933). E, depois, outros biógrafos importantes reproduziram tal erro, como Alexandre Passos (1975), Isaias Paim (1976), Nei Lopes (1997), Walmor Piccinini (2002), entre outros.

Como ressalta Ronaldo Jacobina, um dos autores deste artigo, o fato do menino Juliano ter entrado na FAMEB com 13 anos, tendo se formado aos 18 anos “era um dado muito sedutor para os biógrafos, pois tornava mais precoce a entrada de Juliano Moreira no ensino superior”. (JACOBINA, 2018, p. 5) Então, a maioria dos estudiosos passou a reproduzir erroneamente esta data de nascimento (6/01/1873) e, conseqüentemente, o ano de ingresso na Faculdade (1886), quando o certo foi 14 anos e não 13; e de formatura (1891), quando se formou com 19 anos e não 18, ainda assim, de modo muito precoce, saindo da Faculdade numa idade em que um grande número de jovens nela ingressava.

Entretanto, antes de encontrarmos o registro no batistério, este artigo de Anselmo Pires na *Gazeta Médica da Bahia*, publicado depois do *encantamento* do psiquiatra baiano em 2 de maio de 1933, já trazia o registro correto do nascimento de Juliano Moreira, nascido em seis (6) de janeiro de 1872(e não 1873), na Freguesia da Sé, no centro de Salvador, Bahia (ALBUQUERQUE, 1933). O Prof. Juliano Moreira foi um jovem afro-baiano, de origem humilde, filho de Galdina Joaquina do Amaral, empregada doméstica do Barão de Itapuã, e de Manuel do Carmo Moreira Junior, inspetor dos acendedores de lâmpões da Prefeitura (JACOBINA, 2018).

O divino está no detalhe, mas o diabo... no pormenor. Afrânio Peixoto, e os que o copiaram, erraram no pormenor; entretanto o arquivista Anselmo Pires de Albuquerque, com precisão e cuidado, foi divino nesse detalhe.

Outro destaque neste artigo foram: o registro dos “competidores” de Dr. Juliano Moreira pela vaga de Professor Substituto na Cadeira de Psychiatriae Doenças Nervosas, “os Drs. Deolindo Octaviano da Fonseca e Galvão e Josino Correia Cotias”(ALBUQUERQUE, 1933, p. 818) e o do seu falecimento. Anselmo, sensível à história desse afro-baiano apóstolo do Bem, respeitado mundialmente, registrou:

O Brasil perdeu um sábio e as ciencia medica de seu paiz e dos centros adiantos da Europa viu desaparecer um dos mais perfeitos cultivadores da Neurologia e Psychiatria modernas. [...] A memória do Dr. Juliano Moreira há de perdurar sempre, quer aqui, em sua terra querida, quer onde o saber se expande

em camadas de luz, e onde imperou como um sábio sem orgulho, sem resquício de vaidade. (ALBUQUERQUE, 1933, p. 819-820)

O zelo e a competência do funcionário Anselmo

O texto apresentado na *Gazeta Médica da Bahia* (volume 63, p.817-820, abr.-jun. 1933), referido acima, é também um registro importante, pois há nele o reconhecimento das qualidades do funcionário da escola – *zeloso e exemplar* -, feito por um órgão que, naquele momento, era externo a FAMEB, a *Gazeta Médica da Bahia*, importante revista médica do país, que reproduziu um dos textos biográficos do arquivista. (ALBUQUERQUE, 1933).

Há também testemunhos, como o de um contemporâneo, o Prof. Gonçalo Moniz Sodré de Aragão (**Figura 1**), que, na Memória Histórica da FAMEB de 1924, comenta:

O lugar de arquivista é desempenhado, com zelo e competência desde maio de 1896 pelo Sr. **Anselmo Pires de Albuquerque** cumulativamente com o de amanuense. Esse distinto funcionário tem prestado, além de outros relevantes serviços ao nosso Instituto com a elaboração do Archivo da Faculdade de Medicina da Bahia – preciosos repositórios de documentos, factos, ocorrências, informações, das mais curiosas, úteis e importantes relativas a história e vida do nosso velho estabelecimento de ensino. (ARAGÃO, 1924, p. 45) (grifo nosso)

Outro testemunho é o do prof. Eduardo de Sá Oliveira (**Figura 2**), também memorialista. De início ele faz referência indireta ao arquivista, quando diz: “Um dedicado arquivista da nossa Faculdade de Medicina, (...) registrou: em 1830: ‘a matrícula ascendeu a 21 alunos. Pela primeira vez houve um preparatória no reprovado – por não saber ler e escrever’(Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, 1919-1920) (OLIVEIRA, 1992, p.28). O registro citado de Pires de Albuquerque é precioso. Fica claro que, nos primeiros 22 anos da escolamédica, na Bahia, praticamente não havia nenhum critério de seleção, e só em 1830, próximo do momento do Colégio Médico-cirúrgico se tornar Faculdade de Medicina da Bahia (**Figuras 3 e 4**), um candidato ao curso médico foi reprovado por ser analfabeto.

De retorno à memória histórica de 1942 do memorialista Eduardo de Sá Oliveira (**Figura 5**), quando ele faz a introdução da *Galeria dos Retratos dos Professores Falecidos*, que inspirou este memorialista a fazer a *Galeria dos Professores Encantados* (JACOBINA, 2013, v. III, cap. 1), ele registra entre as principais fontes de seu trabalho: “[...] Blake(*Dicionário...*); Gonçalo(*A Medicina...*); Anselmo (*Arquivo...*)”. (OLIVEIRA, 1992, p. 112)(grifo nosso).

O dicionário referido é o de Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro, 1883-1902*, publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional, em sete volumes. (SOUZA, 1973)A obra de Gonçalo Moniz Sodré de Aragãoé *A Medicina e sua evolução na Bahia*, publicada no número especial do *Diário Oficial do Estado*, em 2 de julho de 1923, ano comemorativo do centenário da Independência do Brasil na Bahia.(MONIZ, 1923) Obviamente, o Arquivosão os cinco volumes dos *Arquivos da Faculdade de Medicina da Bahia*, de Anselmo Pires de Albuquerque.

De modo muito explícito, ao apresentar os dados biográficos dos dois primeiros professores da Escola de Cirurgia da Bahia, Manoel José Estrela e José Soares de Castro, diz Eduardo de Sá Oliveira, que transcrevia na íntegra os dados biobibliográficos organizados pelo “antigo Amanuense – Arquivista da Faculdade Snr. Anselmo Pires de Albuquerque” :

Presto, assim, uma justa homenagem à memória desse modesto, operoso e inteligente colaborador espontâneo da História tão brilhante do nosso Instituto. Além disso, trata-se de um trabalho digno de ser mais divulgado, como outros de sua autoria, sobre a evolução dos estudos médicos na Bahia, e é bem elaborado. (OLIVEIRA, 1992, p. 114)

O registro é também no sentido de uma homenagem sobre o protagonismo dos funcionários da FAMEB. Este é um dos destaques no capítulo da Memória Histórica do Bicentenário da FAMEB, em 2008, que busca dar a visibilidade aos funcionários, inclusive aos terceirizados (JACOBINA, 2013, vol. III, cap. 2).

O revisor literário, autor teatral e articulista no IGHB

A qualidade da escrita de Pires Albuquerque, destacada acima por Eduardo de Sá Oliveira, pode ser constatada no seu papel de revisor. Há o registro de que ele revisou a peça “O Bicho,” do prof. Climério Cardoso de Oliveira, sendo suas sugestões críticas acatadas pelo professor catedrático de Clínica Obstétrica. O Prof. Climério, para além da Medicina, era autor de poesias, inclusive com sentido didático, e de peças: O bicho, já referida, e A Maternidade, estar e apresentada no Politeama Baiano, em Salvador, com a finalidade de angariar donativo para a construção da maternidade-escola, que, depois de construída, recebeu o nome de Maternidade Climério de Oliveira (OLIVEIRA, 1992), em justa homenagem.

São de autoria desse arquivista da FAMEB pelo menos, três artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O primeiro ele escreveu em 1929, defendendo a não demolição da Igreja da Sé. (ALBUQUERQUE, 1929).

O segundo, em 1932, sobre o centenário da escola médica como Faculdade de Medicina da Bahia: 1832-1932. Ele descreve desde a criação da Escola de Cirurgia pelo Príncipe Regente D. João, em 18 de fevereiro de 1808, passando pela mudança para Colégio Médico-Cirúrgico, em vigor desde 29 de dezembro de 1815, mas efetivamente criado em 17 de março de 1816, até a transformação em Faculdade de Medicina da Bahia, em 3 de outubro de 1832, data que marca o início do centenário referido pelo autor. No final, registra não ter havido as festas programadas (ALBUQUERQUE, 1932, p.453), sem dizer a razão o interventor Juracy Magalhães, em 22 de agosto de 1932, prendera 514 alunos e sete professores por defenderem um regime constitucional para o país. O diretor da FAMEB, Prof. Aristides Novis, renunciou, não havendo um clima favorável para as comemorações. (JACOBINA, 2013)

O terceiro artigo foi publicado em 1936, sobre a ‘Associação do Theatro Nacional’, da qual participou, organizada em 1904 para recuperar o Teatro São João (ALBUQUERQUE, 1936). Sua construção foi iniciada por Dom João de Saldanha da Gama e Mello, o 6º Conde da Ponte (gestão de 1805-1810), mas só foi inaugurado em 13 de maio de 1813, no aniversário de Dom João. O Teatro São João teve

momentos de glória, mas entrou em decadência, quando, então, um grupo de intelectuais, sob a liderança de Eduardo Carigé, diretor da Biblioteca Municipal, arrendou do governo o Teatro “para tirá-lo da ruína e do olvido” (ALBUQUERQUE, 1936, p.171), dando ênfase a peças nacionais (p.172). Naquele mesmo ano, 1904, a Associação do Theatro Nacional desapareceu “sem deixar saudade, mas sem dar um real de prejuízo” (p.183).

No artigo, nota-se que Pires Albuquerque convivia com autoridades, como o governador Severino Vieira (ALBUQUERQUE, 1936, p.174), e intelectuais da época, como Manoel Quirino, Sílio Boccanera Junior e Lélis Piedade, entre outros. Fica claro também que ele “quis se metter em cama de onze varas”, pensando que a posteridade o colocaria “ao lado de Martins Penna”, disse com ironia (p.182). Ele tinha apresentado uma farsa no teatrinho de Maragogipe, referindo-se a ele próprio, que agradou ao público (p.183) e fez também uma comédia que, em 1923, também foi representada.

Pires de Albuquerque se aposentou em 1934, conforme registro na ata da Congregação, de 25 de outubro do mesmo ano. Não temos a data do seu encantamento. Sim, o médico e escritor Guimarães Rosa nos ensinou que “as pessoas não morrem, ficam encantadas” (ROSA, 1984, p. 469). Uma das poucas descrições sobre a pessoa desse funcionário está nas memórias de Ruy Santos (1978), médico que nelas, narra o seu período acadêmico, de 1923 a 1928:

Um bom velho o Anselmo. Um aluno se aproximava, e, sem levantar a vista do papel, a cabeça quase tocando a mesa, de corcunda que era, perguntava de que se tratava. [...] Não ria pra ninguém, mas por sua vez, não tratava mal a ninguém. Era discreto com os professores, apesar da atenção que muitos lhe dispensavam. Não se metia em conversas, não tomava partido por candidato em concurso, não dava palpite a examinador (SANTOS, 1978, p.103).

Enfim, não conseguimos obter mais informações sobre a vida desse importante amanuense e arquivista, que, mais que copiar, produziu informações relevantes para a história da bicentenária faculdade. Este trabalho é exploratório e, desse modo, está lançado o desafio de, em futuro próximo, construirmos coletivamente, com mais detalhes, a biografia desse biógrafo.

O autor deste artigo, membro da Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia (FMB-UFBA), considerando fazer uma justiça histórica, propôs à Congregação, na reunião de 5 de agosto de 2014, a seguinte homenagem:

Em seguida, o Prof. Ronaldo Ribeiro Jacobina esclareceu que, dentro de um objetivo maior de dar visibilidade aos funcionários na História da Faculdade de Medicina da Bahia, propõe denominar o Arquivo da FMB-UFBA com o nome de *Arquivo Anselmo Pires de Albuquerque*, considerando o protagonismo deste arquivista e amanuense para a memória da escola *materna* Medicina brasileira e o pioneirismo na arquivologia da Bahia (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Medicina da Bahia, Ata da Congregação, 05 de agosto de 2014, p. 3).

A Congregação aprovou por unanimidade o nome Arquivo Anselmo Pires de Albuquerque, da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia. (**Figura 6**)

Cabe destacar que, além de ser mais uma prova de que o arquivista Anselmo Pires de Albuquerque está encantado nas nossas memórias, foi a primeira vez que uma estrutura ou instância da Faculdade de Medicina da Bahia recebeu o nome de um funcionário, e não de um professor nem de um estudante².

E esperamos que esta reparação para com os servidores esteja apenas começando.

Referências

ALBUQUERQUE, Anselmo Pires de. *Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, anno 1916*. Salvador-Bahia: Livraria Catilina, 1917.

_____. *Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, anno 1917*. Salvador-Bahia: Livraria Catilina, 1918.

_____. *Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, anno 1918*. Salvador-Bahia: Livraria Catilina, 1919.

² No prédio do Vale do Canela da Faculdade de Medicina da Bahia, foi nomeado o espaço no térreo em que os estudantes realizam práticas de resiliência como Espaço Cultural Acadêmico Sérgio Cardozo (JACOBINA, 2008, p. 103)

_____. *Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, anno 1919. Salvador-Bahia: Livraria Catilina, 1923.*

_____. *Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia, anno 1920. Salvador, [19--?].*

_____. Notas Biographicas: Juliano Moreira. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 63, p.817-820, abr.-jun. 1933.

_____. “Sobre a Igreja da Sé” *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 55, p.397-399, 1929.

_____. “O Centenário Médico de 1932” *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 58, p.443-453, 1932.

_____. “Para a história do teatro da Bahia. A ‘Associação Theatro Nacional’.” *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 62, p.169-183, 1936.

BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. De Porteiro a Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia. In: BRITTO, Antônio Carlos N. *A Medicina baiana nas brumas do passado*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.p. 63-138.

DUARTE, Zeny. Da graduação em Arquivologia ao mestrado e doutorado. IV Simpósio Baiano de Arquivologia. Salvador, 21-24/10/2013. Disponível em: <http://www.arquivistasbahia.org/4sba/wp-content/uploads/2013/10/ABERTURA-ZenyMiranda.pdf>. Acesso em 10/05/2014.

FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia relativas aos anos de 1916 a 1923*. Salvador: FMB-UFBA, 2010.

FORTUNA, Cristina. M.; TAVARES-NETO, José. Funcionários nos primeiros 100 anos (1808-1908) da Faculdade de Medicina da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 80, n. 1, p.52-59, jan.- abr. 2010.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Juliano Moreira: da Bahia para o mundo. A formação baiana do intelectual de muitos talentos*. Salvador, 2018. [Obra selecionada para o Programa de Edição de Livros (Edital 02/2016). Seleção de 2016, editoração no prelo].

_____. *Memória Histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (Agosto de 2007 - Dezembro de 2008) – Volume I*. Salvador: FAMEB-UFBA, 2012. 553p.

_____. *Memória Histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (2008) – Volume III – Professores, Funcionários e Alunos da FAMEB*. Salvador: FAMEB-UFBA, 2013. 534p.

_____. Sérgio Cardozo (1858-1933): um acadêmico de Medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 78, n. 1, p. 94-103, jul.- dez. 2008.

LOPES, Nei. Rebouças, Teodoro e Juliano. O gênio afro-baiano na Ciência e Tecnologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 25, p.178-183, 1997.

MONIZ, Gonçalo. *A Medicina e sua evolução na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. [Do número especial do *Diário Oficial*, de 2 de Julho de 1923, comemorativo da independência da Bahia]

OLIVEIRA, Eduardo S. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992. PAIM, Isaías. Primórdios da Psiquiatria no Brasil. In: PAIM, Isaías. *Tratado de Clínica Psiquiátrica*. 3ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - EPU, 1991. p.1-19.

PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira (Vida e Obra)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975. 56p

PEIXOTO, Afrânio. Um sábio mestre e amigo. *Arquivos Brasileiros de Medicina*, Rio de Janeiro, v. 23, p.179-196, 1933.

PICCININI, Walmor J. Juliano Moreira (1873-1933). *PsychiatryonlineBrazil*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-8, 2002. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/arquivo/wal0702.htm>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2015.

PROF. JULIANO Moreira. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 63, p.815-817, abr.-jun. 1933.

ROSA, João Guimarães. Discurso na posse da Academia Brasileira de Letras em 19 de novembro de 1967. In: ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. São Paulo: Círculo do Livro/ Ed. Nova Fronteira, 1984. p. 467-469.

SANTOS, Ruy. *A Faculdade do meu tempo. Memória-2º volume*. Brasília: Senado Federal, 1978. 248p.

SOUZA, Antônio Loureiro de. *Baianos ilustres (1567-1925)*. 2 ed.rev. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1973. (1 ed. Salvador: Editora Beneditina, 1949).

TAVARES-NETO, José. Editorial. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v.77, n. 2, p.74-76, jul.-dez. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Medicina da Bahia. Ata da Sessão ordinária da Congregação da FMB-UFBA, realizada em 05 de agosto de 2014. Salvador, 2014. 3p.

FIGURAS



Figura 1 – Prof. Gonçalo Moniz.
Fonte: FAMEB-UFBA



Figura 2 – Prof. Eduardo de Sá Oliveira
Fonte: FAMEB-UFBA



Figura 3 - Pintura da Faculdade de Medicina da Bahia ao lado da Catedral Basílica da Bahia.

Fonte: Quadro do Prof. Trípole Gaudenzi (UFBA) doado a FAMEB.



Figura 4 – Salão Nobre da Faculdade de Medicina da Bahia. Solenidade de Formatura dos Estudantes de Medicina – FMB-UFBA, 1987. Prof.^a Eliane Azevêdo (Vice-Reitora da UFBA), Prof. José Maria de Magalhães (Diretor da FMB), Prof. Ronaldo Jacobina (Paraninfo), Prof. Antônio Nery Filho (Patrono), entre outros.

Fonte: foto do Autor.

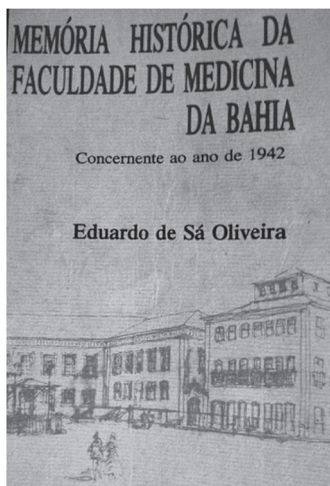


Figura 5 – Memória Histórica da FMB - 1942 do prof. Eduardo de Sá Oliveira com a Galeria dos Professores Falecidos.

Fonte: foto do Autor



Figura 6 – Arquivo Anselmo Pires de Albuquerque – Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA – Sede da escola mater da Medicina brasileira no Terreiro de Jesus, Centro de Salvador - 2017.
Fonte: Fotos do Autor.

Implantação e desenvolvimento do Apostolado da Oração na Bahia: renovação da Igreja Católica na Arquidiocese Primacial do Brasil

Alan José Alcântara de Figueiredo
Mestre em Letras

Resumo

Este artigo pretende realçar o papel desempenhado pelo Apostolado da Oração no revigoramento das práticas católicas, na Bahia, num período de aproximadamente três décadas, compreendidas entre o final do século XIX e o início do seguinte. Essa associação religiosa redimensionou o relacionamento laico com a hierarquia católica, desenvolvendo-se em todo o estado da Bahia. Impulsionados pelo jesuíta Padre Bartolomeu Taddei que, a partir de Itu – SP publicou a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, os membros do Apostolado da Oração conseguiram realizar o Primeiro Congresso Católico Brasileiro em 1900, o que garantiu um lugar de destaque para o catolicismo no cenário cultural-religioso nacional, após a crise do final do Império brasileiro.

Palavras-chave: Apostolado da Oração. Associação religiosa. Catolicismo na Bahia. Primeiro Congresso Católico.

Abstract

*This article intends to highlight the role played by the Apostolate of Prayer in the reinvigoration of Catholic practices in Bahia during a period of approximately three decades between the end of the nineteenth century and the beginning of the next. This religious association redimensioned the lay relationship with the Catholic hierarchy, developing it throughout the state of Bahia. Promoted by Jesuit Father Bartolomeu Taddei, from Itu - SP with the publication of the magazine *Mensageiro do Coração de Jesus*, members of the Apostolate of Prayer were able to hold the First Brazilian Catholic Congress in 1900, which guaranteed a place of prominence for the Catholicism in the cultural-religious national scene, after the crisis of the end of Brazilian Empire.*

Keywords: *Apostleship of Prayer. Religious association. Catholicism in Bahia. First Catholic Congress.*

Difícilmente, nos dias atuais, será possível participar de um ato religioso numa igreja católica sem que se vejam na assembleia alguns ou muitos fiéis usando uma fita vermelha sobre os ombros, a fita do Coração de Jesus, a fita do Apostolado da Oração. Essa associação religiosa chegou à Bahia há 140 anos, com a implantação do Centro da Sé Primacial. Depois, foram sendo criados Centros nas Matrizes e Conventos da Capital e do Interior. Naquele momento histórico de recatolicização, a entidade foi recomendada e incentivada pela Arquidiocese. Em pouco mais de duas décadas, a Bahia pôde sediar o 1º Congresso Católico Brasileiro no alvorecer do século 20.

Pretende-se, com este artigo, fazer um levantamento das três primeiras décadas do desenvolvimento do Apostolado da Oração, partindo-se do contexto histórico em que se deu sua implantação em terras baianas. Trata-se de um estudo bibliográfico com base, principalmente, na revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, publicada ininterruptamente desde junho de 1896, como órgão oficial do Apostolado da Oração no Brasil.

Contexto em que se deu a implantação do Apostolado da Oração na Bahia

A Arquidiocese da Bahia viveu um momento adverso para seu trabalho pastoral na segunda metade do século XIX. Dois motivos principais podem ser apontados como motivadores dessa situação: a crise das relações do Império com a Igreja e a carência de um bispo jovem e saudável para administrar a enorme Arquidiocese. O Brasil imperial preservou a lei do padroado, pela qual o Estado garantia o sustento da Igreja e exercia o controle sobre as orientações emanadas da Santa Sé, de forma que, sem o beneplácito do imperador, as determinações do Santo Padre não teriam eficácia no país. Como o catolicismo era a religião oficial do Império, só poderiam ser admitidos ao serviço público os cidadãos que se confessassem católicos. Por isso, vivia-se uma religião de fachada, o próprio Pedro II não era um católico exemplar, como o

era sua herdeira, a Princesa Isabel. Foi assim que o Aviso Imperial de 19 de maio de 1855 proibiu a admissão de noviços nas ordens religiosas o que, fatalmente, determinaria o seu fim nas Terras de Santa Cruz. Essa proibição foi agravada pela veto à criação de novos seminários e à entrada de novas ordens religiosas no país (SANTOS, 2016, p. 18).

A partir de 1873, a Questão Religiosa, ou Questão dos Bispos, abalou as estruturas católicas brasileiras. A Questão teve início quando D. Antônio de Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará, e D. Vital Maria de Oliveira, Bispo de Olinda, ordenaram que os padres abandonassem a Maçonaria e que os maçons fossem expulsos das irmandades religiosas em suas dioceses. Como suas ordens não foram acatadas, eles suspenderam alguns sacerdotes e algumas irmandades, as quais recorreram à justiça real. Os dois bispos foram condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, penas que foram abrandadas pelo Imperador para prisão simples. Em 1875, os bispos foram anistiados (CÁCERES, 1994, p. 198).

Após o longo pastoreio de D. Romualdo Antônio de Seixas, que ocupou a Sé Primacial por mais de trinta anos, o Bispo de São Luís do Maranhão, D. Manoel Joaquim da Silveira, foi transferido para Salvador. Tomou posse por procuração em 1º de julho de 1861 e governou a Arquidiocese até seu falecimento, em 1874. Chegou à Bahia combatido pelo beribéri. Em 1870 foi a Roma participar do Concílio Vaticano I e voltou mais debilitado pelas condições que obrigaram a suspensão do Concílio, deixando o Papa Pio IX prisioneiro no Vaticano, em consequência das lutas políticas que varriam a Itália. De volta ao Brasil, seu estado de ânimo agravou-se motivado pela Questão Religiosa.

O sucessor de D. Manoel da Silveira só foi designado em 1876, com a transferência de D. Joaquim Gonçalves de Azevedo da longínqua Diocese de Goiás, o qual ensaiou resistir, mas acabou tomando posse por procuração passada ao Cônego Carlos Luis d'Amour, que seria nomeado Bispo de Cuiabá em dezembro do mesmo ano. D. Joaquim de Azevedo assumiu seu posto em 7 maio de 1877. Em novembro, solicitou a dispensa do cargo, alegando que não tinha mais capacidade física para administrar a Arquidiocese que necessitava de um pastor, que fosse capaz de pôr em ordem tudo o que estava fora do lugar (SILVA,

2000, p. 243). Não conseguiu o que intentava, mas recebeu o descanso definitivo com a morte, ocorrida em 6 de novembro de 1879.

A Coroa foi buscar o novo administrador para a Arquidiocese de Salvador no Ceará, transferindo D. Luís Antônio dos Santos, que também não aceitou a designação de bom grado. Da mesma forma que o antecessor, alegava doença e velhice que o impediam de administrar uma vasta diocese com muito a ser organizado. Ao tomar conhecimento da negativa de D. Luís Antônio, o Padre Cícero Romão Batista escreveu-lhe, felicitando-o pela atitude, por saber lhe faltarem forças “para consertar e corrigir um clero e um povo tão estragado e sem lei que só Deus sabe, sem poder empreender a visita pastoral de toda a Diocese sem que é impossível alcançar nada...” (*Apud* SILVA, 2000, p. 242). Mas acabou assumindo por procuração em 20 de outubro de 1881. Em 1833, foi acometido de um derrame cerebral que deixou seu lado direito paralítico. Finalmente, renunciou em 1890.

Esse resumo da sucessão dos Arcebispos da Bahia por um período de aproximadamente 30 anos dá uma idéia da situação em que se encontrava a Igreja Católica baiana: falta de administrador em condições de administrar efetivamente, o que gerava uma sensação de abandono, clero insuficiente, como consequências do embargo à formação de novos religiosos pelo poder central. Como resultado, grassava a ignorância religiosa que levava ao abandono da vivência das orientações evangélico-eclesiásticas.

A motivação da Questão Religiosa, há pouco mencionada, permite a percepção do desvirtuamento a que chegaram as irmandades religiosas naquele período. Entidades criadas para incrementar a vivência religiosa dos leigos, as irmandades voltaram-se contra a autoridade eclesiástica. O doutor Israel Silva dos Santos, em sua obra que analisa a Igreja na Bahia, no período de 1890 – 1930, faz a seguinte observação:

(...) para D. Vital, as irmandades eram associações de caráter religioso, e competia ao bispo ter o comando sobre sua organização e atividades. As irmandades, pelo contrário, colocavam ênfase em seu caráter misto e julgavam-se mais vinculadas ao poder civil do que à autoridade eclesiástica. (SANTOS, 2016, p. 115)

Nesse cenário, as novas associações católicas, principalmente o Apostolado da Oração e a Congregação da Doutrina da Fé, foram vivamente incentivadas pela hierarquia católica como forma de manter a direção das almas e coordenar os trabalhos apostólicos e “sua posição foi quase de substituição às antigas confrarias”, conforme observa Israel Silva dos Santos (SANTOS, 2016, p. 121). A tônica do Apostolado da Oração é sua união ao Santo Padre, expressa pela oração diária por suas intenções, e a centralidade de sua espiritualidade fundada no Coração de Jesus pautada pela vivência eucarística. No processo de revitalização espiritual das massas católicas a potencialidade do Apostolado da Oração se revelou com toda a força: as igrejas voltaram a se encher para desagrar o Santíssimo Sacramento e os confessionários passaram a ser frequentados com assiduidade. Dessa forma, a crise religiosa do final do século XIX foi contornada.

Instalação do Apostolado da Oração na Catedral da Bahia e seu desenvolvimento

Dando início a essa renovação nas agremiações leigas, o Centro do Apostolado da Oração da Catedral de São Salvador da Bahia foi instalado em 13 de junho de 1878, sob a direção do Cônego João Evangelista dos Santos Castro. Em pouco tempo, os resultados puderam ser observados, pois o periódico católico *Semana Religiosa* observou em 1879: “Em tão pouco tempo é tal a mudança por que tem passado a Cathedral da Bahia [...] no restabelecimento do culto pelas importantes devoções aí estabelecidas” (*Apud SILVA, 2000*, p. 237). Na ocasião da implantação do Apostolado da Oração, um dos altares laterais da Sé Primacial foi reformado e destinado ao culto do Coração de Jesus, no qual o Arcebispo D. Joaquim Gonçalves de Azevedo celebrou a Santa Missa e consagrou sua Arquidiocese ao Sagrado Coração, tendo antes publicado uma carta pastoral, preparando o espírito de seus fiéis para o ato consagratório (*Mensageiro*, n. 21, p. 478). O Centro do Apostolado da Oração, na Catedral de Salvador, foi um polo irradiador da devoção ao Coração de Jesus para as províncias de Bahia e Sergipe que, então, constituíam a Arquidiocese da Bahia.

Seguiram-se ao Centro da Catedral os centros de Brotas, fundado em 17 de outubro de 1879, e o de Santo Antônio Além do Carmo, fundado em 1885. A partir da nomeação do Cônego Clarindo de Souza Aranha para o cargo de Diretor Diocesano em 1886, o Apostolado da Oração toma impulso na Bahia. Nesse ano, o Cônego Clarindo comunicou ao Diretor Central, Padre Bartolomeu Taddei, SJ, a agregação dos dois seminários, o do Convento das Mercês e o das Paróquias dos Mares e da Penha de França (A.G.S.J., 1938, p. 48 – 49). Ao Cônego Clarindo Aranha coube um papel semelhante ao que o Padre Taddei teve, a nível nacional, na divulgação do Apostolado da Oração em terras baianas. Ao falecer, em 1898, a Arquidiocese prestou-lhe homenagem com uma Missa exequial, da qual participaram associados dos diversos Centros da Capital, um justo tributo por seu serviço “pela propagação do culto desta Santa Liga [AO], quando não era ainda muito conhecida (*Mensageiro*, nº 32, p. 455).

De fato, o Cônego Clarindo fez circular, a partir de 21 de abril de 1889, o semanário *Leituras Religiosas*, sempre aos domingos, onde publicava, mensalmente, a intenção comentada do AO. Era um periódico de visão ampla, pois, além das matérias religiosas (explicação da doutrina, narrações bíblicas, calendário semanal), publicava textos literários, a crônica religiosa e as das políticas nacional e internacional incluindo, também, as notícias de interesse do AO. Ao divulgar as intenções de oração mensais, *Leituras Religiosas* antecipou-se em sete anos ao *Mensageiro do Coração de Jesus* e, pode-se dizer, de forma mais ampla, porque seu público abrangia toda a comunidade católica do estado da Bahia.

Voltemos à sequência dos Arcebispos que se sucederam no sólio da Bahia, na segunda metade do século XIX. Com a resignação de Dom Luís Antônio dos Santos, em 1890, a escolha de seu substituto recaiu em Dom Antônio de Macedo Costa. Entretanto, este não pode assumir logo, uma vez que desempenhava o papel de articulador da Santa Sé junto ao Governo Provisório da República recém-implantada e, antes que assumisse a Arquidiocese da Bahia, Dom Macedo Costa faleceu em Barbacena – Minas Gerais, onde convalescia, a 21 de março de 1891. Seu corpo foi sepultado na Catedral Metropolitana de Salvador em 27 de abril seguinte, menos de dois meses após o sepultamento do

Arcebispo resignatário, que se dera em 11 de março. A Sé Primacial permaneceu vacante por mais de dois anos, até que, novamente de Belém do Pará, viesse o novo pastor: Dom Jeronymo Thomé da Silva, aquele que Dom Luís Antônio vetara para seu auxiliar, quando solicitara à Princesa Isabel alguém que pudesse assessorá-lo.

Dom Jerônimo Tomé era cearense de Sobral, nascido em 1849, filho legítimo do Comendador João Thomé da Silva e sobrinho de José Thomé da Silva, influente político do Segundo Império. Doutorou-se em Filosofia (1869) e em Teologia (1873) pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Foi ordenado Presbítero em 21 de dezembro de 1872, na Basílica de São João do Latrão. De volta ao Brasil, foi professor de Filosofia no *Seminário da Prainha*, em Fortaleza. A convite de Dom Vital, lecionou Filosofia e Retórica no Seminário de Olinda, onde publicou manuais didáticos para suas disciplinas. Em 26 de outubro de 1890, novamente em Roma, foi ordenado Bispo pelo Cardeal Rampolla Del Tindaro, para assumir a Diocese do Pará. Em setembro de 1893, foi transferido para São Salvador, tomando posse em 27 de fevereiro de 1894. Seu histórico familiar e seu percurso eclesiástico habilitavam-no a se relacionar com as elites tradicionais do Nordeste e o poder político, garantindo a influência da Igreja na vida política e social brasileira, como desejava a Santa Sé (SANTOS, 2016, p. 75 – 76). Finalmente, a Arquidiocese da Bahia recebeu o pastor há muito merecido e esperado.

Administrar uma diocese com aproximadamente 582 mil quilômetros quadrados não era tarefa fácil. O território era dividido em comarcas eclesiásticas, administradas por vigários visitantes que, periodicamente, faziam correição nas paróquias de sua jurisdição. O clero, quase sempre, vivia em estado de desleixo com as obrigações impostas por seu estado. Nessa situação, conforme Cândido da Costa e Silva, “Dom Jerônimo foi um conciliador, não transigente, mas tolerante com seus presbíteros, ainda os mais distanciados dos novos padrões de conduta, muitos vivendo furtiva ou abertamente com prole numerosa, cegos à recitação do Breviário, sem arroubos de devoção.” (SILVA, 2000, p. 248) Para atacar o problema, faziam-se necessárias duas ações básicas: visitar o rebanho e reciclar seus vigários. O nascente *Mensageiro do Coração de Jesus* nos dá conta de que ele atacou, de pronto, essas duas carências da Arquidiocese. Na edição de janeiro de 1897,

o Mensageiro anunciou a realização do segundo retiro espiritual para o clero baiano, que fora pregado pelo Diretor Central do Apostolado da Oração, o Padre Bartolomeu Taddei, SJ, do qual participaram mais de setenta sacerdotes; por esse retiro, o Arcebispo foi cumprimentado por Leão XIII (*Mensageiro*, nº 8, p. 446). Certamente esse contato do Diretor Central com parte do clero baiano impulsionou o desenvolvimento do Apostolado na Arquidiocese.

Quanto ao primeiro ponto apresentado há pouco, ou seja, a necessidade de o Pastor se encontrar com o rebanho, encontramos no primeiro número da revista *Mensageiro do Coração de Jesus* (junho de 1896), à página 38, a seguinte nota, *ipsis literis*:

“O Arcebispo da Bahia – S. Ex^a Revm^a durante os mezes de Fevereiro e Março percorreu 300 legoas do alto sertão da Bahia, em visita pastoral a diversas freguezias, onde nunca tinha pisado bispo algum. Foi recebido sempre com festas e tirou fructos espirituaes desta missão”.

As visitas pastorais continuaram por muitos anos. Um de seus frutos foi a divisão da Arquidiocese da Bahia em quatro dioceses sufragâneas: Sergipe (1910), Barra, Caetité e Ilhéus (1913). Em 1896, realizou visitas a Sergipe (*Mensageiro*, nº 10, p. 550). Em julho de 1906, a Paróquia de Macaúbas foi visitada, marcando-se a festa do Sagrado Coração de Jesus, nesse ano, para o dia 15 de julho, a fim de que o Arcebispo a presidisse. As festas transcorreram com grande participação de fiéis, pois calcularam 12 mil pessoas na procissão de encerramento (*Mensageiro*, nº 131, p. 217 – 221). Em outubro do mesmo ano, estava em Rio de Contas (*Mensageiro*, nº 1.146, p. 31). Em novembro, foi a vez da Paróquia de Livramento de Nossa Senhora (MARINHO; LESSA, 1995, p. 116) e, em junho de 1907, ele estava na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus de Caculé (FIGUEIREDO, 2003, p. 38), todas na Bahia. O Cônego Elizário Machado, Vice-Diretor Arquidiocesano do Apostolado da Oração, compunha a comitiva do Arcebispo, conforme relatou ao *Mensageiro do Coração de Jesus*, em 1897, ao enaltecer o valor da devoção ao Coração de Jesus para renovação espiritual da Arquidiocese: “Acompanhando o Exm^o Sr. Arcebispo em suas visitas pastoraes, tive ocasião de observar e apreciar de perto todas essas maravilhas; producto preciosissimo do Coração de

Jesus, operadas no seio de tantas paróquias percorridas”(*Mensageiro*, nº 20, p. 432).

Dom Jerônimo Tomé era devoto fervoroso do Sagrado Coração de Jesus. Em 1894 adquiriu uma imagem do Sagrado Coração e, em 1896, determinou que sua Festa fosse celebrada na Catedral, com grande solenidade. Ao ser lançado o *Mensageiro do Coração de Jesus* no Brasil, o Primaz felicitou o Padre Taddei por sua publicação, que tinha “o fim de propagar entre nós o conhecimento prático e conseqüentemente o amor e o culto do terníssimo Coração de Jesus, refúgio e conforto de nossas almas” (*Mensageiro*, nº4, p. 176). Já no segundo número constava na página de rosto que os Bispos da Bahia e de Niterói concediam quarenta dias de indulgência aos seus diocesanos que lessem a nova revista.

Uma última palavra sobre o importante papel desempenhado por Dom Jerônimo Tomé da Silva na divulgação do Apostolado da Oração, com sua devoção centrada no Coração de Jesus, foi retirada do relatório anual da Arquidiocese de Salvador: “O digníssimo e Revmº Sr. Arcebispo cada vez mais demonstra sua devoção ao Divino Coração de Jesus. Cabe-nos o grato dever de significar ao distinto Prelado o nosso mais profundo agradecimento pelo amor e interesse que dispensa a este Apostolado e pelo seu zelo constante pela salvação das almas.” (*Mensageiro*, nº 32, p. 454)

Em sua missão de Diretor Diocesano do Apostolado da Oração, O Cônego Clarindo Aranha tinha como auxiliar o Cônego Antônio Elizário Machado. Ao falecer, em 1898, o Cônego Clarindo foi substituído pelo Padre Elpidio Ferreira Tapiranga, conforme anunciou a edição de 1º de janeiro de 1899 das *Leituras Religiosas*. O Padre Elpidio Tapiranga fundara o Apostolado da Oração em sua cidade natal, Cachoeira, em 1895 e, rapidamente, colheu animadores frutos para a renovação espiritual de sua paróquia, aumentando consideravelmente o número de católicos a se aproximarem do banquete eucarístico (*Mensageiro*, nº31, p. 389).

Nas duas últimas décadas do século XIX, o que mais se podia esperar dos associados do AO eram a adesão aos interesses da Igreja, expressa pela união de orações pelas intenções mensais e a comunhão reparadora, que pressupunha a confissão frequente. Dessa forma, os fiéis superavam as práticas familiares, muitas vezes superficiais e

supersticiosas. Uma vez conseguida a adesão às práticas de piedade individual, chegava-se, facilmente, às práticas hoje chamadas de “discípulo-missionárias”. É grande o número de *casamentos* legalizados, realizações de primeiras comunhões e conversões registrados nos primeiros números do *Mensageiro*. Também a prática da caridade não ficava esquecida, tratada pelos Estatutos do AO como *obras pias*, “cujo valor impetratório pode conciliar-nos o Santíssimo Coração de Jesus para alcançarmos o dito fim”, ou seja, “a glória de Deus e a salvação das almas” (MANUAL, 1944, p. 3). Dois exemplos da prática da caridade colhidos em números do *Mensageiro* foram o socorro às vítimas da Guerra de Canudos, em 1897, e aquele aos flagelados da seca de 1899.

O *Mensageiro* de novembro de 1897 fez duas menções à Guerra de Canudos. A primeira, enaltecendo a assistência aos feridos; e a segunda, congratulando-se pelo fim do conflito. Numa época de dificuldade de comunicação, as duas notícias foram publicadas numa mesma revista. A seguir, trechos da primeira notícia:

As Zeladoras se tem portado de um modo digno de louvor durante a crise por que está passando a Bahia, em consequência da guerra de *Canudos*. Vão aos hospitaes, visitam os soldados feridos, distribuem com elles medalhas e escapulários, doces e outros mimos, acompanhados de palavras ainda mais doces e mimosas, quanto religiosamente consoladoras. Já não falamos das Communhões e preces que têm feito pela paz do Brasil. (*Mensageiro*, nº 18, p. 337).

No segundo texto, após felicitar os brasileiros que promoveram a vitória das forças legais e lamentar a morte de muitos, o atraso e a “barbaria mesmo em que se acham tantos dos nossos patrícios (...) fato que a ultima guerra veio bem salientar”, o cronista convida à oração e à reflexão: “Peçamos a Deus para que aprendamos da lição e que alguma cousa façam, a fim de debellar este mal, os que estão á frente do governo desta generosa nação.” (*Mensageiro*, n. 18, p. 351 – 355)

A edição do *Mensageiro* de janeiro de 1899 publicou o pedido de socorro às vítimas da seca do Vigário da Freguesia de Saúde de Jacobina, que vai abaixo transcrito:

Grito de Dor!

Aos Associados do Apostolado da Oração

Confrange o coração! Compunge o espírito de qualquer pessoa o estado de misérias e aflições a que está reduzido o sertanejo bahiano, por causa de uma terrível secca, que principiou com a elevação dos preços dos generos alimenticios, se agravando esta situação pela falta das chuvas na ocasião das plantações, tendo sido crestadas e mortas pelo sol algumas que foram feitas; e agora, a continuação deste sol tem feito desaparecerem algumas pastagens, que existiam mais ou menos em muitos logares, e que iam servindo para os animaes, que já desapareceram em sua maioria. O gado vacuum morre de fome em toda parte.

Não ha logar no alto sertão onde se esteja bem; o sertanejo bahiano geme e chora sob o peso de uma secca horrorosa, difficil de descrever-se! A alimentação do *bró*, de que muita gente já se está servindo, tem levado algumas pessoas á sepultura. Muitas famílias já se têm retirado daqui do município de Jacobina, que é um dos melhores do Estado da Bahia.

Diante de tantas aflições! no meio de tantos males, acabrunhado o sertanejo bahiano, com a tristeza no coração e a afflicção estampada no rosto, sem saber ainda dos males que lhe aguardam, deve pensar na bondade de N. S. Jesus Christo, e levantar os olhos para o seu Sacratíssimo Coração; por isso, em meu nome e dos meus conterraneos, peço a todos os associados da Liga do Apostolado da Oração que orem ao Coração Amorosissimo de Jesus, por nós; sim, estamos certos que as orações de tão piedosos associados serão o maior auxilio que podemos ter nas circunstancias actuaes; sómente as orações fervorosas dos filhos do Coração de Jesus poderão fazer com que o Deus Eterno, de bondade e justiça, abra este céu de bronze e ponha um termo a tantas tribulações, livrando-nos de males que se não pode calcular.

Deixo no *Mensageiro*, organo do Apostolado da Oração, exarado o meu pedido.

Freguezia de Saude de Jacobina, Estado da Bahia, 2 de Novembro de 1898. – O vigário Padre *Antonio Dias Rego*. (*Mensageiro*, nº 32, p. 425 – 426)

Logo após essa carta, o editor do *Mensageiro* pediu uma “esmola para os famintos do sertão da Bahia”, abrindo uma subscrição pública de qualquer quantia. Os associados do sul do país acorreram generosamente, de modo que já em fevereiro foram doados 65\$000 (sessenta e cinco mil reis), em abril 327\$000 e, em maio, 528\$000. “É, pois, ao Coração de Jesus, na pessoa dos famintos, a quem socorremos” (*Mensageiro*, nº 32, p. 426 – 427), motivou o Padre Taddei.

Dadas as formas de comunicação e de transporte da época, pode-se dizer que o Apostolado da Oração desenvolveu-se de uma forma incrível no estado da Bahia, nas duas últimas décadas do século XIX. No Relatório que fez o Padre Antônio Eliziário Machado, Vice-Diretor Arquidiocesano, de 1897, ele observou que “a devoção ao Sagrado Coração de Jesus é notavelmente querida ao coração bahiano, e nelle tem achado e cho muito sympathico.” E continua informando que das 225 Paróquias em que se dividia a Arquidiocese, “poucas, mui poucas são aquellas que não contam em seu seio, estabelecido o Apostolado da Oração”, sem contar as capelas particulares e das congregações religiosas com seu “bello altazinho do Sagrado Coração”. É ainda o Padre Antônio Eliziário quem testemunha ter ouvido dos párocos, em suas viagens na comitiva de Dom Jerônimo em suas visitas pastorais, a modificação ocorrida em suas respectivas paróquias após a instalação do Apostolado da Oração, pois “muito mais suave se havia tornado o *mínus* parochial mais dóceis as suas ovelhas, mais piedosas as almas; em uma palavra, mais abundante o bem, menos difundido o mal” (*Mensageiro*, nº 20, p. 431 – 433).

Na tentativa de acompanhar o desenvolvimento do Apostolado da Oração na Bahia, tomaremos por base as notícias esparsas publicadas nas edições do *Mensageiro do Coração de Jesus* até 1908, ano-fim do recorte temporal proposto para este artigo, bem como de alguns dados compilados a partir de memórias municipais. O número de associados arbitrado pelo Padre Elpídio Tapiranga no Relatório de 1899 foi de 35.374. No Relatório de 1901, o Padre Elpídio informa a criação de 22 centros na Arquidiocese, incluindo a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Aracaju, e informa a existência de 105 centros na circunscrição sob sua direção, com presumíveis “sessenta e tantos mil o número de associados, divididos pelos diferentes gráus estabelecidos

pelo *Manual*.” Esse Relatório destaca o centro de Maragogipe, dirigido pelo Cônego Manoel Antônio de Oliveira Lopes que, além de manter o periódico *O Semeador*, havia instituído um dia de adoração mensal, prática adotada também pelos religiosos franciscanos e na Matriz de Santo Antônio Além do Carmo (*Mensageiro*, nº 71, p. 713 – 718). Em outro Relatório de 1908, o Cônego Tapiranga volta a realçar o desenvolvimento do Apostolado na Arquidiocese e os resultados espirituais alcançados, destacando a Paróquia de São Felix, “uma cidade de progressivo desenvolvimento commercial e industrial, mas onde o protestantismo e a indiferença religiosa estavam fazendo lamentável estrago”, que teve uma renovação espiritual após o estabelecimento do Apostolado pelo Padre Serafim Vilela. Nesse segundo Relatório, o Diretor Arquidiocesano calculou em 500 mil o número de associados (*Mensageiro*, nº 153, p. 104 – 105), uma estimativa bem diversa daquela apresentada sete anos antes. Entretanto, é de se notar que ambas foram arbitradas e que nesse período novos centros foram instalados, como os de Camamu, *Egreja Nova*, Barracão, Alagoinhas, Santa Luzia do Rio Real, Rosário do Orobó, Itaberaba, Timbó e Taperoá – em 1902 (*Mensageiro*, nº 89, p. 283) – Capim Grosso e Ilhéus – entre 1903 e 1904 (*Mensageiro*, nº 98, p. 98) – além do esperado desenvolvimento dos 22 centros instituídos em 1901.

Relacionaremos, em seguida, Centros do Apostolado da Oração criados na capital e no interior, no período aproximado de trinta anos, entre 1878 e 1908. Inicialmente os Centros da Capital, por ordem cronológica. Na sequência, virão Centros do interior, em ordem alfabética.

Centros da Capital

Catedral, fundado em 13 de junho de 1878, era composto por 1.415 associados, com 57 zeladoras, em 1899;

Nossa Senhora de Brotas: fundado em 17 de outubro de 1879 (*Mensageiro*, nº 1.158, p. 30). Talvez tenha sido o segundo centro da capital.

Santo Antônio Além do Carmo, possuía 528 associados, 29 zeladoras e 23 zeladores em 1899. Em 1988, este centro comemorou

103 anos, tendo sido fundado, portanto, em 1885 (*Mensageiro*, nº 1.064, p. 34 – 35).

Convento de São Francisco, fundado em 4 de setembro de 1896, era composto por 584 associados, 14 zeladoras e 4 zeladores em 1899. Foi dirigido, inicialmente, pelo Frei Amando Bahhamann, depois por Frei Peregrino Hiltenbrand (*Mensageiro*, nº 17, p. 275).

Nossa Senhora da Conceição da Praia: o *Mensageiro* de março de 1897 comunicou a agregação deste centro.

Convento das Mercês, composto por 420 associados e 20 zeladoras, dirigido, em 1899, pelo Padre Lino de Almeida Fonseca.

Pilar, composto por 332 associados, 12 zeladoras e 2 zeladores em 1899.

Nossa Senhora de Nazaré: fundado em 8 de setembro de 1899 pelo Monsenhor Manoel Novaes Júnior. Este centro comemorou seu centenário em 1999 com dinamismo, recepcionando novos membros ao AO e ao MEJ (*Mensageiro*, nº 1.178, p. 31).

Sant'Ana do Rio Vermelho: comemorou 100 anos em 2003 com um Encontro de nove centros que compunham a Forania II da Arquidiocese de Salvador. As comemorações foram norteadas pelo tema *Evangelizar com novo ardor missionário*, com o lema *Ser e fazer discípulos do Sagrado Coração de Jesus* e dirigidas pelo Padre Ângelo Magno Carmo Lopes (*Mensageiro*, nº 1.215, p. 29).

Centros do Interior

Amargosa: este centro foi fundado em 12 de junho de 1896. Sua instalação foi descrita poeticamente após o transcurso de um ano, como se pode ler a seguir:

Mais uma companhia de soldados, dedicados á glória de Deus acaba de se alistar debaixo da bandeira do Coração de Jesus n'uma das mais futuras cidades desta vasta archidiocese(...)Amargosa, a cidade risonha, que se assenta n'um vasto planalto, de onde se contempla verdejantes collinas, que ondulam a seus pés, como esmeraldinos degrãos de seu throno, foi dotada, graças ao seu Vigário, com mais esta preciosa devoção ao Coração sagrado de Nosso Amabilissimo Jesus.

Contou, inicialmente, com a direção do Padre José Francolino de Oliveira, 96 associados e 6 zeladoras. Em um ano, esse número subiu para 218 associados, sendo 30 homens com o seu zelador (*Mensageiro*, nº 21, p. 505).

Sua pujança inicial não arrefeceu, pois, como parte das comemorações do cinquentenário da Diocese de Amargosa (1991), realizou-se um Congresso do AO do qual participaram várias Paróquias vizinhas, contando com a assistência do bispo diocesano Dom João Nilton de Souza Santos (*Mensageiro*, nº 1.046, p. 30).

Brumado: a notícia da agregação do centro de Bom Jesus dos Meiras, o primitivo nome desta cidade, foi publicada no *Mensageiro* de março de 1897 (*Mensageiro*, nº 10, p. 527).

Caetité: este centro foi fundado em 1900 e reinaugurado em 5 de junho de 1908 pelo Cônego Luis Pinto Bastos, após um período de estagnação (*Mensageiro*, n. 272, p. 685 – 687). Em 1914, foi criado um centro no Instituto São Luís Gonzaga, dirigido pelos jesuítas que se instalaram na cidade no ano de 1912 (*Mensageiro*, nº 346). A cidade de Caetité foi a primeira do Alto Sertão da Bahia a sediar um bispado, tendo sido a Diocese criada por São Pio X com a Bula *Maius Animarum Bonum*, de 20 de outubro de 2013.

Cachoeira: o Apostolado da Oração mostrou-se com toda a sua eficácia no renascimento espiritual desta Paróquia do Recôncavo Baiano. Ao anunciar a realização da terceira Festa do Coração de Jesus, o cronista chama a atenção para o elevado número de comunhões, pois “antes da instituição do Apostolado da Oração n’esta cidade, poucos fieis se aproximavam do tribunal da penitência e da sagrada mesa da Comunhão, isto mesmo pela quaresma.” (*Mensageiro*, nº31, p. 389). O centro fora instituído em 22 de julho de 1895 pelo Padre Elpidio Ferreira Tapiranga, sacerdote cachoeirano que viria a desempenhar a função de Diretor Diocesano do Apostolado.

Camamu: centro instituído em 1902 (*Mensageiro*, nº 89, p. 283).

Casa Nova: este centro comemorou seu centenário em abril de 2004 com uma intensa programação de louvor e em agradecimento ao Coração de Jesus (*Mensageiro*, nº 1.233, p. 35).

Conceição do Almeida: este é um dos Centros mencionados no Relatório de 1899, quando era constituído por 153 senhoras, sendo 8 zeladoras, e 63 homens (*Mensageiro*, nº 43, p. 444). Por volta de 1907, o centro foi restabelecido sob o paróquiato do Padre Doutor Pedro Emiliano de Frota Pessoa, auxiliado pelo Cura da Sé de Salvador, Cônego Manoel Antônio d’Oliveira Lopes, ao pregar uma breve missão na Paróquia (*Mensageiro*, nº 145, p. 34 – 35).

Conceição do Coité: no ano de 2010, este centro contava com 130 anos de existência, contando com 300 associados (*Mensageiro*, nº 1.285, p. 52).

Conceição da Feira: centro que completou 90 anos em 1994 sendo fundado, portanto, em 1904 (*Mensageiro*, nº1.124, p. 37).

Condeúba: esta Paróquia dedicada a Santo Antônio teve seu centro do AO criado em 1907 (SOUZA, 2015, p. 70).

Cruz das Almas: este centro comemorou seu centenário em maio de 2004, contando com a presença do então Secretário Nacional Padre Roque Schneider (*Mensageiro*, nº1.223, p. 28).

Entre-Rios: centro fundado em 1896 pelo Padre Tertuliano Pereira da Rocha. Pouco tempo após sua instituição, era formado por 5 zeladores, 52 zeladoras e 813 zelados (*Mensageiro*, nº 22, p. 548).

Inhambupe: o *Mensageiro* nº 30 informa a criação deste centro em 12 de junho de 1896 pelo Padre Maximiano Febrônio Esmeraldo. Entretanto, números recentes, que informam a comemoração de 80 e 100 anos, dão a data de fundação em 26 de agosto (*Mensageiro*, nº1.043, p. 41; nº 1.244, p. 30.). O Relatório de 1899 informa ser de 500 o número de associados.

Ilhéus: esta cidade é sede de bispado desde 1913, quando a Arquidiocese da Bahia foi dividida em três dioceses sufragâneas. O Centro da Paróquia de São Jorge foi criado em 1904 pelo Diretor Diocesano Padre Elpídio Tapiranga, sendo Pároco o Padre Evaristo de Góes Bittencourt e nomeados presidentes o doutor Carlos Pereira e dona Maria de Calzans (*Mensageiro*, nº 103, p. 414 – 415).

Itaberaba: centro instituído em 1902 (*Mensageiro*, nº 89, p. 283).

Itacaré: este Centro foi mencionado no Relatório de 1899 com a antiga denominação do lugar, ou seja, Barra do Rio de Contas. Contava, então, com 177 zelados e 7 zeladoras (*Mensagem*, nº 43, p. 445).

Itaparica: em 1899, este centro era formado por 101 zelados e 16 zeladoras (*Mensagem*, nº42, p. 398).

Jeremoabo: este centro comemorou seu centenário em 3 dezembro de 1984 (*Mensagem*, nº 1.130, p.34). Em 17 de junho de 1898 foi celebrada a Festa do Coração de Jesus, com mudanças na Diretoria, quando o centro já contava, portanto, quatorze anos de atividades.

Juazeiro: a fundação inicial deste Centro deu-se em 1894 com a inscrição de algumas associadas sem uma boa formação. Ao ser nomeado pároco, o Padre Manoel Raymundo Nonato Pitta reorganizou o AO, reinstalando-o em 6 de fevereiro de 1903 com 83 associados (*Mensagem*, nº 89, p. 287 – 288).

Lençóis: este centro foi o primeiro a ser fundado na região das Lavras Diamantinas e, quase centenário, continuava sendo a “vida da paróquia” (*Mensagem*, nº 1.026, p. 39). No *Mensagem* de março de 1897 foi anunciada sua agregação.

Macaúbas: baseando-se em relatos orais e por falta de documento escrito, a data de fundação deste centro foi arbitrada em 1906, ano da Visita Pastoral de Dom Jerônimo Tomé da Silva a esta Paróquia. Recentemente, entretanto, a notícia da fundação deste Centro, o que se deu em 7 de dezembro de 1902 pelo Cônego Hermelino Marques Leão, com 68 membros. A fundação foi marcada pela chegada da imagem do Sagrado Coração, vinda da Europa. (*Mensagem*, 88, p. 224 – 225).

Maragogipe: no Relatório de 1899, o Padre Elpídio Tapiranga refere-se a este centro como “o mais rico florão do Apostolado da Oração na Bahia” e os dados que apresente confirmam seu elogio: 1660 associados, sendo 50 zeladoras e 10 zeladores; 5.000 comunhões reparadoras feitas pelos zeladores em um ano; reuniões regulares; realização de vários casamentos de concubinatos e batizados; diz ainda que “as festividades e Missas das primeiras sextas-feiras são sempre deslumbrantes sob todos os pontos de vista.” (*Mensagem*, nº 42, p. 398 – 399) Nesta Paróquia, em 1897, existia a “Orchestra de Santa Cecília”

composta praticamente pelas zeladoras do AO, que cantavam as Missas festivas do Coração de Jesus e os *Te Deum* com que se finalizavam as procissões (*Mensagem*, nº 18, p. 369).

Morro do Chapéu: este centro foi fundado em 25 de junho de 1908 pelo Padre Tolentino Silva, “antevendo a regeneração da paróquia e uma nova era de vida religiosa.” (*Mensagem*, nº 174, p. 680)

Muritiba: em 1899, este centro contava com 339 associados. As zeladoras se esforçavam pela participação nos sacramentos (*Mensagem*, nº 43, p. 443). O centenário foi comemorado em 1994 com Missa campal e entrega de fitas a novos associados por Dom Lucas Moreira Neves (*Mensagem*, nº1.127, p. 42).

Nazaré: este centro foi fundado em 13 de junho de 1896, sendo o centenário comemorado com um Congresso que reuniu as Paróquias da Diocese de Amargosa (*Mensagem*, nº1.143, p. 31/ nº 1.146, p. 30). O Padre Elpídio Tapiranga incluiu em seu Relatório de 1899 um cento no arraial do Onha, nesta Paróquia (*Mensagem*, nº43, p. 446).

Palmas de Monte Alto: o *Mensagem* de maio de 1897 anunciou a existência de um centro na então Vila de Monte Alto, mais uma Conferência de São Vicente, mantidos graças aos esforços do Padre Manoel do Nascimento Oliveira.

Piatã: este centro foi criado em 1907, conforme o mapa diocesano parcial, publicado na edição do *Mensagem* de janeiro de 1925. Em 31 de maio de 1913 comemorou a festa do Sagrado Coração de Jesus solenizando-se também nessa data o 16º centenário da liberdade da Igreja outorgada por Constantino. Nesse ano, a Paróquia de Bom Jesus do Rio das Contas possuía dois subcentros do AO nas Capelas de Nossa Senhora da Anunciação de Carrapato e de São João Batista do Cedro com um total de 1800 associados(*Mensagem*, nº 212, p. 27 – 28).

Pojuca: em 24 de novembro de 2002, este centro comemorou 95 anos de fundação na Paróquia de Nosso Senhor Bom Jesus da Passagem (*Mensagem*, nº 1.212, p. 37).

Porto Seguro: o centro de Santa Cruz de Porto Seguro foi instituído em 19 de fevereiro de 1897, com 112 associados (*Mensagem*, nº43, p. 446).

Rio de Contas: este centro foi fundado em 4 de outubro de 1906, durante a Visita Pastoral de Dom Jerônimo Tomé da Silva (*Mensagem*, nº 1.146, p. 31).

Santo Amaro: o centro da Matriz de Nossa Senhora do Rosário foi fundado em 1907 pelo Padre Francisco d'Assis Pires, assistido pelo Diretor Diocesano Padre Elpídio Tapiranga (*Mensagem*, nº 145, p. 35).

São Felipe: ao comemorar seu centenário, em 2001, este centro era composto por 3 zeladores, 85 zeladoras e 386 zelados (*Mensagem*, nº 1.197, p. 46).

Saúde: o “Centro da Saúde da Jacobina” é citado pelo Padre Elpídio em seu Relatório, quando era formado por 328 zelados, 6 zeladores e 9 zeladoras (*Mensagem*, nº 43, p. 444).

Serrinha: centro instalado em 31 de julho de 1899 (*Mensagem*, nº 68, p. 305 – 307).

Taperoá: centro fundado em 1902, conforme visto anteriormente, contava no ano seguinte com 220 zelados e 10 zeladoras, dirigido pelo Padre José Eutychieo de Lima e presidido por dona Maria d'Oliveira Santos (*Mensagem*, nº 84, p. 745 – 746).

Ubaíra: este centro foi fundado em 1904. Após um período de letargia, foi reorganizado pelo Padre Esmeraldo Barreto de Farias (*Mensagem*, nº 1.067, p. 47).

Valença: o centro de Valença é citado pelo Padre Elpídio Tapiranga, que destaca o esforço de sua Presidente, professora Balbina Ayres, em sua organização (*Mensagem*, nº 41, p. 557). Parece ter sido o único centro da Bahia que enviou uma contribuição de 50\$000 (cinquenta mil réis) à organização central do AO para a “manifestação do Apostolado a Jesus no fim do século” (*Mensagem*, nº 41, p. 557).

Vitória da Conquista: o centro da Catedral desta Diocese foi criado em 20 de agosto de 1907, pelo Padre Manoel Olímpio Pereira (*Mensagem*, nº 1.267, p. 55). A cidade possui outros centros, além do da Catedral, como os das Paróquias de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima e São Miguel (*Mensagem*, nº 1.106, p. 25).

Congresso Católico e Romaria à Europa

A realização do 1º Congresso Católico Brasileiro, em Salvador, foi um marco da Igreja Católica no Brasil. Esse evento foi idealizado pelo Padre Bartolomeu Taddei à frente do Apostolado da Oração no Brasil, servindo-se do *Mensageiro do Coração de Jesus*, como propagador do evento. A motivação inicial foi a comemoração do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, conforme noticiado na terceira edição do *Mensageiro*, ainda em 1896, que reproduziu notícia veiculada em *Leituras Religiosas*. Pensou-se, inicialmente, na realização de um concílio, de um congresso católico, de um solene *Te Deum* e de uma peregrinação a Roma, que deveria partir de Salvador em 3 de maio de 1900, porque, durante muito tempo, essa data era tida como a da chegada da esquadra de Cabral ao litoral sul da Bahia (*Mensageiro*, nº 3, p. 154 – 155).

A essa motivação nacional, uniu-se a celebração do Jubileu Cristão de 1900, para cujo evento foi constituída uma comissão internacional. O programa proposto por essa comissão se coadunava com o espírito de reparação dos membros do AO, pois concluía que “conhecer as injúrias que lhe têm sido feitas [Jesus Cristo] no século expirante suscita o dever e a necessidade da expiação”, apresentando como meios “a pregação da palavra divina, as orações em comum e as peregrinações” (*Mensageiro*, nº 32, p. 420).

A Providência fez com que o Padre Bartolomeu Taddei fosse a Roma, em 1899, a convite do bispo de Olinda, Dom Manoel dos Santos Pereira, como seu teólogo, para participar do Concílio Plenário da América Latina, realizado entre 28 de maio e 9 de julho (A.G.S.J., 1938, p. 52). Durante esse período, o Papa Leão XIII consagrou o gênero humano ao Coração de Jesus, numa solenidade que se estendeu entre os dias 9 e 11 de junho de 1899. Sua passagem pela Europa, inclusive por Paray Le Monial, foi oportuna para programar a romaria do AO do Brasil a Roma, e ao berço da moderna devoção ao Coração de Jesus.

Através do *Mensageiro*, a programação da “Homenagem do Apostolado da Oração no Brasil a Jesus Christo no fim do século” ia sendo divulgada e ganhando adeptos e despertando a generosidade dos associados com doações em dinheiro. Entretanto, era momento

de crise, na Bahia, provocada pela seca já aludida. Por isso o Padre Elpídio Tapiranga, Diretor Diocesano da Bahia, congratulou-se com o *Mensageiro* pelo projeto, mas assegurou que não se animava a pedir contribuições ante o estado de miséria em que se encontravam as comunidades baianas (*Mensageiro*, nº 37, p. 19 – 20). Do que se publicou em números do Mensageiro até a edição de junho de 1900, somente o Centro de Valença, na Bahia, enviou uma contribuição de cinquenta mil réis para a romaria a Europa (*Mensageiro*, nº 41, p. 557).

O 1º Congresso Católico Brasileiro não aconteceu em maio, como previsto inicialmente, mas em junho, entre os dias 3 – Pentecostes – e 10. A Catedral de Salvador

[...] estava transformada em uma grande assembléa. No fundo se viam a imagem do S. Coração de Jesus, o retrato de Leão XIII e a seguinte inscrição: “Aos católicos brasileiros, reunidos no Primeiro Congresso Católico, sob os auspícios do Santo Padre Leão XIII e do Episcopado no IV centenario do descobrimento do Brasil, a Baía aplaude exultante, invocando sobre eles as bênçãos do Sagrado Coração de Jesus”. (A.G.S.J., 1938, p. 56).

O discurso inaugural foi proferido por Dom Jerônimo Tomé. O Padre Taddei falou logo após o Arcebispo, para apresentar o conselho diretor do Congresso, e na sessão de encerramento.

A peregrinação brasileira partiu do porto de Salvador a 14 de junho sem, contudo, participar dela o Padre Taddei, que foi representado pelo Monsenhor Zacarias (A.G.S.J., 1938, p. 56). O grupo era composto por 101 peregrinos, liderados por Dom Jerônimo Thomé, contando também com os Bispos de São Paulo e de Petrópolis. A viagem começou com o canto do *Ave Maris Stella* no convés do navio, estando todos ajoelhados e o espírito de oração acompanhou toda a viagem.

Ao Congresso da Bahia seguiram-se o Congresso Diocesano de São Paulo, em novembro de 1901, e o Congresso Diocesano de Pernambuco, em junho de 1902. Com o Congresso da Bahia estava, portanto inaugurado a era dos congressos católicos, sendo o primeiro Congresso Eucarístico Nacional celebrado em 1933, novamente na Bahia. O marco deste Congresso foi instituição da adoração perpétua na Igreja de São Raimundo, quando seu altar proclamado *Altar Votivo da Fé Eucarística Nacional*.

A partir da Igreja Mãe da Bahia e do Brasil, o Apostolado da Oração alcançou todos os recantos do estado da Bahia. Sempre foi uma associação religiosa simples em sua estrutura, mas que propõe aos seus membros a união com a hierarquia e a participação nos atos religiosos. Mesmo numa época de grandes dificuldades de comunicação e de deslocamento, ele alcançou todos os recantos do estado. Como se pôde ver no recorte de centros citados, muitos chegaram ao centenário e não cessou a criação de novos centros. Certamente, a Igreja Católica baiana não teria a mesma pujança ao longo do século XX, se não fossem os membros do Apostolado da Oração com sua prática das Primeiras Sextas-Feiras de cada mês em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus.

Referências

- A.G.S.J. **Padre Bartolomeu Taddei SJ**. Rio de Janeiro: Vozes, 1938.
- BAIANO, Hélverton. **História de Correntina**. 2.ed. Goiânia: edição do autor, 2006.
- DAVID, Zoraide Guerra. **Mortugaba História e Poesia**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- DOCUMENTO de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 13 – 31 de maio de 2007. 3.ed. Brasília: CNBB/ São Paulo: Paulinas, Paulos, 2007.
- FIGUEIREDO, Alan José. **Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas**. Caetité: Globo, 2001. (Col. Macaúbas, terra bendita – 3).
- _____. **A Música em Macaúbas**. Caetité: Globo, 2003. (Col. Macaúbas, terra bendita – 4).
- MARINHO, Raimundo; LESSA, Eduardo. **Livramento é de Nossa Senhora**. Livramento de Nossa Senhora: Diocese de Livramento de Nossa Senhora, 1995.
- MANUAL** do Coração de Jesus. 24.ed. Rio de Janeiro: Mensageiro do Coração de Jesus, 1944.
- SANTOS, Israel Silva dos. **Igreja Católica na Bahia: Por um catolicismo romano (1890 – 1930)**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: O clero oitocentista na Bahia** Salvador: EDUFBA, 2000.
- SOUZA, Agnério Evangelista de. **Condeúba sua História seu Povo**. 2.ed. Salvador: Quarteto, 2015.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11.ed. São Paulo: Ed. da UNESP/ Salvador: EDUFBA, 2008

Mensageiro do Coração de Jesus, órgão oficial do Apostolado da Oração no Brasil, números: 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 30, 31, 32, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 62, 68, 71, 84, 88, 89, 98, 131, 145, 153, 174, 212, 272, 346, 1.026, 1.034, 1.036, 1.043, 1.046, 1.061, 1.064, 1.067, 1.096, 1.106, 1.117, 1.124, 1.127, 1.135, 1.138, 1..143, 1..145, 1..146, 1..158, 1.178, 1.190, 1.205, 1.211, 1.212, 1.215, 1.223, 1.233, 1.251, 1.267, 1.285, 1.292.

Fontes virtuais:

artemmisiodacosta.blogspot.com. Acesso em 15/11/2916.

<http://pt.wikipedia>, vários acessos.

Tercio Milenio Adveniente. Disponível em <w2.vatican.va>. Acesso em 08/01/2017.

Bndigital.bn.br/acervo-digital/mensageiro-coracao-de-jesus/004480. Vários acessos.

bndigital.bn.br/acervo-digital/leituras-religiosas/239488. Vários acessos.



O caráter iconográfico da pintura de Alberto Valença (1890-1983)

Vera Spínola

Doutora em Administração, Mestre em Economia,
e bacharel em Letras/UFBA
Pesquisadora da vida e obra de Alberto Valença

Resumo

O objeto deste trabalho são a vida e obra do pintor Alberto Valença (Alagoinhas 1890 – Salvador 1983), destacado representante da Escola Baiana de Pintura. Seu objetivo específico é identificar o caráter iconográfico de trabalhos que representem, prioritariamente, a cidade do Salvador na primeira metade do século XX. Fatos marcantes da biografia e da trajetória artística do pintor, relatados cronologicamente, constituem o fio condutor do texto. Ao longo da narrativa, destacam-se as pinturas de caráter iconográfico, bem como acontecimentos e personalidades do meio artístico-cultural da época. Embora tenha passado a maior parte da vida na Bahia, Valença frequentou a Academia Julian, em Paris, em 1925/1926; viveu na Bretanha, em 1927/1928 e trabalhou no Rio de Janeiro em 1931/1933. Por quase três décadas, de 1933 a 1960, foi professor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia e mestre de várias gerações de artistas.

Palavras-chave: Bahia; Alberto Valença; Pintura Iconográfica.

Abstract

The object of this paper is Alberto Valença's life (Alagoinhas 1890 – Salvador 1983) and work, a distinguished representative of Bahian School of Painting. Its specific objective is identifying the iconographic content of his paintings that represent, as priority, the city of Salvador, Brazil, in the first half of the 20th century. Remarkable facts of his biography and artistic path, narrated

in chronological order; are the guideline to this text. Along the narration, we distinguish the paintings of iconographic content, as well as facts and personalities of the cultural-artistic environment at that time. Although Valença has spent most of his life in Bahia, he attended Julian Academy of Fine Arts in Paris, in 1925/1926; spent one year in Brittany, in 1927/1928; and worked in Rio de Janeiro, in 1931/1933. For almost three decades, from 1933 to 1960, as professor, he taught at the School of Fine Arts of Bahia Federal University and became a reference to several generations of artists.

Keywords: Bahia; Alberto Valença; Iconographic Painting.

Neste artigo, entende-se obra de arte caráter iconográfico, quando nelase representam imagens com características específicas de um espaço em determinada época, as quais podem ter se modificado ao longo do tempo, mas que ainda assim guardam traços do local. O estudo iconográfico pode contribuir para o entendimento da dinâmica espacial urbana de uma cidade como Salvador.

Alberto Valença foi um pintor de *plainair* (ar livre), que não trabalhava em ateliê. Saía na rua para pintar com seu cavalete dobrável e pequena caixa de tintas, ou pintava a partir de uma janela, o que lhe valeu o epíteto de “pintor janelheiro”. Representava o que via, sem acrescentar elementos imaginários. Daí o caráter iconográfico de sua obra. Tendia para o impressionismo, pois sua preocupação era representar o efeito cromático da luz sobre os objetos em determinada hora do dia. Os detalhes poderiam ser absorvidos nas pinceladas.

Este artigo é um subproduto do romance biográfico “Conversando com a Pintura de Alberto Valença, de nossa autoria, ainda inédito. As conversas com Antônio Alberto Valença, filho do artista, constituíram a principal fonte de dados primários. Fez-se também uma releitura da obra Alberto Valença: Um Estudo Biográfico e Crítico, de autoria de Clarival do Prado Valladares, datado de 1980.

Embora a obra de Valença seja estimada em cerca de cinco centenas de trabalhos, deu-se preferência a comentar as telas disponíveis ao público, encontradas nos museus de Salvador: Museu Carlos Costa Pinto, Museu de Arte da Bahia e Pinacoteca da Escola de Belas Artes da Bahia.

Ressaltamos que as principais obras do artista podem ser visualizadas no blog Memórias de Alberto Valença¹, organizado pela filha, Maria Amélia Valença.

¹ Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/>, acesso em 26 fev. 2019.

Primeiros Anos

Em 1905, aos quinze anos, Valença começou a estudar desenho no Liceu de Artes e Ofícios. Foi aluno de Manuel Lopes Rodrigues e da irmã dele, Constança. Alguns anos mais tarde, incentivado pelo mestre, matriculou-se na Escola de Belas Artes, onde concluiu o curso de Pintura em novembro de 1914.

Manuel Lopes Rodrigues teve um papel decisivo na carreira do pintor. É considerado o mestre dos mestres da pintura baiana do final do século XIX e início do século XX. Segundo Valladares (1980, p. 43), foi ele que, em 1912, habilitou Alberto Valença, aos 22 anos, ao seu primeiro trabalho como desenhista profissional das obras da Cia de Energia Elétrica, sob a direção do engenheiro Américo Simas (1875-1944), cujo nome seria imortalizado no túnel que liga, em Salvador, a Cidade Alta à Cidade Baixa através da Avenida Vale de Nazaré.

Dentre os trabalhos desenvolvidos por Simas, está o da urbanização do pitoresco bairro de Monte Serrat, Ponta de Humaitá, na Península de Itapagipe, Cidade Baixa. A pintura de Valença intitulada Forte e Casa de Monte Serrat² foi desse período. Tem caráter iconográfico, pois ali ainda existia uma casa senhorial em terreno contíguo ao forte, na beira da enseada. Pertence à família Valença (Figura 1).



Figura 1 – Forte e Casa de Monte Serrat.

Fonte: Acervo da família Valença

² VALLADARES (1980), p. 78-79, figura 4. Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

A tela Ubarana Luz da Manhã³, de 1919, é outro exemplo da época. Trata-se da praia da Pituba no trecho em que toca o extremo de Amaralina. O topônimo original Ubarana, nome de um peixe, foi se perdendo no tempo. Ainda se pode encontrar uma rua com o nome de Ubaranas redondezas. No quadro de Valença, a paisagem sem urbanização em nada se parece com o local de hoje, onde se identifica a luz ainda fraca e azulada do amanhecer. O quadro pertence ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

No Museu Costa Pinto, encontra-se outro trabalho do final da década de 1910/1920: Ladeira da Montanha e Antigo Teatro São João⁴ (Figura 2), de interesse histórico e iconográfico. Numa época em que a luz elétrica ainda não estava plenamente utilizada, aquela rua contou com iluminação a gás até por volta de 1923 (VALLADARES, 1980, p. 90). O lampião é visível no primeiro plano. No topo da ladeira vê-se a lateral do Teatro São João, situado na atual Praça Castro Alves, antes Largo do Teatro.



Figura 2 - Ladeira da Montanha e Antigo Teatro São João Valladares (1980), p. 90, figura 13⁵.

Fonte: Acervo do Museu Carlos Costa Pinto

³ VALLADARES (1980), p. 86-87, figura.52, disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

⁴ Ibid, p. 90-91, figura 13, idem

⁵ Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

Inaugurado em 13 de maio de 1812, no aniversário de D. João VI⁶, o teatro foi uma das primeiras casas de ópera do Brasil, infelizmente destruído por um incêndio em 1923. Posteriormente ali se construiu um prédio que abrigou secretarias de Estado até a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), quando foi transformado no atual Palácio dos Esportes. Na época em que a tela foi pintada, em 1918, ainda não existia o paredão do contraforte que veio a ser edificado na conclusão da Praça Castro Alves. O teatro estava no auge. Percebe-se o colorido rosa, característico dos edifícios imperiais, também muito utilizado na Itália, o país da ópera.

Por volta de 1913, Valença começou a pintar ao ar livre na orla e na periferia de Salvador, na companhia de Presciliano Silva, que acabara de regressar de seu segundo período de estudo na Europa e, segundo Manoel Lopes Rodrigues, estava impregnado de impressionismo ou pós-impressionismo (VALLADARES, 1980, p. 27). Presciliano contribuiu para Alberto captar e desenvolver com acuidade as sutilezas do movimento artístico que emergira por volta da segunda metade do século XIX, na Europa. Surge o impressionismo, quando a pintura passa a reproduzir a sensação do autor através de uma combinação de luzes e cores, onde os detalhes seriam absorvidos, não ditos.

Um dos trabalhos de Valença dessa época é a tela *Trapiche e Barcos*⁷ (Figura 3), pertencente ao acervo do Museu Costa Pinto, de caráter iconográfico, datada de 1914 ou 1917. O cenário representado é, hoje, um trecho da Avenida de Contorno. Pelas sombras das figuras humanas no quadro, deduz-se que é manhã. No primeiro plano, há saveiros na areia com velas secando ao sol, colocadas como um toldo. Em perspectiva, vê-se o antigo Trapiche Adelaide com estacas aparentes na maré vazia.

⁶ Disponível em <http://www.bahia-turismo.com/salvador/teatros/sao-joao.htm>, acesso em 24 fev. 2019.

⁷ VALLADARES (1980), p. 80-81, figura 6, disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.



Figura 3 - Trapiche e Barcos
Fonte: Acervo do Museu Costa Pinto

Valença preferia sempre a luz do começo da manhã, no máximo até nove e meia ou aquela dos 45° do pôr do sol, a luz quase poente. Há várias marinhas refletindo o crepúsculo. Ele era tão rigoroso na representação da luz em um instante específico, que poderia demorar mais de um ano pintando um quadro, se percebesse que a atmosfera estava se alterando por força da mudança de estação, isto é, da direção ou da forma de incidência da luz solar. O filho lembra que o pai guardava o quadro inacabado e voltava ao local à mesma época, no ano seguinte, para continuar representando o efeito da luz daquele exato momento. Dizia que, nos trópicos, a luz era muito forte nas demais horas do dia, o que impedia a percepção dos diversos planos e das cores, pois sua incidência provocava um forte reflexo.

Embora Valença tenha começado a pintar na companhia de Presciliano, por volta de 1918 percebe-se que os dois artistas seguiam tendências diferentes. Enquanto Presciliano adota o método de meticulosa anotação local para uma refinada elaboração de ateliê, Valença assume para sempre a pintura direta, imediata, qualquer que fosse o motivo ou o objeto.

Quer na representação de paisagens e interiores, quer de figuras humanas, Presciliano e Lopes Rodrigues se caracterizam como pintores de ateliê, enquanto Valença notabiliza-se como um paisagista de ar livre, até mesmo quando pintava os místicos interiores dos conventos

(VALLADARES, 1980, p.64). Apenas enquanto retratista de modelos vivos, ele se tornava forçosamente um pintor de ateliê. O ato de pintar tinha de ser preferencialmente a partir da presença humana, daí não gostar de trabalhar copiando fotografias.

A Távola

O sociólogo e professor Admar Guimarães comentou que conheceu Alberto Valença em um bar, no Largo do Teatro, onde costumava se reunir o grupo A Távola (VALLADARES, 1980 p. 323), liderado por Carlos Chiacchio (1884-1947), do qual faziam parte Valença e Presciliano, pintores; Eugênio Gomes, jornalista; Aloísio de Carvalho Filho, jurista e político; Roberto Correia, poeta; o próprio Admar Guimarães, além de outras mentes brilhantes (MASCARENHAS, 1979). O topônimo Largo do Teatro, onde ficava o Teatro São João, perdeu-se, para dar lugar à denominação Praça Castro Alves.

Médico por formação, Carlos Chiacchio foi, também, escritor, ensaísta, jornalista e professor de Filosofia. Suas múltiplas e ecléticas funções poderiam ser resumidas na expressão animador cultural⁸. Assim, conseguia criar e organizar grupos de intelectuais para promover diferentes atividades, como exposição de obras de arte, publicação de livros e tabloides, além de concursos literários. O grupo A Távola introduziu o introspectivo Alberto Valença em um ambiente propício ao aprendizado e desenvolvimento coletivo, por meio da interação de profissionais e incentivadores tanto das artes plásticas quanto das letras.

A Távola era como se costumava chamar, de 1917 a 1927, uma mesa redonda de mármore próxima ao cineteatro Guarani, (hoje sala de cinema Itaú/Unibanco ou cine Glauber Rocha), no então Café Catapano, que depois daria lugar ao Bob Bar e, em seguida, ao Restaurante Cacique. Ali se reuniam todas as noites, nas palavras de Chiacchio, “um certo número de cavaleiros, e, vez em vez, a visita ilustre de alguém que valesse em qualquer feição de arte, ciência ou letras.” (MASCARENHAS, 1979, p. 78). Chiacchio acrescenta que, por dez anos, reuniram-se no local e “nos defrontávamos, a horas vagas de

⁸ Disponível em <http://blogdogutemberg.blogspot.com/2006/06/carlos-chiacchio.html>, acesso em 25 fev. 2019.

palestra, em torno dessa mesa de mármore, hoje, desaparecida, com o traspasse do Café Catapano a mãos outras que o rotularam de Bob Bar” (Ibid, p. 78). Provavelmente foi aí que o sociólogo Admar Guimarães conheceu Alberto Valença.

Para comemorar o centenário da libertação do domínio português ocorrido em 2 de julho de 1823, Presciliano organizou uma exposição coletiva, inaugurando a nova sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Dessa mostra de escultura, gravura, pintura e desenho, participaram Presciliano Silva, Alberto Valença, Oséias dos Santos, Pasquale De Chirico, Carlos Sepúlveda, Alfredo Araújo, Lourenço Conceição, Robespierre de Faria, Vieira de Campos, Pedro Ferreira, Álvaro de Barros, Raimundo Aguiar, Erotides Lopes. Em homenagem póstuma G. Conceição Foepfel e Manuel Lopes Rodrigues (VALLADARES, 1980, p. 28).

Em 1925 Valença ganhou um prêmio que constava de uma bolsa de estudos para se aperfeiçoar por um período de dois anos em Paris, onde frequentaria a prestigiada Academia Julian.

Na década de 1920, com todo vigor da sua trintena, produz inúmeras telas memoráveis de interesse histórico-iconográfico, principalmente as paisagens de Amaralina, Madre de Deus, Pituba, Armação, Boca do Rio, Fonte do Boi, no Rio Vermelho, e também da Península de Itapagipe, especificamente na Ribeira. As imagens têm aspecto bucólico e em nada se parecem com os locais da Salvador do século XXI, a exemplo de Amaralina⁹ e Reflexon’Água¹⁰, ambas do acervo do Museu Costa Pinto. Segundo Valladares (1980, p. 124), “Reflexo n’Água” identifica Valença com Charles François Daubigny (1817-1878), cuja obra tanto impressionaria o pintor no ano seguinte, ao longo da temporada francesa.

O topônimo Amaralina deriva de Amaral, nome do proprietário de uma casa de fazenda, que era localizada onde hoje é o quartel que tirou da população o visual do mar. No quadro “Amaralina”, ao lado da casa grande do Amaral, há uma igreja, ainda existente dentro do quartel.

⁹ VALLADARES (1980), p. 82-83, figura 7. Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

¹⁰ Ibid, p. 124-125, figura 32, Idem.

Assim, precisamente em 1925, de acordo com Valladares (1980, p. 28), Valença faz sua segunda exposição individual na Bahia, cujos temas incluem paisagens de valor iconográfico e interiores.

No Jornal A Tarde de 27 de junho de 1925, o jornalista Rafael Barbosa escreveu uma longa crônica intitulada O Lírico das Cores enaltecendo a beleza das telas expostas e o talento de Alberto Valença que é referido como um “asceta místico do sonho, que nem os desatinos de um grande e puro amor lhe conhecem íntimos” (BARBOSA, 1925, p. 3).

A crônica deixa claro que antes da temporada europeia, Alberto Valença já havia adquirido uma identidade diferenciada como paisagista, retratista e pintor de interiores, distinta de Lopes Rodrigues e Presciliano. Barbosa (1925, p. 3) compreendeu que ali estava um talento no trabalho ao ar livre, ao vivo, quando diz que “seu ateliê haveria de ser por muito tempo a natureza”.

Temporada Francesa

Valença chegou ao porto de Marselha em dezembro de 1925, de onde tomou o trem para Paris. Ao chegar à Cidade Luz em pleno inverno, sente nostalgia da luminosidade dos trópicos que, paradoxalmente, o impedia de trabalhar grande parte do dia. Encontra uma Paris cinzenta, com luzes acesas em pleno dia. E que dias, frios e curtos.

Paul Albert Laurens (1870-1934) e Jules Pages (1867-1946) foram seus preceptores na Academia Julian, mas ele tecia poucos comentários acerca dos orientadores franceses. Trabalhou mais tempo no ateliê de Émile Renard (1850-1930)¹¹, que o estimula a se fixar na França ou no Canadá, onde seu nome fora indicado a uma escola de pintura. O baiano, por sua vez, era muito apegado às raízes e à família para emigrar.

Seus verdadeiros mestres franceses não foram Pages ou Laurent, preceptores da Academia Julian, mas aqueles cujos trabalhos admiravam, com os quais estabelecia um diálogo recluso e solitário,

¹¹ Disponível em <http://www.universdesarts.com/biographie/4244/renard-emile.html>, acesso em 25 fev. 2019.

estudando, experimentando e vivenciando as obras, sem nunca tê-los encontrado pessoalmente. Valladares (1980, p. 51) aponta como seus mestres mais marcantes, Charles François Daubigny (1817-1878), Henry Joseph Hapignies (1810-1916) e mais remotamente Jean Baptiste Camille Corot (1796-1875).

A temporada parisiense é marcada pela série de retratos, dentre os quais se identifica- Retrato do Modelo com Bigodes¹², do acervo da Escola de Belas Artes da UFBA.

Depois de dois anos em Paris, a bolsa patrocinada pelo governo da Bahia já havia cumprido seu prazo. Valença resolve então se mudar para a pequena cidade de Concarneau, no extremo noroeste da Bretanha, na região chamada *Finistère*. Manteve-se na França por mais um ano por conta própria, vivendo unicamente da pintura. Algumas telas pintadas na Bretanha, também de caráter iconográfico, podem ser vistas no Museu Costa Pinto, no Museu de Arte da Bahia e no acervo da Escola de Belas Artes da UFBA.

Quando vivia em Concarneau, conheceu o pintor neozelandês Sydney Lough Thompson (Nova Zelândia 1877-1973)¹³, que naquela época morava no local. Passou a pintar na companhia dele. Há muitas semelhanças entre as obras dos dois artistas, que tinham a natureza como ateliê. Ambos compuseram poemas cujas palavras harmoniosamente rimadas eram as cores da natureza. Poemas cromáticos.

De volta ao Brasil

De volta ao Brasil, o pintor se dedicou a preparar uma exposição que ocorreria menos de dois meses depois, em dezembro do mesmo ano. Essamostra reuniu cerca de sessenta telas, sendo metade trazida da França e a outra feita em Salvador, anteriormente ou naquele curto intervalo de tempo entre a chegada e a exposição, que seria aberta em 7 de dezembro (VALLADARES, 1980, p. 29). Teve lugar na então Biblioteca Pública, na Praça Municipal, renomeada depois Praça Tomé de Souza.

¹² VALLADARES (1980), p. 96-97, figura 16. Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

¹³ Disponível em <https://teara.govt.nz/en/biographies/3t32/thompson-sydney-lough>, acesso em 25 fev. 2019.

Além de pintar, Valença passa a ensinar desenho no Ginásio da Bahia, hoje conhecido como Colégio Central.

Em 1931 Valença mudou-se para o Rio de Janeiro, tendo como primeira ocupação o ensino de desenho técnico, que hoje se chamaria desenho industrial, no Curso Freycinet. Por dois anos, a partir daí, passou a lecionar, também, Desenho, no curso ginásial do tradicional Instituto Lafayette (VALLADARES, 1980, p. 29).

No ano em que chegou ao Rio de Janeiro, o pintor baiano participou da Exposição da Associação dos Artistas Brasileiros, no Palace Hotel. O escritor Eugênio Gomes dedicou-lhe a crônica O Poeta e O Pintor no Jornal O Globo, comentando que o Rio de Janeiro acabara de ganhar um pintor admirável (GOMES, 1931, p. 7).

O período carioca é marcado pelos retratos. Dentre outros, datam dessa época o retrato do Visconde de Moraes, para o Banco Português, que vai acabar fora do Brasil; o famoso retrato de Ana Cerqueira Lima, que lhe rendeu o prêmio Medalha de Prata no Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1932, e depois Medalha de Ouro no I Salão Baiano de Belas Artes, em 1949; do Cardeal Dom Sebastião Leme, pertencente à Pinacoteca do SS Sacramento Candelária; e o do pintor Francisco Manna, disponível no acervo do Museu de Arte da Bahia.

Evidentemente Valença fora bem sucedido no Rio de Janeiro. Expunha na seletíssima galeria Georges Petit, ensinava desenho no Curso Freycinet e no tradicional Instituto Lafayette, pintava retratos de pessoas influentes e já havia ganhado prêmios importantes, mas o apego às raízes era muito forte para permanecer no Rio de Janeiro. Assim, em 1933, aos 43 anos de idade, ainda solteiro, retorna a Salvador, para nunca mais se afastar do Estado natal.

Professor da Escola de Belas Artes da Bahia

Logo que chegou, foi convidado por Nivaldo Allioni, então diretor da Escola de Belas Artes do Estado da Bahia (EBA), para assumir a cadeira de Desenho de Modelo Vivo. Também reassumiu o cargo de professor de Desenho, no Ginásio da Bahia, que exerceu até a década de 1940.

Em 1936 Valença integra o grupo fundador de Ala das Letras e das Artes, movimento liderado por Carlos Chiacchio. A história de Ala das Letras e das Artes, como foi dito, começara quase dez anos antes de sua fundação, a partir da Távola, quando uma turma de jovens intelectuais costumava se reunir em torno de uma mesa de mármore redonda, no então Café Catapano.

No jornal O Imparcial, Chiacchio sustentou uma secção denominada Ala das Letras e das Artes, a partir da qual organizou os chamados Salões de Ala, reunindo, além de Valença, Presciliano Silva, Emídio Magalhães, Mendonça Filho, Jayme Hora, Raimundo Aguiar, e Oséas Santos. Anos depois reuniria também os primeiros modernistas: Mario Cravo Junior, Carlos Bastos, Genaro de Carvalho e outros.

Em 1938 Valença expôs dezenove trabalhos, paisagens, marinhas e interiores, no II Salão de ALA, que teria lugar na Pinacoteca da Escola de Belas Artes na abertura da Festa da Primavera. Ao anunciar a exposição, o jornal O Imparcial, de 22 de agosto de , publicou com destaque a foto do quadro de Valença, Sob as Árvores de Itapagipe (PÁGINA de Ala, 1938 p. 4), depois renomeado Portão da Penha¹⁴, sobre o qual Chiacchio (1937) escrevera, no ano anterior, no jornal A Tarde: “Trecho de muro da Penha, a cujas sombras se abrigam, sob as árvores, descuidados passantes. Ali se apazigua o verde muito bonito, muito acolhedor, muito amigo dos olhos e da alma”. Ressalta-se que as telas representando a Península de Itapagipe são todas de caráter histórico-iconográfico. Nelas, visualizam-se traços de monumentos existentes ainda hoje, a exemplo da torre da igreja da Penha, em meio à representação de paisagens, cenas e costumes do bairro da Ribeira das décadas de 1930 e 1940.

Enquanto professor da Escola de Belas Artes, Valença se encantou com a aluna Lectícia Machado, com quem se casou em 27 de dezembro de 1938. Em 21 de dezembro do ano seguinte, em 1939, nasceria Antônio Alberto, filho único do casal.

Logo depois, Alberto Valença é nomeado conservador do Museu do Estado, função que exerceria até se aposentar, compulsoriamente, aos 70 anos.

¹⁴ VALLADARES (1980), p. 206-207, figura 87. Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

O período de epifania de Alberto Valença, quando tudo parecia se harmonizar, sofre um abalo irreparável. A esposa Leticia contraiu uma enfermidade na época diagnosticada como hepatite. Depois de uma crise, com paralisação das funções renais, faleceu em 26 de junho de 1944 na própria casa, no bairro de Nazaré. Alberto Valença ficou muito deprimido. A felicidade conjugal havia durado apenas cinco anos e meio. Passou a usar luto fechado por pelo menos três anos. Quando falava da companheira, subiam-lhe as lágrimas, o que passaria a ocorrer ao longo de sua vida daí em diante, com reflexos também na arte. Voltou a morar na casa da mãe, juntamente com a irmã e os irmãos, todos solteiros. Com duas alianças no dedo anular, o viúvo nunca superou a dor pela perda da esposa. A vida continuava, a arte continuava, mas o temperamento melancólico e introvertido não o ajudava a superar a dolorosa perda. Anos depois, por um curto período, manteve um relacionamento com dona Joana Amélia de Jesus, que lhe deu uma filha, Maria Amélia Valença.

Como seu senso estético-espacial não se limitava às telas, foi convidado para trabalhar no plano de urbanização da cidade do Salvador.

Mário Leal Ferreira, que era sanitarista e engenheiro ferroviário do Rio de Janeiro, havia vencido a concorrência para a realização do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, quando chamou Diógenes Rebouças para, juntamente com ele, coordenar o projeto. Surgiu assim, o EPUCS - Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador, na virada de 1942 para 1943. O escritório funcionou no terceiro andar do então majestoso sobrado azulejado da Praça Cairu, no Comércio, e teve um papel fundamental na consolidação do urbanismo (Plano EPUCS) e da arquitetura moderna na Bahia (GROPPER, 2014, p. 103). Embora o Plano não tenha sido plenamente executado, foi daí que surgiu o projeto das avenidas de vale de Salvador. Além do levantamento aerofotogramétrico da zona urbana de Salvador e de um conjunto de pesquisas históricas visando construir a “enciclopédia urbanística da Cidade do Salvador”, o EPUCS realizou pesquisas sobre vários temas relacionados à iniciativa. Assim, em 1945, Valença foi convidado para atuar com consultor da entidade, na área de estética urbana. Nessa atividade, desenvolveu uma série de trabalhos de caráter iconográfico. O desenho intitulado Convento do Carmo, Ordem Terceira e Baixa dos

Sapateiros¹⁵(Figura 4) foi tão apreciado que acabou sendo levado ao Salão de Belas Artes de 1949. Tem a singularidade de ser o primeiro documento iconográfico que abrange todo o Convento do Carmo na sua exata topografia, tendo em primeiro plano à Rua JJ Seabra, mais conhecida como Baixa dos Sapateiros.



Figura 4 – Convento do Carmo, Ordem Terceira e Baixa dos Sapateiros¹⁶.

Fonte: Valladares (1980), p. 165, figura 63

Em uma transversal da Baixa dos Sapateiros, na antiga Rua do Tijolo (atual Rua 28 de Setembro), situa-se o solar Jonathas Abott, onde funcionava a Escola de Belas Artes (EBA), e que hoje abriga a sede do IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. A partir dali, Valença pôde exercitar plenamente o estilo pintor janeiro, tendo como tema o rico ambiente barroco. Trabalhou por quase três décadas como mestre de várias gerações de artistas. Um deles, Juarez Paraíso, lembra que o via pintando, frequentemente, “de dentro para fora” (VALLADARES, 1980, p. 348). Ressalta que havia uma área vizinha à Escola que ele sempre pintava. Era a vista extraordinária da Igreja de Santana e do Desterro.

¹⁵ VALLADARES (1980), p. 164-165, figura 63. Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

¹⁶ Disponível em <http://pintoralbertovalenca.blogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.

A tela Igreja de Santana e Casario¹⁷, pertencente ao acervado Museu de Arte da Bahia, por exemplo, foi pintada em 1949, da janela da Escola de Belas Artes.

Dentre os destacados estudantes, Valença tinha grande admiração pelo talento de Juarez Paraíso, que ingressou na EBA em 1950. Foi seu aluno, depois assistente, em seguida, como professor regente em Desenho Artístico e Modelo Vivo.

Paraíso (1991, p. 16) reconhece que Valença não foi um inventor de formas, embora seduzido pela abstração da cor e da luz. Foi um excepcional pintor sensitivo e apaixonado intérprete da natureza: “Nas suas pinturas predomina a suavidade da matéria pictórica dos impressionistas, certa inconsistência formal, onde a luz morna e lânguida comunica um tocante sentimento de nostalgia”.

Como professor por quase trinta anos, Valença contribuiu para a formação de vários artistas que aderiram a estilos vanguardistas. Embora não tenha aderido às vanguardas, o mestre **não** criava barreiras à capacidade criativa e inovadora dos alunos que viriam a se tornar autores modernistas. Valença **não quis se tornar mais um** pintor moderno. Preferiu continuar sendo um solitário pintor de *pleinair*. Se tivesse seguido as vanguardas, provavelmente seria mais um, e sua pintura não teria o caráter iconográfico.

Da sua casa na Rua Tuiuti, bairro dos Aflitos, pôde se exercitar também como pintor janeleiro. A pinacoteca da Escola de Belas Artes conta com um quadro feito da janela do seu quarto, intitulado Casario¹⁸, datado de 1950, divisando a Rua Gabriel Soares e fundos da Rua dos Democratas. Nesse trabalho, segundo Valladares (1980, p. 166), excepcionalmente, ele foge do princípio de pintar apenas o que vê e acrescenta alguns elementos imaginários, mas perfeitamente possíveis na paisagem, como folhagens, vultos de passantes que não comprometem a harmonia nem o valor iconográfico da pintura.

O artista, como já foi dito anteriormente, e o retrato do educador Francisco Conceição Menezes¹⁹ é uma exceção. Apesar de ter sido

¹⁷ Ibid, p. 174-175, figura 69. Idem.

¹⁸ Ibid, p. 166-167, figura 65. Idem.

¹⁹ Ibid, p. 282-283, figura 125. Idem.

feito depois da morte do educador, portanto através de fotografia, Valença havia convivido com ele no Ginásio da Bahia, onde Menezes fora diretor, e na Escola de Belas Artes, onde o retratado havia sido professor.

Valladares (1980, p. 282) chama a representação do educador de “retrato memorizado” partira de uma pequena fotografia de amator tomada pouco antes do falecimento de Conceição Menezes, em 1961. Primeiramente lhe mostraram retratos “chapados” que não o satisfizeram. Acabou utilizando uma foto colorida minúscula, visualizada através de um pequeno monóculo de plástico, que, apesar da precariedade, tinha uma perspectiva tridimensional. O surpreendente trabalho, feito com muito esforço aos 72 anos de idade, encontra-se na galeria do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), onde o retratado foi secretário perpétuo.

O ano de 1960 foi um ponto de inflexão na vida de Valença. Ao completar 70 anos, foi compulsoriamente aposentado da Escola de Belas Artes e da função de conservador do Museu do Estado da Bahia.

No Convento do Carmo

A cidade crescia e o artista envelhecia. Começava a ficar difícil pintar ao ar livre. Como nunca teve ateliê em casa, começou a usar uma sala no Museu do Estado da Bahia, de guardar objetos, àquela época no Solar Góes Calmon, bairro de Nazaré, hoje sede da Academia de Letras da Bahia.

Como janeleiro, pintou Mirante e Torre do Desterro²⁰, datado de 1968, a partir do solar Góes Calmon. A casa de três pavimentos permitia que dela se visualizasse o mirante e a torre do Desterro sob a perspectiva representada no quadro, o qual pertence ao acervo Museu de Arte da Bahia, hoje no Corredor da Vitória.

Quando o Museu foi temporariamente transferido para Convento do Carmo, o pintor aceitou o convite dos frades carmelitas para utilizar uma cela vazia, próxima a uma das portas de entrada do majestoso monumento do século XVII.

²⁰ Ibid, p. 180-181, figura 72. Idem.

Assim, aos setenta anos, aposentado, redescobriu o Convento do Carmo, quase desabitado. Local ideal para a derradeira série de pinturas. Lá reencontra o sossego. Sente-se mais protegido dos moleques de rua e depraia, que o perturbavam quando tentava abrir seu tripé e caixa de pintura.

Para o pintor janeleiro, a partir do Convento descortinavam-se diferentes cenários da Bahia barroca. Os bairros de Santo Antônio e do Pelourinho, o Convento do Desterro, a igreja do Senhor dos Passos. Em Santo Antônio Além do Carmo, o artista estava cercado de torres, sinos, misticismo e história. Não se sabe quantos quadros teria pintado no Carmo, mas a perda da acuidade visual cada dia lhe turvava a paisagem e o domínio da paleta.

Em 1970, organiza-se uma grande exposição retrospectiva da obra de Alberto Valença no Museu de Arte Sacra da Bahia, Convento de Santa Teresa, comemorando os oitenta anos do pintor, coordenada pelo Conselho Estadual de Cultura em cooperação com a Universidade Federal da Bahia.

O catálogo da exposição de 1970 é uma peça literária, escrita pelo poeta Godofredo Filho (Feira de Santana 1912 - Salvador 1992), que também fazia parte do Grupo Ala das Letras e das Artes. Godofredo lembra que Valença seria “o último dos sobreviventes, realmente notável, de certa arte baiana já em flagrante desacordo com as inquietações do presente” (GODOFREDO FILHO, 1970, p.11). Provavelmente era o único representante da Escola Baiana de Pintura ainda vivo àquela época.

Nos anos 1970 a cidade, que raramente era chamada pelo nome de Salvador, passaria por grandes transformações. O poeta destaca a perenidade da obra do artista, por fixar amorosamente “uma Bahia cuja pureza plástica ia se perdendo” (GODOFREDO FILHO, 1970, p. 14), observando que era essencial reclamar o lugar que realmente deveria ocupar entre os melhores artistas brasileiros de sua geração e entre os maiores da Bahia, no século XX.

Godofredo Filho (1970, p.14) observa que na longa vida totalmente dedicada à arte, Valença se autoflagela para chegar a uma perfeição formal inatingível, mas constata que o artista não havia se

torturado em vão pelo ideal, tantas vezes atingido. Ressalta que na obra de Valença a cor não se submetia à forma e acrescenta: “São formas e cores que, de modo algum, aprisionam o estático, e só procuram surpreender o que há de fugitivo e efêmero a escapar-se do dado espacial puro” (GODOFREDO FILHO, 1970, p. 11-12).

Embora a exposição retrospectiva tenha sido um momento de alegria, aos oitenta anos a visão o impedia de continuar atingindo aquele ideal cantado pelo poeta, Ainda assim, em 1971, faz um retrato a carvão de Godofredo Filho.

Cansado e acometido por problemas de saúde, em 1973 fechou sua caixa de tintas e pincéis. Os últimos anos de vida foram marcados pela decadência física, pelas limitações da visão e locomoção, sem perda de lucidez. Sobre ele o tempo abateu a mão pesada. Era o preço da longevidade. O solitário pintor de *pleinair* faleceu em 21 de agosto de 1983, aos 93 anos.

Valença se recusou a aderir às vanguardas europeias ou brasileiras. Pintava aquilo que via e sentia, sem nunca abrir mão da estética. Tal atitude o impediu de caricaturar-se. Pintava um mundo ideal, sereno e doce, preservado das durezas que enfrentou na vida, concentrado na infinita felicidade de instantes, na miragem de um efêmero nirvana, de um efêmero raio de luz. Sentiu, muitas vezes, a plenitude, ao concluir uma obra prima. Privilégio de poucos. Não quis aderir aos movimentos vanguardistas, porque, intimamente, por eles não se sentia atraído. Manter-se um solitário pintor de *pleinair*, sem se deixar levar pelas ondas, sem deglutir vanguardas, pode ser encarado como um genuíno gesto de rebeldia.

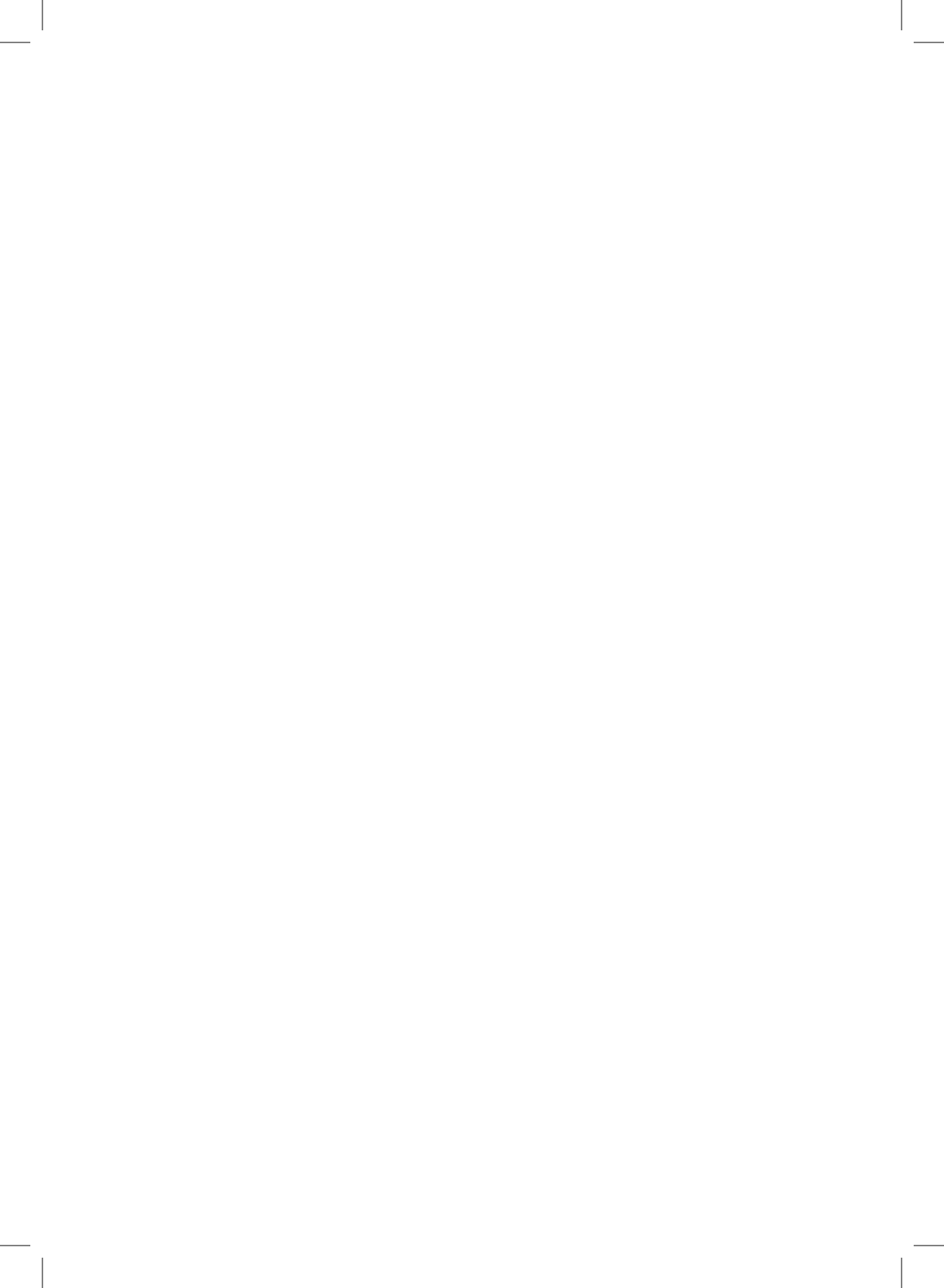
A coletânea de poemas cromáticos de autoria de Alberto Valença é também um testemunho iconográfico da cidade do Salvador e arredores da primeira década do século XX até o início dos anos 1970. Foi considerado um pioneiro na interpretação iconográfica da Bahia. Sua pintura pode ser de grande valor para arquitetos urbanistas, porque dá uma nova dimensão e qualidade ao conjunto urbano que existiu ou deverá existir.

Referências

- PÁGINA DE ALA. **O Imparcial** de 22 de agosto de 1938, p.4.
- BARBOSA, Rafael. O Lírico das Cores. **A Tarde**, Salvador, 27 de junho de 1925, p. 3.
- CHIACCHIO, Carlos. Alberto Valença, o Maior Paisagista Baiano. **A Tarde**, Salvador. Rodapé Homens & Obras, 7 de abril de 1937.
- CHIACCHIO, Carlos. O Homem & Obras. **A Tarde**, Salvador, 28 de outubro de 1938, p. 4.
- GODOFREDO FILHO. **Catálogo da Exposição Retrospectiva da pintura de Alberto Valença**. Universidade Federal da Bahia, 1970.
- GOMES, Eugênio. O Poeta e o Pintor. **O Globo** supl. O Globo nas Letras, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1931, p. 7.
- GROPPER, Symona. **Diógenes Rebouças: o arquiteto da Bahia**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2014, Coleção Gente da Bahia v.44.
- MASCARENHAS, Dulce. **Carlos Chiacchio: Homem & Obras**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1979.
- PARAÍSO, Juez. **Exposição comemorativa do centenário de Alberto Valença: o poeta da cor**. Universidade Federal da Bahia. 1991, p. 12.
- VALLADARES, Clarival do Prado. **Alberto Valença: Um Estudo Biográfico e Crítico**. Salvador, Bahia: Construtora Norberto Odebrecht SA, 1980.

Sites Consultados

- <http://pintoralbertoalencablogspot.com/>, acesso em 26 fev. 2019.
- <https://cparq.ufba.br/americo-furtado-de-simas>, acesso em 23 fev. 2019.
- <http://pintoralbertoalencablogspot.com/p/acer.html>, acesso em 26 fev. 2019.
- <http://www.bahia-turismo.com/salvador/teatros/sao-joao.htm>, acesso em 24 fev. 2019.
- <http://blogdogutemberg.blogspot.com/2006/06/carlos-chiacchio.html>, acesso em 25 fev. 2019.
- https://en.wikipedia.org/wiki/Paul_Albert_Laurens, acesso em 25 fev. 2019.
- https://en.wikipedia.org/wiki/Jules_Eugene_Pages, acesso em 25 fev. 2019.
- <http://www.universdesarts.com/biographie/4244/renard-emile.html>, acesso em 25 fev. 2019.
- <https://teara.govt.nz/en/biographies/3t32/thompson-sydney-lough>, acesso em 25 fev. 2019.



Uma utópica narrativa visual sobre a “Lisboa dos trópicos”

Cláudia Lima

Doutora em Comunicação, Cultura e Artes/
Universidade do Algarve/Pt
Mestre em Comunicação/ UFPE
Professora/UNEB

Resumo

Por meio da análise de fotografias dos acervos da Fundação Gregório de Matos e de Adenor Gondim, foi possível produzir uma síntese do processo de construção imagética de Salvador. As panorâmicas do final do século XIX foram substituídas por imagens dos novos traçados e equipamentos urbanos. Somente na década de 40 do século XX os fotógrafos modernistas reverteram a ordem vigente e permitiram o surgimento de uma nova estética que influenciou a desconstrução das narrativas hegemônicas do poder e na reelaboração de uma nova concepção não linear. Tais elementos são as bases de um banco de imagens memorigráfico sobre a cidade que auxilia na produção da narrativa da história dos indivíduos e de pertencimento a um determinado tempo e espaço. Contudo, essa produção fez também nascer nos trópicos uma imagem utópica e mitificadade Salvador frente a um cenário de resistência, diferenças sociais e étnicas marcantes.

Palavras-chave: Narrativas Visuais; Salvador; Utopia

Abstract

Through the analysis of photographs of the collections of the Gregório de Matos Foundation and Adenor Gondim, it was possible to produce a synthesis of Salvador's image-building process. The late nineteenth century panoramas were replaced by images of the new urban layout and equipment. It was only in the 1940s that modernist photographers reversed the existing order and allowed the emergence of a new aesthetic that influenced the deconstruction of the hegemonic narratives of power and the re-elaboration of a new non-linear conception. These elements are the bases of a bank of memorial images about the

city that help in the production of the narrative of the history of the individuals and of belonging to a determined time and space. However, this production also created a utopian and mythical image of Salvador in the tropics, facing a scenario of resistance, marked social and ethnic differences.

Keywords: *Visual-Narratives; Salvador; Utopia*

No começo do mundo, um majestoso pássaro de plumas brancas saiu do centro do Universo à procura de um paraíso para pousar, quando, já cansado de voar por dias e noites, avistou o local pelo qual ansiava, onde caiu exausto e morreu. No local onde seu coração bateu pela última vez, abriu-se uma profunda depressão que as águas do mar invadiram; já suas longas asas transformaram-se em praias. Dando origem à mítica região do Recôncavo Baiano, berço da Bahia e do Brasil.

Paralela a essa lenda indígena relatada por Pinto (1958), a história dos primórdios da grande narrativa brasileira começa no Recôncavo Baiano, mais especificamente nas águas do Rio Paraguaçu, em cujas margens habitava a tribo canibal Tubinambá. Ali vivia a índia Guaibimpará (mar grande), filha do cacique Taparica, batizada em 30 de julho de 1528, em Saint-Malo/França, como Catarina Álvares Paraguaçu (1495-1583). Ela casou-se oficialmente com o náufrago português Diogo Álvares Correia, conhecido como Caramuru (filho do fogo ou do trovão, ou ainda peixe moreia). Os dois formaram a primeira família cristã documentada do país, dando início ao grande empreendimento de colonização em terras brasileiras, estabelecendo como marca uma mistura de elementos étnicos e culturais.

Esse empreendimento teve como sede a cidade de Salvador, que foi taticamente instalada no topo de uma colina (como uma acrópole) e voltada para a Baía de Todos os Santos. Nela a paisagem distingue-se em dois planos, a da cidade alta, projetada para abrigar as construções com funções administrativas e residenciais, e a da cidade baixa marcada pelo porto e o comércio à beira mar. Seu conjunto urbanístico e arquitetônico do centro histórico representa um marco do sistema de urbanização português, formado por edifícios monumentais da arquitetura dos séculos XVI ao XIX, decorados ricamente em estilo lusitano: azulejados e marcados por alguns traços do estilo rococó do século XVIII.

Mesmo com a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, a cidade dos soteropolitanos, manteve sua importância

reforçada pela abertura dos portos em 1808. Sua relação comercial e cultural com a costa ocidental da África foi alimentada pelo tráfico cruel e desumano de escravos provenientes de nações negras, em troca, principalmente, de cacau, fumo e cachaça. No século XVII, em função das lutas contra os holandeses, Salvador foi restituída pelos portugueses e posteriormente reconstruída, tornando-se uma espécie de réplica de Lisboa, representando o triunfo do povo lusitano no novo mundo.

Tomando como exemplo Paris e outras grandes cidades que acompanharam o processo de modernização implantada pela burguesia em anseio aos progressos capitalistas, Salvador promoveu um redesenho de sua estrutura urbana. Advinda da evolução das técnicas, em especial da luz elétrica, das tomadas de decisões políticas e dos interesses privados do início do século XX, a remodelação ocorreu sem um adequado planejamento, desconsiderando os patrimônios históricos e humanísticos e as demandas das populações mais carentes.

Em uma outra reviravolta na paisagem histórica, sobretudo quando perdeu importância para as novas áreas de expansão urbana, deixando de ser o local de atenção do poder público e de interesse da aristocracia, a partir de 1960, o centro antigo, mesmo tendo sido tombado como patrimônio brasileiro e inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Mundiais para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre 1938 e 1945, sofreu uma progressiva degradação da área. Como resultado, os imóveis ficaram em ruínas; uma parte da população pobre ocupou vários prédios abandonados e a outra foi removida para periferias e encostas dos morros a residirem em habitações precariamente auto-construídas (favelas). Entretanto, a partir dos anos 90, o centro histórico foi aos poucos retomando sua relevância e passou a adquirir novas propostas paisagísticas e urbanas, ancorando-se especialmente no estímulo ao turismo.

Por possuir uma impressionante beleza natural, cultural e arquitetônica, Salvador tornou-se o segundo destino turístico mais procurado no Brasil. Entretanto, como qualquer outra grande metrópole brasileira, a cidade sofre com o crescimento desordenado, a desigualdade social, com o turismo sexual, o desemprego, a violência e problemas ambientais. Apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2016) como o quarto município mais populoso do Brasil,

seus contrastes são revelados em seu IDH, pois é um pouco maior que o do Brasil, onde há bairros ou regiões com níveis equivalentes aos da Europa, com residências de perfis luxuosos, ou abaixo dos da África, onde uma parcela considerável dos cerca de três milhões de habitantes vivem concentrados em aglomerados subnormais, com situações de insalubridade similares às vivenciadas no século XVI, e com índices de violência que tornam Salvador a oitava capital mais violenta do país e a 17ª entre as cidades do mundo. Em consequência desse desequilíbrio, é visível a construção de uma paisagem urbana com dois perfis diametralmente opostos, que de um projeto de uma Lisboa nos Trópicos transformou-se numa caótica rede urbana com falhas em suas tramas.

Apesar de tamanha importância histórica, política e econômica, é desconhecida a data da primeira imagem daguerreotipada de Salvador, que, segundo a pesquisadora Sampaio (in ALVES, 2006, p.13), poderia ter sido a primeira do Brasil, porque, segundo ela, o abade Louis Compte, em 1840, estava munido do aparelho de daguerreótipo, quando aportou à bordo do navio escola *L'Orientale*, em Salvador, antes de seguir para o Rio de Janeiro, na histórica volta ao mundo com objetivos de registrar fotograficamente as paisagens. A fotografia havia aberto um processo de grandes revoluções no universo artístico, cultural, intelectual e, ao chegar ao Brasil, depois de cinco meses de sua apresentação em Paris, fez implodir a noção de tempo e espaço no imaginário popular, devendo ter como principal motivo o registro das mudanças nas paisagens que ocorriam rapidamente nas cidades que se modernizavam.

Oficialmente, no ano de 1849, chegaram a Salvador os primeiros daguerreótipos, manuseados por diversos tipos de fotógrafos. Além dos brasileiros, os estrangeiros fixados eram especializados, em sua grande maioria, em retratos; já os viajantes estrangeiros não fixados faziam imagens documentais. Com isso, foi realizada uma abundância de fotografias, que dava ênfase aos retratos de indivíduos ou de famílias abastadas; reprodução da natureza, incluindo paisagens para fins turísticos ou documentais, como o panorama realizado por Benjamim Mulock, que veio ao Brasil na década de 1860 a serviço de uma companhia inglesa de construção de estradas de ferro e, por fim, encomendas de registros de eventos para consumo interno ou cenas históricas.

A respeito dos registros fotográficos de Salvador, há uma extensiva base bibliográfica e iconográfica nos acervos públicos do Museu Tempostal, da Fundação Gregório de Matos (FGM), da Subgerência de Documentação e Memória (SUDOM) ligada ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) do Governo do Estado da Bahia, da Fundação Instituto Feminino da Bahia, além de acervos particulares e de imagens disponibilizadas na internet. Para atender a questões apontadas neste artigo, excerto de tese doutoral da pesquisadora, foram selecionadas oito fotografias de períodos e autores distintos, encontradas nos arquivos da Fundação Gregório de Matos (FGM) e outras dez fotografias de Adenor Gondim (em fotomontagem), sendo em algumas adotado o recorte metodológico de fragmentação (mosaico) de pequenas peças (elementos), buscando, por exemplo, o tempo narrativo, o ponto de vista do fotógrafo, a percepção e a subjetividade extraídas da imagem.

Dos diversos cartões-postais ou carte de visite, dois chamam a atenção pelo caráter de definição de uma imagem que se construiu da cidade por meio da fotografia e não se localizam no hemisfério central da Salvador alta e baixa, como era a prática. Essa referência geográfica se refletiu também na história da arte no Brasil que só acontecia nos centros e dependia desses como geradores de informação e divulgação da produção artística. O primeiro é uma carte de visite (foto 1) que adota a técnica de pintura a mão do Rio Vermelho e destaca a figura de uma mulher branca, cujos cabelos longos e escuros estão enfeitados com flores. Ela lança ao observador/fotógrafo um olhar sensual oblíquo de baixo para cima, em leve inclinação para a esquerda, e aparece de braços desnudos repousados sobre uma imagem em fotomontagem em um plano aberto da praia com casario e vegetação ao fundo, onde há embarcações no mar e diversas pessoas vestidas na praia e nos barcos.



Foto 1: Carte de visite Rio Vermelho
Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM, RBC-1232

Nessa *carte*, pela ênfase dada à figura da mulher em plano médio, ressalta-se a identificação de Salvador com o gênero feminino, ademais, por sua postura e do contorno da foto pintada com um efeito decorativo natalino, percebe-se uma nítida conotação da cidade como produto de consumo e de convite aos homens. Isso expõe os primórdios da metáfora do corpoda mulher baiana em simbiose com a cidade e de seu turismo com o erotismo. Essa representação sutil difere, e muito, do que se tornaram os cartões postais da década de 80 e, posteriormente, os produtos publicitários de turismo que relacionam a corporalidade do baiano em um clichê que extrai a dignidade nas construções imaginárias de sua identificação e coloca em evidência um produto de sexo exposto à venda, perpetuado até hoje.

A segunda (foto 2) é um cartão postal em plano aberto da Praia da Boa Viagem, de 15/05/1906, em que do lado direito veem-se casario e uma igreja em estilo colonial e ao centro, em perspectiva linear, a via férrea conduz até o mar. Sete postes, supostamente de iluminação pública, erguem-se em linha vertical, assim como cinco coqueiros abrem seus galhos; preenchendo parte do céu, em uma mensagem premonitória de que a cidade se expandirá vertiginosamente.



Foto 2: Cartão postal Praia da Boa Viagem
Arq. His. Mun. Salvador/FGM RBC-0964

Cerca de cinco pessoas localizadas nos planos de fundo e central misturam-se diminuídas na paisagem, e delas um homem e duas mulheres carregam objetos na cabeça, costume do tempo da escravidão, em que os negros eram tratados como animais de carga e obrigados a carregar todos os tipos de mercadorias e produtos para os seus senhores. A descrição feita pelo emissor Alfonso, que caracteriza Salvador como “acanhada, escura e de ruas estreitas”, provoca um certo estranhamento, pois, dadas as devidas proporções do tempo histórico e de impressão individual que cada cidade causa nas pessoas, e de como se modificam em cada época, tal relato difere e muito da imagem sobre esta cantada, narrada, pintada e fotografada por diversos artistas e intelectuais. De maneira especial, Mulock (apud WANDERLEY, 2017) registrou Salvador, deixando sua impressão nas suas imagens e na seguinte frase: “nunca vi um lugar que me agradasse tanto à primeira vista. A cidade alonga-se pela Baía, de forma crescente. A orla é alta e as casas erguem-se umas sobre as outras, misturando-se com a vegetação dominada por bananeiras e coqueiros, tudo tão verde”. Já Charles Darwin, durante sua passagem em 1836, observou em seu diário que os prédios, especialmente os edifícios religiosos, eram construídos em um estilo arquitetônico peculiar e um tanto fantástico, todos brancos lavados. Observou, também, que era um desafio tentar descrever o belo efeito do sol brilhante, com o céu azul, sobre os edifícios brancos envoltos pela vegetação. Por fim, relatou:

In the last walk I took, I stopped again and again to gaze on such beauties, & tried to fix for ever in my mind, an impression which at the time I knew must sooner or later fade away. The forms of the Orange tree, the Cocoa nut, the Palms, the Mango, the Banana, will remain clear & separate, but the thousand beauties which unite them all into one perfect scene, must perish: yet they will leave, like a tale heard in childhood, a picture full of indistinct, but most beautiful figures (DARWIN, 1986, p.417/8).

Tradução nossa:

Na última caminhada que fiz, parei de novo e de novo para contemplar tais belezas, e tentei conservar para , em minha mente, uma impressão que na época eu sabia que mais cedo ou mais tarde desapareceria. As formas da laranjeira, da castanha de cacau, das palmas, da manga, da banana permanecerão claras e separadas, mas as mil belezas que as unem em uma cena perfeita devem perecer; contudo, elas partem como um conto ouvido na infância, um quadro cheio de figuras indistintas, mas as mais bonitas (DARWIN, 1986, p.417/8).



Foto 3: Cartão Postal Ladeira da Barra
Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM RBC-0252



Foto 4: Caminho do Rio Vermelho, Mata Escura
Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM RBC-1236

Os primeiros registros fotográficos mantinham as características dos desenhos, gravuras e aquarelas da paisagem brasileira em panorâmicas ou planos abertos, com ênfase na paisagem. Nas fotos de retrato os artistas e pesquisadores representavam a ideia do outro conectadas com as ideologias eurocêntricas e positivistas, cujas marcas foram deixadas pelo período colonial. Na pesquisa realizada em 1935 para sua tese de doutorado, o sociólogo norte americano Donald Pierson verificou que, de um total de 1.511 fotografias catalogadas, 73,2% eram de pessoas brancas, 24,9% de mulatos e 7% de pretos, todos, em sua maioria, do gênero masculino (OLSZWESKI FILHA, 1989, p.63). Assim como ocorrera em relação aos povos asiáticos do Pacífico e os africanos, alguns grupos, como negros e indígenas, eram frequentemente apresentados com a ideia de exótico e suas religiões politeístas relacionadas com um estranhamento demonizador presente no discurso das pregações judaico-cristãs. Decerto as explicações para tais constatações sejam encontradas nas palavras do pesquisador baiano Teixeira:

Assim, nós fomos pensados, projetados, imaginados, realizados para sermos um prolongamento europeu, para sermos um bairro de Lisboa transportado para os trópicos. Paralelamente a esta situação – por razões e circunstâncias – fomos também o principal porto de ingresso da grande diáspora africana para o novo

mundo. Então, éramos por fatalidades histórico-geomorfológicas o maior grupamento europeu fora da Europa e o maior agrupamento africano fora d África (TEIXEIRA, 1996, p.12).

O negro, desde o Romantismo até o século XIX, era representado como figura pitoresca, ou uma exposição de rostos desconhecidos para a História e, em muitas ocasiões, usado como representação do continente africano nas Américas. A fotografia dará continuidade a essa imagem das características exóticas da Bahia, não apresentando o negro com personalidade própria ou identificações individuais, mas genéricas, como crioulo ou trabalhador, especialmente quando o focava trabalhando como escravo e serviçal (fotos 5 e 6).



Foto 5: Instituto Agrícola, lavra da terra, Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM RBC-1448



Foto 6: Instituto Agrícola, fabricação de farinha Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM RBC-1454

Dentro dos estúdios, em trajes típicos ou nos retratos oficiais o negro foi também fotografado conforme lhe ensinaram, tomando como base os códigos da ideologia em vigor e deveria usar os mecanismos da classe dominante, trajando roupas emprestadas e adotando poses estereotipadas. A fotografia passou a ser usada como um instrumento de anseio à ascensão social, onde se demonstrava respeito e conformismo, mas sobretudo se exibia um esforço de promoção social para ostentar ingenuamente atributos do dominador. Desse modo, pode-se afirmar que a escravidão contra a população negra no Brasil e todas as suas consequências perduraram mais de 400 anos, ideologia que conviveu harmonicamente com o mundo civilizado, moderno e intelectualmente capacitado. A continuidade do pensamento ligado à visualidade clássica se dará até meados do século XX, e só será rompida com os movimentos estéticos realismo e modernismo, que irão produzir muitas vistas urbanas de forma expressiva e espiritual, servindo de matriz para a configuração de um novo repertório, onde a fotografia será um dos símbolos dessa modernidade. A sociedade dominante no Brasil, agrária e escravocrata, ainda cultuava padrões e valores estéticos arcaicos, puramente acadêmicos, já ultrapassados, que só seriam questionados e combatidos com a Semana de Arte Moderna de 1922.

O movimento antropofágico, que estava em comum compasso com a vanguarda modernista europeia e seguia um movimento de volta às origens primitivas em torno da busca da expressividade ingênua das artes tribais e de um retorno ao passado primitivo; deu início à criação utópica e transgressora de um novo e surpreendente mundo, cheio de deuses dependentes de manifestações da natureza e de inspiração nas vivências de volta a um passado ancestral, em que a mãe/mulher, como Catarina Paraguaçu, seria a responsável não por gerar um indivíduo, mas a nação, o chamado Matriarcado de Pindorama (ANDRADE, 2011, p.73). Pouco a pouco, membros da vanguarda intelectual e artística foram construindo um discurso da auto-representação da nação brasileira como síntese da mistura étnica, cujas representações foram assumindo novas ressignificações e perdendo gradativamente a carga de estranheza, a exemplo do samba, da capoeira e do candomblé, que outrora eram refutados e reprimidos e passaram a ser tratados como símbolos nacionais, apresentando esses elementos como sagrados, de forte relação nostálgica com o divino e passível de contemplação.

No final da década de 30 e início da década de 40, a produção artística modernista, influenciada notadamente pela literatura amadiana de inspiração surrealista, fez nascer nos trópicos uma imagem de cidade utópica e mitificada, motivo de inspiração para artistas de diversos países que viam nela a contingência de viverem uma eterna festa dionisíaca em um frutífero estado de sonho e embriaguez. Local para o qual muitos artistas europeus se dirigiram, no intuito de fugir da violência da Segunda Guerra Mundial e de produzirem com originalidade, distantes daquela paleta de cinza do velho mundo, que havia se ancorado em uma Europa moribunda, impregnada de preceitos racionais e possessivos. Eles buscavam em Salvador contato com objetos e elementos ritualísticos, desejando reviver aspectos que pareciam ter perdido, como: “expressividade intensa, clareza de estrutura e uma simplicidade linear na técnica” (GOMBRICHT, 1999, p.563), religando-se à fonte primordial da energia do homem, através das carências instintivas do corpo e do espírito. O que se viu, no entanto, na Bahia, é que, diferentemente da literatura, o processo de amadurecimento e absorção das linguagens modernas nas artes visuais foi mais lento e só chegou à capital com uma defasagem de mais de 20 anos.

A partir de meados da década de 1940, impulsionadas pelo acentuado crescimento urbano e econômico, bem como pela descoberta de petróleo na região do Recôncavo Baiano, ocorreram intensas modificações nas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Isso deu início a um novo processo de modernização na capital Salvador e no interior, um ambiente de dimensões arcaicas, o que foi encarado como um novo momento civilizatório, ou seja, “o recôncavo civiliza-se, no sentido de que se moderniza; por outro lado, entretanto, pelo mesmo motivo, ele se descaracteriza” (COSTA PINTO, 1958, p.176).



Foto 7: Tabuleiro da baiana de acarajé.

Foto: Voltaire Fraga. Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM Salvador/FGM PMS-3000.1



Foto 8: Parque 2 de Julho à noite – Campo Grande.

Foto: Voltaire Fraga. Arquivo Histórico Municipal de Salvador/FGM PMS-924.1

A temática desses registros girava em torno de um pacto sobre as questões locais e regionais, com ênfase no esquema pictórico que convocava um retorno às raízes culturais da identidade nordestina, valorizando a cultura popular e afrodescendente e recusando a universalidade. Tal postura de defesa às construções arquitetônicas remanescentes de um passado colonial era contraditória com relação ao pensamen-

to de libertação de uma estrutura escravagista, mas combinava com os preceitos de defesa de projetos arquitetônicos considerados bens materiais e históricos pelo Instituto do Patrimônio Humanístico e Artístico Nacional (IPHAN).

Seguindo esse compasso e influenciado pelas decisões estratégicas da UNESCO, de difundir programas e projetos ligados à documentação e à preservação de tradições em vias de extinção em um mundo pós-guerra, o Governo de Getúlio Vargas, durante as décadas de 40 e 50, investiu na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Com o intuito de desenvolver mecanismos para compreender a diversidade continental e na pressa de criar uma imagem do brasileiro sob bases de reconhecimento de si próprio enquanto nação, foi implantada uma política de documentação fotográfica de manifestações e eventos histórico-culturais, construídos e não cultivados que representavam a identidade do Brasil e, portanto, dariam forma à iconografia do país. Por esse motivo e para efetuar o registro obrigatório da carteira de trabalho e de certidão de identidade, nessa época muitos brasileiros tiveram a oportunidade de sair em fotos pela primeira vez, elevando os usos da fotografia, inclusive no interior, com a chegada de muitos fotógrafos munidos do ideal de cumprir tais propósitos.

É nesse instante que a fotografia, com o auxílio de revistas ilustradas com ênfase no fotojornalismo, como *O Cruzeiro e Realidade*, passou a colaborar na apresentação da identidade e, de modo particular, na construção de narrativas visuais da cultura brasileira em que se buscava o encontro com as raízes da nação, expandindo o mercado de trabalho às custas das verbas oficiais, cujo objetivo era recompor a sua paisagem memoriográfica. Atraídos por esse novo mundo que se abria, os franceses Marcel Gautherot, Jean Manzon e Pierre Verger aportaram em terras brasileiras com princípios editoriais vanguardistas e começaram a estimular a noção de foto ensaio relacionada à produção, distribuição e consagração de bens simbólicos. Esses fotógrafos estrangeiros, através de sequências narrativas de fotos articuladas com a informação e a beleza da imagem, descobriram uma nova visualidade do brasileiro e, a partir de um novo ângulo de visão, passaram a mostrar um país até então desconhecido do grande público. Nesse sentido, construiu-se a ideia de que o fotógrafo tinha o poder de enxergar mais.

Todo esse processo não pode, portanto, ser definido como uma auto-representação do brasileiro, uma vez que não foram as populações que, de maneira deliberada, se auto reconheceram nesses padrões de definição identitária, e sim um mecanismo articulado por meio de estratégias definidas e dotadas de diferentes olhares e discursos políticos, aos quais a fotografia se aliou. Por outro lado, tais ações trouxeram alguns benefícios para a reflexão sobre a realidade dessas populações, com maior relevância àquelas remotamente afastadas das discussões e dos benefícios sociais, políticos e econômicos. As manifestações culturais e religiosas, a vida, o cotidiano das populações pobres e a decadência da periferia antes não passavam de temas folclóricos, tratados nos livros e meios de comunicação, embasados em um discurso progressista e coronelista. Com a ação desses fotógrafos, rompeu-se a maneira de olhar para as cidades e suas populações. A maioria negra e pobre vivia à margem de uma sociedade marcada pela cultura oligárquica e ainda carregada dos preceitos do período colonial.

Muitas dessas imagens, que serviram de atributos visuais e de diagnósticos dos agrupamentos culturais e étnicos no Brasil, tiveram, inclusive, propósitos distintos dos quais lhes deram origem. Em alguns momentos foram usados como espelho ou anteparo para uma possível análise de autoafirmação ou refutação dos indivíduos agrupados em territórios regionais política e economicamente definidos. Em outros casos, alguns desses perfis encontrados, mais do que unir, serviram para fundar mais barreiras e divisões provocadas por discursos racistas e separatistas, alimentando não só divisões sociais, mas regionais e étnicas. Como exemplo, a oposição simbólica estabelecida entre o Sul futurístico, moderno, trabalhador e o Nordeste do passado, da tradição, do atraso e da preguiça.

Por manter um contexto territorializado voltado para a sua capital, Salvador e a extensão que envolve a região do Recôncavo, o Estado da Bahia iniciou um processo de autodefinição e busca identitária ligada à cultura afro-brasileira. Com isso, os processos de transmissão do conhecimento e de afirmação dessa identidade a partir da religiosidade dos afrodescendentes foi bastante explorada por pensadores e expoentes de diversas áreas, como Pierre Verger (2003), Roger Bastide e Agostinho da Silvadentre outros. Segundo Sansone, esses pesquisadores compar-

tilhavam de um mesmo ponto de vista em relação à importância da África e de uma nova forma de enxergá-la, cada um com ponto de vista particular. A corporalidade negra tornou-se um dos componentes ressaltados na nova identidade que se configurou como a cultura negra baiana.

Cultura afro-baiana é uma expressão que costuma aplicar-se a uma definição estreita da cultura, centrada em torno da prática e dos símbolos do sistema religioso afro-brasileiro. [...] Mas não se adaptaram e, na verdade, ainda não se adaptam a diversos subgrupos da população negra, que percebem essa célebre cultura afro-baiana como uma camisa-de-força (SANSONE, 2003, p.115).

Com isso, foi apenas no final dos anos 40 que começou a surgir uma narrativa visual dissociada da imagem produzida nos primórdios da fotografia, quando o registro do negro exaltava apenas seus atributos étnicos, principalmente físicos e, aos poucos, o baiano passou a ser apresentado como um indivíduo com identidade, fundando-se a imagem de uma população negra altiva, viril, empoderada, que falava de si com orgulho e beleza. Esta se identificava com o discurso de reconhecimento dos movimentos e das lutas negras, liderados pelos blocos afro e pela primeira geração de artistas e intelectuais modernistas. Dessa forma, a mudança de percepção para os ritos espirituais religiosos ajudou a construir uma visualidade sobre a capital soteropolitana, que expressa o inconsciente do mundo mítico e das novas ressignificações culturais com forte presença do divino. O clima de misticismo, que evocava o retorno às origens, foi um dos principais temas das imagens fotográficas de Salvador, nas quais o afrodescendente deixou de ser coadjuvante, para se tornar o principal elemento fotográfico. Essa atitude foi justificada por Vilém Flusser da seguinte forma: na “dominância do elemento negro e na recessividade dos demais na cidade, que se manifesta tão forte, poderosa e resistente a toda tentativa de dominação, que rompe com a cultura pseudo-histórica” (FLUSSER, 1998, p.134).

Essa dominância, além de se remeter ao caráter histórico pela luta de resistência, elaborada por HALL (1998), e pela sobrevivência étnica e cultural dos afrodescendentes, também se refere à quantidade de negros trazidos à força nos navios negreiros, conforme relatam dados

do livro *O Negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão*, de Luiz Vianna Filho (2008, p.152-163), cuja base de dados principal é a tese de Pierre Verger *Fluxo e Refluxo*, onde o autor relata que, no ano de 1775, havia na Bahia 18.338 negros, 4.324 pardos e 10.720 brancos de uma população total de 33.686 habitantes. Calcula-se em cinco mil por ano, de um total de um milhão e cem mil, o número de sequestrados da África para a Bahia, em quatro séculos. A cifra dessa diáspora é aproximada, pois não há dados precisos.

É apenas nos anos 60, que a segunda geração de artistas modernistas dá seus primeiros passos em direção ao contemporâneo, cuja intenção era divulgar uma expressão estética com características universais, a partir da internacionalização das técnicas e poéticas de vanguarda na produção pictórica baiana, a exemplo da arte conceitual, sobre a qual a obra passa a ser reflexiva. Esse grupo, liderado por Calazans Neto, Sante Scaldaferrri e Juarez Paraíso, propôs divulgar e promover o intercâmbio dos ideais propagados pelo concretismo, neoconcretismo e os primeiros sinais dos elementos tropicalistas, que estavam sendo gestados, sobretudo durante a realização das Bienais de Artes Plásticas da Bahia, cujo propósito era obter espaço, em cenário totalmente dominado pela primeira geração dos artistas modernistas. O grupo propunha também oportunizar o encontro com linguagens e artistas de outras regiões, além de provocar uma saída para a produção artística e intelectual centrada no eixo Rio-São Paulo. Entretanto, da mesma forma como ocorrera no Sul uma tentativa de impedir essa nova proposta artística de criar asas, o grupo encabeçado por Mário Cravo Jr., com apoio de outros artistas de sua geração, como Jorge Amado, alinhando-se à ideologia do prefeito Antônio Carlos Magalhães (ACM) e temeroso de perder o espaço do mercado das artes, promoveu ações para impedir o florescimento de uma cultura jovem e de vanguarda.

A partir desta aproximação, os primeiros modernos se constituem como uma espécie de nicho, tendo acesso direto aos canais de comunicação com o governo, sendo considerados como os representantes oficiais e legítimos dos artistas e intelectuais baianos, consolidando uma relação dialética de concessões e benesses, cuja síntese seria o estrangulamento dos canais de comunicação entre o Estado, os intelectuais e os artistas baianos que não pertenciam ao nicho (SILVA, 2010, p.54).

Nesse cenário, sob a sombra de uma política ditatorial e de impedimento à liberdade artística e cultural, a conjuntura da produção artística na Bahia continuou provinciana e defasada, mantendo fortes laços com a construção de uma imagem regionalista que se manteve tutelada pelo mercado estatal que, afinal, ajudou a legitimar o lugar da cultura política e social dominante e a exploração econômica. Por sua vez, a fotografia manteve uma insistência do olhar sobre a imagem de Salvador canonizada desde os princípios modernistas, principalmente chancelada pela visualidade criada pelo fotógrafo francês Pierre Verger.

A Tropicália foi outro momento marcante na cultura de Salvador ocorrido no final dos anos 60, que teve sua base na agregação das formas universais da modernidade e na construção da ideia de país pluridentitário, ligado a uma civilização contemporânea, cosmopolita e de massas. Esse grupo que se iniciou em 1967, formado pelos músicos Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Tom Zé, conseguiu sintetizar de forma intuitiva diferentes vertentes culturais e étnicas, apresentando o brasileiro, e mais especificamente o baiano, com uma identidade universal. Eles tanto eram contrários ao sistema repressor e conservador da direita e da ditadura no Brasil, quanto às posições tradicionais ou nacionalistas ligadas à esquerda. Contraditoriamente, mesmo propondo um discurso de manutenção de temática urbana e popular, o movimento tinha uma proposta de rompimento com movimentos anteriores, no uso de elementos transgressores em relação ao canônico. Por tudo isso, no seu início foram incompreendidos por grande parte da população brasileira.

Subsequente, na década de 70, inspirada nessas últimas gerações vanguardistas e sem abandonar os preceitos da primeira geração, uma nova leva de fotógrafos, encabeçada por Adenor Gondim, Célia Aguiar, Maria Sampaio e Aristides Alves, passou a cobrir diferentes regiões do Estado lançando novos recursos fotográficos, em especial após a difusão comercial das cores na fotografia, inaugurando alguns importantes movimentos fotográficos. Esse grupo movimentava o cenário fotográfico nacional, realizando exposições e debates que apontavam os novos caminhos e estabeleciam uma rede de contatos entre fotógrafos do Norte e Nordeste, a exemplo da Semana Nacional de Fotografia. Esse repertório visual ajudou a formar uma geração de fotógrafos, da

qual um dos maiores expoentes é Adenor Gondim, que aprendeu a ver as cores e as formas do corpo baiano a partir do ângulo de visão de quem está dentro da História, participe das construções do imaginário popular e urbano (foto 9). Fundamental também nesse processo foram as participações de Ângela Magalhães e Nádja Peregrino à frente da direção do Núcleo de Fotografia da Funarte.



Foto 9 - imagem caleidoscópica formada por um conjunto de 10 imagens sobre a cultura popular de Adenor Gondim

Inicia-se, assim, uma incessante captura da intensa luz e de todas as cores que fizeram de Salvador um ambiente formado por uma alucinante variedade de matizes e de diversas fontes de luz, cuja explicação pode estar em sua geografia especialmente recôncava, onde o sol teima em não se pôr. Por ser banhada pelo mar e pelos rios que deságuam na baía, dá-se um ambiente de intensa e variada luz, tornando-a um lugar deslumbrante, que salta aos olhos cada curva nas íngremes ladeiras, permitindo o sobressalto de estonteante beleza. Difícil descrever o que os olhos não podiam falar e que apenas a fotografia conseguiu aproximar. Essa luz resultou em um azul do mar indefinível, misturado às diferentes nuances da vegetação, no reluzente dourado precioso das igrejas e no colorido do casario, no brilho acinzentado dos paralelepípedos, na rica gama de tons de pele e no colorido afro da vestimenta de sua população, além de um grande sortimento de produtos multicores vendidos nas feiras populares. Somando-se a isso, a diversidade ambiental, cultural e religiosa, a torna uma das cidades mais emblemáticas para a fotografia pois, segundo diversos fotógrafos, como Mário

Cravo Neto, tem uma luz única e muito forte, o que remete à descrição feita no século XIX por Charles Darwin.

Assim, Salvador foi se transformando em um cenário de resistência, por meio de uma estética de ruptura, aliada ao estilo anárquico e criativo dos artistas que marcaram as linguagens artísticas da época com suas manifestações autênticas e ecléticas. Ao levantar bandeiras marginais como a contracultura e o altruísmo comunitário, a cultura desses novos baianos se apresentava como alternativa para as imposições do sistema repressor, e tinham como espaço de interlocução e resistência ambientes como o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), dirigido por Rolland Schaffner; a Jornada de Cinema, promovido por Guido Araújo e o Teatro Vila Velha, comandado por João Augusto.

PINTO (2000), ao estudar o uso turístico da baianidade apontou como “genuína e idiossincrática” a expressão “ideia de Bahia”. Ele verificou que os elementos estéticos presentes nos produtos culturais disseminados pelos *mass media* corroboravam com a construção de imagem de um local idealizado em torno do sol, do mar, da alegria, do prazer etc.. Por isso, a cidade passou a ser associada a adjetivos como mítica, atemporal, praieira e festeira.

Os artistas se identificavam com o desejo de uma massa e, mais especificamente, com o movimento afrodescendente que queria ocupar os espaços, e viram no carnaval a melhor forma de reapresentação dessa retomada e de protesto contra o racismo, a desigualdade e a exclusão social. Exemplo disso ocorreu no Carnaval de 74, quando o bloco afro Ilê Aiyê deu início a um outro processo de reafrikanização através da festa, com o renascimento dos afoxés, como o Filhos de Gandhy, que buscavam promover valores estéticos e políticos ligados à origem étnica. Essa reafrikanização representou a ressonância da nova configuração da luta contra o racismo em todo o país, encabeçada por várias organizações negras, reunidas em torno do Movimento Negro Unificado (MNU), buscando debater o mito da democracia racial.

Com o tempo, a política de turismo do Estado, influenciada pela lógica da indústria cultural e de entretenimento, apropriou-se desses elementos simbólicos que passaram a ser gerenciados como uma marca da economia do lúdico (OLIVEIRA, 2000). A cultura, a partir da centralidade em torno de Salvador, passou a ser concebida como

um importante capital para o desenvolvimento econômico do Estado e, aos poucos, a baianidade relacionada à “Axé Music” começou a ser descoberta como atração turística lucrativa. Isso tinha por objetivo a fundação, na Capital, de uma indústria cultural massiva, voltada para um monopólio artístico que traria consequências desastrosas para toda uma riqueza cultural do Estado, fazendo surgir uma estrutura cultural de poder, baseada na estratégia de uso do discurso da democracia racial e da vida popular autêntica, da qual a elite se utilizou para controlar a produção ideológica e manter seu status e, ao mesmo tempo, deter e submeter a cultura dentro de parâmetros aceitáveis pela elite e gestores. Portanto, as propostas originais dos grupos afros desalinham-se, pelo aliciamento do mercado e da indústria do Axé, carnavalizando suas intenções e, com isso, promovendo apenas ascensão e lucro aos artistas, cantores carnavalescos e aos que exploravam os blocos. Tal estratégia foi consolidada e disseminada persuasivamente pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural, tal qual previsto pelos pensadores da Escola de Frankfurt e mais profundamente por Walter Benjamin.

As representações sobre o imaginário constituído da Bahia tiveram suas bases na ideia de povo e de autenticidade cultural que PINHO (1998, p.1) definiu como “um aparelho de interpretação e definição de uma realidade social cruel e violenta, magicamente transformada em festiva e auto-emulativa”. Por outro lado, territorializando o sentido cultural de um Estado das dimensões da Bahia em torno de uma única região, fez surgir uma ideia de geografia que é dissociada das formas de pensar do sertanejo, quando, por exemplo, anuncia “eu vou para a Bahia”, ao mencionar Salvador, indicando que a capital prevalece sobre as demais regiões e faz girar em torno de si também as ações administrativas e financeiras do governo. Portanto, a Capital torna-se a representação de todo o Estado, o que é evidenciado também na construção do discurso imagético sintetizado na imagem de Salvador.

As relações plurais e democráticas ligadas aos princípios de diversidade da sociedade foram rompidas com a estratégia de imposição de uma identidade única para a Bahia, o que, para o pesquisador RUBIM (2007), abafou outras formas diversas de cultura. Por sua vez, PINTO(2000) argumenta que a construção da ideia de Bahia foi reelaborada após a década de 1970, com a presença ostensiva de atores e

agências no cenário baiano, quais sejam: o Governo, nos níveis estadual e municipal, por meio da Bahiatursa (órgão oficial de turismo do Estado da Bahia) e da Emtursa (órgão de turismo oficial de Salvador), e os setores publicitário, turístico e de lazer, que lançaram publicações locais voltadas para estimular o turismo, a exemplo da revista *Viver Bahia*, editada pela Bahiatursa, proporcionando naqueles que produziam fotografia nas décadas de 70 e 80 um olhar turístico sobre a cidade.

Não se trata, aqui, de discutir e demonstrar historicamente um conceito de baianidade ou das identidades baianas em suas múltiplas formulações e ocorrências, mas de examinar como a fotografia participou desse processo de auto-representação e construção de imagem de Salvador, que foi posteriormente apropriada pelos dirigentes políticos e os beneficiários das redes de comunicação, de comércio e turismo. Com seus registros, os fotógrafos têm sistematicamente atuado no sentido de auxiliar no reconhecimento da identificação dessas populações, formando um imenso banco de imagens memóriográfico, para tornar possível a qualquer pessoa e a qualquer grupo social reconhecer-se e dotar-se de uma identidade. Sobre isso, reflete-se que, mesmo diante de tamanha quantidade de registros fotográficos, há um incessante processo de captura de imagens semelhantes dessas populações, para o qual pode-se prejulgar que o equívoco está na forma de se fazer uso desses materiais que existem em demasia, mas que permanecem desconectados e fechados em galerias, museus e arquivos ou em álbuns fotográficos, sem lhes possibilitarem o acesso do ser fotografado, e assim atender aos propósitos dos projetos fotográficos. Urgem, portanto, políticas culturais e educacionais para trabalhar melhor essas questões, através do quantitativo variado de acervos fotográficos e investimentos em propostas de programas e projetos na área de arquivamento e disponibilização desses, para que cheguem às populações interessadas.

De fato, a imagem canonizada de Salvador e, em sua extensão, a Bahia, que se mantém até hoje começou a ser definida em 1930 e disseminada principalmente pela primeira geração modernista, representada nas canções oníricas de Dorival Caymmi e no mundo delirante que Jorge Amado construiu em sua obra, criando personagens como Jubiabá, Baldo e Gabriela Cravo e Canela. Essas narrativas foram disseminadas, posteriormente, para o grande público, pelas telenovelas da

Rede Globo, que promoveram a autodescrição do brasileiro em torno do discurso da mistura e do prazer. Portanto, há que se questionar sobre o papel da fotografia frente às novas discussões e propostas temáticas desde então, acompanhando seu crescimento exponencial, a degradação dos espaços públicos e ambientais, mas, principalmente, dando sequência às narrativas daqueles que conduziram a cidade na configuração atual. De um projeto idealizado de uma Lisboa dos Trópicos a uma Roma Negra, onde estaria presente na fotografia baiana recente o desenvolvimento espontâneo da cidade, conduzido por sua população? Quais as razões das novas temáticas típicas da contemporaneidade serem subexploradas pelos fotógrafos?

À vista dessas discussões, a imagem de Salvador atual, criada pelos registros fotográficos, tem suas bases na rerepresentação de uma cidade erguida em tecido urbano costurado caoticamente com fios de conflitos sociais e étnicos. Seguindo os ditames da política imperante e corroborando com um pensamento modernamente contraditório, os fotógrafos proporcionaram a visão de um povo equilibrado e feliz, fluindo no mesmo sentido do pensamento de Flusser, Nietzsche e Kierkegaard, ao inferirem que a Arte possui como potência enfeitiçar positivamente o homem ao lhe proporcionar a esperança em meio às crises e aos conflitos. No entanto, há que se questionar: seria Salvador uma utopia? A criação de um mundo onírico, utópico, delirante e potente que o universo da Arte propõe para Salvador é surreal e distante do visto nas ruas em dias normais, em seus becos, nas suas ladeiras, nos seus bairros periféricos, pobres e esquecidos. Mais próxima da imagem trágica vista pelos olhos do anjo de Klee do que da idealizada por Thomas More, a Salvador criada pela imaginação dos fotógrafos tem suas bases na rerepresentação de um ambiente construído de forma irracional, onde as casas e bens pertencem a poucas pessoas, e nem todos os indivíduos são livres nem passam seu tempo ocioso envolvidos com leitura e arte, por isso não pode viver pacífica e harmonicamente. Portanto, os fotógrafos, em suas deambulações como artistas de seu tempo, estão corroborando com a visão da cidade baiana a partir de elementos que narram visualmente a poética existente na percepção deles sobre vida e morte, fê e mito.

Referências

- ALVES, A. et. al. **A Fotografia na Bahia (1839-2006)**. Salvador: Funcultura, Asa Foto, 2006.
- ANDRADE, O. **A utopia antropofágica (Obras completas)**. 11ª ed. São Paulo: Globo, 2011.
- COSTA PINTO, L. A. **Recôncavo: laboratório de uma experiência humana**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958.
- DARWIN, C. **The Works of Charles Darwin, Diary of the Voyage of the H. M. S Beagle**. Vol. 1, New York: Nora Barlow/New York University Press, 1986.
- FLUSSER, V. **Fenomenologia do Brasileiro**. Gustavo Bernardo (Org.). Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2016 e 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.
- MIGUEZ DE OLIVEIRA, P.C. Periodizando a cultura baiana no novecentos: uma tentativa preliminar. Salvador, **UNIFACS**, v.1, n. 8, P. 33-36, 2000.
- OLSZWESKI FILHA, S. **A fotografia e o negro na cidade do Salvador, 1840-1914**. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.
- PINHO, O.S.A. “A Bahia no fundamental”: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade, São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 13, nº 36, 1998.
- PINTO, R. Artífices e arautos da baianidade. **Anais, XXII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, Brasília. 2000.
- RUBIM, A. A. C. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. Bahia Análise e Dados, **Revista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 74-89, 2000.
- SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Tradução de Vera Ribeiro. Salvador: Edufba/Pallas, 2003.
- SILVA, P.A. **Bienal do Recôncavo: aspectos de uma intervenção contemporânea**. 253f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais)- Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, 2010.
- VIANNA FILHO, L. **O Negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão**. 4ª ed. Salvador: EDUFBA/Fundação Gregório de Matos, 2008.
- GOMBRICH, E. H. **História da arte**, Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.
- WANDERLEY, A.C.T. **Brasileira fotográfica** (website) 2017, <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=benjamin-r-mulock>, acesso em março de 2017.

Associação Comercial da Bahia: a construção de um Patrimônio Cultural

Ednaldo Soares

Pós-Doutor e Doutor em Administração (UFBA)

Resumo

O Patrimônio Cultural pode ser tanto de ordem material, quanto imaterial. Alguns patrimônios podem apresentar ambas as características. É o caso da Associação Comercial da Bahia, em cuja sede (um antigo palácio) configura-se a materialidade do patrimônio e na organização em si, recai sua imaterialidade - generalizada *expertise* em assuntos comerciais. É o que se mostra neste estudo exploratório-bibliográfico, conduzido sob a abordagem qualitativa, valendo-se de processo hermenêutico-científico na análise de um bem reconhecido e valorado pelas sociedades local e nacional e tombado como patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Associação Comercial da Bahia, patrimônio material e imaterial.

Abstract

Cultural Heritage can be both tangible and intangible. Some of them may have both characteristics. This is the case of the Commercial Association of Bahia, whose headquarters (an old palace) is tangible heritage, and the organization itself, in turn, is an intangible one due to widespread expertise in commercial matters. This is what is shown in this exploratory-bibliographic study, conducted under qualitative approach, by using a scientific hermeneutic process in the analysis of a good recognized and valued by local and national societies, and registered as cultural heritage.

Keywords: *Cultural Heritage, Commercial Association of Bahia, tangible and intangible heritage.*

Muito se tem escrito sobre Patrimônio Cultural, cuja noção, apreendida interdisciplinarmente, leva em consideração aspectos temporais

e espaciais, vistos como “possibilidades circunstanciais” (DODEBEI, 2005, p. 3).

Na verdade, em *stricto sensu*, a palavra patrimônio (do Latim *patrimonium*, herança paterna) vincula-se disciplinarmente ao Direito, dado que se trata de um conjunto de relações jurídicas ativas e passivas, que dizem respeito a uma pessoa física ou jurídica, ou ainda o conjunto de bens móveis e imóveis pertencentes a uma pessoa, sociedade ou similares. Apenas em sentido figurado ou *lato sensu* que se entende patrimônio como o conjunto de bens culturais, sociais e espirituais, herdado através dos tempos, do qual uma pessoa ou uma sociedade dispõe ou dele pode dispor.¹ (ENCICLOPEDIA ZANICHELLI, 1995, p. 1354).

Eis, provavelmente, a razão pela qual, na língua inglesa, faz-se a diferença entre

Heritage; anything that has been transmitted from the past or handed down by tradition; the evidence of the past, such as historical sites, buildings, and the unspoilt natural environment, considered collectively as the inheritance of present-day society. (COLLINS ENGLISH DICTIONARY, 1994, p. 727).

e

Patrimony; an inheritance from one's father or other ancestor [patrimoine, from Old French; from Latin patrimonium paternal inheritance]. (COLLINS ENGLISH DICTIONARY, 1994, p. 1143).

O Dicionário da Língua Portuguesa (COSTA; MELO, 1993, p. 1246), editado em Portugal, consigna apenas o significado estrito (denotativo) da palavra “patrimônio”, ou seja, “herança paterna”, em consonância com a definição de patrimônio dada por Choay (2002, p.11):

[Um] bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos [...] Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.

¹ “*complesso di beni culturali, sociali e spirituali, ereditato attraverso i tempi, di cui dispone una persona o una collettività*” (ENCICLOPEDIA ZANICHELLI, 1995, p. 1354).

No Brasil, o Dicionário Houaiss da língua portuguesa registra ambos os sentidos (denotativo e conotativo) do vocábulo; tanto “herança familiar”, quanto “bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1447). No último caso, confirma-se o entendimento ampliado de patrimônio; isto é, que

O patrimônio cultural se constitui de bens móveis ou imóveis e de representações assentadas em conceitos históricos, etnográficos, paisagísticos ou ambientais, que de algum modo corroboraram para a formação das identidades de etnias ou grupos sociais. Trata-se de bens que conjugam dados cognitivos, estilísticos e afetivos com os quais as comunidades se identificam (PELEGRINI, 2006 apud ARRUDA, 2009, p. s/n).

Considerando essa ampliada concepção, Hughes Varine-Boham (apud LEMOS, 1984, p. 8-10) sugere a divisão do Patrimônio Cultural, consoante à natureza de seus elementos constitutivos, em três categorias: (1) recursos naturais (elementos da natureza, do meio ambiente); (2) conhecimento técnico, saberes e saber fazer (elementos intangíveis); e (3) bens culturais: objetos, artefatos, construções com aproveitamento do meio ambiente e do saber fazer (elementos tangíveis).

Aqui, tomou-se patrimônio em seu sentido figurado, cuja noção, antes restrita ao aspecto ou caráter histórico do bem (“coisa” antiga ou velha, à qual se atribui valor – patrimônio histórico), atualmente, contempla também o seu aspecto cultural (“coisa” material ou imaterial valorada pela coletividade – patrimônio cultural). Demais, evidencia-se que o foco deste estudo – a Associação Comercial da Bahia – enquadra-se nas seguintes classificações retro citadas: na segunda categoria, enquanto organização, por ser um reduto de conhecimentos técnicos (*expertise* em transações comerciais), e na terceira categoria, porquanto se trata de um bem edificado (construção de “pedra e cal”) valioso e tombado, efetivamente reconhecido pelas sociedades local e nacional.

A pesquisa tem caráter exploratório-bibliográfico e se desenvolveu consoante abordagem qualitativa e, valendo-se de processo hermenêutico, procedeu-se à análise de um bem reconhecido e valorado como patrimônio cultural, com vistas a confirmar os dois supramencionados enquadramentos.

Conforme menção anterior, patrimônio deixou de ser entendido apenas no âmbito histórico, com o bem ligado a um dado território, origem ou cultura, mas, a partir do século XX, passou a ser concebido também no “âmbito das construções sócio-históricas culturalmente engendradas.” (sic)(FUNARI *et al.*, 2009, p. s/n).Consequentemente, a proteção patrimonial inclui,agora, tanto bens materiais, quanto imateriais.

Várias são as cartas e convenções internacionais sobre patrimônio; todavia, a Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade, ou simplesmente Convenção de Faro (Portugal), de 27/10/2005,vigente desde 01/06/2011, entre tantas considerações, define Patrimônio Cultural (*Cultural Heritage*) como “*a group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of the ir Constantly evolving values, beliefs, knowlwdge and traditions.*” (CONVEÇÃO DE FARO, 2005, art. 2).

Em termos temporais, Dodebei (2005, p. 4) enxerga patrimônio como uma invenção moderna, pois a salvaguarda de obras, tais como monumentos e edificações, só se tornou uma preocupação estatal a partir da criação da *Commission des Monuments Historiques*, na França, em 29 de setembro de 1837. Antes, patrimônio era algo “privado e aristocrático”. Entretanto, também há o entendimento de que o conceito de patrimônio cultural surgiu bem antes. Em primeiro lugar, quando o objeto (o bem) passou a ter valor didático e comunicativo evidenciado (*e.g.*: documentos e monumentos de época antiga ou medieval), ocasião em que o objeto da produção cultural perde a materialidade para assumir o status de semióforo. Em segundo lugar, o patrimônio cultural surge *de facto* com a legislação pontificia, enquanto um modo de gerir o testemunho de um passado selecionado para evidenciar a proclamação do culto católico como religião do Estado. São exemplos dessa legislação as bulas papais *Etsi de cunctarum*, de Martinho V (1425), *Cum almannostrumurbem*, de Pio II (1462), *Etsi de cunctarum*, de Sisto V (1474), *Ex debito*, de Leão X (1516), *Quaepublicae*, de Gregório III (1574). Todas mostram o significado do patrimônio cultural, considerando seu valor instrumental para a afirmação de um

poder político, testemunho de uma legitimidade institucional de poder. (CARTA, 2002).

É consensual, no entanto, que o conceito de patrimônio só se desenvolveu com “o surgimento dos Estados nacionais”, a exemplo da França, a partir da Revolução de 1789 (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.15), quando se iniciou a ressaltar o relacionamento direto (pertencimento) de certos bens com determinados Estados-nação e as nações começaram a empreender esforços para salvaguardar tais patrimônios, tidos como nacionais. Surge, daí, o entendimento de Patrimônio Cultural como bem jurídico, cuja tutela ocorre em consequência da exigência da sociedade por respostas “às questões e desafios impostos pela constante situação de risco existencial a que [o patrimônio] está sujeito.” (QUEIROZ, 2007, p. 41).

Tem-se também, por um extremo, constatado que a apropriação coletiva de um ou mais bens como identidade de um povo se traduz em nacionalismo, sentimento que Habermas (1995, p. 92) associa à noção de Estado-nação:

Somente a percepção de uma identidade nacional, cristalizada em torno de uma mesma história, língua e cultura comuns, somente a consciência de pertencer à mesma nação é que fez com que pessoas distantes, espalhadas em amplos territórios, se sentissem politicamente responsáveis pelas outras. Dessa maneira, os cidadãos passam a se ver como parte de um todo, quaisquer que fossem os termos legais abstratos em que esse todo pudesse ser constituído.

Para Chagas (2003, p. 108), por outro extremo, a referida preocupação com “[a] preservação do patrimônio cultural é consequência da noção de ‘valor’ que lhe é da dae do ‘perigo’” - riscos conhecidos e desconhecidos a que o patrimônio está sujeito, conforme anteriormente mencionado. Essa preocupação surgiu a partir do entendimento de que “valorizar o bem e desejar evitar o perigo de destruição constituem os gestos básicos da coreografia preservacionista que, a rigor, traduz um esforço e um anelo de prolongamento da vida social do bem cultural.” (CHAGAS, 2003, p. 108).

Um exemplo mais ou menos recente relativo à atribuição de valor ao reconhecimento de um bem como patrimônio cultural de uma

coletividade e a luta dessa mesma coletividade para reavê-lo, refere-se ao saqueio do obelisco denominado “Estrela de Axum” - patrimônio nacional etíope, de caráter religioso, construído por volta dos anos 300-500 d.C. - ocorrido em 1937, durante a ocupação da Etiópia pelas tropas do regime fascista de Mussolini e levado para a Itália.

Após diversas e duradouras tratativas diplomáticas entre os governos italiano e etíope em torno da posse do monumento, venceu a tradição da máxima romana *cuibono, a quem beneficia?* Por essa rationale, o obelisco que, por décadas, esteve instalado defronte do edifício da *United Nations’ Food and Agriculture Organization* (FAO), em Roma, nas imediações do *Circus Maximus*, em 2005, foi finalmente devolvido à Etiópia, cujo povo unido reconhece e valoriza a “Estrela de Axum” como patrimônio nacional e dela “se beneficiam”, extraindo informações que educam gerações.

Patrimônios culturais são bens públicos. Em termos econômicos, isso significa dizer que eles apresentam duas características inerentes aos bens públicos: em primeiro lugar, que não são excludentes, ou seja: é tecnicamente inviável impedir que os usuários aproveitem esses bens, muito embora se saiba da existência de variação do grau de excludibilidade dos patrimônios culturais entre si. A outra característica do bem público e, portanto, do patrimônio cultural é que ele não assume o caráter de “rival” quando é consumido. Isso significa que duas (ou mais) pessoas podem simultaneamente consumir o mesmo bem público (ou o patrimônio cultural), sem que uma delas interfira no “divertimento” (consumo) da outra. (NAVRUD; READY, 2002).

Diferentemente do que ocorreu na Itália onde, em primeiro lugar, criou-se o Estado Italiano, para só depois se construir a Nação Italiana (“*Fattal’Italia, facciamogliitaliani*”)², no Brasil deu-se o oposto; isto é, “[c]om a independência surg[iu] o Estado; mas a Nação se formara antes, com o povo unido aderindo à terra íntegra através dos costumes que expressa a alma nacional.” (CALMON, 1992, p. 111).

O povo unido a que Pedro Calmon se refere são os “cidadãos” - a parte de um todo retro mencionada por Jürgen Habermas, que, na

² Feita a Itália, façamos os italianos (Tradução livre do autor) – frase de Massimo D’Azeglio.

verdade, foi a primeira tarefa inventada pelos Estados nacionais logo após a sua criação (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 17). E esse Estado, segundo Bluntschli (apud CALMON, 1992, p.111), não é mais que a Nação organizada politicamente. A Nação, por seu turno, é a constituição resultante da junção dos três seguintes elementos: a terra; o povo; e os costumes. É, por conseguinte, “um conjunto de indivíduos unificados pelos [costumes].” (CALMON, 1992, p. 112).

No caso retro mencionado acerca da Itália, quando a tardia unificação (territorial e política) da Península Itálica ocorreu, criando o Estado Italiano com dificuldades e em etapas, poucos cidadãos (menos de 5% da população) se comunicavam na língua de Dante (o italiano), mesmo porque não o falavam e tampouco o entendiam. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 17). Nas diferentes regiões do novo Estado, cada população tinha o seu próprio dialeto (napolitano, siciliano, veneziano etc.). Aqui, ao revés, “[a] unidade brasileira precede à nacionalidade, porque informada pelos fatores que depois viriam preponderar na aglutinação de que resultou a nacionalidade.” (CALMON, 2009, p. 115). Afora termos e sotaques regionais, no Brasil não há dialetos. Desde os primórdios, em todo o território brasileiro, se falou e fala-se um único idioma: primeiro, a língua geral da população autóctone, otupi-guarani ou *nheengatú* - “*linguabuona*”, interpretada gramaticalmente pelos jesuítas e, depois, normatizada com base em padrões gramaticais latinos (PICCHIO, 1997, p. 23-24); por último, o idioma dos descobridores e colonizadores – o português.

Ora, enquanto colônia, o Brasil politicamente organizado tinha raízes na Bahia, mais precisamente a partir de 1549, com a fundação da cidade do Salvador para sediar o Governo Geral - regime criado no ano anterior pela Coroa portuguesa para ser implantado no Brasil em substituição ao sistema feudal de capitânicas hereditárias– com jurisdição sobre todo o território lusitano na América.

Com a instalação do governo geral em Salvador, o comércio do pau-brasil, que antes não passava de troca desonesta (escambo da preciosa madeira por ferramentas e/ou bugigangas desconhecidas da população indígena), organizou-se nos moldes das transações comerciais europeias. Logo, à medida que as atividades cidadinas ordinárias se desenvolviam, Salvador, derredor de si, viu surgirem espaços

(praças) destinados à comercialização (trocas) de produtos da terra por manufaturados de origem portuguesa ou mesmo local.

A implantação de culturas agrícolas como a da cana-de-açúcar no Recôncavo baiano e a do algodão transformou regiões de mata virgem em áreas produtoras de bens primários para exportação; isso porque “[n]enhum outro interesse estava presente, além da exploração mercantilista [da colônia], em nível de monopólio comercial”. (MATTOS, 2018, p. 27). Havia, entretanto, carência de mão de obra para trabalhar na lavoura. E, a fim de suprir essa necessidade, a cidade do Salvador tornou-se um mercado importador de mão de obra escrava trazida do continente africano, cujo comércio era dominado por europeus.

Por longo tempo considerado um importante porto das Américas, Salvador era importantíssimo para a balança comercial do Reino português. Tanto assim o fora, que o rei, em busca de maior eficiência e eficácia administrativas em sua colônia americana, em 1640, decidiram mudar o sistema de governança, substituindo o cargo de Governador Geral pelo de Vice-Rei, de maior peso e mais *status*. Com isso, aumentou-se a vigilância visando a coibir a prática de pirataria ao longo da costa brasileira e as invasões das cidades portuárias, mormente da cidade do Salvador.

Parada de permissão no caminho marítimo da Europa às Índias, a crescente movimentação de embarcações comerciais no porto de Salvador aumentava suas atividades portuárias. Sentiu-se, então, a necessidade de controlar e fiscalizar tal movimentação com mais eficiência. Assim, em Salvador teve-se de implantar várias instituições, quer burocrática, quer do ramo financeiro, a exemplo da Casa da Moeda da Bahia (1694), Alfândega (1714), Mesa de Inspeção de Mercadorias e Casa de Arrecadação de Impostos sobre Produtos (1751). O local onde essas instituições se instalavam era o atual bairro do Comércio situado na Cidade Baixa, que, à época, não passava de “uma estreita faixa de terra [próxima ao Cais do Porto] que começava onde seria edificada a igreja de Nossa Senhora da Conceição e terminava onde surgiria o Mercado do Ouro” (BORGES; LEMOS, 2011, p. 25).

Registros históricos informam que, desde os tempos de antanho, comerciantes costumam se reunir para fechar negócios em lugares destinados para tal fim. Mesmo em passado bem remoto, em espaços

similares às mais modernas Praças do Comércio³, a exemplo do antigo *Emporium* grego, em Atenas e do *Collegium Mercatorum*, na Roma dos anos 490 a.C. (MATTOS, 2011a, p. 21 e 23). Curiosamente, quando da fundação da cidade do Salvador, a atual Rua Chile⁴, entre outros nomes que se lhe deram, recebeu o de Rua dos Mercadores; tinha início na esquina da lateral direita do Palácio do Governador (antiga Casa dos Governadores), seguindo paralelamente ao prolongamento dessa linha lateral em direção à Porta de Santa Luzia, situada nas imediações da atual Praça Castro Alves. Do lado externo da Porta, funcionou a primeira feira da cidade. (TEIXEIRA apud SISTEMA FECOMERCIO-BA, 2000).

Pelo porto de Salvador, além de mercadorias (incluindo escravos de origem africana), também chegavam notícias de toda sorte, inclusive ideias políticas e econômicas (em geral, transmitidas oralmente, pois, “[n]a colônia, o livro, ou qualquer outro tipo de material impresso, era coisa rara.”) (MATTOS, 2018, p. 26), tais como o pensamento de teóricos mercantilistas do século XVII e as críticas a tal modo de pensar, cujo princípio mor baseava-se na crença e defesa do entesouramento como único meio de se promover a riqueza do Estado. Já próximo do final do século XVIII, a mais importante das críticas, encabeçada pelo filósofo moral Adam Smith (1776), fora reunida em seu livro *Um questionamento sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (SOARES, 2014, f. 45). Em Salvador, o pensamento smithiano resumido na Teoria das Vantagens Absolutas (promotora do comércio internacional) contava com ferrenhos defensores, integrantes da alta classe da sociedade local. Parte dessa elite era educada na Europa, a exemplo de José da Silva Lisboa, Conde e, mais tarde, Visconde de Cairú.

Velhas reivindicações dos comerciantes locais, a criação da Praça do Comércio⁵ e a abertura dos portos brasileiros tornaram-se iminentes

³ Atualmente, encontros de negócios acontecem em Bolsas de Mercadorias (presenciais ou virtuais) e Associações Comerciais.

⁴ A atual Rua Chile surgiu como Rua Direita de Santa Luzia, depois, recebeu os seguintes nomes: Rua dos Mercadores, Rua dos Governadores, Rua Direita do Palácio e, por último, Rua Chile.

⁵ Dava-se o nome de Praça do Comércio ao local onde todas as partes envolvidas em transações comerciais (comerciantes, corretores, pessoas empregadas no comércio, capitães e mestres de navios) se reuniam para negociar.

quando do fechamento dos portos portugueses face à ocupação do país por tropas napoleônicas e a consequente fuga da Família Real. Cairú – porta-voz do Comércio da Bahia, liberalista adepto das ideias de Adam Smith e crítico da visão mercantilista - influenciou o Príncipe Regente quanto à abertura dos portos brasileiros (SOARES, 2017, p.147-148),- que “defend[ia] em livros e folhetos, [assim como] os princípios de liberdade econômica que os justificavam.” (VICENTE, 2008, p. 93).

Com a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, a segunda das duas reivindicações citadas foi satisfeita com a decisão do Príncipe Regente Dom João Maria de Bragança (Carta Régia de 28 de janeiro de 1808) de proclamar, em solo baiano, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. “Tornou-se, assim, a Praça do Salvador um grande empório” (MATTOS, 2011b, p. 27); as casas de comércio abarrotadas de produtos importados trazidos por ingleses. A Praça do Comércio da Bahia, no entanto, só se tornou realidade em 15 de julho de 1811 - data de sua criação. O edifício-sede da instituição, contudo, só foi inaugurado anos mais tarde, em 28 de janeiro de 1817.

Registra-se aqui o importante papel de D. Marcos de Noronha e Brito – “VIII Conde dos Arcos de Val-de-Vez e último vice-rei do Brasil” – cujo empenho intermediado pelo Conde Linhares junto ao Príncipe Regente obteve a autorização para se criar a Praça do Comércio da Bahia e construir sua sede própria, “no terreno que sobrou da antiga bateria de S. Fernando, anteriormente chamada de Cais Novo, quase dentro do mar, na Cidade Baixa.” (MATTOS, 2011a, p. 37).

Segundo o desembargador João Rodrigues de Brito (1807 *apud* MATTOS, 2011a, p. 28-29), a Praça do Comércio da Bahia foi criada para ser um *locus* visando a

[facilitar] as comunicações e transações mercantis reunindo os comerciantes na hora assinalada em um único ponto, onde o lavrador aparecendo com as listas dos seus gêneros, acha quase todos os compradores uns diante dos outros, cuja presença os obriga logo a prometer os justos preços, em que não pode facilmente ser enganado estando instruído deles pelas folhas mercantis, que na mesma praça se distribuem. Ela contribui muito para a difusão das luzes comerciais para a moralidade dos negociantes [...] A falta desta instituição é uma das causas, porque se faz aqui tão pouco apreço das letras, que ordinariamente se

não pagam nos seus vencimentos, sendo uma das cidades mais comerciantes da Monarquia.

Ora, sabe-se que D. Marcos de Noronha e Brito ciente da importância do comércio da cidade do Salvador, que, à época, equiparava-se aos das grandes cidades europeias, também sabia da carência de lisura e até da falta de ética em muitas das transações aqui entabuladas. Para ele, portanto, a constituição da Praça do Comércio da Bahia era necessária, pois viria polir indesejáveis costumes e submeteria o comércio local a regras e princípios fixos, similares aos que imperavam em Lisboa e no Porto. (MATTOS, 2011a, p. 29).

De fato, com a criação da referida instituição, buscou-se organizar e dar mais transparência às negociações. O ambiente surpreendeu Von Spix e Von Martius – cientistas estrangeiros de passagem por Salvador, em 1818 - que, em suas anotações, registraram o que viram durante a visita à sede da Praça do Comércio da Bahia, à qual denominaram Bolsa.

Chegamos à Bolsa. Aí encontramos asseio europeu, na sala artisticamente decorada e forrada de madeiras preciosas. Causou-nos surpresa encontrarmos muito pouca gente do comércio congregada, mesmo à hora das maiores transações, o que parece indicar não terem os brasileiros ainda o hábito de fazer seus negócios reunidos na Bolsa. (SPIX; MARTIUS, 2016, p. 90).

É bem verdade que a Praça do Comércio da Bahia demorou alguns anos para se tornar o lugar habitual para a maioria dos comerciantes locais fecharem negócios. Ao invés da sede da instituição, a Livraria Catilina, aberta em 1835, servia de Praça para fechamentos de exportações e transações cambiais, de fretes e seguros (GARCEZ, 2011, p. 48). A razão disso? Provavelmente para se evitar aridez exigida pela Praça do Comércio na condução dos negócios. Com o passar do tempo, no entanto, a frequência de comerciantes e a quantidade de negócios fechados na Praça aumentaram. E assim, com espírito de rigidez na mediação de negócios, ela se manteve de 1811 até 1840, quando foi substituída, em 27 de maio de 1840, por um novo órgão do Comércio – a Associação Comercial da Bahia (ACB) - cujas atribuições implicaram “significativas alterações de ordem estrutural e funcional. Aquela

função inicial [...] de local de encontro dos negociantes [...] transmudava-se em uma organização de classe com o âmbito de ação e objetivos ampliados.” (Ibid., p. 45).

Reconhecida como patrimônio cultural, é na *expertise* em assuntos comerciais que se configura a importância imaterial da Associação Comercial da Bahia (ACB). *Expertise* que levou a ACB a desempenhar histórico papel nas reivindicações econômicas de interesse do comércio baiano ao longo da Primeira República, sobremaneira quanto à redução de carga tributária (impostos de indústria e profissões, de consumo, sobre lucros comerciais e interestaduais) (SANTOS, 2011), cujos êxitos devem-se à aptidão de seu corpo funcional para atuar junto às autoridades competentes.

Apesar de ser estatutariamente uma organização apolítica, a ACB sempre atuou politicamente em defesa dos interesses de seus associados; para tanto, ora inclinando-se em apoio ao governo do estado (e.g.: J. J. Seabra), ora criticando-o com severidade (e.g.: Luís Viana). Sua força política também “foi levada em conta quando se fundou o Partido Democrata” (SANTOS, 2011, p. 99), em maio de 1910.

Conclui-se, por conseguinte, que tanto a *expertise* em operações comerciais, como as referidas ações em favor de seus afiliados refletem-se na história do comércio baiano. Nenhum estudo que se lhe diga respeito poderá prescindir de enfatizar a força imaterial, proficientemente empreendida pela Associação Comercial da Bahia, que continua a ser um grupo de pressão em prol dos interesses dos comerciantes baianos. Dessa maneira, a ACB representa o *esprit de corps* de seus associados.

A atuação da ACB ou a sua parceria tem sido decisiva para o sucesso da implantação de empreendimentos que não os de praxe relativos ao comércio. Ao longo de seu histórico exercício funcional, tem a ACB participado de decisões relativas à implantação de diversos setores industriais no Estado e até do seguimento educacional. É o caso da Faculdade de Filosofia,

[...]cuja assinatura da escritura [de fundação] teve lugar na Associação Comercial da Bahia, presentes líderes e empresários, a exemplo de Bernardo Martins Catarino, Isaías Alves de Almeida, um dos fundadores da faculdade, Raul da

Costa Lino, secretário da Fazenda e Tesouro do Estado. [...], o industrial Joaquim Barreto de Araújo, o sr. Phomphilo Freire de Carvalho, Presidente da Aliança da Bahia S.A., o sr. Arthur Fraga, Presidente da Associação Comercial da Bahia, sr. Carlos Aguiar Costa Pinto, Presidente da Magalhães S. A., sr. Manoel Cintra Monteiro, tabeliães Guilherme Marback e Hugo de Lima Freire, dentre outros (sic). (MARBACK, 2016, p. 112).

Tombado⁶ em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Palácio da Associação Comercial da Bahia (antiga Praça do Comércio) é um imponente edifício “em forma de pavilhão”, com pórtico central em estilo “paladiano”, cuja construção aconteceu com indesejada morosidade. Desde a inauguração, em 28 de janeiro de 1817, até os dias atuais, a ACB tem sido palco de importantes eventos e solenidades. Por exemplo: o festim ocorrido em 06 de setembro de 1817, “*por ocasião de collocarem nella [na ACB] o Retrato do [...] Excellentíssimo Conde, seu Fundador*” (sic) (NASCIMENTO; GAMA, 2010, p. 19); a solenidade de inauguração da estátua de D. Marcos de Noronha e Brito, na Praça Conde dos Arcos, em 29 de janeiro de 1932; “o baile oferecido às SS. MM. Imperiais [D. Pedro II e sua esposa D. Teresa Cristina] em 1859” (MATTOS, 1991, p. 59). Esses e tantos outros eventos recentes, de extrema significação para a Bahia e para o país têm sido realizados no palácio da ACB.

Edifício em três pavimentos com escadarias e colunas desenhados pelo “arquiteto de engenharia Cosme Damião da Cunha Fidié” (MATTOS, 2011b, p. 47), além da imponência, que, mesmo no passado impressionou estrangeiros (Tollenare, Spix e Martius, Kidder e Fletcher) acostumados com maravilhosas obras arquitetônicas em seus países, o palácio da ACB possui em seu interior valiosa pinacoteca (“telas a óleo, em grandes dimensões, que ornamentam as paredes do salão nobre, [...] constituem um patrimônio artístico e documentário dos mais raros da Bahia”) (MATTOS, 2011a, p. 125) e decoração requintada (móveis de estilo em madeira nobre, grafismo no piso em madeira de lei, relógios, esculturas, lustres de cristal *Baccarat*). Tudo isso torna o edifício uma referência à identidade e memória da coletividade baiana e brasileira.

⁶ IPHAN – processo de tombamento nº 112, aberto em 1938 (patrimônio histórico, em maio de 1938; patrimônio de belas artes, em junho de 1938).

Há algum tempo entende-se Patrimônio Cultural como a “coisa” valorada e aceita por uma coletividade, com a qual se identifica, tornando-a um bem representativo dessa sociedade, quer por questões históricas, quer por hábito ou costume social. Isso implica independência do patrimônio cultural da tangibilidade do bem; logo, o patrimônio cultural pode ser tanto material, quanto imaterial.

Conforme a análise da pesquisa aqui registrada, a Associação Comercial da Bahia apresenta esses dois aspectos do patrimônio cultural. A materialidade do bem está na antiga construção de pedra e cal - palácio histórico valorizado pelo estilo arquitetônico, exuberância e luxo do que há dentro dele (móveis, pinturas etc.). É também um bem imaterial por se tratar de um reduto de saber fazer (*expertise* em negócios comerciais no que tange a fechamento e controle de operações, treinamento etc.) de suma importância para o desenvolvimento do Estado da Bahia e do país. A referida *expertise* não é exclusividade da ACB; contudo, em conjunto com ações constantes empreendidas em prol do desenvolvimento do estado e país fez surgir na sociedade a crença na imprescindibilidade da participação da ACB nos empreendimentos (comerciais, industriais etc.) pretendidos e/ou implantados no Estado. Isso porque sua ativa participação nesses atos tem sido sinônimo e garantia de eficiência para a concretização de tais empenhos. Dir-se-ia (fazendo um paralelo religioso) que sua sede palaciana é o templo para onde acorrem proposições benemerentes (públicas ou privadas) em prol do Estado, enquanto que em sua *expertise* (aliada a ações desenvolvimentistas) reside o espírito ou a imaterialidade alimentadora da *bonafide* despertada na coletividade, a qual, por seu turno, devolve-a votivamente à ACB.

Crença ou fé, segundo a hermenêutica teológica, “é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que se não veem”. É, portanto, intangível, imaterial. Quando arraigada na coletividade, a fé torna-se patrimônio desta. E, por mimetismo (consoante a “hermenêutica romântica” de Dilthey – alternativa ao pensamento positivista do século XIX), a crença na necessária participação da ACB para o êxito dos empreendimentos que se implantam na Bahia, por seu caráter imaterial, tornou-se patrimônio cultural dos baianos.

Trata-se (a ACB), também, de um bem público com ambas as características retro apontadas, congênicas aos bens públicos. Por

consequente, a ACB é tanto um Patrimônio Cultural, quanto um bem público, por ser um legado de antepassados baianos para promover o desenvolvimento do comércio local e do comércio exterior do Brasil, além de contribuir para o processo de constituição do Estado brasileiro. Sua função não ficou só no passado, mas mantém-se até os dias atuais. Fez-se presente desde os primórdios da industrialização do estado da Bahia: participou da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), no governo de Luiz Vianna Filho; idem do Polo Industrial (Petroquímico) de Camaçari, na década de 1970; da ampliação deste com a constituição do Polo Automotivo da Bahia, no início dos anos 2000; e de outros seguimentos industriais (biocombustíveis, papel e celulose etc.) implantados no estado. É, portanto, a Associação Comercial da Bahia uma referência (material e imaterial) à identidade da população da Bahia, bem como da memória nacional. Demais, tornou-se um bem apreçado, transformado pelo povo em patrimônio cultural de primaz importância local e da nação Brasileira.

Referências

ARRUDA, Gilmar. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.): **Patrimônio Cultural e ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2009, v. 1.

BORGES, Jafé Teixeira; LEMOS, Gláucia. **Comércio Baiano**: depoimentos para sua história. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011 (Coleção Comércio Baiano, v. 4).

CARTA, Maurizio. **L’Armaturo Culturale del Territorio**: Il patrimonio culturale come matrice di identità e strumento di sviluppo. Milão: Franco Angelis.r.l., 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maurizio_Carta3/publication/312590875_L%27armatura_culturale_del_territorio_il_patrimonio_culturale_come_matrice_di_identita_e_strumento_di_sviluppo/links/5884970aa6fdcc6b7916b50a/Larmatura-culturale-del-territorio-il-patrimonio-culturale-come-matrice-di-identita-e-strumento-di-sviluppo.pdf> . Acesso em: 06 jun. 2018.

CALMON, Pedro. A Formação da Nacionalidade Brasileira, **R.IGHB**, n. 90, p. 111-119, 1992.

CHAGAS, Mário de Souza. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.): **Memória e Patrimônio**: Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro:DP&A, 2003, p. 103-110.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Edunesp/Estação Liberdade, 2001.

COLLINS ENGLISH DICTIONARY. 3rd Edition Updated 1994. Glasgow: HarperCollinsPublishers, 1994.

CONVENÇÃO DE FARO. Faro: 2005. Disponível em: <www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio. **Dicionário da Língua Portuguesa** (corrigida e aumentada). Porto: Porto Editora, 1993.

DODEBEL, Vera. A condição do patrimônio: uma questão de informação? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2005.

ENCICLOPEDIA ZANICHELLI. Milão: Edigeos.r.l., 1995.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra; RAMBELLI, G. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental**: questões legais e conceituais (Introdução). São Paulo: Annablume, v.1, 2009.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Associação Comercial da Bahia**: 175 anos – trajetórias e perspectivas. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011 (Coleção Comércio Baiano, v. 1).

HABERMAS, J. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. **Novos Estudos do CEBRAP**. São Paulo: n. 43, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MARBACK, Sylvio. **Itinerário de uma vida**: Guilherme Marback. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2016.

- MATTOS, Florisvaldo. **A comunicação social na Revolução dos Alfaiates** - Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2018.
- MATTOS, Waldemar. Baile oferecido às SS. MM. Imperiais em 1859, **R.IGHB**, n. 89, p. 59-64, 1991.
- MATTOS, Waldemar. **Palácio da Associação Comercial da Bahia**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2011a.
- MATTOS, Waldemar. **Panorama Econômico da Bahia: 1808 – 1960**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011b (Coleção Comércio Baiano, v. 3).
- NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.). **Relação do Festim**. Salvador: IGHB, 2010.
- NAVRUD, Ståle; READY, Richard C. **Valuing Cultural Heritage: Applying Environmental Valuation Techniques to Historic Buildings, Monuments and Artefacts**. Londres: Edward Elgar Publishing Ltd. UK, Jun. 2002. Disponível em: <<https://gemenne.files.wordpress.com/2013/09/ready-and-navrud-why-value-cultural-heritage-chap-1.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018.
- PELEGRINI, Sandra C. Araújo. Apontamentos sobre as relações entre patrimônio, natureza e cultura na América. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 63, a. VI, agosto/2006.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. **Storia della letteratura brasiliana**. Turin: Einaudi, 1997.
- QUEIROZ, Hermano Fabrício O. G. e. O Registro de Bens Culturais Imateriais como Instrumento Constitucional Garantidor de Direitos Culturais. **Revista do IPAC / Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia**, a. 1, n. 1, 2016. Salvador: Secretaria de Cultura: IPAC; [Brasília]: IPHAN, 2016.
- SANTOS, Mário Augusto dos. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2011(Coleção Comércio baiano, v. 2).
- SISTEMA FECOMÉRCIO-BA. **História do Comércio em Salvador – Bahia: 1500 a 2000**. Salvador: Fecomércio BA, 2000.
- SMITH, Adam (1776). **Um questionamento sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Série Os Economistas)
- SOARES, Ednaldo. **Pequenas e médias empresas brasileiras: proposição de um modelo comportamental evolutivo para a internacionalização de**

firmas de HPPC. 2014, 176 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOARES, Ednaldo. Dom João VI: rei por acaso, administrador político arguto, estrategista e liberal, **RIGHB**, v. 112, p. 135-155, jan./dez. 2017.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. **Através da Bahia**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2016.

VICENTE, António Pedro. Consequências para o Brasil da transferência da Corte, 1808. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: A FAMÍLIA REAL NA BAHIA 1808-2008, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: IGHB, 2008, p. 87-98.

Evolução das ideias raciais no Brasil, a partir dos artigos publicados na gazeta médica baiana (1880–1930)

Jurandir Sá Barreto

Doutor em Estudos Étnicos e Africanos/
Mestrado em Ensino, História e Filosofia das
Ciências/UFBA
Mestrado em Direito Público/UFPE
Graduado em História/ UCSAL

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a evolução das ideias raciais sobre os negros e mestiços, a partir da investigação de artigos publicados pela intelectualidade médica baiana, na Gazeta Médica da Bahia, no período compreendido de 1880 a 1930. Afirmamos que a utilização das teorias raciais euro peias adotadas pelos médicos não foi simples imitação acrítica, mas teorias que, no nosso contexto histórico específico, ganharam novos significados, sendo renegociadas e experimentadas conforme a demanda de um momento em que a correlação entre produção científica e movimento social se revelava de forma indissociável. Ressaltamos ainda a novidade do emprego de tais teorias pelo processo de inversão dos paradigmas até então adotados, quando se passa a pensar em uma profilaxia das raças pela mestiçagem. Passamos, então, a analisar os discursos médicos e a caracterização da imagem dos negros e mestiços por eles construída.

Palavras-chave: teorias raciais – discriminação racial – degeneração – darwinismo social – mestiçagem.

Abstract

This study aims to assess the evolution on racial ideas about black people and people of mixed races, through the investigation on published articles by medical scholars, in the state of Bahia, at Gazeta Médica da Bahia (Medical Gazette in Bahia), in the period from 1880 to 1930. We affirm that the use of European racial theories that had been adopted by the doctors was not simply an uncritical imitation, but theories that in our specific historical context gained new meanings which were re-negotiated and tested according to the demand of a tie where the correlation between scientific production and social movement were inextricably shown. We also highlight the novelty of use of these theories by the process of inversion of paradigms that had been adopted so far, when it becomes to think about a prophylaxis of races through mongralisation. We then start the analysis of medical discourses and the characterization of the image of black people and the ones of mixed races that been built by them.

Keywords: racial theories – racial discrimination – degeneration – social Darwinism – mongralisation.

O período compreendido entre 1880 e 1930 coincide com o capítulo da história nacional conhecido, segundo Skidmore (1998, p.97), como “a criação do Brasil moderno (1870–1910)”. Nele podemos perceber o processo de evolução pelo qual passou o país, após a Guerra do Paraguai, marcado por acontecimentos importantes, que alteraram a nossa realidade sociocultural, como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, os esforços da elite para melhorar a imagem do Brasil, tanto em termos culturais como raciais, os primórdios e o desenvolvimento da industrialização.

Durante grande parte do século XIX, a monocultura de exportação dominou a economia brasileira, permanecendo o Brasil como nos tempos coloniais, ou seja, um país fornecedor de gêneros tropicais, dependente do mercado externo, onde também se abastecia de produtos manufaturados. A partir de 1860 e 1870, com a generalização do trabalho livre, a diversificação das atividades econômicas, o crescimento das cidades e da população urbana livre, iniciaram-se as mudanças na velha estrutura colonial. Assim, as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XIX começavam a mudar o perfil social do país.

Os cronistas são unânimes em apontar o ano de 1871 como um momento referencial no processo de desmontagem da escravidão, haja vista que a Lei do Ventre Livre anunciava a derrocada desse regime de trabalho há muito arraigado no Brasil. Nesse ano, o Parlamento

aprovou a Lei do Ventre Livre, tornando livre toda criança nascida de mãe escrava; contudo, o filho deveria prestar serviços ao senhor da mãe até a idade de vinte e um anos. Embora essa lei representasse um importante precedente, não satisfiz os anseios dos abolicionistas, que perceberam o logro dos senhores de escravos com a finalidade de procrastinar a abolição total e imediata.

O processo da abolição tornara-se inevitável e irreversível, o que despertava o receio da elite dominante, em razão da constatação de que a população mestiça e negra crescia vertiginosamente, ameaçando sobrepor-se, em número, à população branca e reverter o quadro de dominação política.

Nos jornais, nos censos, os dados quantitativos reafirmavam as apreensões da elite. Enquanto o número de cativos reduzia-se drasticamente – em 1798, a população escrava representava 48,7%, ao passo que em 1872 passava a 15,2%, a população negra e mestiça tendia a progressivamente aumentar, correspondendo, segundo o censo de 1872, a 55% do total. Na Região Sudeste (devido, sobretudo, ao movimento migratório europeu) a população branca predominava – 61% –, mas no resto do país a situação se invertia, chegando os mestiços a totalizarem 46% da população. (SCHWACZ, 1993, p.13)

Em Salvador, o recenseamento de 1872¹ indicava que a população se constituía de 31,1% (33.672) brancos e 68,9% (74.466) não-brancos, estes últimos constituídos de 41,8% mulatos, 17,2% negros e 2,1% caboclos (Teixeira, 1999, p. 97). A comparação desses dados nos revela que a cidade soteropolitana era composta por uma maioria de indivíduos não-brancos, o que comprova ter sido a Salvador do século XIX uma cidade de negros e mestiços.

Datavam dessa época as tentativas intelectuais de repensar a condição brasileira, explicar seu atraso e projetar perspectivas para a nação. Para as elites, a mudança da imagem no país implicava, entre

¹ Conforme Thales de Azevedo, devemos ter cautela na apreciação das informações oferecidas pelos censos, pois não foi o séc. XIX mais exato em seus censos do que os anteriores. Tudo que sabemos sobre a população da capitania ou da província, e da sua capital, apesar de se falar, mais de uma vez, em recenseamentos, baseia-se mais em estimativas. Cf. Thales de Azevedo. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969 p. 231

outras coisas, transformar, essencialmente, sua população na direção do branqueamento.

A partir de 1870, introduzem-se no cenário brasileiro, de forma simultânea, teorias de pensamento até então desconhecidas, como o poligenismo, o darwinismo social, o eugenismo, a frenologia, o evolucionismo e o positivismo.

O poligenismo afirmava que o homem foi originado a partir de vários centros de criação, caracterizados por diferentes regiões climáticas nas quais habitavam, responsáveis pelas mutações diferentes das espécies, o que explicaria as diferenças raciais observadas. Tal versão se caracterizava por uma interpretação biológica da análise dos comportamentos humanos, resultado imediato das leis biológicas e naturais. Resultado de vários centros de criação, as raças humanas se constituíam então, em espécies diversas, verdadeiros tipos específicos, não sendo redutíveis, por isso, a uma única humanidade. Esta apresentava, como no reino animal, uma hierarquia de espécies, cujo topo era ocupado pela raça branca.

Os poligenistas Samuel Morton, Josiah Nott e George Gliddon pretendiam provar sua teoria a partir de medidas cranianas que indicavam que as raças humanas tinham sempre exibido diferenças fisiológicas em sua confrontação racial-genética. A base do seu argumento era que a pretendida inferioridade das raças índia e negra podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos, e que tais diferenças eram resultado direto da sua criação como espécies distintas.

O darwinismo social sustentava a tese da evolução somente para as raças puras, de acordo com suas potencialidades. Eminentemente determinista, no que se refere à perspectiva da hierarquia das raças, adotava o modelo poligenista, contudo, sem a ideia da origem a partir de diversos centros de criação, acreditando que as raças humanas constituíam fenômenos finais, resultados imutáveis, restando que todo cruzamento se consubstanciava num erro, isso porque o ato da miscigenação não transmitia caracteres adquiridos nem mesmo no processo de evolução social. Diante disso, dever-se-iam louvar os tipos puros, não sujeitos a processos de miscigenação, que se revelavam como degeneração racial e social.

O darwinismo social fundamentava a irredutibilidade da unidade humana em três proposições básicas:

A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituiu uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “rácio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo. (SCHWACZ, 1993, p.58)

O evolucionismo social pretendia, a partir de uma perspectiva comparativa, analisar o desenvolvimento cultural dos povos, com a finalidade de apreender o ritmo de crescimento sociocultural do homem. Neste sentido, através das similaridades apresentadas, propuseram-se a formular esquemas de ampla aplicabilidade que explicariam o desenvolvimento comum da história da Humanidade.

Os evolucionistas sociais acreditavam que a civilização e o progresso eram modelos universais e que, em todas as partes do mundo, a cultura, necessariamente, teria se desenvolvido em estágios sucessivos, caracterizados por organizações econômico-sociais específicas. Tais estágios deveriam ser entendidos como únicos e obrigatórios, em um desenrolar teleológico que desembocaria em uma mesma direção, ou seja, o progresso.

Consequentemente, para tal perspectiva, toda e qualquer diferença se caracterizava como algo contingente e acidental, uma vez que o conjunto da humanidade, necessariamente, estava sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo.

É no contexto desses debates, conforme Schwarcz, que surge o conflito entre os conceitos de desigualdade, defendido pelo positivismo e pelo evolucionismo social, e o de diferença, defendido pelo darwinismo.

Desigualdade e diferença – termos que o senso comum pode tomar como sinônimos – passam a representar posturas e

princípios diversos de análise. A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo, ou modificáveis mediante o contato cultural. Já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas ontologicamente diversas, as quais não compartilhariam de uma única linha de desenvolvimento. As diferenças observadas na Humanidade seriam, portanto, definitivas e irreparáveis, transformando-se a igualdade em um problema ilusório. (SCHWACZ, 1993, p.62)

Representantes ilustres do darwinismo social, E. Renan (1823-1892) e o Conde Gobineau (1816-1882) ironizavam a ideia iluminista de uma humanidade una. O primeiro afirmava que os grupos negros, amarelos e miscigenados seriam povos inferiores, não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso. Já o Conde, partidário de um determinismo racial absoluto, entendia que o último resultado da mistura de espécies humanas diferentes seria o responsável pela degeneração da raça, e que, em razão disso, o arbítrio do indivíduo seria uma ilusão diante do determinismo biológico racial. A vontade, dizia ele, nada pode em relação a tal fatalidade.

Tais teorias, modelo de sucesso na Europa em meados dos anos oitocentos, chegaram tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, como a Faculdade de Medicina da Bahia, que, na época, se constituía como centro de congregação da reduzida elite local.²

A utilização das referidas teorias serviu como mecanismo de defesa da elite ante a realidade da mudança de conjuntura econômica e política que se encaminhava, gradualmente, para abolição da escravidão e, conseqüentemente, para a ascensão da cidadania do elemento servil, ameaçando pôr em perigo o projeto nacional do branqueamento, ao tempo em que servia enquanto explicação da nossa desigual e atrasada

² A Faculdade de Medicina da Bahia, por ser a única escola superior na província, durante quase todo o século XIX, transformou-se no centro convergente da vida intelectual e científica baiana nesse período.

realidade social. Na Bahia, onde 70% da população era formada por indivíduos não-brancos, a perspectiva de mudança se constituía numa fonte de constante temor e angústia, uma vez que ameaçava o *status quo* de uma elite que, há trezentos anos, se beneficiava do trabalho escravo.

Uma vez realizada a abolição e proclamada a República, a jovem nação concorria para ocupar o seu espaço na modernidade, tendo, para tanto, que explicar as razões do seu atraso, bem como eliminar os obstáculos que a constituíam um país *sui generis*. Por isso, passou a recorrer aos modelos teóricos, acima referidos, que eram viesados pelo preconceito racial, tornando-se, por isso mesmo, viáveis na justificação do complicado jogo de interesses que então se mantinha, transformando-se em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais. Tais modelos pretendiam justificar, cientificamente, organizações e hierarquias tradicionais que, com o fim da escravidão, começavam a ser publicamente colocadas em questão.

Os anos 70 do século XIX consubstanciaram-se enquanto momento de fortalecimento e amadurecimento da Faculdade de Medicina da Bahia, que tomará consciência de si como porta estandarte do progresso nacional, redefinindo a atuação médica.

O contexto é também relevante. As recentes epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras, chamavam a atenção para a “missão higienista” que se reservava aos médicos. Além disso, com a Guerra do Paraguai, afluíam em massa doentes e aleijados que demandavam a atuação imediata de um corpo de cirurgiões. Juntamente com o crescimento desordenado das cidades, aumentavam a criminalidade e os casos de alienação e embriaguez. Por fim, crescia a apreensão médica frente ao fenômeno das doenças consideradas endêmicas entre certas populações de imigrantes. É conhecida a correlação entre o recrudescimento da febre amarela e a imigração italiana. Diante desse cenário alterado redefinia-se a atuação médica no país. Essa é a época do surgimento da figura do “médico missionário”, obstinado em sua intenção de cura e intervenção. É também o momento do fortalecimento do perito em medicina legal, cujo olhar não recaía sobre o crime mas sobre o criminoso, com suas taras e degenerações, e do início de uma discussão profissional que visava definir os limites e possibilidades de atuação desse tipo de prática.

As revistas médicas, muito influentes a partir de então, resumirão de forma perfeita as grandes características da medicina feita no Brasil – e mesmo esse novo perfil profissional – em finais do século XIX e início do XX. (SCHWACZ, 1993, p.198)

Esses *homens de ciencia*³ projetavam, ousadamente, elevar a produção científica nacional à altura das demais nações evoluídas, criando algo novo, para além da importação das ideias estrangeiras. Queixavam-se da falta de criatividade e espaço científico, alegando não termos produzido nada de genuinamente brasileiro, uma vez que a química era uma ciência francesa, a psicologia era inglesa, a anatomia era alemã e a criminologia era italiana. Resultou daí a missão de criar-se uma ciência e objeto de saber especificamente autóctone.

Com essa perspectiva é que foram criadas a Gazeta Médica da Bahia e o Brasil Médico, revistas que pretendiam investigar a realidade brasileira na busca de uma originalidade médica nacional.

Urgia, pois, demonstrar os males comuns da sociedade, torná-los visíveis, expor a doença, bem como alertar contra o perigo iminente da degeneração, como destino futuro que podia e devia ser evitado. O médico não deveria restar solitário em uma clínica, mas ser arauto e farol da sociedade, numa simbiose de médico e político.

A Gazeta Médica da Bahia surgiu em julho de 1866, fruto das reuniões quinzenais ocorridas na residência do Dr. John Ligertwood Paterson, formadas por um grupo de médicos que discutiam casos clínicos e questões relacionadas à profissão. Do grupo faziam parte Januário de Faria, Antônio José Alves, Otto Wucherer, Silva Lima, Pires Caldas, Pacífico Pereira, Maia Bittencourt, Silva Araújo e Américo Marques. Desses encontros surgiu a ideia da publicação de uma revista médica baiana, motivada por inquietação causada pela inexistência de trabalhos científicos e literários autóctones.

A Gazeta Médica da Bahia constituiu-se numa revista especializada, produzida nos períodos de 1866 a 1934 e 1966 a 1972, com uma edição especial em 1976, abrangendo, portanto, um período extenso de

³ Esta expressão resumia uma tendência da época que via na ciência, não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio. Cf. Lília Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28

edição, com pequenas interrupções até 1934, e retomada, após quase 30 anos, em 1966. Para Bastianelli(2002, p.10),a Gazeta surgiu como um dos veículos mais importantes de informação médica e social, trazendo em seu escopo as teses mais importantes dos nossos cientistas, bem como artigos de interesse científico e social, constituindo-se em um importantíssimo manancial de fonte histórica para a compreensão da evolução das ideias e dos costumes da sociedade baiana.

Os artigos publicados nas Gazetas Médicas, que dimensionam a evolução das ideias raciais no Brasil, estão contextualizados no período compreendido entre os 1880-1930. Este período apresenta a evolução do pensamento brasileiro sobre raça, subdividido em três fases⁴. A primeira, dos anos 1880 a 1914; a segunda compreende o período de 1914 a 1930 e a última,os anos 30 do século XX.

Primeira Fase: 1880-1914

Caracterizou-se pelo racismo científico do século XIX, e início do século XX, veiculado pelas teorias da eugenia, da frenologia e do darwinismo social, no horizonte do conceito da diferença, que, como foi dito, advoga a tese da existência de espécies humanas ontologicamente diversas. Nina Rodrigues, conhecido médico baiano, influenciado pelas ideias do darwinismo social, vai escrever o livro *As raças Humanas e a responsabilidade penal*, que almejava sensibilizar o legislador no sentido de alterar as leis penais referentes à questão da imputabilidade penal, uma vez que o Brasil era um país multiétnico, e cada raça apresentava graus de evolução, desenvolvimento, cultura e inteligências diferentes, não cabendo, portanto, um direito universal e uma noção única de justiça, o que justifica a proposta de formas de punibilidade mais severas. Defendendo as desigualdades potenciais das raças, afirma Nina Rodrigues (1957, p.28):

⁴ Cf. Thomas Skidmore. *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 183-192; Renato Ortiz. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994 p. 22-44; Edward Telles. *Racismo à Brasileira. Uma nova Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003, p. 41

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir, mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos.

Em razão disso, a ideia de liberdade e responsabilidade, princípios basilares do ideário iluminista, não possuía sentido, uma vez que a própria ação humana é determinada por motivos biopsicológicos e hereditários, estranhos à influência da vontade.

É a partir desse amplo horizonte das teorias evolucionistas e raciais que nossos médicos, *homens de sciencia*, irão diagnosticar a sociedade baiana de forma inovadora, já que o contexto exigia adaptações. Urgia, a todo custo, assegurar o progresso da civilização brasileira, bem como advertir a população das mazelas do cruzamento racial e orientar a ação política governamental no sentido de a impedir. Quanto ao criminoso, recomendava-se puni-lo de acordo com o nível de evolução da sua raça, como pensava Nina Rodrigues, condenando, por isso, o conceito de igualdade humana e de direitos supostos no Código Penal.

Concretamente, os médicos baianos, nesse primeiro período, escreverão seus artigos a partir das análises das anomalias e enfermidades as quais se propuseram investigar, relacionando-as, implícita ou explicitamente, à condição racial dos enfermos, caracterizadas por um determinismo natural, na maioria das vezes desprovidas de justificativas ideológicas.

Assim, enfermidades como o ainhum, a *ankylostomiase*, a varíola, a filariose, a hemarologia etc, quando não são afecções exclusivamente atribuídas a negros e mestiços, caracterizam-se por serem preponderantes nesses grupos étnicos, estigmas hereditários, atavismo, reaparição de características que foram apresentadas em ascendentes distantes, em estágios mais primitivos da evolução humana.

Ainda nesse período (1880-1914), podemos dividir os artigos em duas categorias: a primeira, que chamaremos endógena, à qual já nos referimos e que corresponde à análise das enfermidades, relacionando-as à condição racial dos pacientes, e a segunda, a perspectiva externa,

que realça o aspecto histórico-evolutivo dos negros e mestiços, considerados tipos evolutivamente inferiores.

Um exemplo ilustrativo dessa segunda categoria pode ser percebido no discurso proferido pelo Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, publicado na Gazeta Médica, no mês de janeiro de 1887, onde faz uma fenomenologia das raças que compõem o Brasil, em uma espécie de hierarquia das mesmas, na qual o homem negro se encontra resignado e maldito, pois, ao invés de manifestar grandeza, derramando seu sangue, na sua terra, pela própria liberdade, ensinou aos seus algozes, no Brasil, seus ritos grosseiros.

E a terceira, a raça dos duros trabalhadores de África, a descendência chuschita infeliz e maldita, que derrama, resignada, o seu sangue no campo dos seus senhores, mas que não teve a heroica grandeza de derramá-lo nos seus areais em nome da liberdade, e que passeia sob a vergasta o seu opróbrio pela América, mas que castiga os seus algozes ensinando-lhes os seus ritos grosseiros, inoculando-lhes na descendência a sua inferioridade e a sua degradação. (AMARAL, 1887, p.319)

Como se não bastassem tais atributos, diz ainda o doutor que, ao misturar-se com os seus senhores, gera descendentes inferiores e degenerados. Neste sentido, afirma, ainda, que:

Sobre a vida dos homens, como sobre a das nações, influem muito a raça, o sangue, a sua religião, os seus vícios e o seu clima, os seus mestres e os seus estadistas.

É assim que o álcool absorvido pela ascendência, os estigmas das longas misérias do povo revelam-se nas vísceras da descendência, explicam a sua apatia ou a sua bestialidade e constituem a biografia patológica do proletário. Foi à mistura de três raças que este povo deveu as suas aptidões e o seu caráter.

A miscigenação, explica o autor, seria a razão dessa grande família anêmica que é o Brasil, que, depois de um período de energia e de agitação patriótica, em que se revolucionou, caiu em um período de prostração. Terminados seus comentários a respeito do povo, continuou o seu discurso com críticas endereçadas ao poder central, o que não nos interessa neste momento.

Segunda fase (1914-1930)

A segunda fase se caracterizou pela ênfase no branqueamento, com o surgimento de um espírito nacionalista, a partir de 1914, que, rejeitando as teorias raciais como forma de explicação da nossa realidade, passou a explicá-la sob o ponto de vista do meio ambiente – infraestrutura, saúde, educação, indústria – acreditando, contudo, que a população embranqueceria através da mestiçagem. Nesta fase, percebemos uma mudança de perspectiva em relação aos paradigmas adotados no que diz respeito à questão racial. Neles, poderemos perceber um certo otimismo, caracterizado pela crença segundo a qual, apesar da mestiçagem, e através dela, é possível aperfeiçoar o povo brasileiro, contradizendo frontalmente aqueles discursos próprios das teorias raciais europeias, como o darwinismo social, caracterizados por um determinismo fixo. Neste sentido, tal mudança constituiu-se numa inovação teórica interpretativa, revelando, ao nosso ver, a excelência da cópia, apontando para mudanças de perspectivas que, gradualmente, desembocarão no culturalismo dos anos 30, tendo Gilberto Freyre como seu maior representante.

Sintomática dessa mudança é a postura do Dr. Murillo Celestino dos Santos, que, em artigo publicado em julho de 1923, intitulado “Moléstias mentais frequentes na Bahia”, relaciona as mesmas à questão da mestiçagem. Começa lamentando que haja uma vulgar confusão entre raça e cor, empregando-se indiferentemente o termo mestiço (cor mestiça) na acepção de cor parda. Ao seu ver, deveria ser estabelecido um melhor critério etnológico na confecção das estatísticas, uma vez que “o fator raça, entre nós, é constituído em sua maioria pela mestiçagem e no que tange a coloração da pele não há uniformidade. Temos mestiço de cor branca, parda e preta. (SANTOS, 1923, p.255)”

A partir dessas observações, passa a tecer considerações a respeito da mestiçagem como sinal de degenerescência, nos moldes do darwinismo social, contextualizado ao ambiente baiano.

A mestiçagem deve até certo ponto ser encarada, psicologicamente, como fator de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências, portadores de caracteres étnicos diversos e condições especiais que, sob a ação de influências

mesológicas, devem trazer uma perturbação inevitável na organização do equilíbrio instável.

A mestiçagem na Bahia, no momento atual, não é constituída apenas pelos três elementos primitivos que lhe deram origem – o africano, o europeu e o índio.

Na sua constituição já não entra o africano legítimo, genuíno de nascimento.

Este elemento há algumas dezenas de anos não vem mais ao Brasil e os restantes que ainda existem, entre nós, não mais procriam. Em compensação, o contingente asiático entre nós é regular (árabes, sírios, turcos, siberianos, etc.), e estes, no momento atual, contribuem para ainda mais embarçar a nossa organização étnica, porquanto, unindo-se aos tipos já adaptados às condições isotérmicas, embora de todo não depurados, ainda mais dificultarão a homogeneização da espécie em perspectiva. (SANTOS, 1923, p.256)

Até aqui, o discurso do Dr. Murillo Celestino dos Santos não destoa dos paradigmas tradicionalmente adotados, mas, justamente nos últimos parágrafos do seu artigo, percebemos uma atitude um pouco mais positiva, quando afirma que se deve cuidar da raça brasileira como um todo, através do conhecimento da sua psicologia, possivelmente no sentido de aperfeiçoá-la, no sentido de que, mesmo em que pese o fato da mestiçagem, pudesse chegar a uma possível perfectibilidade dos tipos que a compõem.

É preciso cuidar da raça: - sem a preocupação do preconceito cor – resolvendo os problemas da sua psicologia, observando as regras de higiene mental e adaptando meios próprios à sua cultura psíquica e intelectual.

Assim, veremos realizada a previsão do velho historiador Visconde de Porto Seguro, que dizia: brasileiro, produto de três raças, terá a energia e a intrepidez dos indígenas, o coração dos negros e a inteligência dos brancos. (SANTOS, 1923, p.257)

No mesmo espírito do artigo anterior, calcado no projeto eugênico, com a finalidade de “cuidar das raças” que compõem o povo brasileiro, o professor Mário Pontes de Miranda fez um discurso, na comemoração ao centenário da Independência do Brasil, publicado na Gazeta Médica, em julho de 1923.

Começa seu discurso afirmando sua confiança na mocidade brasileira, para realizar o grande sonho de uma pátria livre e forte. Contudo, adverte que o seu discurso não teria pretensão de deliciar o espírito dos ouvintes com delicadezas poéticas ou quiméricas, mas expressar a linguagem enfadonha e amarga da verdade, com a finalidade de lhes pedir a “regeneração somática da raça como condição indeclinável de nossa sobrevivência política entre as nações”. (SANTOS 1923, p.31)

Alerta o professor que temos vivido tristemente, de maneira apática e mole, e que as conseqüências fatais e necessárias dessas nossas características, que se disseminam perigosamente para a nacionalidade, são o desânimo, a indecisão, o horror às responsabilidades, a falta de iniciativa, a incapacidade para o trabalho. Tais sintomas, para o orador, traduzem um psiquismo acomodado, como, também, consubstancia “a repercussão moral da miséria somática que nos domina, dessa pobreza psíquica que é a confissão dolorosa de nossa fraqueza, a síntese infamante de todos os nossos males”. (SANTOS 1923, p.32)

Assim, deixados para trás o pessimismo e a descrença, deve a mocidade médica ser responsável pela regeneração somática e moral da nação.

Regeneremo-nos, pois, e devotemo-nos ao culto da Pátria!

(...) A vós – moços de pensamento e de ação – principalmente a vós – jovens médicos – essa tarefa formidável de reerguimento nacional!

Organize, desde já, a nova bandeira da Regeneração – e que em cada um de vós haja sempre o emissário da felicidade, o trabalhador infatigável, o homem compassivo e bom, capaz de perdoar com generosidade, e corrigir com doçura, as brutalidades e os erros da ignorância.

E de regresso, quando tiverdes realizado o milagre da ressurreição psicológica do sertanejo – que foi o sonho de Oswaldo Cruz – tereis feito, com um pouco da vossa mocidade, a mais viva, a mais feliz, a mais bela e a mais poderosa de todas as nações da terra!

Mas nem todo o Brasil está enfermo.

Parte, e parte ponderável de nossa gente apenas se acha envenenada pela preguiça e abatida pela ignorância dos preceitos elementares da higiene. (SANTOS, 1923, p.36)

Ainda nesse mesmo espírito, cinco anos depois, no mês de novembro de 1928, foi publicado o artigo *A Educação e a Saúde*, do Dr. Miguel Couto, o qual consideramos o mais sintomático da mudança de paradigma interpretativo sobre a questão racial antes do advento do culturalismo dos anos 30. O Dr. Miguel Couto afirma que a saúde da raça, melhor designada como a saúde da pátria, deve se basear a valorização do homem pela cultura, bem como na transmissão das qualidades valorizadas aos descendentes. Ao seu ver, estas medidas físicas constituem-se numa das maiores preocupações das sociedades contemporâneas, neste sentido, sente-se lisonjeado por ser o presidente honorário da Associação Brasileira de Educação, que tem marchado à frente da propaganda cultural do Brasil. Contrariamente a Pontes de Miranda, que criticava a valorização da formação intelectual em detrimento da formação física, o Dr. Miguel Couto afirma que a seleção para a saúde da raça há de ser feita pela inteligência e não pela força. Valorizando a inteligência, afirma que esta também se transmite geneticamente.

Seja como for, assim como os caracteres do corpo – a cor dos olhos, dos cabelos, da cutis, o talhe, são transmitidos aos descendentes segundo as leis de Mendel, assim também os da inteligência, que têm o seu *orgam* – as células psíquicas. Ninguém confunde um chinês com um russo, um hotentote com um belga. Vi há dias galante menina, com raízes neste Estado, filha de pais de olhos pretos, mas neta bilateral de avós e bisavós de olhos azuis, cuja cor dos olhos se assemelhava à da abóbada celeste em dias claros. (COUTO, 1928, p.205)

A respeito dos referidos caracteres, diz que estes se explicam por influências mesológicas e que a cor, em especial, nada mais é do que elemento de defesa em relação ao meio.

No Primeiro Congresso Universal das Raças, reunido em Londres, em 1911, Lionel Lyde, professor de Geografia Econômica na University College, procurou demonstrar que a diferença de cor nas diferentes raças depende inteiramente da pele, e é um elemento de defesa contra os raios do sol, tão perigosos como os raios X. Cada raça recebe o “quantum satis” de pigmento proporcional às necessidades da posição geográfica que ocupa; de outra sorte se extinguiria, tão naturalmente como desaparece toda a planta que perdeu a clorofila de que precisa a sua respiração. O preto de um negro profundo que habita o Sudão Ocidental e recebe um sol ardente não se encontra nas

ilhas mais próximas, que gozam clima marítimo. Os negros das florestas equatoriais da África, como os Sakai são antes amarelados; os Samangs são chocolate escuro; os nilóticos são avermelhados; os indonesianos quase sempre amulados. E acrescentou, no mesmo Congresso, von Luschan, professor de antropologia na Universidade de Berlim: “Uma pele branca não é outra coisa que uma pele sem pigmento e se nossos antepassados perderam uma parte do seu pigmento foi porque ele lhes era supérfluo. Assim como o ‘Proteus Sanguineus’ e certos escarabiados ficam cegos, porque, vivendo em grutas escuras os olhos se tornaram inúteis, assim também nós outros, pobres gentes de pele clara, havemos de usar óculos escuros quando andamos sobre a neve, e, se nos queremos proteger dos raios solares. (COUTO, 1928, p.206)

Para o autor, portanto, a educação cultural seria o antídoto eugênico para a saúde da raça brasileira como um todo, sendo a cor das pessoas nada mais que “um elemento de defesa contra os raios do sol tão perigosos como os raios X”. Neste sentido, percebemos, no nível do discurso, a superação daquela máxima própria do ideário darwinista social, que instituiu uma continuidade entre as características físicas/biológicas e os traços comportamentais predominantes.

Neste sentido, percebe-se, claramente, como já salientamos, uma mudança de perspectiva interpretativa no que diz respeito à questão racial, caracterizada pelo otimismo em relação à raça brasileira. Esta nova perspectiva, ao deixar de lado os prognósticos fatalistas e pessimistas do darwinismo social, aponta para a regeneração e o ressurgimento do povo brasileiro através da educação, antecipando o advento do culturalismo dos anos 30.

A chegada dos anos 30 anuncia uma guinada. Comenta-se na revista a emergência de um “espírito novo”, reclama-se contra “a paralisia e o pessimismo reinantes”. É como se de repente fosse preciso acreditar no país, transformar em certeza dúvidas e inquietações. (SCHWARCZ, 1993, p.217)

Terceira fase (década de 30): A teoria da democracia racial e o problema da originalidade do emprego das teorias raciais no Brasil

A partir da década de 30, houve uma aceitação entusiasmada da herança africana, pela reinterpretação otimista do caráter nacional, elaborada por Gilberto Freyre, que transformou a negatividade do mestiço em positividade, criando o mito da democracia racial.

Percebemos encerrar-se o tipo de discurso negativo sobre as raças que compõem o povo brasileiro e o seu processo de mestiçagem. Esta mudança, conforme Schwarcz (1993, p.217), começou a esboçar-se na década anterior, quando a mentalidade médica vai gradualmente se modificar pelo abandono do pessimismo eivado nos conceitos de *miséria somática e situação racial decaída* para a ideia de *regeneração*. Nesse momento, teve início o ideal eugênico que previa o ressurgimento e a regeneração da raça, não mais atacando a mestiçagem pura e simplesmente, mas evitando vícios ou doenças como a tuberculose, a epilepsia, a loucura e o alcoolismo em quem quer que seja. Pensava-se mesmo em mestiços redimíveis em contraposição àqueles irremediavelmente enfermos: alcoólatras, loucos, epiléticos, doentes para os quais não haveria regeneração possível. Passava-se a pensar na *perfeetibilidade* dos *bons mestiços* ou, ainda, na homogeneização das raças!

A análise da evolução das ideias raciais, a partir dos artigos da Gazeta Médica, mostra que a utilização das teorias raciais europeias, adotadas pela intelectualidade médica baiana, não foi simples imitação a crítica.

O debate a respeito da originalidade ou não da utilização das teorias raciais no Brasil é bastante antigo. A maioria dos autores as considera cópias inautênticas, reprodução de modelos que se referiam a realidades díspares da nossa. Sodré (1982, p.357 a 358) considerava tais teorias um epifenômeno do imperialismo europeu. O uso das mesmas “vinculava-se muito mais às influências externas que às solicitações do ambiente nacional, resultado de um processo europeu e de suas influências”. Leite, (1983, p.362) postula algo semelhante ao afirmar que “as teorias raciais aqui empregadas seriam um reflexo das doutrinas utilizadas pelos ideólogos do imperialismo, justificando o domínio europeu sobre os demais povos”.

Autores mais recentes, como Mariza Corrêa em *As Ilusões da Liberdade*, Lilian Moritz Schwarcz em *O Espetáculo das Raças*, ou, ainda, Renato Ortiz em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* argumentam que a utilização de tais teorias não se consubstanciou em simples cópias, na verdade, destacaram-se por sua originalidade, quando adaptadas à nossa realidade social.

Particularmente durante o período estudado tem-se a impressão, através dos próprios críticos, que o Brasil seria um entreposto de produtos culturais, provindos do exterior. A última moda, em particular a parisiense, aportava no Rio de Janeiro para ser em princípio consumida sem maiores problemas. Se aceitássemos esse quadro explicativo para compreender a penetração das ideias estrangeiras junto aos intelectuais brasileiros, como interpretar a diferença profunda entre Manuel Bonfim e Nina Rodrigues? (...) como entender, no entanto o fato de algumas ideias chegarem ao porto de destino e outras não? (...) Uma primeira conclusão se impõe. No momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil. Torna-se, assim, difícil sustentar a tese da “imitação”, da “cópia” da última moda; na realidade, uma defasagem entre o momento de produção cultural e o momento de consumo. Por outro lado, tem-se que esse consumo é diferenciado, Manuel Bonfim se volta para um autor como Topinard, a ponto de Skidmore se surpreender com seu conhecimento “atualizado” da literatura antropológica, Sílvio Romero prefere Agassiz ou Broca. O processo de “importação”, portanto, uma escolha da parte daqueles que consomem os produtos culturais. A elite intelectual brasileira, ao se orientar para a escolha de escritores como Gobineau, Agassiz, Broca, Quatrefages, na verdade não está passivamente consumindo teorias estrangeiras. Essas teorias são demandadas a partir das necessidades internas brasileiras, a escolha se faz assim “naturalmente”. (ORTIZ, 1994, p.29)

Esse novo posicionamento, então, encara as teorias raciais, não como simples cópias de modelos estrangeiros, mas como reelaborações teóricas nascidas em um contexto histórico específico, com novos significados, sendo renegociadas e experimentadas conforme a demanda de um momento em que a correlação entre produção científica e movimento social se revelava de forma não associada.

Acreditamos ter havido uma novidade na adaptação e no emprego de tais ideias no nosso contexto que, infelizmente, para desgraça de muitos, colaboraram para o aprofundamento e a manipulação da maioria da população baiana e brasileira, deixando sequelas que se espraiam até nossos dias.

O que se viu dos discursos analisados foi o emprego implícito das teorias raciológicas europeias, sobretudo o evolucionismo cultural e o darwinismo social, permeados por um pretense espírito positivo científico próprio do cientismo⁵ da época. Salvo raras exceções, a maioria deles não se deu ao cuidado de provar “cientificamente” o porquê dessa inferioridade dos negros, mas todos eles a encararam com naturalidade, repousando, comodamente, num *regime de verdade*, que lhes autorizava a emitir seus discursos competentes. Dissemos comodamente, mas não tranquilamente, porque percebemos, por trás desses discursos, um certo medo em relação ao aumento populacional das raças consideradas inferiores com sua mestiçagem, o que poderia ameaçar o *status* social da aristocracia branca à qual pertenciam nossos médicos.

Afirmamos, na introdução deste trabalho, que a assimilação do ideário raciológico não foi tão acrítica como queria a tradição e que as formas de emprego aqui tomadas, por si sós, representaram uma novidade no nosso contexto *sui generis*.

Tal novidade pode ser dimensionada pelo contraste entre os discursos raciológicos europeus e os brasileiros. Enquanto lá, as teorias apresentavam, de maneira geral, os sinais da inferioridade dos negros e os males da mestiçagem, aqui se fazia o emprego experimental de tais princípios, por ser um campo propício em razão da grande população de elementos considerados inferiores, fazendo-se uma verdadeira análise capilar das doenças a partir das raças ou dos seus aspectos físicos e histórico-culturais.

A novidade parece revelar-se mais clara nos anos 20, já anunciando a vaga culturalista da década de 30, quando, num processo de inversão dos paradigmas europeus, pensa-se mesmo numa profilaxia

⁵ Cientismo foi a corrente de acordo com a qual não existia conhecimento verdadeiro senão científico, segundo o modelo das ciências físicas. Cf. Philippe Tétart. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000 p. 155

das raças pela mestiçagem, largamente condenada pelo paradigma europeu.

Os “exageros de Gobineau, dos Vacher de Lapouge, dos Chamberlain, para não falar de Agassiz e de Gustave le Bon ...” Gilberto Amado, então, analisava a cultura legalista do Brasil, que punha confiança excessiva nas fórmulas constitucionais e na imitação dos modelos estrangeiros. No ano seguinte, ridicularizaria a obsessão da elite com sua “latini-dade”. Sugeriu: “Sejamos cafuzos ou curibocas resignados, procurando honrar o nosso sangue pela dignidade do nosso estilo de homens e não pelo blasonar de hereditariedades que não são nossas. Em resumo, o jovem intelectual desenvolvia uma análise histórica dos problemas do Brasil de uma posição antirracista muito semelhante à de Alberto Torres e Manuel Bonfim. (SKIDMORE, 1989, p.184)

Podemos concluir, afirmando, como Foucault, (1987, p.11) que a materialidade daqueles discursos tinha “o encargo de dizer o que funcionou como verdadeiro, com a finalidade de conjurar os poderes e perigos dominando o acontecimento aleatório”, tendo em vista as formas de dominação através da categorização das pessoas em normais e anormais, cabendo aos negros e mestiços esta última qualidade. Com o avanço das mudanças conceituais e das formas de determinação do poder, tanto a episteme quanto seu regime de verdade, que caracterizaram aqueles discursos dos médicos, desapareceram, dando lugar a outras formas, elaboradas a partir de outras perspectivas, como a culturalista dos anos 30.

Referências

AMARAL, Braz Hermenegildo. *Discurso Gazeta Médica da Bahia*, janeiro de 1897.

BASTIANELLI, Luciana. *Gazeta Médica da Bahia 1866-1934 / 1966-1976*. Bahia: Edições Contexto, 2002.

COUTO, Miguel. A Educação e a Saúde. *Gazeta Médica da Bahia*, novembro de 1928.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.

- FOUCAULT, Michel. *El ordem Del discurso*. Barcelona: Tusquets, 1987.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983, p.362.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.
- SANTOS, Murillo Celestino dos. Moléstias mentais mais frequentes na Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, julho de 1923.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo:Difel, 1982.



Palestra



Ana Nery e outras tantas mulheres na guerra do Paraguai (1865-1870)

Marcelo Santos Rodrigues

Doutor em História (USP)

Prof. Associado de História da/UFT

Nesta palestra falarei sobre a trajetória de Ana Justina Ferreira Nery. A viúva que saiu da cidade de Cachoeira, no recôncavo baiano, subvertendo a condição da maternidade, tradicionalmente atribuída ao universo feminino de sua época, para deixar de ser a mulher frágil e imaculada construída pela literatura brasileira do século XIX e primeira metade do XX, e tornar-se a primeira enfermeira do exército brasileiro e inspiração para a criação da Cruz Vermelha.

Trata-se da narrativa sobre uma mulher – viúva e mãe de família – proveniente de uma região onde, até fins do século XIX, as relações escravistas eram dominantes e cujas mudanças de regulação do tempo feminino resultavam de negociações e rearranjos – de classe, etnia/raça, gênero e geração – de tantas desigualdades.

Também demonstramos que mulheres anônimas contemporâneas a Ana Nery tiveram suas vidas marcadas pela consequência da guerra e que, mesmo na condição de invisíveis na história tradicional participaram a seu modo das agruras da luta, revelando-se capazes de negociar com a sociedade na qual encontravam-se inseridas.

A partir dos anos de 1990, com a ampliação das pesquisas sobre gênero no Brasil, intensificam-se histórias sobre mulheres que passam a ter identidade própria, afirmação política e papel acentuado na história. Nessa mesma década, a guerra do Paraguai era revisitada a partir de

fontes históricas distintas revelando temas diversos, dentre eles, o da presença da mulher na guerra. Neste encontro a história de gênero depara-se com uma nova história militar para juntos revelarem nuances da memória do maior conflito bélico ocorrido na América do Sul.

Se na literatura histórica brasileira a presença da mulher na guerra do Paraguai era ausente, o discurso fundado por biógrafos e historiadores sobre a enfermeira Ana Nery demonstrava a condição feminina associada à fragilidade e bondade, valores historicamente e culturalmente projetados, que limitava e omitia o papel feminino a certos espaços, negando a capacidade da mulher em negociar e fazer valer suas vontades.

Assim, a “Inspiração da caridade cristã”, o “sacrifício de amor materno”, a “Santa Missão”, a “consolação dos feridos”, a “dedicação a humanidade” foram atributos frequentemente utilizados para descrever a atuação de Ana Nery, em consonância ao papel reservado a história da mulher do século XIX.

A Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870 foi a maior contenda externa brasileira. Além do Brasil envolveram-se as repúblicas da Argentina e do Uruguai contra o Paraguai, o que despertou em várias províncias do império o sentimento de nacionalismo. Todavia, a dimensão do Brasil mostrava o despreparo das forças brasileiras diante de um exército que, o presidente paraguaio Francisco Solano López, preparou para um conflito internacional.

A solução encontrada pela monarquia de Pedro II foi o de formar, através do Decreto Imperial de 5 de janeiro de 1865, os batalhões de corpos de Voluntários da Pátria para complementar as forças regulares do Exército que contaria, ainda, com o contingente da Guarda Nacional.

Machado de Assis atribuiu um papel específico para as mulheres contemporâneas da Guerra do Paraguai. Lembremos, no entanto, tratar-se de uma obra ficcional e, escrevendo para um público eminentemente feminino, acabava por demonstrar um perfil característico atribuídas às mulheres no período estudado.

O escritor carioca em crônica de 07/02/1865 publicado na *Semana Ilustrada*, em resposta a uma pequena nota publicada no jornal do Comércio do Rio de Janeiro, sob o título “Patriotismo”

que faz referência a D. Bárbara, que em Minas Gerais dissera a seu filho: “Toma este escudo, volta com ele; ou volta sobre ele” apresenta o papel que cabe a figura feminina em situações de guerra. Nessa crônica, Machado se mostra contrário a participação da mulher no campo de batalha empunhando armas. E afirma:

Não nascestes para a guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e a menos valente vale por dois Aquiles. De qualquer modo, ajudais os homens. Uma como mãe espartana, arma o filho e manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e entregam aos soldados; outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores o caminho dos bravos. Deixarão os soldados que lhes arranquem aquela bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? Não tendes uma espada, tendes uma agulha; não comandais um regimento, formais coragens, não fazeis um assalto, fazeis uma oração; não distribuis medalhas, espalhais flores.¹

De fato, ao examinarmos, a documentação oficial referente a guerra do Paraguai, as primeiras bibliografias pertinentes ao tema e, até mesmo, na narrativa jornalística da época, o papel reservado às mulheres claramente é o sugerido por Machado de Assis.

A primeira referência a Ana Nery no acervo do IHGBa encontra-se na obra *As Telas Históricas do Paço Municipal*, publicado por Sílio Bocanera Junior, em 1922, na qual o autor ao constituir pequenas biografias de personalidades importantes da história da Bahia, afirma que Ana Nery mereceu “por suas virtudes, o glorioso título de Mãe dos Brasileiros”.

Sem inventariar o que se sucedeu no campo de batalha com a enfermeira baiana, o autor reserva-se a compilar documentos oficiais que comprovam a partida de Ana Nery para o serviço nos hospitais no sul do país. No entanto, não apresenta aspectos pertinentes a atuação da enfermeira nos 5 anos em que tomou parte da contenda internacional.

Diz Bocanera:

¹ Ver Machado de Assis Crônicas, em Obras Completas (Rio de Janeiro/ São Paulo/ Porto Alegre, W.M. Jackson, 1957 p. 118

Diplomas honrosos de benemerência lhe foram conferidos no Paraguai, em homenagem a suas raras virtudes cristãs, ao seu extraordinário altruísmo; e ao regressar a Pátria amada, em caminho da saudosa terra natal, berço orgulhoso, também, de – Maria Quitéria de Jesus Medeiros – esse, outro gênio dos exércitos, valorosa, intrépida e destemerosa. (BOCCANERA, p. 109)

Edith Mendes da Gama e Abreu ao escrever em 1967 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia relembra Ana Nery e atribui a ela “impulsos outros que não o de simples bondade, mas expressivos de bravura na afronta a graves perigos e conformidade com penosas renúncias”. E que o Criador deixou “cair sobre a terra uma benção dadivosa, com um ser humano que se constituiria glória de seu povo pelo bem que iria fazer-lhe – Ana Justina Ferreira.” (GAMA e ABREU, p. 140)

E recorda que fora o “requintado instinto de maternidade, o amor que se decanta incomparável, aguçando-lhe a preocupação com os filhos que já haviam seguido para o campo de batalha, além dos irmãos, foi que lhe “ateou fortemente a chama do patriotismo.”

Tratando da vida de Ana Nery anterior a guerra, a autora afirma que está realmente “vivida para o lar, enchendo-o com os devotamentos de esposa e mãe”. Como Bocannera Júnior, Edith transcreve o ofício que Ana Nery dirigiu ao presidente da província Manoel Pinto de Sousa Dantas revelando não ser Ana Nery “uma mulher de letras ao julgamento da sua sensibilidade de mãe e inclinação de altruísmo.” (GAMA e ABREU, p. 142). Mas, ao contrário de Bocannera, a autora nos dá pista de que Ana Nery enfrentou os perigos mesmo em hospitais, acompanhando o exército aliado em Curupaity, Humaitá, Aquidaban, Corrientes e Assunção, onde nesta última localidade fundou em sua própria casa, às próprias custas, com a ajuda de seu filho médico, do corpo de saúde, “uma enfermaria onde só se lhe quebrou o labor desvelado quando não houve mais doentes.” (GAMA e ABREU, p. 143)

No entanto, muito provavelmente, diante da ausência de documentos comprobatórios sobre a atuação dos hospitais de guerra, onde é plausível encontrar pistas sobre a atuação da de Ana Nery, a autora, como seu antecessor, apresenta uma série de documentos que tratam

da enfermeira depois de concluída a campanha contra o Paraguai. Sempre recepcionada por grupos de senhoras que lhe entregavam ricos presentes como “tributo de admiração à caridosa baiana”, como a coroa em ouro de 18 quilates que lhe foi oferecida com os dizeres: “A Heroína da Caridade, as baianas agradecidas.” Ou o retrato, em tamanho natural, do artista Victor Meireles.

Assim, é a figura de mãe, “na tortura da saudade agravada pelas preocupações, (...) o anseio patriótico e altruístico de rumar para os hospitais de guerra; como mãe. Foi que se desvelou o sacrifício de Ana Nery. E lembra a autora que foi como mãe que a enfermeira trouxe consigo seis meninas, “filhas de soldados brasileiros desaparecidos no campo da luta, sentindo que toda a mulher perfeita tem no coração um berço para cada afeto e um abrigo para cada órfão.” (GAMA E ABREU, p. 147)

Por último, Bernardino José de Souza, em seu livro *Heroínas Bahianas*, além de exaltar as figuras de Joanna Angélica e Maria Quitéria, também dedicou uma breve reflexão sobre a atuação da cachoeirana Ana Nery na história de lutas. Dessa vez atribuindo a enfermeira o epíteto de “heroína da caridade.”

Após apresentar resumidamente a árvore genealógica de Ana Nery, como forma de demonstrar que a sua participação na guerra era simples indicio da continuidade da atuação de sua “família de patriotas legítimos”, além de narrar os tramites burocráticos feitos por Ana Nery para ingressar no exército como enfermeira, o autor se estende para além da guerra, inventariando os passos dados por ela após encerrado o conflito.

Todavia, sem deixar de associar Ana Nery a ideia de que a sua missão fora cumprida santamente de maneira calorosa e de amor ao próximo, servindo a Pátria, “remediando a dor”, alentando com “abnegação estoica os feridos e doentes”, consolando os moribundos, “praticando o bem”, num admirável sacrifício de si mesma. “A baiana espalhava o sopro consolador da caridade cristã.” (SOUZA, p. 146)

Retornando a Machado de Assis, encontramos em seu romance *Iaiá Garcia*, uma mulher, defensora dos valores paternalistas da época. Valéria luta contra a intenção do seu filho em escolher uma esposa

sem observar as “tradições de família”, “cabedais” e se expressa como uma mulher perpetuadora dos valores sociais, que prefere assistir seu único filho partir para Guerra do que vê-lo casado com uma moça de condições sociais “inferior” à sua. Essa é a mulher que Machado de Assis e outros escritores de seu tempo, apresentava para o século XIX. Impossibilitada pela condição feminina, não podendo desempenhar papel semelhante ao homem, frente ao inimigo agressor, a mulher que assumiu como verdadeiro o discurso sobre sua condição.

No entanto, um exame minucioso na documentação oficial existente em arquivos baianos referente a guerra do Paraguai encontramos outras formas da atuação de mulheres, seja de maneira direta ou indiretamente, na guerra contra o Paraguai. A pesquisa aos Registros de Donativos para a Guerra do Paraguai, documento existente no Arquivo Público do Estado da Bahia, confirma a vocação das mulheres imaginada por Machado, mas também extrapolam os limites estabelecidos pelo autor.

D. Rosa da Trindade Silva e D. Emilia do Sacramento, mãe e mulher do alferes da reserva Antônio Firmino da Silva Guimarães, ofereceram-se para costurar gratuitamente 100 camisas para o Exército ou Armada. D. Maria Antônia de Freitas Souza, professora do Colégio Piedade disponibilizou-se para educar meninas como alunas internas filhas de oficiais que partissem para guerra.

Diversas mulheres contribuíram com 5% de seus ordenados como fez Maria José de Barros N. Aranha, professora pública da Vila de Coité. As senhoras do engenho Campina Grande e D. Angélica Lacerda, diante do conhecimento sobre as dificuldades em que se encontravam os hospitais nas fronteiras, enviaram duas caixas com fios e ataduras para serem entregues ao súdito francês Moneiro Anglés que foi servir nos hospitais do Exército. Ofereceram, ainda, escravos na condição de partirem com sua carta de liberto.²

Assim, diversas foram as formas que marcam a participação da mulher na guerra do Paraguai. “A professora primária do Pilar, D. Andrelina Francisca de Castro Rios, ofereceu 5% de seu ordenado, pelo

² Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial. Registro de Donativos para a Guerra do Paraguai. Maço 3675-1.

tempo que durasse a guerra.”³ Outra forma de colaboração foi o oferecimento de vagas em colégios para educar filhos de soldados voluntários para a guerra, o oferecimento de braças de terras e até mesmo escravos na condição de partirem com sua carta de liberto, constituíam-se em mecanismos adotados por mulheres na contribuição à guerra.

Contrapondo à literatura machadiana referente à vocação das mulheres, Ana Justina Ferreira Nery se difere das mulheres participantes da guerra na segurança do lar: costurando, educando, orando e, até mesmo, financiando a campanha militar com seus rendimentos. Subvertendo os padrões, a enfermeira Ana Nery seguiu os batalhões do exército para o Paraguai

Respondendo ao apelo para defesa da pátria, a província da Bahia é a primeira a apresentar-se, antecipando-se ao Decreto nº 3371, que criava os batalhões de Voluntários da Pátria. Às 6 horas da tarde do dia 23 de janeiro de 1865, numa tarde de muita chuva, embarcaram os primeiros baianos com destino ao Rio de Janeiro, parada obrigatória entre a Bahia e o Sul do Brasil.

Comandando 477 homens, o Tenente-Coronel Joaquim Maurício Ferreira, tinha como responsabilidade conduzir esses homens, separados de suas famílias, sob a sua inteira direção, sem ele mesmo saber o destino que os aguardava. Aos presentes no embarque, não seria diferente das despedidas anteriores daquelas que estavam por vim, não fosse a presença de uma mulher que seguiria como a Primeira Enfermeira Militar Brasileira. Irmã do comandante, Ana Justina Ferreira Nery, também zarparia no navio “Princesa de Joenville”, dando início aos primeiros passos de uma jornada arriscada que mudaria a vida de muitos, inclusive o da própria Ana Nery.

Ana Justina Ferreira Nery nasceu na cidade de Cachoeira, em 13 de dezembro de 1814, trazia consigo a herança militar deixada por seus ascendentes que ativamente participaram dos quadros militares do Império. Certamente, condição favorável para a sua aceitação nas tropas que mais tarde, embarcariam para a Guerra. Casando-se com o oficial da Armada Izidoro Antônio Nery, nascido em Portugal e que morreria como capitão de Fragata no navio “Três de Maio”, que comandara no

³ Ibidem, p. 167

Maranhão. Desse casamento resultariam 3 filhos: Izidoro Antônio Nery, Antônio Pedro Nery e Justiniano de Castro Rabello.

Como viúva e, até os 50 anos de idade, vivera uma existência que não se diferenciava da de outras mulheres de sua época e de sua condição social. Porém, a viuvez não a transformara em peça descartada do jogo social. Na região de Cachoeira, podemos encontrar senhoras de engenho que na condição de viúvas, assumiam a posição de administradoras, como foi o caso da Baronesa de Viana na região de Santo Amaro. Segundo Stuart Schwartz: “alguns dos mais ricos proprietários de escravos no Recôncavo eram mulheres, especialmente em Santo Amaro e São Francisco do Conde, onde em 1817, 10% das fazendas de cana e mais de 15% dos engenhos pertenciam a mulheres.”⁴

Quando explodiu o conflito com a república do Paraguai, atentos a solicitação do Império, os irmãos e outros parentes de Ana Nery, apresentam-se ao Comando das Armas, dispostos a defender a nação. Depois do embarque de seus aparentados, restava apenas um filho, aluno do sexto ano de medicina que logo, também, se oferece para a guerra.

Já no início do conflito, atenta a condição de profunda solidão que permeava seu espírito, Ana Nery decide-se então, seguir o mesmo destino dos seus. Contudo, era necessário convencer a sociedade masculina de sua importância no auxílio ao Exército e, para isso, o discurso utilizado reflete o pensamento do seu tempo. Em carta destinada ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, Ana Nery revelaria os seus motivos que a levaram a guerra:

Tendo já marchado para o Exército dois de meus filhos, além de um irmão e outros parentes, e havendo-se oferecido o que me restava nesta cidade, aluno do sexto ano de medicina para também seguir a sorte de seus irmãos e parentes na defesa do país, oferecendo seus serviços médicos, - como brasileira, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros e por tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, se isto me fosse permitido, mas opondo-se a este meu desejo, a minha posição e o meu sexo, não impedem, todavia estes motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde

⁴ 5 Ver Stuart B. Schwartz, Segredos Internos. Companhia das Letras, 1995.

se façam precisos, com que satisfarei ao mesmo tempo aos impulsos de mãe, e aos deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas para honra e brio nacionais e integridade do Império.

Digne-se V. Excia de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração.⁵

Para melhor compreensão desse documento é pertinente a análise das revelações que este nos traz. A própria Ana Nery, denuncia-se como uma conhecedora da sociedade que integra e, dessa forma, apresenta-se como encarnação do próprio desejo dessa sociedade. Há de se pensar que valores de mãe dedicada e abnegada em proteger seus filhos são virtudes pregada pela Igreja, que até esse momento era uma aliada do Estado.

Ana Nery certamente gozava da confiança de seu irmão e apresentara-se para a guerra vestida, em seu preto, sinal de uma viuvez eterna, porém sem necessitar recorrer aos expedientes masculinos como forma de garantir o seu intento. A condição de irmã do comandante favoreceu a aceitação de Ana Nery nas fileiras do exército.

Para as mulheres era negado o ingresso nos batalhões militares. Na guerra de independência na Bahia, em 1823, outra mulher desafiou os padrões sociais. Maria Quitéria para ingressar nas fileiras do exército fugiu de casa com a cumplicidade da irmã, vestiu-se de homem, com roupas emprestadas do seu cunhado, e se apresentou como soldado, inclusive, cortando seus cabelos para não por em risco o seu plano.

Assim, o amor a pátria e a dedicação de mãe deve ser associada a condição de viúva, que permaneceria na solidão e, morrer entre os seus, parece compor uma nítida condição a ser conquistada por toda a família baiana. Ana Nery seguiu as tropas, vestida de preto denotando a condição de viuvez eterna sem necessitar recorrer ao expediente masculino como forma de garantir o seu intento.

Em que outra atividade poderia oferecer seus préstimos, senão como enfermeira? Mãe de médicos, aos 50 anos, constitui-se perfeito motivo para a sua aceitação. Não empunhando armas e sim a condição de guardadora e zeladora das vidas de tantos filhos feridos na guerra.

⁵ Citado por SOUZA, Bernardo J. de. *Heroínas Bahianas*, Livraria José Olímpio Editora, 1936 p. 129-130

Mas quanto a sua afirmação de “servir em quaisquer hospitais do Rio Grande do Sul”, não parece ser o que de fato viria a se constituir no curso da guerra, pois Ana Nery seguiria por longos 5 anos, o Exército nas campanhas em Curupaití, Humaitá, Assunção, Aquidaban e Corrientes. Seu conhecimento dos tramites burocráticos, ao escrever ao presidente da província baiana, como a íntima relação com o dirigente do primeiro batalhão de voluntários formados em Cachoeira, demonstram a capacidade de negociação política por parte de Ana Nery, indicador do conhecimento dessa sociedade pelas mulheres.

Até os 50 anos de idade, Ana Nery viveu uma existência que não a diferenciava das mulheres de sua época. Porém a viuvez não a transformou em peça descartada do jogo social. Na região de Cachoeira, podemos encontrar senhoras de engenho que, na condição de viúvas, assumiram a administração de seus bens, como foi o caso da Baronesa de Viana, na região de Santo Amaro da Purificação.

As viúvas ocupavam profissões variadas para garantir a sobrevivência e a preparação de seus filhos. A própria Ana Nery, depois de viúva, seguirá juntamente com seus filhos para Salvador com o intuito de dar continuidade aos estudos deles na capital baiana. Sozinhas, muito embora um novo casamento fosse possível de ser contratado no século XIX, eram negociantes, costureiras, quituteiras, donas de casas, vivendo de renda deixada pelos falecidos maridos, assim como da administração de seus próprios bens.

É possível encontrar, também, mulheres em outros papéis que não só de mãe abnegada na guerra. Apresentando-se para arregimentar tropas com o objetivo de aumentar as forças brasileiras nas fronteiras do país, Adelaide E. de Laugensehartz Fróes, nascida na Alemanha, filha de um homem de elevada posição social e casada com um brasileiro, dirigiu-se ao presidente da província baiana, para solicitar a sua ida a Europa com o fim de aliciar alemães para combaterem na guerra contra o Paraguai, com a proposição de, ao findar a guerra, tornarem-se colonos na Bahia.

Afirmou em carta:

Há, nas 4 cidades livres da Alemanha, no grão ducado de Schleorig, Icalas, Acin, em Lenemberg, milhares de homens que entusiasmados pela voz de uma mulher, viriam em massa ao Brasil, sem falar das províncias alemãs que se não querem sujeitar ao julgo Austríaco, poderei trazer destas, se forem eles

preferidos, porém me comprometo de preferencia pelos meus compatriotas, cabeças ardentes, que uma mulher conduziria ao suplício, quanto mais a uma pátria tão bela, como o nosso Brasil.⁶

Tratava-se de uma súdita alemã que buscava proteger seus concidadãos, mesmo que fossem remetidos para uma guerra. Para o agenciamento de mercenários estrangeiros ela exigia a quantia de 30 contos de réis, para ser empregado nas despesas de transporte e de hospedagem durante a viagem. Adicionava, ainda, a seu pedido, a soma de dinheiro que o governo concede aos voluntários naturais, metade paga logo que eles embarquem e a outra metade quando aqui chegados. Finalizava, cobrando pelo serviço prestado e pelo desempenho “patriótico” que no fim da guerra o governo conceda aos voluntários, terras para que possam ganhar a sua subsistência, considerando-os como brasileiros naturalizados.

Conclui dizendo que caso fosse aceito o seu oferecimento, partiriam no mais tardar no mês de outubro por ser período de intenso inverno, estação fria, e de miséria, que facilitaria a emigração.

Todavia, nenhuma mulher tinha chegado tão longe sem utilizar de disfarces para ingressar no exército brasileiro ou dele tirar proveito como de fato foi o papel desempenhado por Ana Nery. O palco da guerra foi um desafio para a enfermeira, revelado em uma triste imagem. A bexiga, o tifo e o sarampo foram as moléstias dominantes, seja em função da mudança de clima, seja pela falta de medidas higiênicas no acampamento que, somando-se aos feridos por bala e espada, constituíam-se nas vítimas que necessitavam dos serviços das enfermeiras. Afirma André Rebouças:

O hospital de S. Francisco porque passamos era uma simples palhoça situado num terreno que havia sido alagado nas grandes chuvas que caíram pouco depois da chegada das tropas e no terreno cercado de colinas. O acampamento tinha um péssimo cheiro...⁷

Landulfo Medrado fez anotações em seu diário nos campos da guerra a respeito de Ana Nery: “Este hospital (o de Corrientes) é talvez

⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia. Correspondência de E. Laugenschvartz Fróes ao Presidente da Província da Bahia. Seção Colonial e Provincial. Guerra do Paraguai. Maço 3673

⁷ FLORA, Ana e VERÍSSIMO, Inácio José. Diário e notas autobiográficas de André Rebouças. Texto escolhido e Anotações. Bahia, Livraria José Olímpio editora. 1936, p. 70

o melhor que temos: aí serve de enfermeira uma senhora da Bahia, já velha, a quem os doentes chamam de Mãe, pela caridade e desvelo com que trata a todos.”⁸

E quanto as dificuldades encontradas por ela no desempenho de sua atividade conclui: Esta Senhora faz uma das mais belas páginas de elogio à província da Bahia e entretanto, o Governo, que facilita as despesas mais loucas, nem ao menos lhe paga o aluguel de uma casa decente em Corrientes.⁹

Em Assunção, fundou e manteve com seus próprios recursos, em sua casa, com ajuda de seu filho Izidoro, médico, um corpo de saúde do Exército, continuando a sua missão de enfermeira. A fragilidade dos 50 anos que aparece como condição para exercer apenas ofício de natureza pacífica, não corresponde a sua trajetória durante a guerra, onde amargaria a triste sina de não ver cumprido o destino natural, quando os filhos enterrarem seus pais. Perderia seu filho no palco da guerra.

Enquanto Ana Nery enfrentava as agruras da terrível guerra no sul do país, outras mulheres sofriam com os horrores dos campos de batalhas, sem terem ingressado nas fileiras do exército; mulheres anônimas e despossuídas que nada tinham, a não ser filhos para morrer na guerra. Elas estão representadas nas estrelinhas dos documentos pesquisados.

Assim, a guerra que enfrentava Ana Nery nos campos do Paraguai, não era, todavia, diferente da situação a que estavam reduzidas muitas outras mulheres na própria província da Bahia. Ana Maria Suplicia de Jesus, impelida pela necessidade colocou a venda na loja 17, á Rua do Julião, a farda do marido recrutado à força, José Alves da Costa, que servia na Guarda Nacional. A suplicante teve um filho recrutado e depois de implorar, ao presidente da província da Bahia a sua soltura por ser ele responsável pelo sustento da família, apresentou-lhe também três outros filhos menores. Para Maria de Jesus esse era o único recurso para matar a fome que, antes mesmo do embarque do dito marido, batia-lhe à porta.¹⁰

⁸ SOUZA, op. cit., p. 133.

⁹ Ibid., p. 134

¹⁰ O Alabama. Salvador, 30 de novembro de 1967.

A legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até a crença no dever que teriam os filhos de servir aos seus dirigentes ou a seu país e até associações entre masculinidade de potência nacional. A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças a exclusão das mulheres de seu funcionamento. (SCOTT, 1995)

Na historiografia da guerra e de toda a primeira metade do século XX, as mulheres são circunstancialmente apresentadas como heroínas, possuidoras de virtudes tão grandiosas, que levariam a cumprir seu papel, sem notar que em auxílio aos feridos, tratara e depositara seus cuidados também aos inimigos. Como conciliar essa condição quase divina com a de mãe que perdera o que lhe tinha de mais precioso? Sem dúvida morreria com Ana Nery um pouco desse patriotismo exagerado e tão exaltado por essa historiografia.

Em fins de março de 1870, já cansada e idosa, marcada pelo tempo ingrato e pelas intempéries que enfrentara na Guerra, Ana Nery deixou a regiões do Paraguai e chegando, à Bahia a 5 de junho de 1870, coberta de glória com o título de Mãe dos Brasileiros, trazia consigo 4 meninas, filhas de soldados brasileiros mortos nos campos de Batalhas, buscando preencher o vazio que ficara com a morte de seu filho.

Em sua volta para casa, seguindo o caminho dos vapores e a possibilidade de um descanso à muito desejado, passou pelo Rio de Janeiro, onde homenagens foram prestadas por seus feitos na campanha. Eram os primeiros reconhecimentos fora da guerra prestados a Ana Nery. E aí, também se revelaria o papel da mulher na história do Brasil e na da Guerra do Paraguai. Na Capital do Império a mais significativa homenagem partiu de um grupo de mulheres baianas daquela sociedade, que lhe ofereceria um álbum, guarnecido de madrepérola e prata acompanhado da seguinte mensagem:

As senhoras baianas nesta corte não poderiam assistir indiferente à passagem de V. Excia. por aqui, no seu regresso à velha e heróica província. Entusiastas das virtudes e da caridade de

V. Excia para com os nossos concidadãos que no Paraguai pug-naram pela honra da nação, encarregaram-nos elas de oferecer a V. Excia este pequeno sinal de seu alto apreço, distinta con-sideração e afetuosa estima.¹¹

O pequeno sinal era apenas uma coroa em ouro de 18 quilates, com 35 centímetros de diâmetro que trazia escrito: “À heroína da caridade, as baianas agradecidas”. Registrou-se a presença apenas de mulheres na homenagem prestada e mais, mulheres que compunha uma elite na Corte, como podemos verificar nas assinaturas que se seguem a entrega do álbum: Baronesa de Muritiba, Isabel Duque Estrada, Maria Senhorinha Madureira Acioli de Brito, Laurentina Adelaida de Moura Lima, Ana Ferreira Rebouças, dentre outras.

Um detalhe não escaparia a minha curiosidade. O significado daquela coroa, ricamente confeccionada. Seria a representação de uma rainha, atribuindo nobreza a pessoas comuns como Ana Nery, ou talvez, santa, como sofredora pelos deslizes praticados pela humanidade?

Nessa mesma ocasião, seria encomendado por essas mesmas senhoras a pintura de um quadro a óleo, em tamanho natural, ao célebre pintor de famosas batalhas da guerra e de outros capítulos de nossa história, Vítor Meireles, representando a cachoeirana de pé no campo de batalha, retrato este oferecido à província da Bahia.

Finalmente, o seu regresso era de todo. Estava em sua terra natal, trazendo saudades e lembranças de quando partira. O seu retorno foi um acontecimento mais festivo do que seu embarque, pois a cidade preparou as suas homenagens a grande heroína e conterrânea. Já no dia seguinte, a Filarmônica Minerva e a música do Corpo de Polícia, senhoras de famílias ilustres, foram felicitar Ana Nery, que se quer, descansara da difícil e fatigada viagem.

Em sua casa, brindaram-lhe com uma rica coroa de louros cravejado de brilhantes. Dali seguindo, acompanhados por estudantes de medicina e pessoas que observavam, perplexos, aquela figura que guardava um ar de matriarca, para a Sociedade Recreativa, onde mais sinais de reverência foram demonstrados por poetas, representantes

¹¹ SOUZA, op. cit., p. 135

oficiais, intelectuais e jornalistas, finalizando tais manifestações com um baile oferecido para a “Mãe dos Brasileiros”.

Eram reverências que pareciam não acabar. Já no dia 7 de junho, em sua residência, uma comissão nomeada pela Assembléia Provincial, continuou a render respeito. Naquela noite discursara o deputado Dr. Ramiro Afonso Monteiro:

Não foram somente seus filhos que, educados na paz, souberam mostra-se valentes guerreiros quando a Pátria pedia a sua dedicação: vós que pertenceis ao sexo a quem não é dado provar o seu valor nos combates, destes provas do vosso amor e dedicação, desprezando o sossego, o descanso e a própria vida em favor desses mesmos heróis que longe de suas famílias, careciam de um coração de mulher, transbordando de caridade evangélica, para lhes curar as feridas com os desvelos que só uma mãe sabe dispensar a seus filhos. (...) Enquanto vossos filhos e vossos irmãos se distinguiam pelo talento e pela arte, pela perícia e coragem, vós sobressaíeis pela caridade e pelo amor, virtudes que resumem a glória da mulher.¹²

Virtudes masculinas separavam-se, tornando nítidas as diferenças daquelas atribuídas ao universo feminino. Coragem, perícia, arte e o talento são as atribuições comumente apresentadas aos homens heroificados pelo Brasil, ficando para as mulheres a caridade e o amor como suas aptidões.

Compreendendo ser necessário dar voz às mulheres em seu tempo, depois de pronunciado o primeiro discurso, um outro em seguida parece-nos revelador de questões que, ocultos nos discursos masculinos, viria com toda força e transparência traçar um perfil complementar àquele sustentado pela mentalidade do final do século XIX. Dona Ana Marques, senhora rica e de muito prestígio pronunciou um discurso cheios de significados: “Não é só a espada que conquista a glória! Não é só o soldado que recebe ovações. O Sexo a que pertencemos também as conquistas e recebe, quando, como vós, faz abnegação de seus cômodos, para mitigar a dor da humanidade sofredora.”¹³

¹² SOUZA, op. cit., p. 140

¹³ SOUZA, op. cit., p. 138.

Em defesa do papel desempenhado pela mulher, parece pertinente a aceitação da mentalidade de uma sociedade em transição. Mais ainda quando em seu discurso observamos uma tentativa de colocar no mesmo pedestal homens e mulheres, sem, no entanto, ferir o direito reservado ao mundo do homem:

Assim, pois, minha patrícia, se as prerrogativas da força conquistaram para os Conde d'Eu, os Caxias, Hevel, Itaparica e tantas outras, um nome glorioso, os acentos do vosso coração, na prática da caridade, vos elevaram à altura daqueles heróis e vos dão direito às bençãos de nossa Pátria agradecida.¹⁴

As homenagens estenderam-se por muito tempo e, decorridos três anos, o retrato da heroína cachoeirana, oferta das baianas moradoras do Rio de Janeiro, foi solenemente inaugurado em 28 de setembro de 1873, no Paço Municipal da cidade do Salvador. Solenidade revestida de toda as formalidades oficiais, comparecendo vereadores, o vice-presidente da província, o Chefe de Polícia, o Comandante Superior da Guarda nacional, jornalistas e muitas famílias baianas.

Em Corrientes na Argentina, foi-lhe oferecido o diploma de sócia da Sociedade Filantrópica de Socorros e, em Assunção, o diploma de sócia instaladora da Sociedade de Beneficência Portuguesa. O próprio Imperador receberia Ana Nery em seu palácio e concedera-lhe uma pensão anual de 1:200\$ e as medalhas Humanitária de 2ª classe e de campanha com passador de ouro n.5.

Às quatro e meia hora da tarde de 20 de maio de 1880 aos 66 anos de idade, faleceria Ana Justina Ferreira Nery na cidade do Rio de Janeiro. Sendo sepultada no cemitério de S. Francisco Xavier em jazigo perpétuo cedido pela Santa Casa de Misericórdia.

Estava, então, equivocado Machado de Assis em sua crônica ao atribuir um outro papel que não o da guerra às mulheres? Ana Nery nascera para a guerra e trouxera seu filho sobre o escudo espartano como fora proposto por D. Barbara. Dando assim, a prova de que a mulher em seu cotidiano escreve sua história, inventa suas estratégias, dissimula, negocia e expressa seus desejos. Mesmo sendo poucos os

¹⁴ SOUZA, op. cit., p. 139

vestígios, deixados por elas mesmas, sobre suas trajetórias, nos fazem pensar na participação da mulher na Guerra do Paraguai.

Respondendo a Machado de Assis sobre a participação da mulher na guerra, esse estudo encerra com uma reflexão sobre a condição da mulher no século XIX definida pelo estereótipo da mulher frágil, abnegada, mãe dedicada e viúva devotada.

Ana Justina Ferreira Nery, “a primeira enfermeira do exército”, “a mãe dos brasileiros”, “a mãe dos pobres” transitou no palco da guerra do Paraguai e circulou por espaços exclusivamente masculinos. Invertendo a lógica natural trouxera o filho morto sobre o escudo espartano como havia sentenciado D. Bárbara.

Por outro lado, se considerarmos a atuação das mulheres anônimas da história, relatadas pelos diversos documentos apresentados nessa pesquisa, percebemos que elas, tiveram uma atuação significativa durante a guerra do Paraguai, seja reivindicando junto ao governo indenizações pela ausência de seus filhos subtraídos pela guerra, ou seja pela necessidade de vender até os bens pessoais do marido para garantir a própria sobrevivência dos filhos órfãos da guerra ou, até mesmo, aquelas que tiraram proveito de aumentar o patrimônio pessoal.

Enfim, na solidão de seu cotidiano, essas mulheres somam-se a Ana Justina Ferreira Nery, para romperem com os arquétipos da fragilidade e da submissão para escrever a sua própria história, dissimulando, negociando e expressando seus desejos.

Referências

ABREU, Edith Mendes da Gama e. **Ana Nery**. Rev. Inst. Geog. His/. da Bahia. Bahia: IGHB, v. 83, p.140-145, 1961-1967.

ACCIOLY, Ignácio. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotado pelo Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. Bahia, 937. 5 v.

AMARAL, Braz do. **História da Bahia, do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1923.

- BOCANERRA Jr. Sílio. **A Bahia na Guerra do Paraguai**. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. n. 72. Salvador, 1945.
- BOCCANERA JÚNIOR. **As Telas históricas do Paço Municipal da Bahia: biografias e notícia histórica do Paço**. Bahia: Typ. Commercio, 1922
- BRUSCHINI, C & SORJ, B (org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero/ Fundação Carlos Chagas, 1994.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (org.). **A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- COELHO, Cecília Pêcego. **Ata da Homenagem a Anna Nery - Mãe dos Brasileiros por ocasião de translação de seus restos mortais do Rio de Janeiro para a sua terra natal**. Rio de Janeiro, 1979 (mlme09r.)
- DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 1, 1981.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MACHADO DE ASSIS. **Crônicas, em Obras Completas**. Rio de Janeiro/ São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson, 1957.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: hucitec. Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: A participação da Bahia no conflito**. Bahia: Tese de mestrado em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2001.
- SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.
- SOUSA, Bernardino José de. **Heroínas baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria e Ana Nery**. São Paulo: Paralelo/MEC, 1936.

Discurso



Os 125 anos de fundação do IGHB

Joaci Fonseca de Góes

3º Vice-presidente e Orador Oficial do IGHB

Causa fascínio e espanto, a um só tempo, o conhecimento da vetustez de vários componentes do universo cultural baianos. Entre eles, avulta o nome do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que neste ano de 2019, precisamente a 13 de maio, completou 125 anos de gloriosa existência, quando foram agraciadas, pelas marcantes contribuições que deram à Casa da Bahia, as cinco personalidades seguintes: o historiador Cid Teixeira, o político Walter Pinheiro, o jurista Antônio Luiz Calmon Teixeira e os escritores Germano Dias Machado e Adroaldo Ribeiro Costa, os dois últimos em caráter póstumo. A prestigiosa comenda leva o nome de Bernardino José de Souza (1884-1949), etnógrafo e sergipano ilustre, professor de Geografia e História, além de diretor da Faculdade de Etnografia e Direito da Bahia. Autor de várias obras importantes, Bernardino é mais identificado como baiano do que como sergipano. Seu nome está imortalizado pelo extenso e qualificado acervo bibliográfico que legou, além de excepcional vocação empreendedora. A construção da sede deste IGHB resultou da inédita campanha para arrecadar fundos que liderou, pessoalmente, por municípios da Bahia. Do mesmo modo, a construção da sede da Faculdade de Direito da Bahia, com arquitetura romana, hoje abrindo a OAB.

Fundado em 13 de maio de 1894, o IGHB é a entidade cultural mais antiga do Estado, com 125 anos de funcionamento ininterrupto, e uma das instituições apoiadas pelo Fundo de Cultura (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia). Possui a maior coleção de jornais e

o maior acervo cartográfico do Estado. Na Biblioteca Ruy Barbosa e Arquivo Histórico Theodoro Sampaio estão milhares de títulos e imagens à disposição do pesquisador. O IGHB promove inúmeras atividades culturais e é o guardião do Pavilhão 2 de Julho, no Largo da Lapinha, onde estão os dois principais símbolos da maior festa cívica do país: o Caboclo e a Cabocla.

A parte triste da solenidade de hoje consiste na necessária alusão aos saudosos membros desta instituição que nos deixaram no último ano. Dolorosa esta minha primeira tarefa, como substituto de Edivaldo Boaventura na honrosa função de orador oficial deste venerável sodalício. Vamos elencá-los por um misto de ancianidade da partida e nossa proximidade pessoal: José Lamarck de Andrade Lima, José Antonio Saja, Maria Luiza Sarmiento Pinto Leite Gonçalves, Edivaldo Machado Boaventura, Guilherme Requião Radel e Paulo Renato Dantas Gaudenzi.

José Lamarck de Andrade Lima, sócio-correspondente no Maranhão, advogado e professor de Direito. Irmão do associado José Lamartine de Andrade Lima, faleceu em 02 de janeiro de 2018. Nasceu a 9 de janeiro de 1938, no Recife-PE, onde começou o curso médio, completando-o depois na Bahia. Mais tarde fez o curso superior e foi diplomado pela Faculdade de Direito de Imperatriz, Maranhão. Foi casado com uma professora baiana e depois com uma professora maranhense. Pai de três filhos baianos e três filhas maranhenses, todos os seis são professores universitários em Salvador e em Imperatriz, onde preparava um livro de crítica histórica, quando sucumbiu ao irresistível e antigo tabagismo.

José Antonio Saja nos deixou no dia 11 de fevereiro de 2019, aos 64 anos, em decorrência de uma grave insuficiência cardíaca. Saja era professor do Departamento de Filosofia da UFBA. Mestre notável, destacava-se como pensador e docente e, sobretudo, por ser um cidadão solidário, preocupado com o bem-estar de seus semelhantes. Altruísta, proferiu conferência no IGHB, em 2016, quando discorreu sobre as várias dimensões do Tempo, Kairós, em grego, e sobre a importância de sermos Senhores de nosso tempo.

Maria Luiza Sarmiento Pinto Leite Gonçalves nasceu em 30 de abril de 1935. Professora de literatura portuguesa no Instituto de

Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Publicou diversos trabalhos no suplemento A Tarde Cultural, além de artigos nas revistas da ABRALIC- Associação Brasileira de Literatura Comparada.

Paulo Renato Dantas Gaudenzi era associado benemérito. Ficou encantado aos 74 anos, no dia 4 de fevereiro de 2019, em decorrência de complicações após um Acidente Vascular Cerebral (AVC). O economista, empresário e ex-secretário de Cultura do Estado da Bahia foi um homem de larga visão e sensibilidade. Ampliou e consolidou a participação da Bahia no cenário nacional e internacional, nas áreas da Cultura e do Turismo. Permanente colaborador e defensor das ações deste IGHB, tornou-se nosso associado benemérito.

Edivaldo Machado Boaventura (1933-2018), nosso chanceler e orador perpétuo, deixou-nos no dia 22 de agosto de 2018. Associei-me para sempre a lembrança do seu nome à bela cidade de Havana, porque tão logo pisei o solo cubano e abri o celular, deparei com várias mensagens dando notícia de sua despedida. Por suas mãos, e pela generosa defesa do meu nome feita por João Carlos Teixeira Gomes, o Joca, também conhecido no mundo intelectual brasileiro como o Pena de Aço, ingressei na Academia de Letras da Bahia. Sobre ele proferi conferências, fiz discursos e escrevi artigos merecidamente encomiásticos, como o que abaixo transcrevo, publicado na Tribuna da Bahia, ao ensejo dos seus oitenta anos, transcorridos em 2013:

O polímata Edivaldo Boaventura

Meio aos festejos para celebrar os oitenta anos do Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, Edivaldo Machado Boaventura, é ele quem nos presenteia com mais uma obra prima de sua lavra, agora o imperdível *Portugal, um denso país*, uma bem elaborada fusão de crônicas através das quais, ao longo de décadas, reflete sobre múltiplos aspectos da vida social, econômica, política e cultural da nação avoenga dos brasileiros, em geral, e dos baianos, em particular. Quem quer que já tenha visitado Portugal, ao ler este livro, fica com a impressão de que não aproveitou o quanto poderia ou deveria, se tivesse em mãos este erudito guia turístico e cultural da terra de Camões, Eça, Herculano e Fernando Pessoa, que nos ensina que

“todo cais é uma saudade de pedra”, e que “partir é morrer um pouco”. Trata-se de uma dessas obras raras cuja leitura, uma vez iniciada, não se consegue interromper. Nela, aprendemos, por exemplo, que enquanto o Porto trabalha e Braga reza, Lisboa se diverte. As motivações para escrever este livro Edivaldo nos dá, em síntese irretocável: “É preciso conhecer bem Portugal para entender melhor o Brasil e sentir a Bahia”.

O título do livro é uma proposta que resume o paradoxo de um país com pequenas dimensões territoriais, mas dotado de um povo excepcionalmente audaz, a ponto de dividir o mundo com a Espanha, no Tratado das Tordesilhas de 1494, paradoxo que levou Vieira a dizer que “para berço Portugal, para túmulo o mundo”.

Da rica biografia do professor Edivaldo é difícil dizer algo de encomiástico que já não tenha sido cantado em prosa e verso sobre as variadas facetas do cidadão, do intelectual e do realizador em variados domínios, tudo isso muito bem chancelado em mais de trinta livros e milhares de artigos, em jornais e revistas, e conferências proferidas mundo afora, na Europa, França e Bahia. Não estranha ser ele um dos mais galardoados comendadores de nossa terra. Edivaldo coloca a serviço deste *Portugal, um denso país* o vigor de sua soberba formação humanística, avançando para além do tema sob análise, para alcançar uma dimensão metafísica que confere ao texto o prestígio de merecer figurar na estante dos livros de viagem, ao lado de clássicos do gênero, como *Viagens de Marco Polo*, *Viagem à Itália*, de Goethe, *Viagens na minha terra*, de Almeida Garreth, *México*, de Érico Veríssimo e *Viagem a Portugal*, de Saramago.

A cada passo, o ambiente descrito, seja uma rua, uma vila, uma cidade, uma paisagem rural, um monumento religioso ou pagão, um restaurante, uma apresentação teatral, tudo se transforma numa moldura para a emergência de comentários nascidos do poliédrico educador, pedagogo, sociólogo, jurista, memorialista, economista, historiador, biógrafo, enólogo, cultor das artes plásticas, da música e da literatura, do pensador e do diplomata por invencível vocação.

Partindo da premissa de que “quem viaja descobre, encontra e reencontra para depois contar”, Edivaldo evoca Goethe que ensina que “por mais que tenhamos ouvido falar de uma coisa, sua peculiaridade somente se nos apresenta, de fato, mediante a observação

direta”. Edivaldo, como Goethe e nosso Rui Barbosa, consolidou com o bispo checo Jan Amos Komenský, o popular Comenius, considerado o fundador da didática moderna, a convicção do caráter educativo das viagens, ou apodemia. Ele adverte que do mesmo modo que os bons livros devem ser relidos, há lugares que devem ser revisitados. Portugal, um denso país decorre da grande intimidade que desenvolveu com a terra de Florbela Espanca, ao percorrê-lo, palmo a palmo, nas sucessivas viagens que realizou. Edivaldo Boaventura chega aos oitenta anos na plenitude de um outono primaveril, ao lado da irrepreensível Solange, dos filhos Lídia, o global Daniel, o caçula Pedro, sempre presente na saudade geral, e das quatro netas, para ver o pleno coroamento do lema que elegera para orientar sua vida: *Ad majorem natus sum*, nasci para as coisas grandes.

Natural, portanto, que o casal Solange-Edivaldo aufira, diuturnamente, da varanda de sua aprazível morada, o maior de todos os bens: o gozo permanente de uma consciência tranquila, sob os céus da Bahia, peçados das mesmas estrelas que Castro Alves definiu como “pérolas soltas de um colar sem fio”.

Guilherme Requião Radel (1930-2019) o mais brilhante e completo polígrafo brasileiro de todos os tempos, nos deixou no dia 12 de janeiro último. Minha admiração por ele levou-me a defender, com determinação, o seu nome para integrar a Academia de Letras da Bahia, onde mereci a honra de saudá-lo. Sobre ele, igualmente, fiz discursos, palestras e conferências, além de escrever textos merecidamente laudatórios, como o que transcrevo, abaixo, o último, publicado na Tribuna da Bahia, no dia 17 de janeiro:

Um grande intelectual

Na última sexta-feira, dia 12, a Bahia perdeu um dos maiores intelectuais brasileiros, Guilherme Requião Radel, que no próximo dia 07 de fevereiro completaria 89 anos, vítima das consequências de uma queda sofrida em sua fazenda, às margens do Rio do Peixe, no município de Ipirá. Como dissemos em artigo escrito em 2012, aqui mesmo nesta Tribuna da Bahia, Radel nos deixou como o maior polígrafo brasileiro, da atualidade. A amplidão temática de sua vasta obra assume diversi-

dade verdadeiramente davinciana. Diversidade temática superior à de nomes tutelares do gênero, como os notáveis baianos Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, ou o legendário potiguar Luís da Câmara Cascudo. Afrânio nasceu em 1876 e faleceu em 1947, tendo vivido, portanto, 71 anos. Calmon, nascido em 1902 e morto em 1985, viveu quase 83 anos. Cascudo, nascido em 1898, faleceu em 1986, tendo vivido 88 anos. Radel foi, portanto, o mais longevo.

Teimoso como seu êmulo papa-gerimum, que se recusou a deixar o Rio Grande do Norte, para viver nos centros mais dinâmicos do País, Radel cedeu aos apelos emocionais do berço natal e fez da Bahia a grande Ágora de onde espargiu as messes de seu talento poliédrico, à diferença de Pedro Calmon e Afrânio Peixoto. Poucos são os que, como Thales de Azevêdo, Orlando Gomes e Calmon dos Passos, conseguiram granjear prestígio nacional, sem sair da província. Quando João Ubaldo Ribeiro ainda vivia na Bahia, festejados intelectuais torciam o nariz quando eram presenteados com seus livros. Depois de consagrado pela crítica internacional e nacional, nessa ordem, Ubaldo passou a ser tratado como gênio pelos mesmos que subestimavam a qualidade de sua obra. Nessa altura, já morava no Rio de Janeiro.

Naquele artigo que escrevemos sobre Radel, dissemos: “O reconhecimento pela Bahia do valor intelectual do engenheiro civil Guilherme Radel ainda está muito abaixo do seu excepcional merecimento. Passemos a uma retrospectiva, à vol d’oiseaux, dos feitos que o tornam notável polígrafo. Até ser consagrado como Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, Radel ensinou Topografia, Instalações Domiciliares, Hidráulica e Obras Hidráulicas, tendo chefiado o Departamento de Hidráulica e Saneamento da UFBA. Seu espírito de liderança levou-o a presidir a Associação dos Professores Universitários da Bahia. Conferencista destacado em congressos sobre abastecimento d’água, sua marcante atuação profissional faz dele um dos mais respeitados especialistas no campo da engenharia sanitária em todo o País. Na Bahia, seu nome está associado a praticamente tudo que se fez no estado, no campo do saneamento básico, nos últimos 50 anos, de que são prova os trabalhos que projetou, fiscalizou ou realizou nas regiões de Salvador, Itaparica, Camaçari, Feira de Santana, Teodoro Sampaio, Ilhéus, Jequié, Brumado, Andaraí. Obras como o Sistema Adutor de

Pedra do Cavalo, as barragens do Joanes e de Ipitanga integram o seu currículo. Fora da Bahia respondeu por obras nos estados do Amazonas, São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Paraíba. No exterior realizou trabalhos para a Costa Rica e o Peru. Entre os inúmeros trabalhos técnicos que publicou, incluem-se vários de viés literário entre os quais Política Setorial de Saneamento dentro dos Problemas ambientais Urbanos, O rio São Francisco: a questão da transposição, O aquecimento global, Modelo agropecuário resistente às secas, A Barbará não virou homem e Alvinho foi para o céu, e o clássico A obra pública ou um dos diálogos que Platão não escreveu. De sua experiência como pecuarista, nasceu o livro Aprendiz de fazendeiro, em que ensina como otimizar os recursos da caatinga para a bovinocultura e a caprinocultura, campo em que se destaca como dos maiores criadores do Brasil. De sua visita a Cuba resultou o delicioso Cuba Libre, do mesmo nível ou superior a tudo que já se escreveu sobre a famosa ilha caribenha. Estimulado pelo êxito do opúsculo A carne de sol, Radel, no melhor espírito de Câmara Cascudo, pesquisou como ninguém, ao longo de meio século, para escrever as 1263 páginas que compõem a já clássica trilogia sobre a culinária baiana: A cozinha sertaneja da Bahia, A cozinha praiana da Bahia e A cozinha africana da Bahia. Às suas expensas, visitou países africanos e vários estados brasileiros para exaurir os fundamentos histórico-geográficos e sócio-antropológicos de nossa culinária. Como memorialista, nos legou Mamãe e eu no paraíso e 80 casos vividos, com que celebrou a passagem de oito décadas de vida. A partida, drama em dois atos, é o produto de sua incursão no teatro. O segundo volume do monumental Dicionário Radel, em que dissecou a morfologia, sintaxe, conjugação, concordância e regência de 14.501 verbos da língua portuguesa, é o épico trabalho a que se vem dedicando. Em 2011, Radel surpreendeu o mundo literário com a publicação pela Assembleia Legislativa do romance *A longa viagem*, com avaliação crítica de João Cezar Piorobon e do médico e ficcionista Aramis Ribeiro Costa, presidente da Academia de Letras da Bahia, que concluiu sua avaliação, sustentando que se trata de “um romance denso e surpreendente, na forma e no conteúdo, que acaba levando o leitor, de fato, a uma longa viagem no plano de uma boa literatura.

Radel deixa quatro livros inéditos, aos cuidados finais das filhas Marta e Maria. Que se orgulhem os baianos, particularmente a viúva

e amada companheira de toda a vida, Luzia, os filhos Júlio, Tomás, Lucas, Marta e Maria, e seus cônjuges, além de seis netos: o prodigioso Guilherme Requião Radel nos deixou como o maior polígrafo vivo do Brasil!”

Passemos agora, à parte agradável desta agenda oficial, porque respeita ao rico momento que vive esta gloriosa instituição sob o lúcido dinamismo que tem marcado a gestão de Eduardo Morais de Castro. Por afortunada coincidência, Eduardo é o primeiro empresário que dirige o IGHB, como nós, na Academia de Letras da Bahia. Numa e noutra casa, prevalece o entendimento pioneiro, entre nós, de que a condição de empresário não exclui, como preconceituosamente alguns supõem, a cepa da intelectualidade, como tão bem registrou Ludwig Von Mises, maior economista do Século XX, em seu conhecido livro *A mentalidade anticapitalista*.

Sob a batuta de Eduardo Morais de Castro, esta casa regurgita do ânimo da mais vibrante e rica diversidade cultural, em sintonia com a vocação poliédrica da Bahia, a mais complexa comunidade humana do Planeta, como já tivemos ocasião de discorrer. Conferências sobre os mais diferentes temas, lançamentos de livros, concertos musicais, exposições e revivescências de nomes e de fastos de nossa biografia histórica têm feito da sede do IGHB uma fascinante colmeia intelectual que lhe confere o reconhecimento unânime como notável e elogiado centro difusor de ideias, num ambiente inteiramente liberto de patrulhamentos ideológicos que tanto contribuem para o empobrecimento do debate na Bahia e no Brasil. Isso sem mencionar ações importantes da administração, como a higienização, catalogação e organização da hemeroteca (coleção de jornais), recuperação de obras raras, além da reabertura da Sala D. Pedro II, onde estão peças de seu mobiliário, objetos geográficos, de trabalho e uso pessoal, armas e pinturas em telas. Pinturas de retrato, obras em óleo sobre tela, como por exemplo, a de autoria de João Francisco Lopes Rodrigues, todas, restauradas pelo professor José Dirson Argolo, estão à disposição do visitante.

O calendário sobre o qual nos debruçamos acompanha o padrão de entusiasmo que grassa ao redor da casa de Bernardino de Souza e de Consuelo Pondé de Sena. Mais de 20 mil pessoas passaram por essa colmeia.

Em 2019, a agenda cultural foi iniciada a 8 de janeiro, com a conferência da professora Sabrina Gledhill sobre “Travessias no Atlântico Negro: Reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino”. Em 7 de fevereiro, foi destaque a exibição do documentário “Toponímia da Cidade do Salvador”, produzido pela documentarista Carolina Canguçu, seguido do curso “História das Histórias em Quadri-nhos”, ministrado pelo professor Savio Queiroz Lima, de 18 a 22, e da homenagem aos 196 anos da passagem de Joana Angélica, com missa na Igreja da Lapa, no dia 20.

Na pauta de março, a mesa redonda “Edivaldo Boaventura e o Parque Castro Alves” nos reuniu aos escritores Alfredo Matta, Paulo Ormindo e José Nilton Pereira, no dia 13. Em sessão realizada no dia 22, foram empossados os associados: Aline Barbosa de Araújo, Almir Ferreira dos Santos, Américo Adnauer Heckert, Antonio Francisco Costa, Antônio Olavo dos Santos Filho, Aristides Pereira Maltez Filho, Artur Napoleão de Carneiro Rêgo, Creuza Santos Lage, Dilson Cardoso da Silva Filho, Edson Ulisses de Melo, Genivalda Cândido da Silva, Guilherme Aguiar de Oliveira, Ivanildo Almeida Lima, José Claudio Alves de Oliveira, Leonardo dos Santos Ferreira, Luciano de Almeida Lopes, Luiz Henrique Silva Santana, Maria Helena Franca das Neves, Maria Romilda Tavares Maltez, Raimundo Paes Menezes Filho, Raymundo Luiz de Oliveira Lopes, Ricardo Maurício Nogueira e Silva, Sávio Queiroz Lima, Vanda Angélica da Cunha, Vilson Caetano de Sousa Junior, Walter Moacyr Costa Moura. Encerrou a agenda do mês, o curso “Urbanização – Salvador 470 anos”, ministrado pelo professor Rubens Antônio, de 25 a 29.

Em abril, o Seminário “Pesquisa Científica Feminina na Bahia” lotou o auditório, de 23 a 25. Além do aniversário do IGHB. Em maio, ocorreu uma homenagem ao professor Milton Santos, promovida dia 3, numa parceria com o Ifba. Em junho, o Instituto iniciou as comemorações pelos 196 anos da Independência do Brasil na Bahia, com o Seminário “Personagens da Nossa Independência”, que reuniu diversos especialistas, de 11 a 13. A professora Antonietta D’Aguiar Nunes ministrou, com o brilho costumeiro, o curso “História da Bahia”.

E muito mais está por vir.



Biografia



Anna Justina Ferreira Nery

Antonietta d'Aguiar Nunes

Professora Adjunta de História da Educação FAGED/UFBA
Historiógrafa do Arquivo Público da Bahia

Anna Justina Ferreira Nery nasceu a 13/12/1814 em Cachoeira no prédio nº 7 da rua da Matriz (hoje rua Anna Nery por lei municipal de 12/08/1926, quando era intendente Cândido Elpídio Vacarezza). Filha de José Ferreira de Jesus e Luiza Maria das Virgens. Batizou-se no dia 25 de março de 1815 na igreja matriz de Cachoeira. Casou-se aos 23 anos [1837] com o oficial da marinha Capitão de fragata Isidoro Antonio Nery, nascido em Portugal e falecido em 05 de junho de 1844 a bordo do brigue “Três de Maio” no Maranhão, ficando ela viúva aos 29 anos de idade e com 3 filhos pequenos.

Era irmã dos Tenentes-Coronéis Manoel Jerônimo Ferreira e Joaquim Maurício Ferreira, que lutaram na guerra contra Lopez. Manoel Jerônimo comandou os 850 Voluntários da Pátria do famoso batalhão Princesa Imperial. Joaquim Maurício esteve à frente dos 410 bravos do Corpo de Polícia da Bahia que foi designado entre as tropas combatentes como 41º de Voluntários da Pátria.

Anna Nery teve três filhos varões: dois médicos e um soldado, todos foram ao Paraguai na época da guerra. Seu primogênito, o Dr. Justiniano de Castro Rebello (sic), cirurgião contratado da armada, prestou relevantes serviços nas operações do rio Paraná em 1866 e nas travessias de Curupaity em agosto de 1867 e de Humaitá em fevereiro de 1868. Faleceu no Paraguai, vítima de cólera morbo. O outro, Dr. Isidoro Antonio Nery (24/03/1841 – 13/01/1898), ainda estudante de Medicina no 6º ano seguiu para a guerra onde prestou relevantes serviços e

retornou com a distinção de Cirurgião Honorário do Exército. Voltando à Bahia, depois da guerra, exerceu clínica civil em Salvador, sendo considerado pelo povo como “Pai da pobreza”, falecendo em 13/01/1898. Seu 3º filho — Pedro Antonino Nery (faleceu em 13/05/1842) - era no começo da guerra cadete da Escola Militar do Rio de Janeiro, combateu no Paraguai retornando com o posto de capitão. Em 1893, quando da Revolta da Armada em 06 de setembro, serviu ao lado das forças legais, o que fez também em Canudos, onde foi gravemente ferido. Morreu de síncope cardíaca em um cemitério de Recife assistindo ao enterro de um amigo, no dia 29/04/1904.

Quando irrompeu a guerra Anna Nery residia em Salvador (na rua do Bângala) com sua família. Seus filhos foram dos primeiros a se apresentarem como Voluntários da Pátria para seguir para a guerra. No dia 08 de agosto de 1865 ela dirigiu uma carta ao então presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas falando que dois filhos, um irmão e outros parentes seus haviam seguido e o que era aluno de Medicina também pretendia ir; ofereceu seus serviços médicos na defesa do país; disse que gostaria de acompanhá-los, se isto lhe fosse permitido. Gostaria de oferecer seus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul onde atenderia aos feridos de guerra.

O presidente da Província respondeu que aceitava um tão espontâneo oferecimento e que expediria ordens ao Comandante das Armas com quem ela deveria se entender para ser contratada como 1ª Enfermeira, devendo seguir brevemente para o Rio de Janeiro. Ela partiu no dia 13 de agosto de 1865 para os acampamentos brasileiros em terras platinas, incorporada ao 10º (depois 41º) Batalhão de Voluntários, de que era comandante seu irmão Major Joaquim Maurício Ferreira. Retornou à Bahia em fins de março de 1870; veio no vapor *Arinos* e desembarcou em Salvador no dia 05 de Julho de 1870.

Começou seu trabalho no hospital de Corrientes, onde havia então seis mil soldados internados cuidados por umas poucas freiras vicentinas. Esteve por cinco anos incompletos ao lado dos exércitos brasileiros trabalhando nos hospitais de campanha em Curupaiti, Aquidabã, Salto, Corrientes, Humaitá e Assunção, cuidando das chagas, consolando feridos e moribundos, praticando o bem de todas as formas possíveis naquela situação. Recebeu em plena campanha o cognome de Mãe dos

Brasileiros. Em Assunção montou em sua própria casa uma enfermaria onde atendeu mutilados e doentes da guerra até o fim dela. Perdeu nesta guerra um filho (o dr. Justiniano, seu primogênito, cuja morte teriam presenciado) e um sobrinho (o alferes Arthur Ferreira). Em Corrientes tornou-se membro da Sociedade Filantrópica de Socorros; em Assunção, sócia instaladora da Beneficência Portuguesa.

No final da guerra voltou ao Brasil trazendo três pequenos órfãos, filhos de soldados falecidos em combate, os quais passou a educar como se fossem seus filhos legítimos. Sensibilizado por este fato, D. Pedro II concedeu-lhes as medalhas “Humanitária” de 2ª classe e “Campanha do Paraguai” com passador de ouro nº 5. Recebeu também uma pensão vitalícia anual de um conto e duzentos mil réis para ajudar na criação dos órfãos que adotara. A população do Rio de Janeiro a recebeu calorosamente ao voltar da guerra, com uma chuva de pétalas de rosa e lhe ofereceu uma coroa de ouro cravejada de diamantes onde estava gravado:

À heroína da caridade, as baianas agradecidas

Essa coroa encontra-se hoje no Museu do Estado da Bahia. Recebeu também fino álbum com capa de madrepérola e a dedicatória: Tributo de admiração à caridosa baiana por damas patriotas.

A colônia baiana, residente no Rio de Janeiro, mandou fazer pelo artista Victor Meireles o seu retrato em tamanho natural, que foi exposto na sede da Cruz Vermelha Brasileira, oferecendo-o depois à Província da Bahia, cujo governo o colocou no edifício do Paço Municipal no dia 28 de setembro de 1873, onde até hoje se encontra. Quando o retrato foi colocado no Paço Municipal estiveram presentes Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, vice-Presidente da brota em exercício, o presidente da Câmara capitão Silvestre Cardoso Vasconcelos; foi orador o Dr. Frederico Lisboa em nome da Municipalidade fazendo apologia aos feitos de Ana Neru. Outras instituições se fizeram representar também elogiando-a. Em último lugar, falou o Dr. Isidoro Nery, em nome de sua genitora, agradecendo as altas provas de apreço que lhe foram tributadas.

Voltando ao Rio, algum tempo depois do fim da guerra, lá faleceu na tarde de 20 de maio de 1880, aos 66 anos, sendo sepultada no Cemitério de S. Francisco Xavier, em jazigo perpétuo cedido pelo então Provedor da Santa Casa de Misericórdia, Cons. Paulino Soares.

A 1ª Escola Oficial de Enfermagem de alto padrão no Brasil, fundada em 1923 por Carlos Chagas, recebeu em 1926 o nome de Anna Nery.

O Museu do Estado da Bahia inaugurou no Paço Municipal da cidade de Cachoeira no dia 25 de julho de 1929 um seu retrato e uma lápide em mármore com os dizeres: A heroína D. Anna Nery — Homenagem do Museu da Bahia. E no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia existe um seu retrato a óleo, obra do pintor Presciliano Silva aí colocado em 1933.

Em 10 de agosto de 1928 o Decreto nº. 2.956 instituiu o dia 12 de maio como “Dia do Enfermeiro” data em que todos os hospitais e escolas de enfermagem do país devem prestar especiais homenagens a Anna Nery.

Na rua João de Deus nº 5, região do Pelourinho, foi criado em Salvador o **Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery** para divulgar os aspectos mais significativos de sua vida e resgatar ao mesmo tempo a história da enfermagem brasileira do sec. XIX aos dias atuais. (Fones: 3321-3819 e 3321-5951).

Referências

ABREU, Edith Mendes da Gama e. Anna Nery nas p. 139-148 da **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, nº 83, 1961-1967.

ALMEIDA, Antonio da Rocha. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1970. 533 p.

BOCCANERA JUNIOR, Silo. **As telas históricas do Paço Municipal da cidade do Salvador. Biografias e Notícia histórica do Paço**. Bahia: Livraria e Tipografia do comércio, 1922. 180 p.

Departamento Editorial das Edições Melhoramentos. **Novo dicionário de História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1970.621 p.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. 4º ed. ampl. e atual. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 616 p.

<http://florecenatingale.blogspot.com.br/p/ana-nerihtml> (texto de Terezinha Alves)

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário de Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 567 p.

SOUZA, Antonio Loureiro de. **Baianos Ilustres**. 1564-1925. 2ª Ed revi aum. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1973. 347 p.

SOUZA, Bernardino José de. **Heroínas Bahianas: Joana Angélica - Maria Quitéria — Anna Nery**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paralelo / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 163.

TORRES, Carlos Maurício. **Mulheres**. Salvador: Gráfica Salesiana, s/d [2010]. 238 p.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 749 p



Acervo Bibliográfico



Bibliografia de Anna Neri

- ABREU, Edith Mendes da Gama e. Ana Nery. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.83, p. 139-148, 1961-63.
- ACCIOLY, Ignácio. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. **Anotado pelo Dr. Braz do Amaral**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. Bahia, 937. 5 v.
- AMARAL, Braz do. **História da Bahia, do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1923.
- BATISTA, D.O. O MITO ANNA NERY E A ENFERMAGEM BRASILEIRA. 2005. **Dissertação (Mestrado)** - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- BOCANERRA Jr. Sílio. A Bahia na Guerra do Paraguai. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. n. 72. Salvador, 1945.
- BOCCANERA JÚNIOR. **As Telas históricas do Paço Municipal da Bahia: biografias e notícia histórica do Paço**. Bahia: Typ. Commercio, 1922
- BRUSCHINI, C & SORJ, B (org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero/ Fundação Carlos Chagas, 1994.
- Cardoso, M.M.V.N; Miranda, C.M.L. Anna Justina Ferreira Nery: Um Marco Na História Da Enfermagem Brasileira. **R. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 339-348, jul.set. 1999
- CARDOSO, M.M.V.N. ANNA NERY: a trajetória de uma heroína. 1996. **Dissertação (Mestrado)** – Escola De Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (org.). **A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- COELHO, Cecília Pêcego. **Ata da Homenagem a Anna Nery - Mãe dos Brasileiros**por ocasião de translação de seus restos mortais do Rio de Janeiro para a sua terra natal. Rio de Janeiro, 1979 (mlme09r.)

- DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 1, 1981.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LIMA, J.F. **ANA NÉRI, heroína da caridade, patrona das enfermeiras**. São Paulo. Nova Época Editorial, 1977
- LOUZEIRO, J. **Ana Néri a brasileira que venceu a guerra**. Rio de Janeiro. Mondrian, 2002
- MACHADO DE ASSIS. **Crônicas, em Obras Completas**. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson, 1957.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: hucitec. Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
- PORTO, F. **Enfermagem: Anna Nery e Cruz Vermelha Brasileira. [Relatório de pesquisa]**. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2009.
- PORTO, Fernando e AMORIM, Wellington (orgs.) **História da Enfermagem Brasileira**. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis, 2010, p. 1-20.
- PORTO, Fernando e OGUISSO, Taka. Os elementos simbólicos do monumento Anna Nery no Rio de Janeiro-Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 32, n. 04, dez. 2011, p.719-726.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: A participação da Bahia no conflito. Bahia:**Dissertação (Mestrado)** em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2001.
- SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez. 1995.
- SILVA, Pedro Celestino da. Galeria Cachoeirana. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.68, p. 1-90, 1942.
- SOUSA, Bernardino José de. **Heroínas baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria e Ana Nery**. São Paulo: Paralelo/MEC, 1936.
- SOUZA, Bernardino José de. **Heroínas bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936. 151 p. il.
- SOUZA, Bernardino José de. **Heroínas bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972. 163 p. il.

Relatório Biblioteca Arquivo



Relatório quadrimestral da biblioteca Ruy Barbosa

Período: novembro de 2018/ julho de 2019

1. Aquisição e registro	Quantidade
1.1. Doação de livros e revistas	33
1.2. Livros e encadernados	80
1.3 Jornais encadernados	81
1.4. Livros e revistas inseridos no sistema	213
1.5. Livros catalogados	213
1.6. Assinatura de revista	00
1.7 Restauração de livros	02

2. Atendimento ao público usuário	Quantidade
2.1. Atendimento a Usuários	1.344

3. Acervo consultado	
Jornais	1.768
Revista	352
Livros	616

4.0. Capacitação

4.1. Participação da Bibliotecária no XII ENAR o tema
“Políticas de Segurança e Salvaguarda de Acervos Raros e Especiais”.

4.2 Participação na II Jornada IFLA “*aspectos criminais do tráfico ilícito de livros no Brasil, englobando relatos, perspectivas, propostas e planos de ações possíveis*”.

4.3 Participação das 2 Bibliotecárias no curso “*Princípios de Descrição Bibliográfica em obras raras*”.

5. Doação

- a) Acervo Celso Serpa - 903 livros sobre o movimento civil/militar de 1964, (inseridos 148 livros no sistema PHL da Biblioteca Ruy Barbosa).
- b) Acervo Antônio Barros – 13.939 livros sobre literatura, educação, artes e história, (1800 títulos e 1981 volumes inseridos no sistema de automação PHL).
- c) 36 livros diversos

Luiz Américo Lisboa Junior
Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa

Simone Reis Santana de Sales
Bibliotecária Documentalista
da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

Arquivo Histórico Theodoro Sampaio

Continuamos com o processo de inserção dos documentos avulsos e acervos particulares no Sistema Phl para divulgação do acervo, bem como a digitalização dos mesmos para conservação.

No segundo semestre foram digitalizadas 294 fotografias e 250 documentos avulsos cuja imagem está sendo inseridas no Sistema Phl para melhor pesquisa.

Já foram inseridas no Sistema Phl a quantidade de 185 imagens das fotografias e documentos referidos acima.

Durante o segundo semestre de 2018 e primeiro de semestre de 2019 73 pesquisadores acessaram 150 documentos e 141 fotografias.

Continuando a digitalização, no primeiro semestre de 2019 foram digitalizadas 294 fotografias e 250 documentos avulsos.

Expomos de fotografias sobre o desfile do DOIS DE JULHO e Bens Imóveis Tombados.

O Prof. Luiz Américo Lisboa Júnior, diretor da Biblioteca Rui Barbosa do IGHB, digitalizou o álbum da Exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, em 1922.

Recebemos do sócio Dr. Lamartine Andrade Lima fotografias de Dr. Estácio Luiz Valente de Lima a quem a direção do IGHB agradece.



Resenha



SOUZA, Bernardino José de. **Heróínas bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972. 163 p. il.

Anna Justina Ferreira nasceu a 13 de Dezembro de 1814 na então vila da Cachoeira do Paraguassú, no prédio n.º 7 da antiga rua da Matriz, hoje rua Anna Nery¹. Passou-se despercebida a sua infância na vila heróica. Casou-se mais tarde com o oficial de marinha Capitão de Fragata Isidoro Antonio Nery, falecido aos 5 de Junho de 1844, a bordo do brigue “Três de Maio”, no Maranhão.

Pertencia a uma família de patriotas legítimos: era irmã dos Tenentes-Coroneis Manoel Jeronymo Ferreira e Joaquim Mauricio Ferreira. Ambos partiram espontaneamente para a guerra contra Lopes: o primeiro comandando os 850 “Voluntários” do famoso “Batalhão da Princesa Imperial; o segundo a frente dos 410 bravos do “Corpo de Polícia” da Bahia, que recebeu na organização das tropas combatentes, o designativo de “41.º de Voluntários da Pátria”, de tantas e tantas recordações gloriosas. Teve três filhos varões: dois médicos e um soldado. Todos foram ao Paraguai no tempo da luta contra o tirano da República vizinha. Um deles, o Dr. Justiniano de Castro Rebello, cirurgião contratado da armada, prestou relevantes serviços nas operações do rio Paraná em 1866 e nas travessias de Curupaity e Humaytá, em Agosto de 1867 e Fevereiro de 1868. Outro o Dr. Isidoro Antonio Nery, ainda estudante de medicina, no 6.º ano, seguiu para a campanha onde se cobriu de laureis, de onde voltou com a distinção de Cirurgião Honorário do Exército, e mais tarde, no exercício da clínica civil na Capital da Bahia, recebeu do seu povo, o título de “Pai da pobreza”,

¹ Foi a lei Municipal de 12 de Agosto de 1926 que mudou o nome da rua da Matriz para rua Anna Nery, sendo então intendente o Dr. Candido Elpidio Vacarezza.

tendo falecido em 13 de Janeiro de 1898. O terceiro falecido em 29 de Abril de 1904 em Recife, em vésperas de ser promovido a General da Brigada, era, no começo da guerra, cadête da Escola Militar do Rio de Janeiro: nela combateu, voltando no posto de Capitão.

Cinco bravos baianos dos 18.725 soldados (Visconde de S. Lourenço) que a Bahia, sempre a Bahia generosa, não excedida neste posto por nenhuma das Províncias irmãs, enviou para as cruezas da luta a que nos havia arrastado Solano Lopes, o tarado El-Supremo de Assunção.

Quando irrompeu a guerra do Paraguai, Anna Nery morava na cidade do Salvador. Vivia com os filhos, dentre os primeiros que seguiram para o teatro da campanha.

Dotada de elevado sentimento cívico, alma plena de abnegação, dirigiu em 8 de Agosto de 1865 o seguinte “Ofício” ao Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas, então Presidente da Província:

“Ilm.º Exm.º Sr.

Tendo já marchado para o exército dois de meus filhos, além de um irmão e outros parentes, e havendo se oferecido o que me restava nessa Cidade, aluno do 6.º ano de Medicina, para também seguir a sorte de seus irmãos e parentes, na defesa do país, oferecendo seus serviços médicos, — como brasileira, não podendo ser indiferente aos sofrimentos dos meus compatriotas, e como mãe, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros, e por uma tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, si isso me fosse permitido; mas opondo-se a este meu desejo a minha posição e o meu sexo, não impedem todavia, estes dois motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde se façam precisos, com o que satisfarei ao mesmo tempo os impulsos de mãe, e os deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas pela honra e brio nacionais e integridade do Império. Digne-se V. Ex. de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração. — Bahia 8 de agosto de 1865. — Deus Guarde V. Ex. — Ilm.º e Exm.º Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas — Mui digno Presidente desta província — D. Anna Justina Ferreira Nery”.

Não se fez esperar a resposta do insigne governante, que escreveu estas palavras à benemérita compatriota.

“O rasgo de patriotismo e de abnegação com que v. m., depois de ter visto seguir para o campo de guerra, em que se acha empenhado o país, um irmão e

dois filhos, e agora o terceiro, como médico, se oferece para, acompanhando-os em tão nobre missão, prestar os serviços de humanidade compatíveis com o seu sexo e idade, nos hospitais do Rio Grande do Sul, não pode deixar de ser benevolmente acolhido por esta Presidência, que folga de louvar os sentimentos com que v. m., por esse ato tão importante e digno de inveja, se torna recomendável ao país. Aceito, pois, tão espontâneo oferecimento, e vão ser expedidas ordens ao conselheiro Comandante das Armas, com quem se entenderá v. m. para ser contratada como 1.^a enfermeira, e brevemente seguir para o Rio de Janeiro”.

Da Bahia partiu no dia 13 de Agosto de 1865, dirigindo-se sem demora para os acampamentos brasileiros nas terras platinas.

Era a nossa primeira enfermeira voluntária. Por cinco anos incompletos esteve ao lado dos nossos exércitos, cumprindo santamente a sua missão de calorosa simpatia e de amor ao próximo, servindo à Pátria, remediando a dor, alentando com uma abnegação estoica os feridos e doentes, consolando os moribundos, praticando o bem, num admirável sacrificio de si mesma. Nos ambientes de sangue, crestados pela ferocidade da guerra, a bondosíssima baiana espalhava o sopro consolador da caridade cristã.

De sua romagem nos hospitais de sangue im-provisados na retaguarda das tropas e nas cidades ocupadas pelas tropas aliadas de Corrientes até Assunção é flagrante estema e cognome que recebeu em plena campanha — “Mãe dos Brasileiros” e pelo qual era conhecida por todos os que foram pelear pela defesa da honra do Brasil. Não regateiam aplausos a sua generosa e excelsa caridade os que têm recordado essa página meritória do nosso altruísmo.

Escreveu um deles:

“Quando a bala inimiga vinha ferir aqueles que lutaram à sombra do pavilhão nacional, ai deles si não encontrassem, longe da Pátria, o amparo nos braços daquela Mãe, terna e carinhosa! E não era somente o soldado brasileiro! Para ela a der não tinha Pátria, o sofrimento não tinha milícia, a Caridade não tinha côr natal; todos, amigos ou aliados, indiferentes ou inimigos, todos eram infelizes, todos eram irmãos! Qualquer inválido da Pátria, qualquer prisioneiro paraguaio dirá que D. Anna Nery, nos cinco anos que acompanhou o exército aliado, foi sempre a imagem da Caridade nos hospitais de sangue no SALTO, CORRIENTES, HUMAITÁ e ASSUNÇÃO, onde criou, também uma enfermaria, a custa do seu bolso, na casa de sua residência”.

Landulfo Medrado, um dos mais lídimos heróis que a Bahia enviou aos campos do Paraguai, numa das páginas de seu “Diário”, escreveu Os seguintes períodos a respeito da gloriosa baiana.

“Este hospital (o de Corrientes) é talvez o melhor que temos: ai serve de enfermeira uma senhora da Bahia, já velha, a quem os doentes chamam de Mãe, pela caridade e desvelo com que trata a todos. Esta senhora faz uma das mais belas páginas de elogio a província da Bahia e entretanto, o Governo, que facilita as despesas mais loucas, nem ao menos lhe paga o aluguel de uma casa decente em Corrientes! Esta senhora é interes sada na presente guerra, ainda mais por ter no exército quatro filhos, entre eles os distintos Comandantes do 10.º e 41.º de Voluntários da Bahia”.

Quando em 27 de Maio de 1925, na Cidade do Rio de Janeiro, a “Cruz Vermelha Brasileira” rendeu o culto de sua admiração à precursora inimitável, o iluste Dr. Estellita Lins, em sua eloquente oração oficial, traçou o seguinte quadro de seu sereno heroísmo:

“O receio das intempéries, as agruras do clima desconhecido, o desconforto da campanha, os riscos e perigos robusteceram-lhe o ânimo e fortaleceram-lhe os intentos; imbuída assim de nobres sentimentos de humanidade, não poupou cansaço, não escolheu tarefa; dia e noite ao lado dos feridos, cuidando-lhes das chagas, ou proferindo consolações a quinquagenária, já embranquecida pelas plumas do cisne. Pelas suas mercês e trabalhos recebeu dos briosos e destemidos patrícios o título que a admiração nacional lhe conferiu e consagrou de “mãe dos brasileiros”!

“Mãe dos brasileiros, mãe enlutada e lacrimosa! Ante o quadro pungente de indefinível sofrer, quando no brorató cruel juncado de corpos mutilados e sem vida, um cadáver trucidado de um dos seus filhos aparece!”

“Vacila para não cair, sufoca o pranto, para não desanimar, prende o grito de dor, para não enlouquecer!”

“Tranzido o coração, mas não abatido o espirito ela a mãe de todos os soldados, a mãe de todos os filhos alheios, continua impávida na sua sacrosanta e abençoada missão!”

“Todos os generais, os comandantes todos, envelhecidos ou jovens, acharam sempre D. Anna Nery ,a mesma sentinela de altruísmo”! .

“A sua abnegação acompanhou os vencedores em Curupaity, Humaytá, Aquidaban e Corrientes! e quando, após a última vitória, as nossas tropas triunfantes regressaram ao torrão natal pesadas de troféus e bravuras, com elas D. Anna Nery voltou.”

Vem da guerra, mas seus loiros
não são de sangue manchados;
seus filhos eram soldados
de soldados mãe se fez!

Falam ainda mais eloquentemente de sua glória, tão pura quanto a mais pura dos que derramaram o sangue nos terrenos inóspitos do Paraguai, as manifestações carinhosas que recebeu quando de volta ao seu Brasil e à sua Bahia, os tributos de veneração com que os povos e os poderes públicos lhe galardoaram a filantropia salutaríssima.

Vale recordar algumas destas distinções.

Partindo do Paraguai em fins de Março de 1870, logo que aqui chegou, senhoras baianas ofereceram-lhe custoso “Album”, guarnecido de madrepérola e prata, tendo na parte superior as iniciais da heroína — A. J. F. N. — e dentro a seguinte dedicatória:

“Tributo de admiração à caridosa baiana, por algumas patricias”

acompanhando-o a seguinte mensagem:

Sra. D. Anna Nery: — As senhoras baianas, nesta corte, não podiam assistir indiferentes a passagem de V. Ex. por aqui, no seu regresso a nossa velha e heroica provincia. Entusiastas das virtudes e da caridade de V. Ex. para com os nossos concidadãos, que no Paraguai, pugnaram pela honra da nação, encarregaram-nos elas de oferecer a V. Ex. este pequeno sinal do seu alto apreço; distinta consideração e afetuosa estima: — Rio de Janeiro, 6 de maio de 1870 — Baronesa de Muritiba, Isabel Tosta Duque Estrada Teixeira, Joanna Tosta da Silva Nunes, Maria Senhorinha Madureira Accioli de Brito, Isabel Candida de Leão, Laurentina Adelaide de Moura Lima, Maria Amelia Esteves Ramos, Anna Ferreira Rebouças, Eponina Alla de Lima Maia, Maria José de Mello Matos Vasconcellos, Laurentina Alla de Moura Lima, Adeline Alla de Lima Mauro, Cordina Rebouças Rios”.

O reconhecimento da nação

A colonia baiana da Corte mandou fazer pelo sereno e equilibrado artista Victor Meirelles o seu retrato, em tamanho natural, oferecendo-o depois à Provincia da Bahia, cujo governo o colocou no edificio do Paço Municipal, onde hoje se encontra.

A Municipalidade da cidade do Rio de Janeiro, em resolução de 15 de Abril de 1857 perpetuou-lhe o nome denominando — Anna Nery

— à rua do Engenho Novo, do largo do Pedregulho até a estação do Riachuelo.

O Governo Imperial lhe concedeu a pensão anual de um conto e duzentos mil reis, condecorando-a com as medalhas “Humanitária” de 2.2 classe, e de “Campanha”, com passador de ouro n.º 5.

A 5 de Julho de 1870 desembarcava na Bahia do vapor “Arinos” a glorificada enfermeira: deixara sepultados nas terras ensanguentadas do Paraguay um filho e um sobrinho (Alferes Arthur Ferreira); voltara à sua gleba com quatro órfãos de soldados brasileiros que haviam tombado nas batalhas.

A 6 de Junho as senhoras da fina flor da gente de Salvador fizeram-lhe expressiva manifestação, entregando-lhe uma riquíssima coroa de louros, cravejada de brilhantes, dizendo a oradora D. Anna Marques, o seguinte discurso:

“Exm.ª Sr.ª D. Anna Nery: Não é só a espada que conquista a Glória! Não é só o soldado que recebe ovações.

“O sexo a que pertencemos também conquista e recebe, quando, como vós, faz abnegação de seus cômodos, para mitigar a dor da humanidade sofredora.

“Se o homem, pela superioridade de sua força, faz baquear fortificações em prol de uma causa justa, a mulher, pela sublimidade de seus sentimentos, leva a consolação aqueles que, feridos no campo da honra, precisam de desvelado tratamento.

“Assim, pois, patricia, se as prerrogativas da força conquistaram para os Conde d’Eu, os Caxias, Herval, Itaparica, e tantos outros, um nome glorioso, os acentos do vosso coração na prática da caridade, vos elevaram à altura daqueles heróis, e vos dão direito às bençãos de nossa Pátria agradecida.

“Eles tiveram por si a espada movida pelo amor da Pátria; vós o coração, que vibrava pela humanidade, sem visar recompensa alguma. Vós e eles, são, pois, heróis, porque todos só atenderam à Pátria, ultrajada em seus brios de nação livre e civilizada.

“Viva S. M. o Imperador, o primeiro Voluntário da Pátria!

“Viva a Família Imperial!

Vivam o Exército e a Armada!

“Viva a ilustre e virtuosa baiana a quem viemos cumprimentar!

Cantaram-lhe a glória puríssima os poetas baianos João de Brito, Castro Rebello Junior, Brasilino Dias, D. Augusto Balthasar da Silveira.

Realizou-se a 7 de Julho a glorificação promovida pela Assembléia Legislativa da Província, orando o deputado Dr. Ramiro Afonso Monteiro, nos seguintes termos:

Exm.^a Sr.^a D. Anna Justina Ferreira Nery. Nós aqui viemos, em comissão da Assembléia Provincial, felicitar-vos pelo vosso regresso à Pátria, e pelas altas virtudes que adornam o vosso espírito!

“Na cruenta guerra contra nós sustentada pelo tirano, que, nas margens do Aquidaban, sofreu o justo castigo de suas crueldades, a Bahia tomou a vanguarda das manifestações de entusiasmo e patriotismo que, uníssonos, vibraram no coração de todo o povo brasileiro.

“Não foram somente seus filhos que, educados na paz, souberam mostrar-se valentes guerreiros, quando a Pátria pedia a sua dedicação; vós, que pertenceis ao sexo a quem não é dado provar o seu valor nos combates, destes provas do vosso amor e dedicação, sacrificando sossego, descanso, e a própria vida, em favor desses mesmos heróis, que, longe de suas famílias, careciam de um coração de mulher, transbordando de caridade evangélica, para lhes curar as feridas com os desvelos que só uma mãe sabe dispensar a seus filhos.

“Essa briosa plêiade de soldados, que lá tão distante de seu país receberam de vós o bálsamo para suas dores, recordando a doce consolação da família, jamais esquecerá os vossos relevantes ser viços, nem olvidará o doce nome de “MÃE DOS BRASILEIROS”.

“Enquanto vossos filhos e vossos irmãos se distinguiam pelo talento e pela arte, pela perícia e pela coragem, vós sobressaíeis pela caridade e pelo amor, virtudes que resumem a glória da mulher.

“Nós aqui viemos, exm.^a sr.^a, manifestar-vos os sentimentos de que nos possuímos na contemplação de vossas virtudes, que sobreexcedem as virtudes cívicas das heroínas espartanas, que, por certo, vos invejariam as glórias que se inspiram no amor do próximo, que a consciência aplaude, e que o Martir do Gólgota abençoa!”

Acadêmicos de medicina, a Sociedade dos caixeiros nacionais e estrangeiros e várias corporações prestaram-lhe em dias seguintes as suas homenagens.

Foi a 28 de Setembro de 1873 que se colocou no gabinete do Paço Municipal (onde ainda se encontra) a preciosa tela de Victor Meirelles, em meio de uma das mais entusiásticas manifestações que tem testemunhado a Bahia, orando entre outros o tribuno baiano Dr. Frederico Lisbôa, que fez o elogio de suas altas virtudes cristãs.

Voltando ao Rio algum tempo depois, lá faleceu às 4,30 horas da tarde de 20 de Maio de 1880, com 66 anos de idade, sendo sepultada

no Cemitério de S. Francisco Xavier, em jazigo perpétuo cedido pelo Cons. Paulino Soares, então Provedor da Santa Casa de Misericórdia. À beira do túmulo o Dr. Rozendo Muniz proferiu o seguinte discurso:

“Com que lamentável sequência vem a Nécro- pole recolhendo as verdadeiras glórias nacionais!

Ainda ontem o Duque de Caxias, benemérito guerreiro; hoje D. Anna Nery, a imbelte criatura, personificação da Filantropia no teatro da guerra!

Ontem, à beira do túmulo do herói, falei em nome da sociedade e da Pátria, antecipando os reconhecimentos do porvir.

Hoje, ante o invólucro exânime de heroína baiana, venho chorar, em nome da humanidade, o desaparecimento da mulher denominada — Mãe dos Brasileiros — pela insuspeita gratidão dos bravos da companhia do Paraguai.

Quem não lhe conhece a história?

No elogio, ditado pela sincera dor, não desmerece verdade, porque foi repetido ante o inquebrável silêncio da morte.

Quando entre cordilheiras e charcos, bebendo miasmas e sobrepondo-se às maiores fadigas, milhares de voluntários iam, no fragor da pugna, jogar a vida, pela honra da Pátria, D. Anna Nery, plácida e designada, medianeira da Província, aguardava à porta do seu lar, transformado em hospital, os semi-vivos despojos do prélio, cedido pelo gênio do extermínio à medicina e à religião.

Divinamente inspirada, mais sábia do que a própria Ciência, mais eficaz do que o Sacerdote, a sublime enfermeira, armada pela doçura da paciência e nutrido-se da confiança no céu, reavivava corpos gélidos e hirtos, estancava as espadanas do sangue de titans, reacendia a luz da esperança nos pensamentos entenebrados pelo horror da catástrofe, e, em verdadeiro duelo da Caridade com a Morte, restituía às pelejas o bravo, à Pátria o cidadão, à sociedade o pai da família.

Na história do país assinala-se o memorável exemplo de Maria de Souza que, igual na energia às matronas espartanas exortava os filhos ao combate, repetindo-lhes a divisa “com o escudo ou sobre ele”.

D. Anna Nery excedeu a tudo isto e acompanha os filhos a guerra, jurando que só voltaria depois da completa derrota do tirano levantado contra a civilização.

A heroína cumpriu a jura patriótica.

Voltou, porém, sem um pedaço do coração arrebatado pelo falecimento de um de seus filhos.

Alma temperada pelas acerbas provanças, exemplaríssima discípula de Job, em vez de imprecisar contra a desgraça que lhe roubara a prole, escondia as lágrimas no coração partido e, sorrindo para as glórias da Pátria, abençoava o dever que assim a separava de seu filho.

Que protótipo de mãe, que padrão dé virtudes cívicas, que moderna sacerdotiza, que elaboração gigantesca de espírito num corpinho frágil, do qual se poderia dizer, como Victor Hubo, “aquele corpo era um pretexto para uma alma viver na terra”!

Nessa extraordinária desproporção da matéria com o espírito, reproduziram-se, em conjunto inexcedível, a bem do nome brasileiro e do século XIX, arroubos de Debora, lances de Joanna D’Arc, le-nítivos de Ledras.

A maior caridade não é a do rico, é a do pobre; não é a do grande que se reparte pelos pequenos, é a do pequeno que se multiplica por si mesma para servir ao próximo; não é a de Catharina Splunker desprendendo-se de suas jóias em favor de uma idéia, nem a de Peabody legando imensos cabedais para as escolas; não é a da ação que se aproveita do prestígio social, é a da intenção que se confirma pelo trabalho próprio; não é a do dinheiro que afugenta o espectro da miséria, é a do coração que mata a sede d’alma, é a do amor que sabe ser um para todos e todos para cada um; é a da vera condolência, que tira de si mesma, como de um cofre inesgotável, estupendos tesouros de coragem a resignação!

Essa era a riqueza da veneranda Matrona que subiu pelo túmulo à Imortalidade.

Recomendado aos posteros esse admirável perfil de mulher, quando venha a severa e desaparexonada análise da História, poder-se-á dizer:

“D. Anna Nery depois de entregar-se a todos os azares da guerra, em país inóspito, recolheu-se à Pátria em companhia da Vitória, trazendo de menos uma dádiva de Deus — um filho — e de mais uma dádiva dos homens, na canonização popular chamada Glória, o título — Mãe dos Brasileiros!”

De quem foi tão grande para encher com os seus atos a memória do povo; de quem foi tão rica para socorrer com a pobreza a orfandade desvalida; de quem foi tão exemplar na singeleza e abnegação, resume-se a melhor apologia nesta simples homenagem:

— Glória à Caridade consorsida com Civismo!”

Na lápide de seu túmulo a “Associação Bahiana de Beneficência” mandou gravar os seguintes dizeres: “Aqui descansam os restos mortais de D. Anna Nery, denominada “Mãe dos Brasileiros”, pelo exército na Campanha do Paraguai”. E assim noticiou o “Jornal do Comércio”, edição de 21 do mesmo mês, o seu passamento:

“O nome respeitável desta ilustre matrona está, de há muito burilado nas páginas heróicas da história brasileira. Ninguém mais virtuosa e humanitariamente conquistou essa menção de honra, acompanhando os nossos soldados nos campos inóspitos do Paraguai, suavizando com carinhos e desvelos as dores angustiosas dos feridos, enxugando-lhes o pranto de saudadas da pátria, e cerrado-lhes as pálpebras quando morriam pela causa santa do império Americano.

“Naquela jornada, em que batalhou 5 anos, tendo por escudo o coração e por armas só palavras de material ternura, D. Anna Nery tornou-se uma heroína, e, entre as recompensas que mereceu obteve uma que, até hoje, a ninguém foi dado possuir — o exército em peso, o exército dos bravos, aclamou-a — “mãe dos soldados brasileiros”.

“Depois de ter servido de enfermeira nos hospitais de sangue, a nossa distinta compatriota, abriu em sua própria residência, nas cidades de Corrientes, de Humaytá e de Assumpção, hospitais, onde recebia os infelizes, que caíam feridos pelas balas ou exaustos pela peste, que tantas vidas ceifou”.

Passaram-se os anos. De quando em quando volve a lembrança dos pósteros, em homenagens de carinho cívico, o nome consagrado da Heroína da Caridade.

No Brasil e no estrangeiro.

Seu nome vai além das fronteiras

O nome de Anna Nery internacionalizou-se graças à ação da prestantíssima “Liga de Sociedades da Cruz Vermelha”, fundada em Paris em 5 de Maio de 1919. Assim é que, em publicação desta “Liga” (1928), no capítulo que trata da origem das sociedades americanas da “Cruz Vermelha”, lemos os seguintes trechos:

“Em 1864-1865, ao mesmo tempo que os plenipotenciários europeus assentavam em Genebra às bases fundamentais da Cruz Vermelha Internacional, uma senhora brasileira, Anna Nery, embarca na Bahia, com um exército de voluntários, e permanece 4 anos na pampa inóspita, investida da nobilíssima missão de irmã da caridade”.

“Colocada em seu verdadeiro quadro a silhueta de Anna Nery se distingue entre todos os precursores, que teve a Cruz Vermelha, por sua grandeza esplêndida e simbólica. Há que evocar a época, o país, os costumes, as circunstâncias em que atuou. A guerra e o seu cortejo sinistro de epidemias senhoreavam uma parte do sul da America, com uma fatal e infalível certeza de extermínio. Os combatentes, descalços, esfarrapados, famintos, extenuados, tremiam mais de febre do que de ira. Anna Nery prodigaliza os seus cuidados nos hospitais, no campo de batalha, recolhe o último suspiro dos moribundos e um dia o destino Ine aponta. O espetáculo pavoroso de descobrir, num montão de cadáveres, o de seu próprio filho” (2).

Bem merece o culto da posteridade a “mão dos brasileiros” nos campos do Paraguai; a “grande irmã da caridade leiga” na frase de Escagnolle Doria; a precursora da bendita “Cruz Vermelha” no Brasil, modelo augusto de virtudes cristãs, mahancial puríssimo que

sempre derramará sobre nós a luz suave de sua bondade peregrina e caridosa. Se não tinha timbres de nascimento, sua foi a condecoração da filantropia que se imortalizou pelos milagres de caridade florescente na fumarada da guerra.

Belíssimo exemplar da alma da Bahia! Gloriosa matrona que diante de Deus e dos homens alma dos tempos, que é a História, recordará para todo o Sempre a figura esplêndida dessa baiana brasileira o exemplo dos extremos de sacrifício a a que pode levar o amor da Pátria bem compreendido.

- *Las Cruces Rojas de America. Su origen y desarrollo*".
Secretariado de la Liga de Sociedade de la Cruz Roja Paris.

Se o valor que desafia a morte por generosidade e por grandesa d'alma se chama heroísmo, como escreveu J. Steeg, certo não encontramos em nossa história encarnação maior do que essa voluntária da filantropia, pelo desprendimento soberbo de seu desinteresse e de seu patriotismo.

Seu espírito resplandecerá sempre nos fastos nacionais e a sua vida será uma eterna afirmação do supremo ideal heróico que enobrece a história dos povos: "**forma mentis aeterna**" já dizia o grande Tacito.

Força é transmitir o seu nome à admiração futura na sobrevivência da história das maiores e mais belas abnegações nacionais: ela, é credora da nossa constante e perpétua veneração. (*).

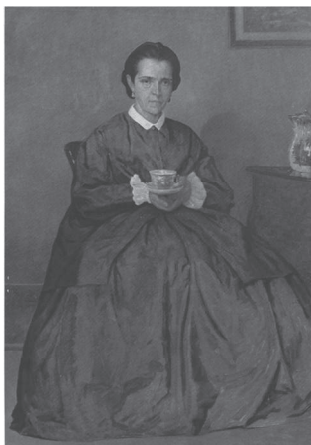
Entre as homenagens que têm sido prestadas à memória de Anna Nery recordemos as do Museu do Estado da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A primeira constou da inauguração, no Paço Municipal da Caridade de Cachoeira, terra natal da heroína, em 25 de Julho de 1929, do retrato e de uma lápide de mármore com os seguintes es: "À heroína D. Anna Nery — Homenagem do Museu da Bahia". A segunda foi a inauguração no átrio da 'Casa da Bahia' em 1933, de seu retrato a óleo, magnífico trabalho do consagrado artista bahiano Presciliano Silva .

NOTA -- Na Terceira Conferência Pan-Americana da Cruz que se realizou em Setembro de 1935 na Cidade do neiro, o Delegado do Peru propôs que se erguesse na praça fronteira a sede da Cruz Vermelha Brasileira o busto de Anna Nery. A proposta foi aclamada por todos Delegados presents. A 26 de Setembro de 1935 realizou-se a solenidade do lançamento da pedra fundamental do monumento que perpetuará o vulto de quem hoje é símbolo de bondade e abnegação pelas sociedades da Cruz Vermelha de todo o mundo.



Galeria de Imagens





Oléo sobre tela **Presciliano Silva – 1923**

Fonte: Acervo IGHB



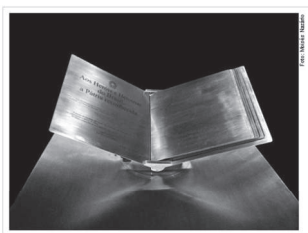
Anna Nery aos 15 anos.

Design - Fábio Bastos



Coroa em ouro. Homenagem das senhoras baianas a Anna Nery. Doação do neto de Anna Néry, Azarias Nery ao Museu do Estado.

Foto - Zélia bastos em 19 de março de 2019.



Grandes páginas de aço formam o "Livro dos heróis e das heroínas da Pátria", guardado no Panteão da Pátria "Sancti Spiritus", na Praça dos Três Poderes em Brasília. Quarenta e cinco pessoas já tiveram seus nomes inscritos no livro.

Em 2009 homenagem póstuma, foi a primeira mulher a ter seu nome escrito no Livro dos Heróis da Pátria, livro de aço que localizado na Esplanada dos Ministérios na capital federal.



Urna de jacarandá e guarnições de prata, com os restos mortais da heroína Anna Nery .

Igreja Matriz- Cachoeira. Bahia

Foto - Zélia Bastos, 2003.



Replica de vestido usado por Anna Nery
Fonte: Acervo MuneAn



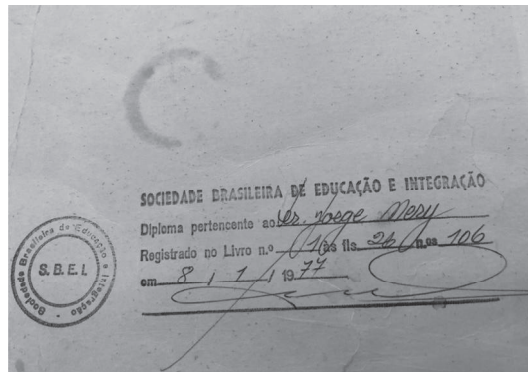
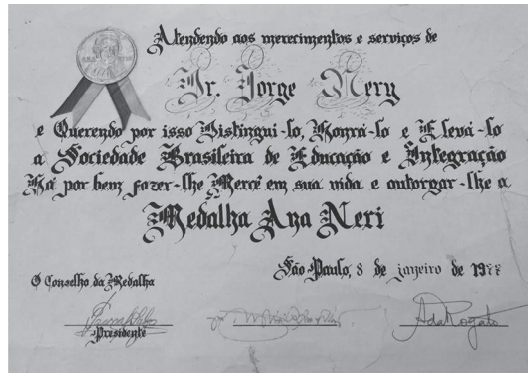
Anna Nery. Óleo de Victor Meirelles.
Fonte: Câmara Municipal de Salvador



Hospital Ana Neri - HAN Rua Saldanha Marinho
Caixa d'água – Salvador – Bahia



Fotografia pertencente ao acervo do Museu do Estado, hoje Museu de Arte da Bahia



Diploma de condecoração da medalha em homenagem a Anna Nery
Acervo pessoal da Família Nery

Espaço Aberto

AVE ANNA NERY

**De Cachoeira, com preces mil
Dirigidas a Nossa Senhora,
Anna Justina F. Nery partiu.
Pátrio servir, em tempos d'outrora.**

**Voluntária como enfermeira,
Assim serviu, na sangrenta guerra,
Destemida qual devotada freira.
Amor pel' feridos d'amada Terra.**

**Qual Florence na Guerra da Crimeia,
Doou-se Anna Nery no Paraguai
Em brava luta, bravia epopeia.**

**E por mais nobre que a batalha fora,
Os tantos pesares - seus tristes ais -
Prostram-se à Anna – musa Salvadora.**

Ednaldo Soares

Salvador, 24 de agosto de 2019.

Anna Justina Ferreira Nery: patrona da enfermagem brasileira

Maria Júlia de Jesus Nogueira Lemos
Chefe do Museu Nacional de Enfermagem
Conselho Federal de Enfermagem - MuNEAN

Vida, honrarias e morte de Anna Justina Ferreira Nery

O século XIX foi um momento crucial para a América Latina, países como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, por conta de interesses políticos e econômicos de terceiros, iniciaram uma guerra de cinco anos que destruiu milhares de vidas. A Guerra do Paraguai (1865 – 1870), também chamada pelos paraguaios de Guerra do Brasil.

Neste cenário de guerra apareceu uma mulher anônima, ofereceu-se como voluntária para participar da Guerra/e apaziguar as dores dos milhares de feridos de ambos os lados nos campos de batalha.

Trata-se da baiana Anna Nery, nascida em 13 de dezembro de 1814, no casarão da Rua da Matriz, nº 7, ao lado da Igreja Matriz na Vila de Nossa Senhora do Rosário, do Porto de Cachoeira do Paraguaçu, Recôncavo da Bahia.

Filha de José Ferreira de Souza e Luiza Maria das Virgens, foi batizada no dia 25 de março de 1815, com o nome de Anna Justina Ferreira.

Aos 23 anos de idade, no dia 15 de maio de 1838, casou-se com o Capitão-Tenente da Marinha Brasileira, Isidoro Antônio Nery, nascido em Portugal, tornando-se mãe de três filhos, Justiniano de Castro Rabelo (fevereiro de 1839), Isidoro Antônio Nery (24 de março de 1841) e Pedro Antônio Nery (13 de maio de 1842).

Ficou viúva aos 29 anos, com três filhos pequenos, o mais velho com cinco anos de idade. Anna Nery assumiu toda a responsabilidade da casa e após algum tempo, veio para Salvador, com o intuito de oferecer uma melhor educação aos filhos, e conseqüente ascensão social. Todos os filhos de Anna Nery seguiram o serviço militar, Justiniano de Castro Rabelo e Isidoro Antônio Néri dedicaram-se à medicina e Pedro Antônio Nery, dedicou-se à carreira militar, como o pai.

Aos 50 anos de idade, ao vivenciar a partida dos seus filhos para os campos de batalha da Guerra do Paraguai, em maio de 1865, e sentindo-se só, em 8 de agosto de 1865 escreveu uma carta ao Presidente da Província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, oferecendo-se para cuidar dos feridos de guerra, enquanto durasse o conflito.

A resposta do Presidente da Província da Bahia ao apelo de Anna Nery foi aceita e publicado no Diário da Bahia em 13 de agosto de 1865, sendo expedidas ordens ao Conselheiro Comandante das Armas para que Anna Nery fosse contratada e nomeada como a primeira enfermeira brasileira a participar da Guerra do Paraguai. Cinco dias depois, partiu numa fragata em direção ao Rio Grande do Sul, deixando para traz o conforto do lar, da vida calma e tranquila, pelos riscos e perigos dos campos de batalha.

Anna Nery já com 51 anos de idade, no Rio Grande do Sul, passa a conviver, por um tempo, com as Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo, onde aprendeu lições de enfermagem, como tratar dos feridos e cuidar dos doentes em campo de guerra. Recebeu das Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo o codinome de “a Grande Irmã de Caridade Leiga” e antes de seguir para os campos de batalha, passou um curto período de estágio em hospitais para convalescentes da guerra, em Salto na Argentina.

Os desafios eram grandes, por falta de condições de higiene e materiais, além do excesso de doentes nos alojamentos. Apesar disso,

Anna Nery chamou atenção por seu trabalho como enfermeira em várias regiões como: Corrientes - ARG, Humaitá - BR, Curupaiti- BR e, finalmente Assunção-PY. Seus atos foram reconhecidos dentro e fora da guerra, pois conseguiu salvar muitas vidas, independente da nacionalidade; fato que trouxe algumas vezes problemas aos militares de alto escalão do Exército brasileiro, que não admitiam o mesmo cuidado com os doentes paraguaios, prestados por Anna Nery. Não bastasse a dor e morte de enfermos que atendia, teve ainda que enfrentar a morte do filho mais velho, Justiniano de Castro Rebelo e do sobrinho Arthur Rodrigues Ferreira.

Com o fim da guerra, em 1870, Anna Nery ainda em terras estrangeiras recebeu o Diploma de Sócia Honorária da Sociedade Filantrópica de Socorros, em Corrientes - ARG, e o Diploma de Sócia Instaladora da Sociedade de Beneficência Portuguesa, em Assunção - PY.

De volta ao Brasil, recebeu homenagens de D. Pedro II, que por Decreto datado de 18 de maio de 1870, concedeu-lhe a Medalha Humanitária e Medalha da Campanha do Paraguai e também uma pensão vitalícia de um conto e duzentos de réis por ano. Anna Nery, recebeu de senhoras baianas, que residiam no Rio de Janeiro, capital da república à época, diversas homenagens, entre elas um álbum de madrepérola e prata com a seguinte mensagem:

“Sra. D. Ana Néri, as senhoras baianas, nesta corte não podiam assistir indiferentes à passagem de V. Excia. por aqui, no seu regresso à velha e heroica província. Entusiastas das virtudes e da caridade de Vossa Excelência para com os nossos concidadãos que, do Paraguai, pugnaram pela honra da nação, as encarregaram-nos de oferecer a V. Excia. Este pequeno sinal do seu alto apreço, diz tanta consideração e afetuosa estima. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1870”

Ao retornar à sua cidade natal, Cachoeira do Paraguaçu, na Bahia, em 6 de junho de 1870, recebe uma coroa de louros em ouro. O discurso pronunciado pela oradora oficial da Comissão Feminina D. Ana Marques, pronuncia:

“Não é só a espada que conquista a gloria! Não é só o soldado que recebe ovações. O sexo a que pertencemos também conquista e recebe, quando, como vós, faz abnegação de seus cômodos, para mitigar a dor da humanidade sofredora. Se o homem, pela superioridade de sua força, faz baquear fortifi-

cações, em prol de uma causa justa, a mulher, pela sublimidade de seus sentimentos, leva a consolação aqueles que, feridos no campo de honra precisam de desvelado tratamento. (...) Viva sua Majestade o Imperador, o primeiro Voluntário da Pátria! Viva a Família Imperial! Viva o Exército e a Armada! Viva a ilustre e virtuosa baiana, a quem vimos cumprimentar!”.

Anna Nery recebe os símbolos do poder pelos seus feitos heroicos na Guerra do Paraguai e nessas homenagens evidencia-se a presença do Estado enaltecendo a mãe-pátria, na figura de uma mulher, com atributos e habilidades de uma guerreira destemida que enfrenta todos os perigos.

No dia 20 de maio de 1880, aos 65 anos de idade, Anna Nery morre no Rio de Janeiro. Sepultada no Cemitério São Francisco Xavier, com honras oferecidas pelo Exército, as quais immortalizam os feitos gloriosos de Anna Nery na Guerra do Paraguai em prol da nação brasileira. Na lápide de seu túmulo, foi mandado gravar, pela Associação Baiana de Beneficência, o seguinte epitáfio:

“aqui descansam os restos mortais de Da. Ana Néri, denominada Mãe dos Brasileiros, pelo Exército, na campanha do Paraguai.”

A retomada do legado de Anna Nery

A Cruz Vermelha, através da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, em Paris, em 5 de maio e 1919, cita Anna Nery, como pioneira da Enfermagem no Brasil e precursora da Cruz Vermelha, salientando sua contribuição na guerra contra o Paraguai, mediante o atendimento aos feridos. Assim, a memória da “Mãe dos Brasileiros”, no cenário da guerra, heroica, mãe de todos, transforma-se na primeira enfermeira, símbolo de uma profissão.

Em 1924, o culto à Anna Nery, emerge através da Cruz Vermelha no Brasil, em nome da primeira enfermeira voluntária a criação de uma medalha, uma insígnia que era oferecida às melhores alunas do Curso de Enfermagem da Cruz Vermelha brasileira, e a instituição de uma romaria ao túmulo de Anna Nery, no cemitério São Francisco Xavier, por professoras e alunas no mês de aniversário da morte da heroína de guerra, ato realizado por muitos anos. Estas ações, tinham o objetivo

de legitimizar Anna Nery como símbolo da profissão de enfermeira brasileira.

Anna Nery, “Mãe dos Brasileiros”, é de grande relevância para a Cruz Vermelha, a quem institui cultos à imortalização de sua memória, correlacionando com a figura de Henry Dunant, idealizador da Cruz Vermelha no mundo. Evidencia-se uma relação entre os atributos de Anna Nery e de Henry Dunant, a saber: Humanidade, imparcialidade, neutralidade, voluntariado, unidade e universalidade; ressaltam os aspectos humanitários dos cuidados aos feridos na guerra.

No ano de 1926, a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, passou a ser denominada de Escola de Enfermeiras D. Anna Nery, através do Decreto 17268, de 31 de março de 1926, e assume Anna Nery como Patrona da Enfermagem brasileira.

O Presidente Getúlio Vargas, instituiu oficialmente em 10/08/1938, a partir do Decreto nº 2596, o **Dia do Enfermeiro**, a ser comemorado todo dia **12 de maio**, em memória a Anna Nery como símbolo heroico e patriótico da enfermagem, (Diário Oficial da União, 1938). Devendo nesta data ser prestadas homenagens especiais à memória de Anna Nery, em todos os hospitais e escolas de enfermagem do País.

Em 1º de fevereiro de 1979, no Rio de Janeiro, uma Comissão formada por Pedro Calmon – Ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Moreira Rabelo – Ministro do Tribunal Federal de Recursos e a Cecília Pêcego Coelho – Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, reuniram-se no Cemitério São Francisco Xavier para exumação dos restos mortais de Anna Nery (COELHO, 1979, p.1).

Os restos mortais foram colocados em uma urna de jacarandá e prata, oferecida pela Universidade Federal da Bahia, que foi encaminhada ao Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery, onde permaneceu em exposição até o dia 4 de fevereiro, quando foi levada ao aeroporto Santos Dumont e entregue ao setor da Aeronáutica Militar para o transporte à Bahia e posteriormente à cidade de Cachoeira.

Após o fim das cerimônias do traslado em Cachoeira, a urna foi levada à sacristia da Igreja da Matriz, onde permanece até os dias atuais.

Anna Nery no Livro dos Heróis da Pátria

Através da Lei nº 12.105, de 2 de dezembro de 2009, Anna Justina Ferreira Nery entra para o livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília - Distrito Federal.

O Livro dos Heróis da Pátria, criado em novembro de 2007, por lei assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, perpetua nomes dos brasileiros e de grupos de brasileiros que tenham dado a vida pela pátria “defendendo ou construindo, com dedicação e heroísmo”.

Dentre tantas homenagens, a enfermagem brasileira através do seu Conselho Federal de Enfermagem, resolve perpetuar a história da enfermagem na figura da sua patrona através da constituição do Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery, no Pelourinho, Salvador, Bahia.

Museu concebido para compor um espaço único, de assumir o compromisso de, mais do que meramente preservar a história da enfermagem.

A história da Anna Nery é relatada cronologicamente e antes de tudo, trata-se de um retrato comovente, no qual a perseverança e a ousadia de uma mulher, frente ao desafio de cuidar de outras vidas, a homenagem à sua coragem e dedicação é também um atributo aos milhares de anônimos profissionais que, todos os dias, colocam à prova o seu heroísmo.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, D.O. **O MITO ANNA NERY E A ENFERMAGEM BRASILEIRA**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- CARDOSO, M.M.V.N; MIRANDA, C.M.L. **ANNA JUSTINA FERREIRA NERY: UM MARCO NA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM BRASILEIRA**. R. Bras. Enferm., Brasília, v. 52, n. 3, p. 339-348, jul.set. 1999
- CARDOSO, M.M.V.N. **ANNA NERY: a trajetória de uma heroína**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Escola De Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro
- LIMA, J.F. **ANA NÉRI, heroína da caridade, patrona das enfermeiras**. São Paulo. Nova Época Editorial, 1977
- LOUZEIRO, J. **Ana Néri a brasileira que venceu a guerra**. Rio de Janeiro. Mondrian, 2002
- PORTO, F. **Enfermagem: Anna Nery e Cruz Vermelha Brasileira** [relatório de pesquisa]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2009.

Edivaldo Boaventura e seus parques históricos

Paulo Ormino de Azevedo

Conheci Edivaldo no Colégio Antônio Vieira, onde éramos alunos, embora ele mais adiantado. Natural de Sant'Anna dos Olhos d'Água, atual Feira de Santana, exilado no pensionato do Pe. Torrent, no Corredor da Vitória, logo ele passou a frequentar a nossa casa nas festas de final de ano e São João, com outros amigos e colegas do interior, que minha mãe, Dona Mariá, fazia questão de acolher, bem como em alguns sábados e feriados no labiríntico gabinete de meu pai, Thales de Azevedo. Seguimos carreiras diversas, mas com preocupações culturais paralelas. Ele com o patrimônio humano e os parques históricos, eu com o patrimônio arquitetônico e urbanístico do Estado. Voltamos a conviver na Academia de Letras da Bahia onde ingressei em 1991 por artes de James Amado. Foram 26 anos de convivência semanal e muitas conversas amenas, que aprofundaram a nossa amizade e conhecimentos.

Não vou aqui recordar os títulos do grande educador, administrador público, escritor e jornalista. O Orador Oficial desta Casa, Joaci Góes já o fez brilhantemente. Vou apenas tentar desvendar o seu interesse pelos parques históricos. Curiosamente Edivaldo não se referia muito à Europa densamente urbanizada, salvo a Portugal, nem mesmo à França que ele conviveu mais, como estagiário na Universidade de Sorbonne, antes dela se transformar em uma universidade multicampi consequência da revolução estudantil de 1968, que ainda senti suas marolas na Itália, onde me doutorava. Se referia muito mais aos *campi*

arborizados das universidades americanas: da *Penn State University*, onde fez o doutorado em educação, e de *Harvard*, do *Summer School*, onde estagiou, ou ainda o campus da Universidade do Quebec, onde fez o pós-doutorado.

Não apenas esses *campi* relativamente pequenos o impressionaram, como também os imensos parques naturais desses dois países, que se transformam e mudam de cor a cada estação, paisagem americanacantada por Walt Whitman em *Leavesofgrass* e projetada em telas panorâmicas decinemascope de sua juventude, cenário de batalhas desiguais de brancos contra os Peles Vermelhas. Os EUA têm 59 parques nacionais e centenas de estaduais. O maior e mais antigo deles, *Yellowstone Park*, foi criado em 1872 e se estende por três estados. O Canadá tem 15 parques nacionais além dos inúmeros provinciais. Edivaldo deve ter visitado com Solange e filhos alguns deles.

Pela proximidade dos estados em que estudou seguramente ele deve ter visitado os parques históricos de *Gettysburg*, em *Maryland*, y *Willamsburg*, na Virginia, este um cenário reconstruído pelos *Rockfeller* na década de 1920. É provável que tenha sido inspirado em nesses parques históricos que ele, como Secretário de Educação e Cultura por duas vezes, teve a ideia da criação do Parque Histórico de Castro Alves, em 1971, e do Parque Estadual de Canudos, em 1968, quando os militares do golpe de 1964 tentaram afogar a memória da Guerra do Fim do Mundo imortalizada por Euclides da Cunha e Vargas Llosa com a construção da Represa de Cocorobó.

O Parque Histórico de Castro Alves, onde nasceu o grande poeta libertário brasileiro, localizado no Município de Cabaceiras do Paraguassu, é relativamente pequeno, tem cerca de cinco hectares, enquanto o parque histórico e do bioma da catinga de Canudos se estende por 1.321 ha. Nos dois casos Edivaldo associou a criação desses parques à educação das populações locais e a conscientização do restante da população baiana. No que restou da Fazenda Cabaceiras, com o museu de Castro Alves e a oficina de teatro. Em Canudos, com a Universidade do Estado da Bahia, que ele criou, ali instalou um museu a céu aberto e desenvolve o Projeto Canudos de desenvolvimento regional.

O sonho de transformar o sertão de Canudos em mar do Vasa-Barris se transformou em uma assombração em 2013, quando a

seca desidratou a represa e a rebaixou 11m. Numa noite de lua-cheia reapareceu como um fantasma a torre da igreja de Conselheiro e alguns videntes se depararam com a alma penada do Coronel Moreira Cesar vagando pelas encruzilhadas do campo de batalha.

Sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Cultura, que dirigia, Edivaldo levou caravanas de membros do Conselho Estadual de Cultura, da Academia de Letras da Bahia e desta Casa da Bahia, bem como de estudantes secundaristas e universitários de outras regiões do estado para conhecerem os dois parques históricos de sua criação, um louvando a poesia e a liberdade e outro lembrando e condenando a barbárie.

Nesta homenagem a sua memória, sempre presente, recordo o amigo solícito, sempre bem-humorado, com orgulho de ser de Feira de Santana, provinciana, árida, mas decente, e o prazer de compartilhar a mesa farta de Solange com os amigos regada com os bons vinhos e sua fornida e selecionada adega.

Saravá mestre Edivaldo.



Agenda IGHB



Agenda Cultural do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – 2019

Mês	Data	Horário	Evento
JANEIRO	08	17h	Palestra da professora Sabrina Gledhill sobre “Travessias no Atlântico Negro: Reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino”.
FEVEREIRO	07	17h	Exibição do documentário “Toponímia da Cidade do Salvador”, produzido pela documentarista Carolina Canguçu.
	18 a 22	14h às 18h	Curso História das Histórias em Quadrinhos, ministrado pelo professor Savio Queiroz Lima.
	20	18h	Homenagem aos 196 anos da passagem de Joana Angélica, com missa na Igreja da Lapa celebrada pelo Pe. Aderbal Caldas. O IGHB foi representado pelo historiador Jaime Nascimento.
MARÇO	21	15h	Reunião de Diretoria do IGHB
	11	17h	Reunião da Academia Brasileira Rotária de Letras, Bahia.
	13	17h	Mesa redonda “Edivaldo Boaventura e o Parque Castro Alves”, com as participações de Joaci Goes, Alfredo Matta, Paulo Ornnido de Azevedo, José Nilton Pereira Carvalho.
	25 a 29	14h às 18h	Curso “Urbanização – Salvador 470 anos”, ministrado pelo geólogo e historiador Rubens Antônio.
	04	17h	Lançamento do livro de Tadeu Bahia, “Versos sacanas e gozosos escritos antes de dormir”.
ABRIL	05	14h30	Conferência: “Impressos, política e justiça no Império: a trajetória do editor Paula Brito (1809-1861)”, do professor Rodrigo Camargo de Godoi (Unicamp).
	08 a 12	14h às 18h	Curso “Introdução a Paleografia” com os professores Libamia Silva e Savio Queiroz.
	16	14h30	Reunião de Diretoria do IGHB
	23 a 25	14h às 18h	VI Seminário Produção Científica Feminina na Bahia: Pesquisas e Pesquisadoras.
	29	17h	Posse da diretoria da Academia de Letras e Artes do Salvador.
	30	14h às 17h	Projeto Tardes na Varanda (Museu do IGHB): Tema: “As mulheres do século XIX na coleção de pinturas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”, com a palestrante: Suzana Alice Silva Pereira.

Mês	Data	Horário	Evento
MAIO	03	14h	Mesa redonda "Milton Santos e a Geografia em renovação: bases do pensamento sobre a cidade e a região (1948-1978)", com os professores Climaco César-Siqueira Dias (UFBA) e André Nunes de Sousa (IFBA).
	13	18h	Comemoração dos 125 anos de fundação do IGHB.
	16	17h	Cerimônia de posse do professor Sergio Farias na Academia de Letras e Artes do Salvador.
	20 a 24	14h às 18h	Curso "Conservação Preventiva em Bibliotecas", ministrado pelo professor Fabiano Cataldo.
	30	17h	Exibição do documentário 'Manoel Bomfim', de Carlos Pronzato.
	14		Participação do IGHB na Festa do 14 de Junho de Santo Amaro
JUNHO	11 a 13	14h às 18h	Seminário Personagens da Nossa Independência
	12	14h30	Apresentação da Camerata "Quarteto Novo", da Orquestra Sinfônica da Bahia
	17	17h	Mesa redonda "Educação afrobrasileira: sujeitos, mudanças, continuidades e retrocessos", com os professores Ubiraci Santos e JucimarCerqueira
	18	14h30	Reunião Diretoria do IGHB
	25		Participação do IGHB (representado pelo jornalista Jorge Ramos) na Festa do 25 de junho de Cachoeira.
	27	14h às 17h	Projeto Tardes na Varanda – com a palestra: "Salvador da Bahia: Cidade em evidência - Iconografia & história de Salvador no final do século XIX e início do XX", pronunciada pelo professor Rafael Dantas.
	28	15h	Seminário "Território, relações sociedade-natureza e perspectivas socioambientais em contextos de fronteiras paradigmáticas, locais e globais", com os professores Isabela Santana, Marco Tomasoni, Miguel Costa Accioly e Severiano José Santos Júnior.

Mês	Data	Horário	Evento
JULHO	08 a 12	8h às 12h	Curso História da Bahia, com a professora Antonietta D'Águilar Nunes (turno matutino)
	09	16h	Conferência do Prof. Dr. Rinaldo Leite sobre "As origens da Casa da Bahia e a Celebração do 2 de Julho".
	11	17h às 20h	Lançamento de livro e palestra "Como inventar o futuro para mudar o Mundo", do escritor Fernando Alcoforado.
	15	17h	Reunião da Academia Brasileira Rotária de Letras, Bahia.
	18	17h	Lançamento do livro "1549 – Cidade do Salvador", de Renato Bandeira.
	22 a 26	14h às 18h	Curso "Lições de língua Iorubá-Nagô para iniciantes - Primeira Parte", ministrado pelo professor Adelson Brito.
	29	14h às 17h	Projeto Conversas no IGHB - Palestra "Reestruturação e requalificação do Museu dos Ex-votos na Basílica Santuário do Senhor do Bomfim Salvador – Bahia", ministrada pela museóloga Val Cândido.
	13	17h	Seminário "Capoeira - múltiplas faces", com as participações dos professores Clicea Miranda, Hélio Campos, Odilon Daltro Goes e Mestre Tyko Camaleão.
AGOSTO	20	14h às 17h	Seminário "Eu sou o Samba" em homenagem a Riachão, com as presenças de Alessandra Carvalho da Cruz, Chocolate da Bahia, Ênio Bernardes, Juliana Ribeiro e Roberto Mendes.
	22	17h	Conferência "Entre as Leis e as Letras – Luiz Gama", de autoria do escritor Jair Cardoso dos Santos.
	26 a 30	14h às 18h	Módulo I – Curso História da Bahia, com prof. Fabrício Lyrio (UFRB).
	02	17h	Palestra "Transporte, literatura e Arte" do professor Sérgio Fraga Santos Faria, promovida pela ALAS.
	03	15h	Assembleia Geral Extraordinária para prestação de contas do exercício 2018 e proposta orçamentária para 2019.
	09	14h às 17h	Projeto Tardes de Conversa no IGHB -Palestra "História do Amor", com o professor Savio Roz.
SETEMBRO	17	17h	Palestra "Anna Nery e outras tantas mulheres na Guerra do Paraguai (1865-1882)", pronunciada pelo professor Marcelo Santos Rodrigues.
	18	17h	Conferência do professor e acadêmico português Miguel Corrêa Monteiro (Academia Portuguesa da História) sobre o tema "Do Tratado de Madrid de 1750 ao Tratado de Santo Ildefonso de 1777- Consequências para o Brasil".
	18	19h	Representação do IGHB na Semana Farroupilha, com Jaime Nascimento e Jorge Ramos (que proferiu a palestra "A influência da Revolução Farroupilha na História da Bahia").
	19	17h	Exibição do documentário "O Pistoleiro", de Oscar Santana (promovido pela ALAS).
	23 a 27	14h às 18h	Módulo II – Curso História da Bahia, com o professor Sérgio Guerra Filho (UFRB).
30	18h	Aniversário da Academia Baiana de Educação e Posse de Álvaro Dantas.	

Mês	Data	Horário	Evento
OUTUBRO	01	18h	Lançamento do livro: "ÓGÜN: OğumOnİreAlâkoro, Günalâğbode", escrito por Mawo Adelson de Brito.
	03	17h	Seminário "200 anos do Vapor de Cachoeira", com palestras do arquiteto e historiador Francisco Senna e do jornalista e pesquisador cachoeirano Jorge Ramos.
	08	17h	Seminário "Tenda dos Milagres e a Bahia, 50 anos depois", com participações de Claudio Pereira, Gildeci Leite, James Martins, Milton Moura.
	09	15h às 17h	"Tarde de contação de histórias no IGHB", em homenagem ao Dia das Crianças, com as participações da escritora Nadja Nunes Bittencourt, contista Iray Galvão e Noélia Bartilotti.
	23	17h	Palestra do historiador Franklin Oliveira sobre "Estratégias Políticas na Independência".
	28 a 01/11	14h às 18h	Módulo III – Curso História da Bahia, com o professor Alfredo Eurico Matta (UNEB).
	05	17h	Comemoração dos 170 anos do nascimento de Ruy Barbosa (parceria com ABI, OAB, Tribunal).
	18 a 22	14h às 18h	Módulo IV – Curso História da Bahia, com o professor Luiz Freire (Ufba).
	21	14h às 18h	Seminário "Diálogos sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental Baiano", com participações de Profa. Dra. Ivana Lins (UFBA/ICD), Profa. Dra. VanildaMazzoni (Memória &Arte), Profa. Dra. Lygia Guimarães (UNESCO/MoW/IFPHA), Prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRO).
NOVEMBRO	26	14h às 18h	Seminário comemorativo aos 70 anos do I Congresso de História da Bahia, sob a coordenação da professora Maria Helena Flexor.
	27	17h	Centenário de nascimento da professora e folclorista Hildegardes Cantolino Vianna, com conferências da professora Sálua Chequer e acadêmica Yeda Castro.
	28	17h	Lançamento do livro de Artur Viana, "Carriamba, antes, durante e depois da luta".
DEZEMBRO	10	17h	Homenagem aos 80 anos de Antonio Marcelino, criador do Museu Tempostal (parceria IPAC).
	13	17h	Lançamento da Revista 114 e abertura da Exposição A Mulher Anna Nery.
	16 a 20	13 às 17h	Exposição A Mulher Anna Nery
	19	17h	Confraternização Natalina do IGHB

Relação de Associados



Associados do IGHB

ASSOCIADOS DO IGHB

PRESIDENTE DE HONRA

Roberto Figueira Santos

BENEMÉRITOS

Antônio de Pádua Carneiro

Antônio José Imbassahy da Silva

Fernando Paes de Andrade

Jaques Wagner

José Nilton Carvalho Pereira

HONORÁRIOS

Fernando Manuel da Silva Rebelo

Fernando Schmidt

João Paulo Marques Sabido Costa

Joaquim Veríssimo Serrão

EFETIVOS

Adeildo Osorio de Oliveira

Adélia Maria Bittencourt Marelím

Adelmo Fernando Ribeiro Shindler Júnior

Adelson Silva de Brito

Ademar Oliveira Cirne Filho

Ademar Pinheiro Lemos Júnior

Adriano de Lemos Alves Peixoto

Adriano Eysen Rego

Adroaldo de Jesus Bélens

Alan José Alcântara de Figueiredo

Alberto Bastos Balazeiro

Alberto Fael Filho

Alberto Pimentel Carletto

Alberto Salles Paraíso Borges

Aldely Rocha Dias

Aldevan Alves de Barros

Alessandro Timbó Nilo

Alex Guedes

Alex Schramm da Rocha

Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Aline Barbosa de Araújo

Alírio Fernando Barbosa de Souza

Almir de Oliveira Santos

Almir Ferreira dos Santos

Almira Maria Vinhaes Dantas

Aloísio Palmeira Lima

Álvaro Pinto Dantas de C. Júnior

Américo Adnauer Heckert

Ana Cláudia Gomes de Souza

Ana Elisa Ribeiro Novis

Ana Lúcia da Silva Teixeira

Ana Paula Gordilho Pessoa

Anaci Bispo Paim

André Barachísio Lisbôa

André Luiz de Carvalho Nunes

André Nunes de Souza

Angélica Maria da A. R. Soares

Aníbal Augusto Gondim Silva

Anselmo Ferreira Machado Carvalho

Anselmo José da Gama Santos

Antonia da Silva Santos

Antonio Francisco Costa

Antonio Luís Silva de Carvalho

Antônio Luiz Calmon Teixeira

Antonio Menezes do N. Filho

Antonio Olavo dos Santos Filho

Antônio Plínio Pires de Moura

Antonio Rodrigues N. Filho

Antônio Tadeu Bahia Menezes

Aramis de Almada Ribeiro Costa

Aristeu Barreto de Almeida

Aristides Pereira Maltez Filho

Armando Barreto Rosa

Arnon Lima Barbosa

Aroldo Luiz da Silva Bacellar

Arthur Guimarães Sampaio
 Arthur Watt Filho
 Arthur Augusto de Oliveira Viana
 Artur Napoleão de Carneiro Rêgo
 Átila Brandão de Oliveira
 Augusto César Zeferino
 Augusto Sérgio Albuquerque Soares
 Beatriz Loureiro Cerqueira Lima
 Benito Muiños Juncal
 Bruno Leonardo G. Godinho
 Bruno Lopes do Rosário
 Bruno Oliveira dos Santos
 Caio César Tourinho Marques
 Caiuby Alves da Costa
 Carlos Alberto Saraiva Santos
 Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
 Carlos D'Ávila Teixeira
 Carlos de Souza Andrade
 Carlos Eduardo Diniz Gonçalves
 Carlos Eduardo Sodré
 Carlos Eugênio Junqueira Ayres
 Carlos Eugenio Libano Soares
 Carlos Francisco Moura
 Carlos Jorge Pronzato
 Carlos Martheo C. e Guanaes Gomes
 Carlos Roberto de Mello Kertesz
 Carlos Roberto Santos Araújo
 Carol de Oliveira Lima Bandeira
 Célia Maria Leal Braga
 Ceres Marylise Rebouças de Souza
 César Augusto Borja F. Cardillo
 César de Faria Junior
 Cláudia Moraes Trindade
 Claudio Pondé Avena
 Coriolano Alberto Andrade de O. Filho
 Creuza Santos Lage
 Dante Augusto Galeffi
 Délio José Ferraz Pinheiro
 Denascy Phylocreon de C. Lima
 Denis da Silva Galvão de Carvalho
 Diego Borges Ramos
 Dilson Cardoso da Silva Filho
 Dinorah Berbert de Castro
 Dione Maísa Soares da C. Euzébio
 Djalma Navarro Falcão
 Domingos Evangelista dos Santos
 Durval Ramos Neto
 Edilece Souza Couto
 Edilton Meireles de Oliveira Santos
 Edilúcio Fernandes
 Edizio Rodrigues Mendonça
 Edmar Rocha Torres
 Ednaldo Crispim Dantas de Santana
 Ednaldo Soares
 Edson Ulisses de Melo
 Eduardo Meirelles Valente
 Eduardo Moraes de Castro
 Edvaldo Menezes de Araújo
 Edvaldo Pereira de Brito
 Elie de Lago Gonçalves
 Elizabeth Conceição Santana
 Ellen Melo dos Santos Ribeiro
 Emanuel Silva Cairo
 Emanuel D'Áble do Amaral
 Erivaldo Fagundes Neves
 Eugênio Walter Pinto Montalvão
 Fábio Barros Sá Barreto
 Fábio da Silva Santos
 Fernando Antônio de Souza
 Fernando de Souza Pedroza
 Fernando José Caldas Oberlaender
 Fernando José Máximo Moreira
 Fernando Pinto de Queiroz
 Fernando Santana Rocha
 Florencio Magalhães Matos Filho
 Florisvaldo Moreira de Mattos
 Francisco Benjamin de Carvalho
 Francisco César Lins Santana
 Francisco José Pitanga Bastos
 Francisco Neto de Borges Reis
 Francisco Jorge de Oliveira Brito
 Franklin de Carvalho O. Junior
 Franklin de Cerqueira Machado
 Frederico Meireles Dantas
 Gabriel Neves Carneiro
 Genivalda Cândido da Silva
 Geraldo Leite
 Geraldo Magalhães Machado
 Gerana Costa Damulakis
 Gerson Penna Neto
 Getúlio Marcos Pereira Neves
 Gildásio Vieira de Freitas

Gildecí de Oliveira Leite
Gilson Magno dos Santos
Gláucia Maria de Lemos Leal
Gonçalo de Vasconcelos e Souza
Graciela Mendes Ribeiro Reis
Guilherme Aguiar de Oliveira
Guilherme Cortizo Bellintani
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Hamilton José Castro Meira
Hélio José Bastos C. de Campos
Helington de Araújo Rangel
Hermann Sanches Silva
Helvídio Braga Landim
Henrique Abreu Monteiro
Henrique Campos de Oliveira
Hildevaldo Silva Ribeiro
Horácio Raymundo de Senna Pires
Igor Barbosa Souza
Ione Celeste Jesus de Sousa
Irton Villas Leão
Isadora Perez Alves Peixoto
Ivan Guanais de Oliveira
Ivanildo Almeida Lima
Ivanilton Santos da Silva
Jackson Amorim de Andrade
Jaime Oliveira do Nascimento
Jaíra Capistrando da Cruz Soares
Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Jasón Siffert Lemos
Jayme Newton Vasconcelos de Lemos
Jerônimo Pizarro
João Alberto de Oliveira Matta
João Augusto de Lima Rocha
João José Reis
João Maurício Prisco Paraíso
Joaquim Rodrigo de S. Dourado
Johildo Salomão F. Barbosa
Jorge Avelino da Lança F. Paredes
Jorge Luiz Ramos
Jorge Santana Bispo Junior
José Antônio de Jesus
José Augusto da Silva
José Bezerra Lima Irmão
José Carlos Almeida Belitardo
José Claudio Alves de Oliveira
José da Silva Gazar

José Dionísio Nóbrega
José dos Santos Pereira Filho
José Eduardo Athayde de Almeida
José Geraldo dos Reis Santos
José Jorge Randam
Jose Jorge Souza Carvalho
José Luiz Ganem
José Manuel Lomba
José Marcos Pondé Fraga Lima
José Maria da Luz Santos
José Mário Dias Soares Junior
Jose Nilton Alves Pereira
José Péricles Diniz Bahia
José Ribeiro Rosário
José Roberto Pinho de A. Lima
Jose Rodrigues Nogueira Neto
José Silva Gazar
Josué da Silva Mello
Juciara Maria Nogueira Barbosa
Júlio César Teixeira
Junot de Carvalho Barroso Filho
Juracy Magalhães Neto
Jutahy Inácio Menezes
Lélia Vitor Fernandes de Oliveira
Leonardo dos Santos Ferreira
Leonardo Ribeiro Fraga de Lima
Liacelia Pires Leal
Lídia Boaventura Pimenta
Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto
Livia da Silva Modesto Rodrigues
Lizir Arcanjo Alves
Lourenço de Figueiredo P. C. de Matos
Lourivaldo Valentim da Silva
Lucas de Faria Junqueira
Lucia Maria da Franca Rocha
Lúcia Maria de Araújo Góes Santos
Luciano Corrado
Luciano de Almeida Lopes
Lucigleide Nery Nascimento
Lucio Normando do Amaral Reis
Luís Alberto Ribeiro Freire
Luís Fausto Dias Valois Santos
Luís Fernando Galvão de Almeida
Luís Guilherme Pontes Tavares
Luislinda Dias de Valois Santos
Luiz Americo Lisboa Junior

Luiz Antonio Cajazeira Ramos
 Luiz Antonio de Souza
 Luiz Cláudio Aguiar
 Luiz Cláudio Guimarães
 Luiz Henrique Silva Santana
 Luiz Paulo de Almeida Neiva
 Luiza Maria de Vasconcellos Vianna
 Manoel Antonio dos Santos Neto
 Marcella Pinto de Almeida
 Marcelo Duarte Dantas de Ávila
 Márcio César de Mello Brandão
 Marco AntonioNeia
 Marcos Antônio Rodrigues V. Filho
 Marcos de Meirelles Fonseca
 Marcos Euzebio de Oliveira Menezes
 Marcos José Oliveira
 Marcos Melo Neto
 Marcos Oliveira Gurgel
 Marcos Roberto de Santana
 Marcos Vinicius Silva dos Santos
 Maria Alice Pereira da Silva
 Maria Angela Barreiros Cardoso
 Maria Angélica Barreiros Cardoso
 Maria Assunção de O. Cadidé
 Maria das Graças M. Fernandes
 Maria das Graças N. Cantalino
 Maria de Fatima Silva Carvalho
 Maria de Vasconcelos Tavares
 Maria do Carmo Baltar E. de Almeida
 Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
 Maria do Socorro Targino Martinez
 Maria Dulce Cardoso
 Maria Eleonora Cahyba
 Maria Helena Franca das Neves
 Maria Helena Lanat P. de Cerqueira
 Maria Helena Matue Ochi Flexor
 Maria Inês Corrêa Marques
 Maria Nadja Nunes Bittencourt
 Maria Romilda Tavares Maltez
 Maria Tereza Salles N. de B. Matos
 Maria Virginia de Salles Garcez
 Maribel Oliveira Barreto
 Marina Garrido Moisés
 Mário de Mello Kertész
 Mário Lindenor Bastos Brito
 Mario Mendonça de Oliveira
 Mauricio da Silva Ferreira
 Mauro Lopes Figueiredo
 Miguel Angelo Almeida Teles
 Miguel Angelo Velanes Borges
 Miguel Beirão de A. M. de Seixas
 Miguel Calmon Teixeira de C. Dantas
 Monica Elizabeth Vieira M. Garrido
 Murilo Sebastião Ramos Krieger
 Nelson Texeira Brandão
 Nelson Wanderley Ribeiro Meira
 Newton Cleidy Alves Peixoto
 Nidia Rejane Urpia
 Nilo Cerqueira da Silva
 Nilo de Almeida Gouveia Filho
 Nilton José Costa Ferreira
 Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
 Nivaldo dos Santos Aquino
 Núbia Cristina de Jesus Santos
 Octavio Henrique Coelho Messeder
 Orlando Tourinho Junior
 Oscimar Alves Torres
 Osvaldo de Almeida Bomfim
 Osvaldo de Oliveira Bastos Neto
 Osvaldo Francisco Martins
 Pablo Antonio Iglesias Magalhães
 Pablo Sotuyo Blanco
 Paulo Coelho Veiga
 Paulo Costa Lima
 Paulo Emílio Parente de Barros
 Paulo Faria
 Paulo Ormino David de Azevedo
 Pedro Alberto de Oliveira Silva
 Pedro de Almeida Vasconcelos
 Pedro José Galvão Nonato Alves
 Penildon Silva Filho
 Raimundo Luiz de Andrade
 Raimundo Nonato P. de Souza
 Raimundo Paes Menezes Filho
 Raimundo Santos Silva
 Ramiro Senna Berbert de Castro
 Raul Affonso Nogueira C. Filho
 Raymundo Luiz de O. Lopes
 Regina Stella Calmon T. D. Lima
 Renato de Mello Guimarães Lôbo
 Renato Simões Filho
 Renato Souza Santos

Ricardo Isensee Monteiro
Ricardo Mauricio Freire Soares
Ricardo Mauricio Nogueira E Silva
Rita de Cássia Santana de C. Rosado
Rita Maria Cruz Pimentel
Roberto Gondim Pires
Roberto Nunes Dantas
Robson Fernandes Arapiraca
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Rosa Maria C. de Santana Valente
Rosemma Burlacchini Maluf
Rubens Antônio da Silva Filho
Saionara Bonfim Santos
Saul Venancio de Quadros Filho
Sergio Armando Diniz Guerra
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Fraga Santos Faria
Sílvia Almeida Passos
Simone Trindade Vicente da Silva
Soane Nazaré de Andrade
Sônia Maria de Couto Jonas
Suely Moraes Ceravolo
Suzane Calmon T. D. L. Vicentini
Swarts Alves Torres Sobral Bentes
Sylvia Maria Alcântara Reis Mendes
Sylvio Guimarães Lobo
Tasso Paes Franco
Tatiana Brito de Araújo
Tiago Floriano Silva
Tiago Ramos Ribeiro
Ubirajara Dantas Lemos
Valther Xavier Aguiar
Vanda Angélica da Cunha
Vera Lúcia Príncipe Costa
Vera Madalena Publio B. de Araújo
Vicente Favella Filho
Vicente Sebastião de Oliveira
Wilson Caetano de Sousa Junior
Virginia Ottony de Araújo Pinho
Vivaldo do Amaral Adães
Waldette Maria dos Santos
Walter Carneiro da Silva
Walter José Doria Cancio Soares
Walter Luiz Brito dos Santos

Walter Moacyr Costa Moura
Wilson Roberto de Mattos
Yara Dulce Bandeira de Ataíde

REMIDOS

Adelino Kfoury Silveira
Adinoel Motta Maia
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Nunes Vaz Da Silva
Alberto Sales Paraíso Borges
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
André Jorge Publio Dias
Antonietta D'Aguiar Nunes
Antonio Alberto D. dos S. Balazeiro
Antônio Alberto M. P. Valença
Antônio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Ivo de Almeida
Antonio Lima Farias
Antonio Natalino Manta Dantas
Antonio Oscar de Santana
Antonio Paulo Goes de Araújo
Archimedes José Stiebler P. Franco
Arlida Maria Cardoso Souza
Aroldo Barreiros Cardoso
Arthur Cesar Costa Pinto
Astor de Castro Pessoa
Augusto Manuel T. de S. Braga
Benedicto Alves De Castro Silva
Branca Hortélio Fernandes
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Antonio M. de Carvalho
Carlos Sampaio Filho
Cícero Vilas Boas Pinto
Cid José Teixeira Cavalcante
Clomir Gonçalves da Silva
Clóvis Álvares Lima
Daniel Antunes Junior
Djalma Navarro Falcão
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Durval Freire de Carvalho Olivieri
Edival de Melo Távora

Edla Alcântara Angelim
Edmundo Aníbal Heredia
Eduardo Guimarães P. das Neves
Eduardo Jorge Mendes Magalhães
Emilton Moreira Rosa
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Ernani Newton Quadros Cairo
Esmeralda Maria de Aragão
Fernando Antonio G. Alcoforado
Fernando da Costa Tourinho Neto
Fernando da Rocha Peres
Florence Lebram Von Sohsten
Francisco de Vasconcellos
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Pinheiro Lima
Fredie Souza Didier Junior
Gabriella Micks
Germano Tabacoff
Gerson Pereira dos Santos
Gilberto Sampaio Pithon
Guarani Valença de Araripe
Guilherme Gomes da S. D'ávila Lins
Helena Margarida M. Abreu
Helio de Oliveira Cardoso
Henrique Pinto Rema
Hildete Maria da Encarnação
Hugo Raminerez
Isaias de Carvalho Santos Neto
Isaura Prisco Paraíso
Isidoro Vasquez de Acuna Y Garcia
Israel de Oliveira Pinheiro
Itamar Jose de Aguiar Batista
Ivan da Silva Barroso
Ivo Gastaldone Jairo Cunha
Jayme Ramos de Queiroz
Joaci Fonseca de Góes
João Bosco Soares dos Santos
João Maurício de Araújo Pinho
Joaquim Luiz de Souza
Joaquim Pondé Filho
Jonas de Souza Carvalho
Jorge de Souza Duarte
Jorge Raimundo de Cerqueira E Silva
Jorge Vaz Lordelo
José Andrade Mendonça
José Antônio de Mello Vicentini

José Arthur Rios
José Augusto Guimarães
José Bernardo Cordeiro Filho
José Carlos Augusto da Silva
José Carlos Martinez Martinez
José C. de La-Rocque de M. S. Guimarães
Jose Cesaes e Silva
José Lamartine de Andrade L. Neto
José Leite de Souza
José Maria Magnavita
José Newton Alves de Souza
Joselito Barreto Abreu
Joviniano de Carvalho Neto
Jurandir Antonio Sá Barreto Júnior
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Kátia Maria Coelho de C. Custódio
Lamartine de Andrade Lima
Lúcia Maria Ruas Gaspa
Luis Henrique Dias Tavares
Luiz Gonzaga da Silveira
Luiz Ovídio Fisher
Luiz Vianna Neto
Manoel Barreto Falcão
Manoel Figueiredo Castro
Manoel Joaquim F. de B. Sobrinho
Manoel José Pereira da Silva
Manuel Cadafaz Matos
Manuel José Pereira da Silva
Marc Werner Herold
Marcel Lavallée
Marcos Gorender
Maria Beltrão
Maria Betty Coelho Silva
Maria do Carmo Sardinha Martins
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Helena Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Cortes de Oliveira
Maria Julieta Diniz Gonçalves Costa
Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Maurício Tourinho Dantas
Milton Carlos da Motta Cedraz
Moacyr Pinheiro Silva
Nelson Almeida Taboada
Nelson Figueiredo Pondé

Newton Oliveira
Nilton José de Souza Ferreira
Olga Magnavita Batista Neves
Orlins Santana de Oliveira
Oscar Damião de Almeida
Paulo Motta Alves Peixoto
Phidias Martins Júnior
Raimundo de Oliveira Borges
Raymundo Kruschewsky G. Ribeiro
Raymundo Laranjeira
Rizovaldo da Silva Menezes
Roberto José de Souza
Rogério de Vasconcelos F. Tavares
Rozendo Ferreira Neto
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sergio Martinez
Silvio de Almeida Passos
Sônia Maria Ribeiro S. Cavalcanti
Sudário de Aguiar Cunha
Sylvio Bandeira de Melo
Sylvio de Carvalho Marback
Sylvio Guimarães Lobo
Terezinha Teixeira Santos
Victorino Coutinho C. de Miranda
Waldir Freitas Oliveira
Walter Carneiro da Silva
William Vieira do Nascimento
Wilson Guimarães Vieira
Zita Magalhães Alves

CORRESPONDENTES

Aaron Salles Fernandes S. Torres
Abilarde Duarte
Ademir Pereira dos Santos
Adilson César
Adolfo Morales de Los R. Filho
Aidenor Aires Pereira
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Frederico Lins Caldas
Alberto Martins da Silva
Alberto Venâncio Filho
Alceu Maynard de Araújo
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli
Antônio Augusto de M. Drumond

Antônio da Rocha Almeida
Antônio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Jorge Furquim
Antônio Pedro de B. Carrilhas
Antônio Possidônio Sampaio
Antonio Seixas
Armando Alexandre dos Santos
Arnaldo Arantes
Arno Wehling
Arraes de Vilhena Falcão
Artur Martins Franco
Aureliano Leite
Berthold Zilly
Cândido Vargas de Freire
Carlos Jose Bargaça Veiga
Carlos Magno Estevanovic
Carlos T. de Saxe-Coburgo e Bragança
Carlos Vianey Oliveira
Celso Jaloto Ávila Júnior
Claudefranklin Monteiro Santos
Crhistóvão Dias de Ávila P. Júnior
Cybelle Moreira de Ipanema
Cyro de Mattos
Daniel Antunes Júnior
Dario Teixeira Cotrim
Dick Edgar Ibana Grasso
Dilton Domingos Gomes dos Santos
Douglas Apratto Tenório
Edmundo Anibal Herédia
Edmundo Fernão M. de Aragão
Edson Santana do Carmo
Eduardo da Silva
Eliana Calmon Alves
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Esther Caldas G. Bertolletti
Esther Regina Largman
Euclides Pinto Torres
Fátima Alves Tostes
Fernando da Costa Tourinho Neto
Fernando Hipólito da Costa
Filipe Alberto F. de B. e B. de Mendóça
Francisco de Vasconcelos
Gilfrancisco Santos
Gloria Kaiser

Guilherme G. da S. D'Ávila Lins
Gutemberg Medeiros Costa
Helena Parente Cunha
Hendrik Kraay
Henrique Pinto Rema
Hilton José Gomes de Queiroz
Hitoshi Ishihara
Hugo Ramírez
Ionam Galo Toscano Brito
Isidoro V. de A. G. Delpostigo
Ivo Gastaldoni
Jacob Rodrigues de Souza
Jacy Gonçalves Ribeiro
Jair Fernandes de Moura
Janete Ruiz de Macedo
Jerônimo Pizzarro
João Alfredo de S. Montenegro
João Antônio da S. Cezimbra
João Maurício de Araújo Pinho
Johannes Augel
Jorge Couto
Jorge de Souza Duarte
Jorge Forjaz
José Alves Siqueira Filho
José Antônio Nunes Beja da Costa
José Arthur Rios
José Augusto Ventín Pereira
José Ibarê Dantas
José Luiz da Mota Menezes
José Mendonça Teles
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Léa Brígida R. de Alvarenga Rosa
Leão Renato Pinto Serva Neto
Lourenço de F. P. Correia de Matos
Luís Alberto Cibils
Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Luiz Cláudio Aguiar
Luiz Fausto Dias Valois Santos
Luiz Philippe Pereira Leite
Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Manuel Cadafaz Matos
Marco Antonio Neia
Marcus Joaquim M. de Carvalho
Marcus Soares de A. de N. da Costa
Marcus Vinícius Vilaça

Maria Angelina Matos de O. Rangel
Maria Beltrão
Mário Portugal Fernandes Pinheiro
Melquíades Pinto Paiva
Miguel Maria Santos C. Monteiro
Moema Parente Augel
Napoleão Tavares Neves
Olindo Herculano de Menezes
Paulo Coêlho de Araújo
Paulo Fernando de Moraes Farias
Paulo Roberto Pereira
Pedro Augusto de F. Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Raimundo de Oliveira Borges
Raimundo Felipe Sobrinho
Raul Giovanni de Mota Lody
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto de A. C. de Albuquerque
Rui Manuel C. de V. Rasquilho
Ruy Noronha Miranda
Sebastião Augusto de Souza Nery
Sérgio Martínez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Túlio Vargas
Valther Xavier Aguiar
Vamireh Chacon de A. Nascimento
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho C. de Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Júnior
Washington Luís Andrade Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Edital e Normas de Publicação 2019



Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Edital de publicação nº. 003/2019 da

Revista IGHB 115

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia–IGHB, torna público o **Edital de Publicação nº.003/2019 da Revista IGHB 115**, com lançamento previsto para dezembro de 2020. Os artigos enviados serão submetidos à apreciação de pareceristas *ah doc* e ao Comitê Científico da Revista. Os originais deverão ser apresentados em conformidade com as normas abaixo descritas.

Objetivo

O presente Edital visa selecionar, para publicar, artigos oriundos de estudos e pesquisas de associados e da comunidade baiana sobre a memória geográfica e histórico-artística-cultural da Bahia, visando difundir conhecimentos, que sejam relevantes para o desenvolvimento de sua população.

Normas para aceite de participação

1. Autor que não tenha artigo publicado no último número da Revista nº 114/2019
2. Preencher o **Formulário de Envio do Texto**, anexo ao artigo de sua autoria.
3. A Revista receberá **contribuições que tratem sobre Luíz Gama e de temas que versem sobre memória geográfica e histórico-artística-cultural da Bahia.**

4. O texto deve ser enviado à Direção de Publicação, acompanhado de um resumo do Currículo do autor; do resumo informativo conforme a - NBR 6028 com 150 palavras no máximo seguido do *abstract* e palavras chave.
5. As demais sessões da Revista terão seu conteúdo exclusivamente originado de atividades internas do IGHB.

Quando o texto tiver ilustrações – Tabelas, figuras, gráficos e desenhos (tif ou jpg) devem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, além de numerados, titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.

Citação – A Revista do IGHB adota o critério de autor, data, página de acordo com a NBR 10520 de 2003. As citações bibliográficas ou de site, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor fizer parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Silva (1982, p.35), etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula, como no exemplo a seguir: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (SILVA, 1982, p.35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003, não ultrapassando três linhas.

Referências – Deverão vir após parte final do texto, em ordem alfabética, a lista dos autores e das publicações conforme a NBR 6023 de setembro de 2003, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **As referências devem conter exclusivamente os autores e textos citados no corpo do artigo.**

O artigo que atender às normas acima citadas deverá, por ordem de atendimento, incluir-se na agenda de publicação da Revista para o planejamento editorial.

Inscrições

Os interessados devem, no período de **20/06/2019 a 20/02/2020**, encaminhar os artigos acompanhados do **Formulário de Envio do Texto**, devidamente preenchido, conforme as normas estabelecidas neste Edital, para o endereço: diretoria.publicacao@ighb.org.br

Critérios de avaliação e seleção

Este Edital abrangerá produções científicas, técnicas, artísticas e culturais.

Será contemplado o artigo que se enquadre nos requisitos, a saber:

- Relevância do tema para a memória geográfica, histórica, artística e cultural da Bahia
- Impactos nas áreas de interesse do IGHb
- Atendimento às normas de publicação deste Edital

Após a inscrição, somente os originais selecionados serão enviados para um ou mais pareceristas, desde que tenham sido atendidos os requisitos elencados nos itens anteriores. Ressalta-se que será garantido o anonimato de autores e pareceristas no processo de avaliação dos originais. Originais não contemplados por este Edital serão informados aos autores, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a publicação do resultado final deste Edital, os arquivos serão descartados.

Publicação

Os textos selecionados serão publicados na Revista IGHb número 115 e será lançado em dezembro de 2020

Os direitos autorais dos textos publicados por este Edital serão cedidos ao IGHb.

Calendário, cronograma e informações adicionais

Os resultados serão divulgados individualmente.

O presente Edital obedecerá ao seguinte calendário

AÇÕES	DATAS
Divulgação do Edital	20/06/2019
Período de recebimento dos artigos	20/06/2019 a 20/02/2020
Avaliação dos textos	21/02/2020 a 30/03/2020
Divulgação dos resultados	06/04/2020

Seleção de originais

1. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.
2. O artigo aprovado com restrição será encaminhado para a reformulação por parte do autor. Neste caso, o Comitê Científico se reserva o direito de recusar o original, caso as alterações nele introduzidas não atendam à solicitação dos pareceristas e do Comitê Científico.
3. O autor será comunicado sobre o processo de andamento de seu original no prazo de até trinta dias, após a reunião do Comitê Científico.
4. Os artigos serão submetidos a pareceristas *ad hoc* externos ao IGHB. Caso sejam sugeridas alterações, os autores serão consultados. Os originais não serão devolvidos.

Orientação para a formatação dos textos

1. O artigo deve ter a extensão de até 15 páginas A4, digitado em fonte *Times New Roman*; tamanho 12; entrelinhas simples; margem superior 3,5; inferior 3,0; margem direita 3,5 e

margem esquerda 3,0 sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções.

2. O artigo deve conter um resumo em português com 150 palavras seguido do *abstract* e palavras chave.
3. Utilizar maiúscula para título principal, e maiúscula e minúscula no subtítulo das seções.
4. Assinalar os parágrafos com um único toque de tabulação e dar *enter* apenas ao final do parágrafo.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Científico.

Endereço para contato

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB
Av. Joana Angélica, 43 – Piedade – Salvador – Bahia
CEP 40.050-001

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora de Publicação IGHB
diretoria.publicacao@ighb.org.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é uma publicação anual que dissemina conhecimentos das Ciências, História, Geografia, Cultura e Artes da Bahia. Pretende divulgar textos de autoria dos associados, da comunidade baiana e brasileira com rigor científico e metodológico. Aceita artigos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- Atenda às normas do último Edital
- Preencha o nível exigido de qualidade científica
- Apresente afinidades com a política editorial
- Apresente abordagem atualizado sobre o tema
- Discuta sobre a memória geográfica, histórica e cultural da Bahia

Orientações

O texto deve ser enviado à Direção de Publicação, para o endereço eletrônico: diretoria.publicacao@ighb.org.br acompanhado de um resumo do Currículo do autor; do resumo informativo conforme a - NBR 6028 com 150 palavras no máximo. No currículo do autor deverá conter dados pessoais e acadêmicos (nome, endereço completo, telefone, instituição de vinculação, graduação e mais alta titulação acadêmica, e-mail) na ordem a figurar na publicação.

Quando o texto tiver ilustrações – Tabelas, figuras, gráficas e desenhos (tif ou jpg) devem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos. Devem também ser numerados, titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.

Processo de Seleção

Os textos serão submetidos a pelo menos dois pareceristas *ad hoc*, sem identificação do autor. Se o texto for aceito para publicação, o Comitê Científico permite-se introduzir ajustes de formatação.

Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância do autor.

Artigo aprovado com restrição será encaminhado ao autor para a reformulação. Neste caso, o Comitê Científico se reservará o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos pareceristas.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. O artigo assinado é de responsabilidade exclusiva do autor, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Ilustrações

As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões .tif ou .jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citação

A Revista do IGHB adota o critério de autor, data, página de acordo com a NBR 10520 de 2003. As citações bibliográficas ou de site, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor fizer parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Silva (1982, p.35), etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula,

como no exemplo a seguir: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (SILVA, 1982, p.35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003, não ultrapassando três linhas.

O artigo que atender às normas acima citadas deverá, por ordem de atendimento, incluir-se na agenda de publicação da Revista para o planejamento editorial.

Notas de Rodapé

Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências

Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação - Referências - Elaboração, da ABNT.

Alguns exemplos

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. **Será a terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. **Peter Norton**: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. **Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA. 1997. 152 f. **Dissertação (Mestrado)** – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. *Anais...* Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

Texto produzido de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista e escritos em língua portuguesa. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. No formato A4 (retrato), deve conter entre 14 a 15 páginas, com 35 mil palavras sem espaço, incluindo as referências, digitado em fonte *Times New Roman*; tamanho 12; margem esquerda, superior e inferior 3cm; espaço 1,5 entre linhas; margem direita 3,5cm sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções. O artigo deve conter um resumo em português com 150 palavras (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação - Resumo - Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências seguidas do *abstract* (NBR 6023/2002, Informação e documentação - Referências - Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (*title, abstract and keywords*) devem ser traduzidos para a língua inglesa. A página deve ser numerada na margem superior direita. Utilizar maiúsculo para título principal e maiúsculas e minúsculas nos subtítulos das seções. Para ênfase ou destaque, no interior do texto, utilizar negrito. Assinalar os parágrafos com um único toque de tabulação e dar enter apenas no final do parágrafo. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.

Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Científico.

Envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados à Diretoria de Publicação do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço completo, telefone, e-mail, instituição de vinculação, graduação e a mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Endereço para contato e envio de Colaboradores

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia –IGHB
Diretoria de Publicação
Maria Nadja Nunes Bittencourt

Av. Joana Angélica, 43 – Piedade – Salvador – Bahia
CEP 40.050-001
diretoria.publicacao@ighb.org.br
Tel. (71) 3329-4463; Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br – diretoria.publicacao@ighb.org.br

Serão remetidos, a cada autor, dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Formato 150 x 210 mm
Tipografia Arial, Time New Roman e Trajan Pro
Papel Offset, 90 g/m² (miolo)
 Supremo, 300 g/m² (capa)
Editora Tear
Tiragem 1.000 exemplares